



Fernando Guimarães Reis é diplomata de carreira, aposentado. Foi Embaixador no Japão (1996-2001). Exerceu diferentes chefias no Itamaraty, sendo a última a de Diretor-Geral do Instituto Rio Branco (2004-10). Além de vários ensaios, é autor de *Caçadores de Nuvens – Em busca da diplomacia* (Funag, 2011) e do romance *Falta um cão na vida de Kant* (ed. Objetiva, 2004). Colaborou na coletânea *Barão do Rio Branco – 100 anos de memória* (Funag, 2012).

O RIO BRANCO – criado em 1945 para selecionar e preparar os diplomatas brasileiros – é uma Academia ou um Instituto? É, de fato, um curso indispensável de formação ou um mero *anexo* da Chancelaria? Aspira a ser uma escola de excelência ou cumpre apenas uma formalidade administrativa? Sendo, reconhecidamente, um “cartão de visita” da diplomacia brasileira, presume-se que a diplomacia – enquanto tal, como modo de fazer política – consta prioritariamente de seu currículo. Na verdade, no IRBr, estuda-se Direito, Economia, línguas, temas da atualidade, etc. Tudo isso é básico, mas melhor seria se este currículo fosse construído a partir do *fazer diplomático*. Não tem sido assim, talvez por recorrente vício bacharelesco: o aprendizado se torna passivo. Além do apelo à tradição, a filosofia pedagógica de nossa escola diplomática só foi colocada em pauta de forma tangencial: o artesanato, que é o dia a dia da profissão, é subentendido. Para situar o problema, o autor recorre à experiência histórica e à filosofia da educação. Nesse sentido, o perfil do Barão do Rio Branco é rediscutido em contraste com outros diplomatas. Da mesma forma, são lembradas as lições de nossos principais pedagogos, como Anísio Teixeira e Paulo Freire, bem como de outros educadores. Como conclusão, o livro retoma o debatido problema da profissionalização e esboça proposta – por uma Academia renovada –, de modo a sintonizar o Curso do IRBr com a concomitante experiência de trabalho dos novos diplomatas.

Fernando Guimarães Reis

666

Fernando Guimarães Reis

Por uma Academia Renovada

# Por uma Academia Renovada

Formação do Diplomata Brasileiro

A Academia a que se refere o título deste livro é o Instituto Rio Branco (IRBr) do Ministério da Relações Exteriores. É uma instituição quase septuagenária, que acumulou prestígio e respeito, dentro e fora do país. Isso não significa que se deva dormir sob os louros do êxito adquirido. Depois de analisar a formação de figuras representativas da diplomacia brasileira – com ênfase no Barão do Rio Branco – o livro recorre à filosofia da educação, com vistas a aplicá-la a nossa Academia. Formula, ao final, um esboço de proposta para a continuada renovação do IRBr, patrimônio nacional. Com o auxílio da hermenêutica, o foco de análise é colocado no modo de *fazer diplomático*, conceito elaborado pelo autor em *Caçadores de Nuvens / Em busca da Diplomacia*, edição da FUNAG.



www.funag.gov.br



FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



Fernando Guimarães Reis

*Por uma  
Academia Renovada*

Formação do Diplomata Brasileiro

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

*Por uma  
Academia Renovada*

Formação do Diplomata Brasileiro

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

*Ministro de Estado  
Secretário-Geral*

Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado  
Embaixador Eduardo dos Santos

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO



*Presidente*

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Instituto de Pesquisa de  
Relações Internacionais*

*Diretor*

Embaixador Sérgio Eduardo Moreira Lima

*Centro de História e  
Documentação Diplomática*

*Diretor*

Embaixador Maurício E. Cortes Costa

*Conselho Editorial da  
Fundação Alexandre de Gusmão*

*Presidente*

Embaixador José Vicente de Sá Pimentel

*Membros*

Embaixador Ronaldo Mota Sardenberg

Embaixador Jorio Dauster Magalhães

Embaixador Gonçalo de Barros Carvalho e Mello Mourão

Embaixador José Humberto de Brito Cruz

Ministro Luís Felipe Silvério Fortuna

Professor Clodoaldo Bueno

Professor Francisco Fernando Monteoliva Doratioto

Professor José Flávio Sombra Saraiva

A *Fundação Alexandre de Gusmão*, instituída em 1971, é uma fundação pública vinculada ao Ministério das Relações Exteriores e tem a finalidade de levar à sociedade civil informações sobre a realidade internacional e sobre aspectos da pauta diplomática brasileira. Sua missão é promover a sensibilização da opinião pública nacional para os temas de relações internacionais e para a política externa brasileira.

*Por uma  
Academia Renovada*

Formação do Diplomata Brasileiro

Fernando Guimarães Reis



Brasília, 2013

Direitos de publicação reservados à  
Fundação Alexandre de Gusmão  
Ministério das Relações Exteriores  
Esplanada dos Ministérios, Bloco H  
Anexo II, Térreo  
70170-900 Brasília-DF  
Telefones: (61) 2030-6033/6034  
Fax: (61) 2030-9125  
Site: [www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)  
E-mail: [funag@itamaraty.gov.br](mailto:funag@itamaraty.gov.br)

**Equipe Técnica:**

Eliane Miranda Paiva  
Fernanda Antunes Siqueira  
Gabriela Del Rio de Rezende  
Guilherme Lucas Rodrigues Monteiro  
Jessé Nóbrega Cardoso  
Vanusa dos Santos Silva

**Projeto Gráfico:**

Daniela Barbosa

**Imagem da capa:** Detalhe da nota de mil cruzeiros, do Banco Central do Brasil, com a efígie do Barão do Rio Branco.

**Programação Visual e Diagramação:**

Gráfica e Editora Ideal Ltda.

Impresso no Brasil 2013

---

R375 REIS, Fernando Guimarães.  
Por uma academia renovada : formação do diplomata brasileiro /  
Fernando Guimarães Reis. — Brasília : FUNAG, 2013.  
  
398p.; 23 cm.  
  
ISBN 978-85-7631-458-5  
  
1. Instituto Rio Branco (IRBr). 2. Instituto Rio Branco (IRBr) -  
história. 3. Diplomata - formação. I. Título.

CDD 327.2

---

Bibliotecária responsável: Ledir dos Santos Pereira, CRB-1/776.

Depósito Legal na Fundação Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14/12/2004.

*Para  
meus colegas-diplomatas, com respeito.  
E para os que estão por vir, com meus bons votos.*





*“Todo questionamento é uma busca.  
Toda busca recebe do que é buscado uma direção prévia.”*

*Martin Heidegger <sup>1</sup>*

*“... the answer, my friend,  
is blowin' in the wind.”*

*Bob Dylan <sup>2</sup>*

---

<sup>1</sup> *Ser e Tempo* (1927), Primeiro Capítulo, parágrafo 2.

<sup>2</sup> Canção *Blowin' in the Wind* (1962/1963).



# Sumário

---

Convite/Prefácio	13
------------------	----

## PRÓLOGO – MARCAS DE NASCENÇA

1. Certidão dupla	21
-------------------	----

*Pequena crônica. Dois Caminhos. Pré-história.*

2. Antiguidade	29
----------------	----

*Mudança de rosto. Lento processo. Idade ignorada.*

## PARTE I – CONTRASTES

3. Alma diplomática	41
---------------------	----

*Verbos parentes. Compasso e porrete.*

4. Uma certa lanterna	49
-----------------------	----

*“Diplomata infiel”. Parceria seletiva. Astúcia castigada.*

5. Da popa à proa	59
-------------------	----

*“Psitacismo intelectual”. Traição da forma. Grande inquisidor.*

6. Método contra verdade	69
--------------------------	----

*Pá de cal. Furor de espadachim. Profeta em causa própria. Moeda má afugenta a boa?*

## PARTE II – DEVOLTA AO BARÃO

### 7. Síndrome 85

*Esfinge? Luto. Exorcismo.*

### 8. Nosso contemporâneo? 95

*Quixote com êxito. Retrato inacabado. Complexidade.  
Apêndice ao capítulo 8 – Do Brejão para Paris*

### 9. Linguagem como ação 113

*Nua, sóbria, ascética. Joia da coroa. Efemérides. Diante do poder.*

### 10. Político ou diplomata? 127

*Justo meio. Fundo e forma. “Faro do momento”.*

### 11. “Impulsos da nação” 137

*Companheira fiel. Comparação. Ideias e ideias.*

### 12. Pedagogo da diplomacia 147

*Sangue novo. “A liberdade não é um prêmio...”. A outra face. Reino do homem.*

### 13. Quarenta anos depois 159

*Logos e pragma. “Catalogadores”. Ser-em-situação. Fazer diplomacia é... fazer*

## PARTE III – EIS A QUESTÃO

### 14. Academia ou Instituto? 175

*Função versus pessoa. Tema maior.*

### 15. Pragmatismo – o que é mesmo? 185

*Interregno filosófico. Espelho quebrado.*

**16. Caminho sem atalhos** **193**

*Vasos comunicantes. Trocando em miúdos.*

**17. Formação = Educação** **201**

*Via de mão dupla. Hermes, hermenêutica e **homo ludens**.*

**18. Mais pioneiros do que bandeirantes** **211**

*No princípio era o... Manifesto. Opressão da pedagogia. Ouse desconfiar.*

**19. Vocação incerta** **221**

*Formato resistente. Tempo morto? Valioso, mas ocioso.*

**20. “Falar com a própria boca”** **229**

*Verdade ou liberdade? Depósito, doação, diálogo. Voltas e crises.*

**21. O que fica do não dito...** **239**

*Vinho antigo, frasco novo. Burocracia? Casa e casas. Identidade flutuante. “Moço de recados”. Troca de guardas. Ministério do Silêncio? Antecedentes não muito animadores. Futebol e sabedoria caseira. A receita e o bolo. Trabalhador não qualificado.*

**PARTE IV – CONCLUSÃO**

**22. Por uma Academia renovada: esboço de proposta** **285**

*“Fantasma na máquina”. Premissas. Sob ameaça. Aprender fazendo. Dança de cadeiras. “Pequeninos Sócrates”. Objeções e soluções. Coração da matéria.*

**ANEXOS**

**Anexo A** **321**

*Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945*

<b>Anexo B</b>	<b>325</b>
<i>Velhos soldados não morrem</i>	
<b>Anexo C</b>	<b>333</b>
<i>Reformas e mais reformas</i>	
<b>Anexo D</b>	<b>337</b>
<i>Lição para não esquecer</i>	
<b>Anexo E</b>	<b>363</b>
<i>Sobre a CAOPA e o PROFA-I</i>	
<b>Anexo F</b>	<b>375</b>
<i>Portaria nº 701, de 28 de outubro de 2009</i>	
<b>Anexo G</b>	<b>379</b>
<i>Notas sobre a filosofia da Educação</i>	

## Convite/Prefácio

---

*“É difícil nesta altura dizer aonde pretendo chegar, ao longo de tantos rodeios. Com efeito, talvez julgues que estamos a brincar, e que para assim dizer desviamos o espírito de coisas sérias, com certas questiúnculas infantis; ou então que buscamos algum bem diminuto ou medíocre. Se porém conjecturas que esta discussão há de produzir alguma coisa de grande, o teu desejo é conhecê-la imediatamente ou pelo menos ouvi-la”.*

Santo Agostinho<sup>3</sup>

*“Examinai tudo e ficai com o que é bom.”*

São Paulo<sup>4</sup>

A Academia a que se refere o título deste livro é o Instituto Rio Branco (IRBr) do Ministério das Relações Exteriores (MRE).<sup>5</sup> É a entidade responsável pela formação dos diplomatas brasileiros. Criado em 1945, o IRBr tem granjeado respeito, dentro e fora do país.<sup>6</sup> Seu melhor cartão de visitas é a qualidade de nosso Serviço Exterior, que se mantém em alto conceito profissional, mesmo em ocasiões em que a reputação do próprio país vacila. Reconhecidamente, o Itamaraty mantém nível de excelência. Nosso corpo diplomático demonstra homogeneidade e espírito

---

3 De *Magistro (O Mestre*, Landy Ed., 2006, pp. 73/74; tradução de António Soares Pinheiro).

4 Primeira Epístola aos Tessalonicenses, 5.21.

5 O autor foi Diretor-Geral do Instituto Rio Branco de setembro de 2004 a fevereiro de 2010, quando se aposentou. Sendo o único responsável por qualquer equívoco, ele agradece as valiosas observações do colega Geraldo Cordeiro Tupynambá.

6 Ver Anexo A – (Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945).

institucional, o que não deve ser entendido simplesmente como ânimo corporativo. Nos últimos 67 anos, esse padrão tem sido assegurado pelo IRBr, que consagrou em definitivo a regra do ingresso na carreira<sup>7</sup> por concurso público e no nível inicial. O Rio Branco não cumpre apenas o papel de escola ou de instância de aperfeiçoamento – é uma referência permanente e a Turma a que pertenceu o diplomata é sua primeira identificação. A fidelidade à Casa começa por uma solidariedade aos colegas de classe, o que não exclui eventuais rivalidades.

Pois, como dito, a *alma mater* do Itamaraty atual está prestes a completar sete décadas. Pode não parecer muito na vida de um país, mas é bastante na vida de uma escola, que lida com alunos, alunos que *passam* e que são substituídos por outros, que por sua vez também passam. E assim por diante: o ciclo é real, não é uma mera constatação teórica e serve de medida. A história de nossa política externa faz mais sentido se vista geneologicamente, isto é, à luz da sucessão de gerações. As posturas discursivas são frutos, em última análise, de vivências. Agora, o que já *foi* é garantia do que *será*?

Dormir sob os louros da vitória é condenar-se ao declínio. “O passado não é um ponto fixo”, advertia Walter Benjamin. De fato, conforme a idade, o passado também muda de cara, mas é para ele que temos de mirar se quisermos preparar o futuro. O transitório tem algo de permanente, ainda que seja o próprio transitório. No nosso caso, a resposta para as nossas indagações talvez esteja justamente em olhar para trás, isto é, para a formação do diplomata brasileiro ao longo da história. Isso não significa entronizar a tradição, mas extrair dela sua seiva de vitalidade. Não se trata aqui de *oficializar* experiências. O que se pretende é reconstituir a experiência formadora: fazer com que nossos mestres/modelos se coloquem hipoteticamente em nossa pele, não o contrário. Como sempre, vale invocar o precedente do Barão do Rio Branco: a propósito da retificação de limites do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim com o Uruguai, ele “declarou que tinha procurado fazer não o que seu pai havia feito, mas o que seu pai

---

7 Entenda-se a nossa carreira diplomática, nesta e nas demais referências ao longo do texto. Da mesma forma, a expressão *Casa*, sem outra indicação, alude ao Itamaraty.



faria se estivesse em seu lugar”.<sup>8</sup> Em outras palavras, o passado pode ser atualizado.<sup>9</sup> A *situação* é sempre nova e inédita – é dentro dessa ótica que nossos *maiores* podem ser reconvocados com propriedade. Trata-se de saber admirar sem se deixar hipnotizar; para tanto, uma leitura convencional seria totalmente inadequada.

Uma tal perspectiva poderá servir também para ilustrar algo nem sempre reconhecido: política externa e diplomacia são conceitos usados como sinônimos, mas não são a mesma coisa. A missão institucional do Ministério das Relações Exteriores é a de “auxiliar” o Presidente da República no que se refere à política externa. Quanto a esta, a responsabilidade é clara, mas se pode inferir – até por omissão – que a diplomacia como tal fica por conta do Itamaraty: cabe ao agente diplomático decidir a ocasião adequada e a palavra certa. Sendo assim, o estudo da diplomacia não se esgota no conhecimento da política externa ou da teoria das relações internacionais.

\*

Enquanto Academia, o IRBr é funcionalmente um repassador realista de tradições. Mas é também, na mesma condição, um fator permanente de renovação, quando mais não seja pela própria *força das coisas* e pelo inevitável ciclo de gerações. Ora, “quem possui a juventude, possui o porvir” – disse um sábio.<sup>10</sup> Podemos entender que juventude é sinônimo de abertura para o mundo. Neste sentido, a juventude não é apenas um dom natural – pode-se aprender a ser jovem, sem precisar recorrer necessariamente à rebeldia.

Já se vê que minha intenção aqui não será a de traçar um breviário de boa conduta para diplomatas iniciantes, com conselhos paternalistas e palavras de alerta sobre regras *não escritas* garantidoras de êxito. Não faltará quem se julgue habilitado, a fazê-lo. Não penso que a carreira tenha

8 Cf. Leitão da Cunha, Vasco. *Diplomacia em alto-mar – Depoimento ao CPDOC* (1994), 2a ed. (2003), p. 24.

9 Em seu ensaio sobre Cervantes, San Tiago Dantas expressou a mesma ideia de forma genérica e como premissa de seu estudo: “... o sentido de um fato artístico ou histórico é sempre o estado atual de um laborioso e permanente processo de trocas entre ele e o espírito que o considera...”. *D. Quixote – um apólogo da alma ocidental* (1947), p. 17.

10 Max Planck (1858-1947).

um código imutável, explícito ou não. De resto, estou seguro de que as novas gerações saberão encontrar os próprios imperativos, mais ou menos categóricos. O que não se deve, nesta matéria, é imobilizar o olhar.

É o caso mais uma vez de lembrar *Os Embaixadores* (1533), a tela famosa de Hans Holbein, sintomaticamente cognominado *O Moço*. Além das duas nobres figuras retratadas, o pintor põe no quadro tudo que na época se relacionava à atividade diplomática. Tudo – seria ocioso enumerar – era de fato *quase* tudo.<sup>11</sup> Mais significativo é que o *tudo* vem sublinhado pelo *nada* – o crânio (só visível de soslaio) no primeiro plano. De frente, o objeto alongado causa perplexidade: pode ser tanto uma bisnaga de pão como um peixe seco. A incógnita só é decifrável por um único ângulo de visão. Esse recurso plástico – conhecido no Renascimento – é chamado de *Anamorfose* (“sem forma”, em grego). O pintor alemão – que se refugiou na Inglaterra levando uma carta de recomendação de Erasmo – teria usado o artifício apenas para comprovar virtuosismo e consolidar sua reputação de recém chegado?

A posteridade iria conjecturar, com razão, que o enigma foi deliberado.<sup>12</sup> Não é fora de propósito afirmar que o significado maior da obra está nesse jogo da verdade e da aparência, do ser e do não ser, da vida e da morte. A diplomacia cabe por inteiro nessa ambiguidade simulada ou nesse inescapável sinal de finitude: ela se confunde com a existência, que é magia e é mistério.

Talvez seja essa a explicação para a contida melancolia dos elegantes dignitários que aparecem no quadro. Estão imbuídos de um sentido de missão e supostamente protegidos pelo aparato da riqueza e da ciência.

---

11 São muitos – do alaúde ao astrolábio – os objetos vistos no que parece ser um gabinete de trabalho. Podemos interpretá-los como símbolos de uma educação esmerada dos Embaixadores, bem como da importância atribuída – graças ao Renascimento – aos novos aparatos de uso científico. Não falta um toque de ironia nessa amostragem indiscriminada. Vale lembrar que Heirinch Cornelius Agrippa, contemporâneo de Holbein, satirizou a ciência e a arte da época em *De incertitudine et vanitate scientiarum* (1526).

12 Entre muitos outros, Lacan (Jacques) se dedicou a interpretar o enigma. Sob o prisma da anamorfose, concluiu que “o mágico objeto flutuante” foi posto na tela justamente “para pegar na armadilha aquele que olha, quer dizer; nós”; *O Seminário – livro 11 – Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964); capítulos VII e VIII.

Na verdade, ao contemplar de uma posição privilegiada os ossos do crânio, os *Embaixadores* têm um leve ar de conivência com o observador desprevenido, como a admitir que a realidade pode nos enganar a todos. Ou será um ar de condescendência?

Não sejamos condescendentes. A história – como a vida – é feita de curvas, queira-se ou não. A idade não elimina as dúvidas – ao contrário, elas se tornam mais transparentes. Há questões novas e há as velhas, que retornam sob outra capa. Graças à perspectiva adquirida, é um bom momento para refletir sobre o nosso quase septuagenário Instituto.

\*



# PRÓLOGO – MARCAS DE NASCENÇA

*“O Curso de Preparação à Carreira de Diplomata, estritamente orientado dentro dos interesses gerais da carreira, constitui por assim dizer um ‘concurso a longo prazo’”.*<sup>13</sup>

---

<sup>13</sup> Anuário do Instituto Rio Branco 1956-1957, p. 7.



# 1. Certidão dupla

---

## PEQUENA CRÔNICA

O Instituto Rio Branco surgiu em um momento crítico de nossa história política – poucos meses depois se daria a queda de Getúlio Vargas, que ficou no poder durante quinze anos. O IRBr precedeu a restauração democrática de 1945 e teve que receber os primeiros socorros do Governo Provisório que se seguiu à ditadura: o rebento institucional, ainda sem espaço certo, foi localizado na estrutura básica do MRE. Eleito o novo Presidente constitucional, o IRBr – ainda débil – foi levado à UTI administrativa, de onde saiu munido de projeto e de regulamento.

Vale um resumo mais preciso.<sup>14</sup> O Decreto-Lei n° 7.473, de 18 de abril de 1945, que criou o Instituto, foi editado durante a gestão do Chanceler Oswaldo Aranha; assinado pelo Presidente Getúlio Vargas, foi referendado pelo Embaixador José Roberto de Macedo Soares<sup>15</sup>, a quem a pasta do Exterior estava provisoriamente entregue.<sup>16</sup> O diploma legal conferia ao Instituto algumas finalidades genéricas e, entre elas, “o preparo de candidatos para

---

14 Devemos ao Embaixador Sergio Bath uma síntese preciosa da história do IRBr em *O Instituto Rio Branco* (2004).

15 José Roberto de Macedo Soares (1893-1953) era irmão de José Carlos de Macedo Soares (1883-1968) que foi Chanceler por duas vezes (1934-37 e 1955-56). O jornalista Edmundo de Macedo Soares era primo dos dois diplomatas.

16 Ver Anexo A (Decreto-Lei n° 7.473, de 18 de abril de 1945).

o concurso à carreira de diplomata”.<sup>17</sup> A presunção – por falta de disposição em contrário – é de que o concurso continuaria a ser realizado pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). Além disso, o legislador não foi claro quanto à inserção administrativa da nova entidade.

Sobre esse último ponto – ainda durante o Governo de transição – foi tomada uma medida aclaratória. Com efeito, sendo Chanceler o Embaixador Pedro Leão Velloso Neto<sup>18</sup>, foi editado o Decreto-Lei nº 8.324, de 8 de dezembro de 1945: ao dispor sobre a Organização do MRE, o diploma situou o Instituto Rio Branco dentro da estrutura do Ministério, na hierarquia de “órgão básico”. Note-se que isso ocorreu menos de dois meses depois da demissão de Getúlio Vargas, que cedeu ao ultimato militar de 29 de outubro, liderado pelo General Góis Monteiro.

Pode-se dizer que o novo Instituto foi “adotado”, ao ser “explicitamente subordinado ao MRE” pelo Decreto-Lei de 8 de dezembro – até então o IRBr estava *solto*, do ponto de vista institucional.<sup>19</sup> Não se atentou, contudo, para outras lacunas do Decreto-Lei de 18 de abril.

Clareado o cenário político com o condão saneador do pleito democrático em dezembro de 1945, uma mudança radical iria ocorrer com respeito ao IRBr, sendo João Neves da Fontoura o Ministro de Estado responsável. O Decreto-Lei nº 9.032, de 06 de março de 1946, estabeleceu:

---

17 É o item *b* do art. 2º. O item *a* fala genericamente em “formação, aperfeiçoamento e especialização de funcionários do MRE”. Ver Anexo A.

18 Leão Velloso (1887-1947) foi Chefe de Gabinete de Octávio Mangabeira e Secretário-Geral na gestão de Oswaldo Aranha. Antes da guerra, foi Embaixador em Pequim e Tóquio. Terminou a carreira como Embaixador na ONU. Note-se o comentário de Pio Corrêa: “Leão Velloso era um diplomata da velha escola; de grande distinção de maneiras, habilidade consumada não excluindo um grande ‘sense of humour’... Embaixadores como Leão Velloso marcaram uma época hoje revoluta [...] não eram necessariamente gênios oniscientes [...] mas representavam o Brasil com dignidade e elegância sóbria, e não raro com distinção.”; Pio Corrêa, M. – *O Mundo em que vivi* (1994), p. 81. O pai do Embaixador Leão Velloso, o jornalista que assinava com o pseudônimo de Gil Vidal, foi cofundador do influente *Correio da Manhã*; deixou como contribuição à gastronomia carioca a sopa à *Leão Velloso*.

19 Oliveira Castro, F. Mendes de – *1808-2008 – Itamaraty: Dois Séculos de História* (2009), pp. 400 e 406. O novo “centro de investigações e ensino” (com a sigla I.R.B.) foi acrescentado aos “órgãos básicos” do MRE.



*Art. 1º O ingresso na carreira de Diplomata far-se-á, sempre na classe inicial, mediante concurso de provas realizado pelo Instituto Rio-Branco, do Ministério das Relações Exteriores, ou por uma seleção entre candidatos aprovados nos exames finais do 'Curso de preparação à carreira de Diplomata', do mesmo Instituto.*

Dessa forma, ficou consagrada a regra de ouro que vinha sendo aprimorada desde o Império: ingresso sempre na classe inicial por concurso de provas. Cabe ao Instituto velar pelo cumprimento dessa regra – continua sendo sua responsabilidade atual. Para os efeitos do Decreto-Lei, foram criados o “Curso de Preparação à carreira de Diplomata” e o “Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (Art.10), sem mais especificações”.<sup>20</sup> Na mesma data, foi promulgado o primeiro Regulamento do Instituto (Decreto nº 20.694). De simples unidade preparatória, o *Rio Branco*<sup>21</sup> passou a ser órgão executivo e, como tal, foi situado no organograma do Ministério em posição de honra – ficou vinculado ao Gabinete do Ministro de Estado.<sup>22</sup>

Como se vê, o começo do IRBr foi indeciso, como se tivessem ocorrido *segundos pensamentos* logo depois do batismo legal. O fato é que, antes que completasse seu primeiro aniversário, o Instituto foi objeto de importante revisão. Afortunada medida, tomada sob os auspícios de um governo eleito pelo voto popular.<sup>23</sup> Praticamente, o Rio Branco nasceu duas vezes.

---

20 Vale registrar que o Curso de Aperfeiçoamento contou com versão anterior, estabelecida na gestão de Cavalcanti de Lacerda pelo Decreto nº. 24.468 de 28 de junho de 1934. Os dois cursos de aperfeiçoamento hoje existentes – o CAD e o CAE – remontam à gestão do Ministro Azeredo da Silveira. Trato de ambos no Capítulo 19.

21 Serão feitas em itálico (*Rio Branco*) as referências abreviadas ao Instituto Rio Branco (IRBr), de modo a não confundir com Rio Branco, o Barão.

22 “Foi na [primeira] gestão João Neves [...] que o IRBr assumiu o caráter de uma Academia diplomática. [...] O ingresso na carreira continuaria sendo feito, obrigatoriamente, pela classe inicial por concurso de provas”. Oliveira Castro, F.M. de. *Ibidem*, pp. 406-11. A aprovação no CPCD era condição tão essencial quanto ser brasileiro nato, ter no mínimo 20 anos e no máximo 35 e provar quitação com as obrigações militares.

23 Depois da renúncia de Getúlio Vargas em 1945, a eleição do General Eurico Gaspar Dutra inicia o período democrático que vai se estender até 1964. Dutra tomou posse no final de janeiro de 1946 e já em 6 de março foram editados o Decreto-Lei nº 9.032 e o Primeiro Regulamento. Ambos deram ao IRBr seu formato atual.

No segundo ato de criação, houve um desvio de função, por assim dizer: em detrimento do citado DASP – um dos ícones do regime getulista<sup>24</sup> – o IRBr assumiu a responsabilidade de executar o Concurso e não mais a de preparar os candidatos, como anteriormente previsto. A prevalecer uma autoridade externa, como o DASP, teria sido um começo tímido para uma instituição que é hoje um orgulho nacional. A justificativa para essa exceção à prática generalizada – um verdadeiro *golpe de braço* administrativo<sup>25</sup> – terá sido certamente o reconhecimento da peculiaridade da profissão diplomática, neste particular semelhante à função militar. A ambas costuma-se reservar, doutrinariamente, a denominação de “carreiras de Estado”.<sup>26</sup>

## DOIS CAMINHOS

Dada a associação acima, cabe desde logo uma ressalva. A propósito dos antecedentes do IRBr, já se afirmou:

*Fica claro que os idealizadores do IRB (sic) viam-no cumprindo um papel semelhante ao que cumpre a ESG para os militares, ao mesmo tempo que teria também as funções mais profissionais das Academias Militares e Escolas de Comando.*<sup>27</sup>

---

24 Desde 1939, o DASP era responsável pelos concursos de ingresso no serviço público. Segundo Vasco Leitão da Cunha, a criação do famoso Departamento se deve a um estudo sobre o funcionalismo público civil do Embaixador Maurício Nabuco, que integrou a Comissão de Reforma Administrativa, criada por Getúlio em 1935. Luiz Simões Lopes, que sucedeu Nabuco nessa Comissão, “pegou o tema” e ficou com a honra de ser o fundador do DASP. Ver Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 5 e 21.

25 Esse ponto mereceria uma pesquisa mais aprofundada. Desconheço qualquer escrito a respeito.

26 Em termos jurídicos e administrativos, o conceito pode ter aplicação mais ampla. Está em exame na Câmara dos Deputados projeto que define as carreiras que devem ser consideradas “atividade típica de Estado”.

27 Cheibub, Zairo Borges. *Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do Processo de institucionalização do Itamaraty* (1984).

A presunção não é factualmente correta.<sup>28</sup> Para começar, o Instituto é quatro anos e quatro meses anterior à ESG: esta, em sua versão atual, foi formalmente instituída em 1949 (20 de agosto), já na fase final do Governo Dutra.<sup>29</sup> Quanto à analogia com a Academia Militar de Agulhas Negras (AMAN), cabe reconhecer que é totalmente distinto o processo de socialização que se desenvolve no *Rio Branco*, onde os alunos não ficam internados e o curso tem duração bem mais curta.<sup>30</sup> Não é, contudo, o ponto mais importante.

É clássico o paralelo entre o soldado e o diplomata – são ambos servidores do Estado, antes de serem funcionários do Governo. Raymond Aron chamou-os de “personagens simbólicos”: “eles são representantes das coletividades a que pertencem”.<sup>31</sup> Em outras palavras, diplomacia e estratégia são “aspectos complementares da arte única da política”.<sup>32</sup> O tema comporta vários aspectos; tentarei ser breve.

Em seus primórdios, a diplomacia foi um mero coadjuvante da atividade guerreira, tanto assim que toda visibilidade cabia aos chefes militares, personagens favoritos dos historiadores.<sup>33</sup> Com a formação dos Estados nacionais na Europa pré-renascentista, a diplomacia ganhou relevo e depois autonomia. Por parte da ciência militar, isso veio a ser sacramentado por Karl Von Clausewitz em 1832: ao proclamar a subordinação da estratégia à

---

28 Cabe, contudo, a ressalva de que a analogia com a formação militar foi cogitada durante a longa gestão (de abril de 1947 a janeiro de 1956) do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva como Diretor do *Rio Branco*. Disso nos deixou registro Raul Bopp (Chefe da Secretaria em 1948), talvez o primeiro a colocar no papel ideias sobre a “modernização” do IRBr. Em uma brochura em que tratava também de outros temas (*Notas de um Caderno sobre o Itamaraty*, 1948), Bopp formulou dois projetos inovadores para o IRBr: um Curso de Orientação Profissional (paralelo ao Curso do *Rio Branco*) e um Curso de Altos Estudos, à maneira dos Curso de Estado-Maior das carreiras militares. Vinte anos mais tarde, o poeta-diplomata recolheu algumas dessas ideias em *Memórias de um Embaixador* (1968), que será objeto de menção mais adiante.

29 Por rigor histórico, vale mencionar que houve uma instituição militar com o nome de ESG no início da República, com sede em São Cristóvão. Aparentemente, não teve maior relevância.

30 Ver, a propósito, a pertinente análise de Patriota de Moura, Cristina. *O Instituto Rio Branco e a Diplomacia Brasileira – um estudo de carreira e socialização* (2007), pp. 92-93. O livro voltará a ser citado.

31 Aron, Raymond. *Paix et Guerre entre les Nations* (1962/1984), p. 17.

32 Id. *Ibidem*, p. 37.

33 “En général, les diplomates ne sont pas comme les militaires, les enfants gâtées des historiens”. Cambon, Jules. *Le Diplomate* (1926), p. 37.

política, o estrategista também liberou a diplomacia do jugo da ação bélica. De certa forma, ele inverteu a equação: concebeu a guerra como a diplomacia “por outros meios”, sem que por isso a diplomacia possa prescindir da força, real ou simbólica. Daí a presunção de que a palavra da diplomacia é a “primeira linha de defesa”. E também a última, para reparar eventualmente os estragos da guerra e recuperar a paz. Como disse o Padre Vieira, “as batalhas se dão na campanha, mas as vitórias se alcançam no gabinete”.<sup>34</sup>

Lembradas as intercessões, cabe assinalar as distâncias. Ao General Marshall, se atribui uma frase célebre: “There is no substitute for victory”. Para os militares, pode ser uma regra sem reservas; para o diplomata, a vitória comporta sucedâneos, mesmo porque não há vitórias definitivas e não convém humilhar os vencidos. Talvez isso baste para sugerir que o soldado e o diplomata, embora unidos pelos mesmos propósitos patrióticos, processam de maneira diferente os dados da realidade.<sup>35</sup> A instrução do militar converge para a disciplina coletiva e para uma doutrina uniforme; a educação do diplomata se concentra, idealmente, em formar o agente individual, habilitando-o a agir com discernimento e, quando necessário, com independência.

## PRÉ-HISTÓRIA

A proposta para se criar um “centro de investigações e ensino”, denominado Instituto Rio Branco, é atribuída à Comissão incumbida de preparar os festejos do centenário de nascimento do Barão do Rio Branco. A Comissão foi chefiada pelo então Primeiro-Secretário Jorge Latour, que já havia formulado a mesma ideia em dezembro de 1934.<sup>36</sup> Na ocasião,

---

34 Vieira, Antônio. *Sermão da Quarta Domingo*, Bahia, 1633.

35 Pode servir de ilustração para esta diferença básica de percepção o ensaio de Teixeira Menezes, Delano. *O Militar e o Diplomata* (1997), especialmente Capítulo 5.

36 Cf. Romero, Marcos. *História da Organização Administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e das Relações Exteriores 1808-1951* (MRE, 1951), p. 174

Latour argumentava que “os funcionários, digamos, da *velha escola* [ ] já vão em meio da carreira e dentro de uma década, ou pouco mais, terão cumprido sua missão na vida pública”. A frase é reveladora porque induz a pensar em uma espécie de corte que impunha uma costura, isto é, “assegurar a continuidade de princípios e *metodos* (*sic*) que vem sendo de longa data o apanágio da política exterior do Brasil”. Tais “princípios” e “métodos” não são explicitados no documento pertinente.<sup>37</sup> Quanto à função do cogitado Instituto, seria dupla: tanto “recrutamento” de funcionários, como seu “aperfeiçoamento posterior”.<sup>38</sup>

O projeto não teve sequela imediata. Ficou hibernando e iria ressurgir dez anos depois, por iniciativa do mesmo Latour. Desta feita, em 1944-45, seria mais afortunado. Cabe, contudo, uma ponderação quanto ao êxito em questão, sem subestimar o mérito do autor ou autores da proposta original. No contexto de sua criação, o *Rio Branco* não parecia representar mais do que um apêndice burocrático (seria um “anexo ao Itamaraty”), a ser visto dentro de uma perspectiva organizacional e não propriamente política. Materialmente, a ideia germinou porque estava ligada à efeméride do Barão; formalmente, não partiu de um escalão superior, ou melhor, não se revestiu do caráter de uma alta decisão política. Acresce o fato de que os contornos operacionais da proposta ainda eram pouco precisos, como logo se verificou.

Poderíamos, nessa perspectiva, fazer um contraste com um caso semelhante, do tempo do Império: a criação dos cursos jurídicos, cuja data – 27 de agosto de 1827 – ficou gravada na memória nacional. A decisão era parte importante de um projeto de construção do Estado recém-independente, que carecia de quadros administrativos. Sem subestimar o contexto social do país, está aí sem dúvida a matriz imediata do arraigado *bacharelismo* que marcou nossa cultura.

---

37 As citações constam do documento *Subsídio para uma boa organização do Ministério das Relações Exteriores*, 8 de dezembro de 1934; Arquivo Histórico do Itamaraty. Destaques acrescentados.

38 Pelo menos no papel, o Curso de Aperfeiçoamento – criado em 28 de junho de 1934 – é anterior às propostas de Latour.

A Academia de São Paulo, bem como a de Olinda/Recife, viria a ser “celeiro de um verdadeiro ‘mandarinato’...”<sup>39</sup> A Escola do Largo de São Francisco, em particular, ofereceu ao Império não só juizes, mas Presidentes de província, deputados, senadores, conselheiros, membros do Gabinete, Presidentes do Conselho de Estado. Na República Velha, os três primeiros Presidentes civis se formaram sob as *Arcadas*, por onde também passaram Rio Branco e Joaquim Nabuco, entre tantos. Lá, a tradição era de que o diploma contava muito, mas o estudo do Direito vinha depois da política, do jornalismo e da literatura.

De qualquer forma, a lei de 1827 cumpriu sua finalidade precípua, a de atender à necessidade de “termos cidadãos hábeis para os empregos do Estado”, conforme disse profeticamente um deputado durante a acirrada discussão do projeto, levado ao Parlamento.<sup>40</sup>

Foi bem diferente o que aconteceu, em 1945, com a decisão governamental referente à criação do Instituto Rio Branco: foi gestada dentro do Itamaraty e não teve maior repercussão. A importância da medida ainda estava por se demonstrar. Ao que consta, passou até despercebida, como um expediente de rotina no âmbito doméstico do MRE. Não obstante, já em 1934, o próprio Latour estava consciente do real alcance de sua proposta: “Devemos formar *quadros* aptos e melhorá-los cada vez mais. Para tanto cumpre formar ambiente e *fazer escola*, como Oswaldo Cruz fez Manguinhos e Rio Branco fez, em parte, o Itamaraty”.<sup>41</sup> Consistentemente, na concepção expressa por Latour em 1944/1945, o objetivo do Instituto era ambicioso: “o ensino e treinamento de todas as matérias de interesse para a conservação e consolidação interna da nação e da nacionalidade brasileiras...”.

Esses elementos de juízo, ainda que genéricos, são relevantes para compreender, em seu nascedouro, a vocação do Instituto Rio Branco. Com o tempo, a ideia abstrata iria ganhar contornos mais definidos.

\*

39 Adorno, Sergio. *Os Aprendizes do Poder – o Bacharelismo Liberal na Política Brasileira* (1988), p. 79.

40 O deputado com bola de cristal chamava-se Carvalho e Melo. Id. *Ibidem*, p.82.

41 No já citado documento *Subsídio para uma boa organização do Ministério das Relações Exteriores*, 8 de dezembro de 1934. Destaques acrescentados.

## 2. Antiguidade

---

### MUDANÇA DE ROSTO

Desde 1945/1946, o IRBr é a escola oficial do Serviço Exterior Brasileiro. A primeira Turma foi admitida em 1946, com 27 integrantes, que dois anos depois seriam Cônsules de Terceira Classe (o que, hoje, chamamos de Terceiros-Secretários). Naquela época, falando de modo geral, só os que tiveram uma educação esmerada (porque afortunados) ou os muito talentosos se atreviam a enfrentar o temido exame de admissão. De resto, não eram muitos os candidatos – a grande maioria residente no então Distrito Federal, bem menos em São Paulo e poucos provenientes de outros Estados.<sup>42</sup>

A propósito, vale a pena citar aqui um testemunho ocular:

*No meu tempo de Rio Branco, as pessoas não só eram todas dos mesmos lugares, mas também de alguns poucos colégios do Rio de Janeiro – com raras exceções. Quando vinha alguém do Grajaú era uma exceção, porque os que não eram da zona sul do Rio de Janeiro [ ] tinham que se mudar para lá para ter chance de passar no Rio*

---

<sup>42</sup> Na primeira turma, do mencionado total de 27, 16 se declararam nascidos na Capital Federal e 5 em São Paulo. Os 6 restantes tinham nacionalidades distintas, sendo 3 nascidos no exterior. – Cf. Tabela constante do *Anuário* de 1952 do IRBr, p. 169.

*Branco, conviver com as pessoas que conheciam as práticas, porque não se passa no concurso só com o estudo dos livros.*<sup>43</sup>

O autor do comentário prestou o Concurso de 1962 (Turma de 1963/1964) – já então a diversidade regional era bem maior em comparação com os primórdios do Instituto, que só aos poucos foi-se tornando conhecido no país inteiro. Nesse contexto, o ano de 1958 foi um ponto de mudança, por iniciativa de três jovens Secretários<sup>44</sup>, que encabeçaram um esforço coordenado para divulgar o Concurso em escala nacional. Foi decisiva a medida então adotada de promover o chamado Exame Prévio (fase eliminatória) não só na sede do IRBr (então no Rio de Janeiro), mas também nos Estados. Inicialmente, isso ocorreu só em algumas capitais, mas o número logo iria crescer.<sup>45</sup>

Ainda durante a década de 1970, a metade dos candidatos ao Concurso residia no Rio de Janeiro.<sup>46</sup> Desde então, contudo, houve uma evolução gradativa – mas constante – no sentido de maior diversidade, não só em termos de naturalidade, mas também de idade, gênero e mesmo estado civil. Um pouco mais tarde, a mesma tendência se verificou quanto à origem social dos aspirantes à carreira e quanto às peculiaridades de formação acadêmica. O Instituto passou a receber, em números expressivos, candidatos de diferentes camadas da população e com currículos heterogêneos – às vezes, até surpreendentes.<sup>47</sup> Hoje, o pluralismo é evidente e pode-se dizer com segurança que o *Rio Branco* tem o rosto do Brasil, que é multifacetado.

---

43 Amorim, Celso. *Conversas com jovens diplomatas* (2011), pp. 527-8. Natural de Santos, o autor residia no Rio de Janeiro na época referida.

44 Foram os (Terceiros) Secretários Amaury Bier e Sérgio da Veiga Watson, aos quais se juntou depois o Sec. Alberto da Costa e Silva. Os três elaboraram proposta de modo a dar maior visibilidade ao Concurso e à carreira, proposta que teve o indispensável apoio do então Diretor do IRBr, Embaixador Antônio Camillo de Oliveira. Agradeço ao Embaixador Sérgio Watson a informação, por escrito, que me deu a esse respeito.

45 Hoje, o chamado Teste Preliminar de Seleção é realizado nas capitais de todos os Estados da Federação e na Capital Federal. É o caso também das demais provas.

46 Com base em dados estatísticos, Zairo Borges Cheibub estuda o tema na tese acima citada, Cap. III (Democratização e Representatividade: Mudanças na Seleção).

47 As primeiras Turmas do *Rio Branco* – a partir da exigência de uma iniciação universitária – acusavam uma esmagadora maioria de egressos dos cursos jurídicos, com uma gradual e discreta concorrência de



A porta de acesso a nossa carreira diplomática é única e estreita, mas é democrática – e cada vez mais democrática. Dos primórdios à atualidade, o panorama mudou, para desagrado dos elitistas disfarçados, que não entendem que o conhecimento do inglês – embora indispensável, ninguém duvida – não deve ser um fator artificial de discriminação.<sup>48</sup> O português, sim, deve ser um vetor básico de seleção, porque é a língua em que o candidato tem (ou deveria ter) condições ideais para mostrar que sabe realmente *pensar*.

Graças a essa e outras orientações, egressos de todas as classes sociais e de todas as partes do país têm-se apresentando ao Concurso do Itamaraty, com resultados crescentemente animadores. Animadores não só do ponto de vista quantitativo: a cada Concurso, as candidatas femininas se têm feito mais presentes, com grande êxito<sup>49</sup>. Consolidou-se também o Programa de Ação Afirmativa em benefício de afrodescendentes.<sup>50</sup>

---

estudantes de letras, economia e ciências sociais. Hoje, refletindo a própria evolução do país, o quadro é diversificado: há diplomatas com formação em medicina, engenharia, informática, teologia, música, etc.

- 48 A cealeuma provocada na imprensa em torno desse ponto é uma excelente amostra de *mis-information* e uma curiosa ilustração da sobrevivência da mentalidade bachaleresca, agora sob o manto de uma modernidade unicamente preocupada em se *inserir* no contexto. Os fatos vieram desmentir todos os prognósticos sombrios de que o IRBr estava “escancarando suas portas” e que o Itamaraty – sem os privilégios da língua franca – estaria condenado a se tornar “uma Torre de Babel”. Ver, em resposta, Fernando G. Reis. *O Concurso para o Instituto Rio Branco*, jornal *Folha de S. Paulo*, em 13 de janeiro de 2006.
- 49 Hoje, o número de candidatas mulheres aprovadas é, em média, cerca de 25% do total, com tendência relativamente crescente. Ainda é pouco, mas é um progresso considerável se lembrarmos que só em 1954 foi revogado o Decreto-Lei de 1938 que vedava discriminatoriamente o ingresso de mulheres na Carreira de Diplomata.
- 50 O “Programa de Ação Afirmativa do Instituto Rio Branco – Bolsa Prêmio de Vocação para a Diplomacia” tem a finalidade específica de “acentuar a diversidade étnica nos quadros do Itamaraty”. Foi instituído em 21 de março de 2002, em comemoração ao Dia Internacional contra a Discriminação Racial. Prestes a completar dez 10 anos de existência, o Programa já se mostrou exitoso: até o Concurso de 2011, ingressaram na carreira 17 beneficiados pela Bolsa, o que – em termos relativos ao conjunto de candidatos que se apresentam ao Concurso – é um percentual bastante mais do que satisfatório. Até 2011 (inclusive), o Programa já havia concedido 382 Bolsas (para 231 candidatos, considerando que a concessão do benefício pode ser renovado); dos beneficiados, 17 foram aprovados no exame de ingresso à carreira. Esse número é expressivo, se considerarmos o total de bolsistas e o conjunto bem maior de candidatos que se apresentam ao Concurso. Além disso, a iniciativa tem um claro efeito cumulativo e, sendo assim, a previsão é de que os resultados a longo prazo serão ainda mais compensadores. Note-se que é o único programa de ação afirmativa, dirigido a afrodescendentes, em vigor na Administração Pública brasileira.

Outro aspecto a salientar é a concessão de bolsas a estudantes estrangeiros, a partir de 1976, quando o IRBr se mudou para Brasília. De modo especial, o *Rio Branco* desenvolveu um exitoso intercâmbio com seu homólogo argentino (o *Instituto del Servicio Exterior de la Nación*, ISEN). Cumprido à risca, o sistema inclui troca regular de alunos e um programa anual de visitas mútuas; seus efeitos a longo prazo certamente se farão sentir sobre as relações bilaterais. Gradativamente, o modelo tem sido ampliado para outras Academias diplomáticas sul-americanas, com as quais o IRBr procurou ampliar seu diálogo.

Como já sugerido, a história recente da diplomacia brasileira está intimamente associada à crônica do *Rio Branco*, que tem tido o mérito de formar um corpo de funcionários representativo, obedecendo a critérios estritos de merecimento. Não faltam, dentro e fora do Brasil, testemunhos de reconhecimento quanto à qualidade de nossa diplomacia. O êxito se deve sem dúvida à continuidade de um concurso público de alto nível, juntamente com um curso respeitado. Isso não é pouco, em um país com antecedentes fortemente clientelistas e nepotistas.<sup>51</sup>

O fato é, em si mesmo, excepcional. Com o tempo, contudo, a excepcionalidade se tornou natural, na medida em que a própria instituição se consolidou. Houve, contudo, dentro da própria Casa, quem não compreendesse a regra de ouro da carreira, ou seja, o ingresso por concurso de provas e no primeiro patamar.<sup>52</sup>

---

51 Quanto ao favoritismo, não é preciso ir longe: tanto J. Nabuco como Rio Branco entraram na carreira graças à Princesa Isabel e, por coincidência, no mesmo ano. Caxias e Cotegipe, nada menos, foram os insistentes “padrinhos” da candidatura de Paranhos Jr., que ficaria por quase 20 anos no “posto [supostamente] mais rendoso da carreira”. Nem por isso, Rio Branco equilibrou suas finanças.

52 No Capítulo 12, faremos referência à chamada Comissão Leitão da Cunha – que se reuniu em 1953, na segunda gestão de João Neves da Fontoura. Na ocasião, Roberto Campos veiculou a proposta de contratar funcionários de fora do quadro, o que teria um efeito certamente danoso sobre o *Rio Branco* e eventualmente sobre a integridade de nosso Serviço Exterior. A iniciativa não teve acolhida no Relatório da Comissão.

## LENTO PROCESSO

O Brasil figura entre os primeiros países do mundo a criar sua Academia diplomática. Antes de nós, só a Espanha de Franco (1942) e a URSS de Stalin (1944) haviam tomado a iniciativa. A companhia não era das melhores, se deixarmos à parte as Academias “históricas” – uma bastante especial (a do Vaticano, que é 1701) e a outra peculiar, a da Áustria, inaugurada pela Imperatriz Maria Theresa em 1754.<sup>53</sup> Se eram poucas em 1945, são hoje muitas as Academias diplomáticas, vinculadas ou não aos respectivos Governos.

Nessas condições, feitas as comparações, o IRBr pode invocar algum crédito sob o ponto de vista de *antiguidade*, o que – na vida diplomática – conta bastante. Conta igualmente a capacidade de se adaptar a situações novas.

Depois de 1945, a atualização do Serviço Exterior foi condicionada por dois fatores: o contexto democrático e a tradição da *Casa*. Mudança e continuidade se combinaram, numa oscilação incerta. A modernização não ocorreria de forma imediata e menos ainda de uma maneira mecânica. Mas a evolução se deu sem maiores traumas, embora com divergências naturais.<sup>54</sup> Vale repetir que a fundação do IRBr precede de pouco a inauguração de um período democrático que iria durar por cerca de vinte anos – foi um prazo de carência precioso, antes do início do nefasto ciclo autoritário.

A democracia tem ritmo próprio, nem sempre rápido – não pode ser atropelada e não admite atalhos. Para a consolidação da Academia diplomática, o interregno de liberdade foi decisivo. De 1945 a 1964, houve tempo para que toda uma leva de diplomatas se formasse no respeito a

---

53 A Academia original, consoante sua prioridade, tinha o nome de *Orientliche Akademie*; foi reorganizada em 1898 como *Konsularakademie* e hoje é chamada de *Diplomatische Akademie*. Assim, embora secular, a Academia de Viena passou por soluções de continuidade. Cf. *A Short History of the Diplomatic Academy of Vienna* – publicação da *Diplomatische Akademie Wien* (2009).

54 Um exemplo: Vasco Leitão da Cunha, apesar de sua mente aberta, manifestou-se contra o que considerava “o primado do econômico”, na hierarquia de interesses da *Casa*, depois da II Guerra. Como chefe do Departamento Político e Cultural, “no tempo do João Neves”, protestou contra a inovadora tendência, pois temia que o direito e a diplomacia fossem postos “de lado” – Cf. *Id. Ibidem*, p. 21.

valores democráticos. Em 1984, com o retorno do governo civil, os diplomatas brasileiros já eram todos egressos do Instituto Rio Branco.

Dito isso, olhemos para o lado estrutural. O IRBr é a aplicação prática do princípio do mérito e da igualdade de oportunidades, o que é um requisito da democracia. Mas – é bom que se lembre – a democracia não é apenas um regime político: é um *modo de vida*, conforme já ensinava John Dewey. Por isso mesmo, é uma conquista permanente. A educação, por sua vez, é um instrumento para a continuidade democrática, tema ao qual retomaremos.

O Instituto Rio Branco reflete uma dualidade: destinado a ser um fator de continuidade, nasceu sob o signo da mudança. Foi, aliás, concebido dentro dessa ambiguidade e não poderia ser diferente. Como assinalado, o IRBr tem uma dupla missão: transmitir o legado das gerações mais antigas e incorporar o aporte das novas gerações. Se quisermos juntar as duas vertentes em uma única, poderíamos dizer que o *Rio Branco* deve exercer uma função eminentemente catalisadora, no sentido de provocar e estimular a química discreta que permite renovação sem sacrifício da harmonia.

Como se processa o equilíbrio? Por ora podemos nos fixar em um ponto: o IRBr não é, em definitivo, um centro instigador de tensões – não precisaria, mesmo se fosse esse o desígnio. Isso porque o Instituto já é, em si, uma ruptura: é palco de uma inevitável revolução branca, ditada pela sucessão natural de gerações. “Não sigam os antigos; procurem o que eles procuraram” – era o conselho que, no Japão do século XVII, o poeta andarilho Bashô costumava dar a seus seguidores mais moços. Hoje, provavelmente, o conselho não se faria mais necessário, ou talvez fosse até prudente procurar qualificá-lo em termos de moderação. De qualquer forma, o oxigênio da juventude é indispensável, sobretudo numa instituição com as características peculiares do MRE. Para o Itamaraty, uma instituição “fechada” sob outros aspectos, o *Rio Branco* constitui uma garantia de abertura para a sociedade.<sup>55</sup>

---

55 Para uma análise dessa característica, peça ao leitor que aguarde o Capítulo 21 (“O que fica do não dito...”).

O fato é que, com maior ou menor consciência, cada geração se julga portadora de uma mensagem ou de uma promessa – nos dois casos, aspira-se de alguma forma a superar o *status quo*. A mensagem pode não ser articulada e a promessa pode ser esquecida, mas o efeito cumulativo persiste. A História vai recolhendo tanto os escombros visíveis, como as frustrações mais íntimas.

Esse ponto – o da sucessão de gerações – é um fator importante, embora não isolado, no entendimento da evolução do MRE e do agenciamento de nossa política externa.<sup>56</sup>

## IDADE IGNORADA

Pela certidão oficial, o *Rio Branco* está beirando os setenta anos. Mas é essa sua idade verdadeira? Na História do Brasil – que antecede a descoberta do *Pindorama* – está embutida toda uma escola de diplomacia, o que configura uma tradição.

Ainda que tenha uma dupla certidão, o *Rio Branco* não tem a idade que ostenta oficialmente. Tem mais – ele não pode deixar de refletir o longo processo de amadurecimento de nosso serviço exterior. A rigor, o processo em questão remonta à chegada ao Brasil do Príncipe Regente de Portugal, o futuro Dom João VI, junto com a fugitiva Família Real.

É preciso recordar alguns antecedentes para melhor situar o tema. Com efeito, já em 1808, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.<sup>57</sup> Em 1821, a Secretaria incorporou em seu título

56 O tema é abordado também no Anexo B – “Os velhos soldados não morrem”.

57 Duzentos anos depois, em 2008, o IRBr já havia formado cerca de 1.524 diplomatas, desde sua criação. O Instituto foi também responsável por sete Concursos Diretos (em 1954, 55, 63, 68, 75, 77 e 78), quando foram aprovados 102 diplomatas. Somados os dois contingentes, de 1946 a 2009, 1.626 candidatos ingressaram por concurso no Serviço Exterior brasileiro. Note-se que, em cinco concursos sucessivos, a partir de 2006, foram admitidos excepcionalmente pelo menos cem candidatos por ano.

Negócios do Reino do Brasil, mas deixou de ser da Guerra – significa que, entre nós, a diplomacia deixou de ser encarada como simples subproduto da atividade militar. Feita a Independência e graças a José Bonifácio, sobretudo, a Secretaria dos Negócios Estrangeiros foi desmembrada da então Secretaria dos Negócios do Império, “encarregando cada uma dellas separadamente a um diferente Ministro”.<sup>58</sup> Isso ocorreu em 1823: a organização continuou precária, mas a repartição se tornou autônoma.

A decisão de promover o recrutamento por provas – espinha dorsal da instituição – foi tomada na gestão (1840-42) do Ministro Aureliano Coutinho, Visconde de Setetiba. Por volta de 1851/1852 – isto é, ao começar efetivamente o Segundo Império – a lei acolheu o princípio de que o ingresso na carreira diplomática, em sua etapa inicial, deveria efetivar-se por concurso público.<sup>59</sup> Estavam dados os dois parâmetros, ambos indispensáveis: ingresso por mérito e na base da pirâmide. A partir daí, a Chancelaria foi ganhando *esprit de corps* e peso político, mas com avanços e recuos.<sup>60</sup>

Na República Velha, no Governo de Prudente de Moraes, foram baixadas *Instruções para o Exame de candidatos aos lugares de Cônsules e Chanceleres* (1894). O tema continuou em pauta, mas o Barão, por institucional que fosse, não contribuiu nesse particular: ele preferia confiar no próprio critério para a escolha de seus funcionários.<sup>61</sup> Em 1927 – depois de uma interrupção de oito anos – realizou-se o concurso; isso ocorreu durante a profícua gestão do engenheiro Octávio Mangabeira (1926-30), que in-

---

58 Cf. Oliveira Castro, F.M. de – *Ibidem*, p.35.

59 *Id.* *Ibidem*, Capítulo VII, sobre a gestão de Paulino José Soares de Souza (Visconde do Uruguai), especialmente pp. 91 a 101.

60 O *Anuário* do IRBr de 1958 faz um Histórico (p. 6): “... de ensaio em ensaio, chegou-se ao sistema de seleção constante do concurso de provas. Posto reiteradamente em prática no Império, tal sistema entraria nos costumes da República... Teoricamente bom, não tardou, entretanto, que fosse ele, pouco a pouco, desvirtuado ou ladeado, ora pelo concurso de títulos, ora por outros subterfúgios, entre os quais o de repetidas equiparações de classes.[...] O Decreto nº 9.032, de 6 de março de 1946, veio sanar aquelas falhas.”

61 O critério era peculiar e, sem dúvida, é criticável pelos padrões atuais. Na época, não provocou reações e favoreceu o ingresso de novos talentos na carreira. Voltaremos ao tema oportunamente.

roduziu prova de matemática no exame.<sup>62</sup> Nos anos seguintes, a prática ganhou regularidade.<sup>63</sup>

Já no início da Segunda República, a exigência de concurso foi reiterada pelo Decreto nº 19.592 de 1931. Além disso, como já assinalado, na gestão do Ministro Felix Cavalcanti de Lacerda, o Decreto nº 24.487 – de 28 de junho de 1934 – determinou a organização na Secretaria de Estado de um “Curso de Aperfeiçoamento nos Serviços Diplomático e Consular”, uma espécie de curso-extra de pós-graduação para jovens diplomatas em caráter opcional e com sentido de especialização.<sup>64</sup>

Se havia um Curso de Aperfeiçoamento, por que não instituir um Curso de Formação?<sup>65</sup> A ideia estava no ar, mas o projeto em si custou a ganhar um contorno mais concreto. O centenário de nascimento do Barão ofereceu a *janela de oportunidade* para que a iniciativa assumisse forma operacional. Cerca de um século depois das iniciativas pioneiras de Aureliano Coutinho, foi finalmente colocada a pedra que faltava para rematar a abóboda.

Em suma, a “estória” do *Rio Branco* começa muito antes de sua criação – é um desdobramento da história de nosso Serviço Exterior. Para dizer de outro modo, o IRBr se insere em um longo processo positivo de burocratização, dentro de padrões weberianos, mas não inteiramente

---

62 Houve 20 candidatos e foram aprovados dois: Vasco Leitão da Cunha e Décio Moura (Secretário-Geral em 1958).

63 Roberto Campos fez o Concurso de 1938 (Turma de 1939), que aprovou dezoito candidatos, entre os quais Henrique Rodrigues Vale e Carlos Alfredo Bernardes (este último foi Ministro de Estado interino em 1963, na gestão de San Tiago Dantas). Gibson Barboza e Saraiva Guerreiro, colegas de turma, ingressaram no concurso de 1939; Araújo Castro, em 1940; Azeredo da Silveira, em 1941.

64 Os *Anuários* do IRBr guardam registro da continuidade desse curso de 1947 até o fim dos anos 50. O CAD atual remonta a 1975.

65 “O Instituto Rio Branco, quando foi fundado, não era como hoje. Depois é que se tornou condição *sine qua non* para a entrada na carreira. Começou como uma instituição cultural, no sentido de que se mandavam os diplomatas fazerem lá um estágio sobre diplomacia, um curso de aperfeiçoamento. Depois mudou. Foi quando se levou para lá a ideia do concurso, já que o DASP não iria mais fazê-lo.” Leitão da Cunha, V. – *Ibidem*, p.173.

weberianos.<sup>66</sup> É uma “estória” que pode ser contada de diferentes maneiras. Vamos procurar analisá-la sem apartar a teoria da prática, mantendo a perspectiva da experiência vivida e com o objetivo final de extrair lições para a educação diplomática. Nesse sentido, será útil confrontar modelos.

\*

---

66 Traços weberianos de nossa burocracia diplomática – além do ingresso por concurso público no grau inicial da carreira – foram pioneiramente estudados na tese de Zairo Borges Cheibub já citada (*Diplomacia, Diplomatas e Política Externa: Aspectos do Processo de institucionalização do Itamaraty, 1984*). Seria interessante avaliar também em que medida o Itamaraty não corresponde ao tipo ideal de burocracia, já que a administração interna comporta critérios nem sempre objetivos.



# PARTE I – CONTRASTES

*“... a vocação de descobrir e encobrir. Toda diplomacia está nestes dois verbos parentes”.<sup>67</sup>*

*Machado de Assis*

---

<sup>67</sup> Machado de Assis. *Esau e Jacó*, Cap. XCVIII, p. 1068, in *Obras Completas – I*, Ed. Aguilar (1962), fonte das demais citações.



### 3. Alma diplomática

---

#### VERBOS PARENTES

Então Machado de Assis – quem diria? – foi um diplomata frustrado! Isso nos leva a imaginar *que* diplomata ele poderia ter sido, conjectura que talvez nos ajude a melhor situar nosso tema.

Devemos começar por ilustrar a vocação secreta do escritor. Lembremos que no *Memorial* – que é um testamento literário – Machado confere o papel de *alter ego* ao Conselheiro Aires, um diplomata dos tempos do Império. A última entrada no diário é ainda anterior à proclamação da República. O personagem – que já fizera sua aparição em *Esau e Jacó*, romance anterior – “retorna definitivamente da Europa” em 1888. Ao voltar a seu Catete e a sua “língua”, Aires parece recuperar sua identidade – é um brasileiro autêntico e bem carioca. Não perde a jovialidade: entrado em anos, o distinto senhor não se inibe em *pegar* o bonde em movimento.<sup>68</sup> Não desdenhava o prazer moleque e talvez fosse movido por um resto de vício profissional: “– Questão de costume. As pernas saltam por si mesmas”.<sup>69</sup>

Já aposentado, o Conselheiro é cioso de sua serenidade. Isso não o impede, guardando distância, de envolver-se contemplativamente com os

---

68 “No Catete, alguém entrou de salto, sem fazer parar o veículo. Adivinha que era o conselheiro...” – M.de Assis. *Esau e Jacó*, cap. XXXVIII – “Chegada a propósito”.

69 Id. *Ibidem*.

acontecimentos a sua volta, permitindo-se fazer comentários. Julgamentos, não, mesmo porque tinha “tédio à controvérsia”. Mais do que isso: “Sendo tolerante, [ele] professava virtualmente todas as crenças deste mundo”.<sup>70</sup> Mas não nos enganemos – o Conselheiro não é um crédulo. Nosso ícone tinha seu lado indulgente e seu lado descrente.

Na rica obra do mestre, o *Memorial* é certamente um livro único, que sustenta – do começo ao fim – um clima de absoluta suavidade. Chega a ser melodioso em certas passagens, como no parágrafo inicial: *Ora bem, faz hoje um ano...* É uma escrita terapêutica, podemos dizer: vale por um calmante, sem contraindicações. O escritor, tido por amargo, faz as pazes com a vida. Em retrospecto, sabemos que é um gesto de despedida. O ajuste de contas é positivo, tanto pela música como pela letra: a melancolia resistente é dissolvida pela compreensão madura. Não se trata de conformismo ou de acomodação – sem dizê-lo, o diário é um exercício natural de purificação. Aires realiza uma verdadeira catarse. Com isso, Machado assume também, ainda que indiretamente, sua *outra* vocação ou – mais uma ironia? – “a ausência de vocação”.<sup>71</sup> É o ponto que nos interessa.

Não é que Machado crie ilusões sobre a vida profissional do ex-diplomata: na *Advertência* que precede o diário, ele confia que o memorialista “... não representou papel eminente neste mundo: percorreu a carreira diplomática e aposentou-se”.<sup>72</sup> O perfil não poderia ser mais discreto, para não dizer anódino. Contudo, em meio à história dos gêmeos (*Esaú e Jacó*), o Aires – a quem o autor atribui à narração – se declara um “diplomata excelente, apesar da aventura de Caracas...”.<sup>73</sup> Logo depois desse duvidoso autoelogio, o

---

70 Id. lb. Cap. XXXVIII (“Chegada a Propósito”), p. 991.

71 Machado de Assis. *Esaú e Jacó*, Capítulo XL (“Recuerdos”), p. 996. in *Obras Completas* – I, Ed. Aguilar (1962), fonte das demais citações.

72 Em meio ao *Memorial* (27 de agosto, 1888), o narrador reconhece: “A diplomacia que exerci em minha vida era antes função decorativa que outra coisa; não fiz tratados de comércio nem de limites, não celebrei alianças de guerra; podia acomodar-me às melodias de sala ou de gabinete...”.

73 Machado de Assis. *Esaú e Jacó*, Cap. XCVIII (“O médico Aires”). A “aventura” é relatada no Cap. XL (“Recuerdos”), em que a trova andaluza – entoada por Carmen, que “era de Sevilha” – substitui com vantagem (e anterioridade) as *Petites Madeleines* da infância de Marcel Proust.

Conselheiro faz a reflexão já destacada acima em epígrafe: “... a vocação de descobrir e encobrir. Toda diplomacia está nestes dois verbos parentes”.<sup>74</sup>

Basta essa frase para mostrar que Machado de Assis, por intuição que seja, tinha um conhecimento íntimo do ofício diplomático. Ele trata o grave de forma trivial (ou vice-versa), mas o comentário não é casual nem retórico, mesmo porque “esse Aires”<sup>75</sup> tem duplo conhecimento de causa: além de ser do ramo, é porta-voz de um mestre do disfarce na vida e na literatura. Ora, talvez a diplomacia fosse atraente para o desconfiado romancista justamente por sua natureza equívoca, sua ambiguidade, seu claro-escuro.<sup>76</sup> A matéria da diplomacia é a própria vida. Estamos, já se vê, diante de uma questão de certa complexidade, que é “uma palavra-problema e não uma palavra-solução”.<sup>77</sup> Complexo não quer dizer complicado – quer dizer que não se presta a um entendimento simplista.

A citação de Machado evoca justamente o conceito grego de verdade (*aletheia*<sup>78</sup>) e nos remete assim aos albores da própria filosofia e ao cerne – esse permanente jogo de luzes – do escritor-feiticeiro. Não, o encanto de Machado pela carreira não era superficial, nem se esgotava em seu conhecido anseio de ascensão social. Mesmo antes do ingresso do Conselheiro na galeria machadiana, são muitos os sinais que sugerem a vocação reprimida. Para começar, nas crônicas do escritor – e também nos

---

74 Idem, *Esau e Jacó*, Cap. XCVIII, p. 1068.

75 Id. Ib. Cap. XII, p. 962.

76 Nesse contexto, o “tratado” de Torquato Accetto – *Della dissimulazione onesta* (1641) – merece menção a duplo título: o napolitano foi um adepto do disfarce e um paradiplomata, como secretário particular de alguns poderosos. A obra só foi redescoberta em 1928, graças a Benedetto Croce, o que exclui a possibilidade de que Machado a tivesse conhecido.

77 Morin, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo* (2005), p. 6.

78 O prefixo de negatividade da palavra grega para *verdade* (*a-letheia*) é indicativo do movimento entre *encobrimento* e *des-cobrimento*. Para os pré-socráticos, conforme sustenta Heidegger, verdade é *des-nudamento*, *re-velação* (*alumbramento* seria uma tradução expressiva), antes de ser conformidade entre a mente e o objeto, entre o pensamento e o pensado. Vale lembrar, a propósito, que Machado era leitor assíduo da Bíblia e certamente terá refletido sobre os seguintes versículos do *Livro de Jó* (28-20, 21): “De onde vem pois a sabedoria? Onde está o jazigo da inteligência? Um véu a oculta de todos os viventes...”. Um fragmento de Heráclito ensina: “A realidade se compraz em ocultar-se”.

romances<sup>79</sup> – pipocam as referências aos fatos da vida internacional, cuja contingência é em geral sublinhada por alguma reflexão além do episódico. Conspicuamente, não faltam diplomatas nessa literatura sempre medida e calculada, nem há carência de ambições por cargos de prestígio: “Deve ser um vinho enérgico a política”, ruminava o Brás Cubas.<sup>80</sup>

Embora acusado de absenteísta, Machado – sempre atento à existência em geral – não desdenhava a política do dia a dia, fonte segura de inspiração. Mas ele mantinha as devidas proporções. Na política, o que interessava a Machado não era propriamente a política corrente e fortuita, mas o *político*, ou seja, a essência da política.<sup>81</sup> Em geral, para fazer a separação, ele usava o reagente (ou antídoto) da ironia, sem prejuízo de apelar para os clássicos e para a história. Com efeito, o tema do *político* é recorrente ao longo da extensa obra machadiana e um bom exemplo é a versão provinciana de Maquiavel no conto *Teoria do Medalhão*. “Há cousas em que a observação desmente a teoria”, diz o pai solícito ao filho que completa 21 anos. Depois da longa lista de conselhos, ele conclui a conversa invocando *O Príncipe*.<sup>82</sup> Vem a propósito a referência. A sátira machadiana é certa, mas não é menos certo que a ciência do Florentino não nasceu de caprichos teóricos – emergiu, sim, de forma sofrida, dos golpes do destino. Para comprová-lo, basta reler a *Dedicatória* da “compacta” obra-prima, fruto de “una lunga esperienza delle cose...” Trata-se nos dois casos de enfrentar a fortuna: pode-se fazê-lo com amargura ou com riso.

---

79 Um bom exemplo está no *Dom Casmurro*, Capítulo XC (*A Polêmica*), que evoca a Guerra da Crimeia.

80 Machado de Assis. *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, Cap. LIX.

81 Para a distinção, nesses termos, ver Julien Freund. *L'Essence du Politique* (1965).

82 Machado de Assis. *Papéis Avulsos* (1882).

## COMPASSO E PORRETE

Alguns anos depois de ter escrito *Teoria do Medalhão*, numa veia contrastante, Machado de Assis nos brindou com uma de suas melhores metáforas sobre a arte da política. É a passagem em que ele descreve o talento precoce de Aires para a diplomacia:

*Na escola não briguei com ninguém, ouvia o mestre, ouvia os companheiros, e se alguma vez estes eram extremados e discutiam, eu fazia da minha alma um compasso que abria a ponta aos dois extremos.*<sup>83</sup>

Agora, cabe a pergunta: o que tem isso a ver com nosso tema? Muito, em se tratando daquele que reconhecidamente é nosso maior escritor e um fino observador do seu tempo e de todos os tempos. A arte é a única história social verdadeira e umas poucas linhas de Machado nos dizem mais sobre nossa formação do que muitas teses de doutorado. É o caso da metáfora do compasso, que revela um traço profundo da maneira brasileira de ser, bem presente em nossa política externa. O compasso cria um espaço de inclusão – figurativamente, ele abre os braços, o que é consistente com a inclinação natural para *ouvir*. O memorialista toca aqui em um ponto importante: o diplomata deve saber *ouvir*, virtude antiga que os tempos modernos negligenciam em favor da visão. Mas é a fala que conta para o “vidente” Tirésias no mito de Édipo. Da mesma forma, os que buscavam o Oráculo de Delfos deviam escutar; foi também o que fez Moisés diante do sargaço de fogo que escondia Jeová.

Por contraste com o *porrete* de Theodore (Ted) Roosevelt, que foi contemporâneo do Barão e de Machado, a diplomacia de Rio Branco bem poderia ter como símbolo o *compasso*, sem que haja com isso qualquer insinuação maçônica. Aos dois brasileiros, não ocorreria preconizar a política do *big stick*, caso o aliciante da cenoura falhasse. Nossa tradição é outra. E qual é ela, mais precisamente?

---

83 Idem. *Memorial de Aires* (entrada “18 de setembro”), p. 1149.

Nada obsta que avancemos a tese implícita no texto acima citado: o Brasil tem alma diplomática e o “nosso Aires” é um guia para decifrá-la. Seria prudente, contudo, ir por etapas, à moda do próprio Machado, buscando “a oportunidade de uma pílula”.<sup>84</sup> Por enquanto, vamos reconhecer que o personagem de Machado de Assis corresponde a um *tipo ideal*, particularmente significativo no sentido de que a diplomacia está presente na *consciência coletiva* dos brasileiros.

É possível, contudo, que o Conselheiro possa não satisfazer todos os gostos. Ele talvez pareça anacrônico: afinal, é um homem curtido pela vida e com poucas ilusões. Ele ironiza, por exemplo, a proclamação da República contando o delicioso episódio da tabuleta, subitamente desatualizada, da *Confeitaria do Império*. Aliás, esse capítulo de *Esau e Jacó* é uma bela exibição de virtuosismo negociador por parte do diplomata, que oferece as alternativas mais engenhosas ao pobre Custódio, o proprietário do tradicional estabelecimento, que se sente atropelado pela história.<sup>85</sup> As sucessivas sugestões, contudo, são descartadas por um pretexto ou outro. No final, mais uma ironia: o leitor fica sem saber se a tabuleta da confeitaria foi ou não reformada. O que o narrador nos conta, em breve linhas, é que Custódio ficou “com todo o seu desespero”.

A anedota é menos inocente do que parece. Ela nos recorda o dilema do *logos*: as palavras faltam ou sobram, mas dificilmente conseguem ser justas por inteiro. A aflição de Custódio é provocada por preocupação bem prática: não quer ter despesas extras com o emblema do tradicional estabelecimento. Na verdade, contudo, o drama do negociante é uma metáfora da frustração do próprio homem, em seu permanente afã de *dar nome* às coisas. Aliás, como escreveu Anísio Teixeira, “a sabedoria das certezas imutáveis, a saciada e monótona felicidade do homem sem desejos e sem perturbações, não foi roubada por nenhum Prometeu, mas por um

---

84 Id., *Esau e Jacó*, Cap. XII (“Esse Aires”), p. 963; a citação seguinte está na mesma página.

85 Id. Ib. Cap. LXIII (“Tabuleta Nova”).



caixeiro-viajante”.<sup>86</sup> O demônio da dúvida pode assumir as feições mais triviais. No caso, a retórica bem intencionada de Aires não resolve o problema metafísico, mas o ilustra com graça e sem solenidade.

Vejamos agora um outro caso de “ausência de vocação”.

\*

---

86 Teixeira, Anísio. *Em marcha para a democracia: à margem dos Estados Unidos* (1934); edição brasileira (2007), p. 103.



## 4. Uma certa lanterna

---

### “DIPLOMATA INFIEL”

As *Memórias*<sup>87</sup> de Roberto Campos constituem um depoimento rico e valioso, que merece ser analisado com o mesmo espírito crítico que o autor timbrou sempre em exercitar. Qualquer avaliação nesse sentido deve ser precedida pelo reconhecimento de que o poder de fogo da inteligência de Campos é assombroso. Poucos o igualaram, entre nós, na engenharia de fórmulas compactas e de argumentos sofisticados. Tinha uma capacidade tentacular para abranger seu universo de análise. Ao mesmo tempo, como um polvo, ele chupava o sangue da realidade em volta – essa parecia morrer de inanição, dentro da ótica campista. Esse paradoxo mantém o fascínio intelectual de uma figura certamente controversa.

Começemos pelo ângulo que nos interessa particularmente neste ensaio. Não sem certo orgulho, Roberto Campos se considerou “um diplomata infiel ao Itamaraty”, que ele – cedendo ao estereótipo – não dispensa de chamar, logo no começo de suas abundantes memórias, de “o Butantã da Rua Larga”.<sup>88</sup> Se assim é, Campos foi uma das espécimes mais venenosas desse serpentário.

---

87 Campos, Roberto. *A Lanterna na Popa – Memórias*, 2 volumes (1994). O subtítulo é conotado pelo título principal; logo analisaremos este ponto.

88 Id. *Ibidem*, p. 863.

Para provar a nova infidelidade do padre-que-não-foi, ele não se contenta com uma evidência – aponta duas: manteve-se distante da Secretaria de Estado e assumiu a heresia. Nem por isso a tese fica provada: infidelidade não é uma questão simples de troca de vassalagem. Para ser infiel, é preciso antes ter sido fiel. Ora, fiel Campos não foi jamais, exceto à imagem que tinha de si próprio e essa era altamente duvidosa. Além disso, como estilo, a declaração é bombástica – há nela uma implícita reivindicação de independência e de autenticidade, presunção gratuita nesse caso.

Note-se, por exemplo, que o mesmo Campos invoca tranquilamente sua condição de “funcionário de carreira” para justificar sua delicada “missão” como Embaixador de Jango Goulart nos EUA. Ele pretende que não estava “fazendo uma opção ideológica”.<sup>89</sup> A rigor, estava, pois se viu constrangido a honrar sua função e a sustentar o que para ele era dificilmente sustentável, além de pessoalmente desagradável: “Vi-me na esquisita posição de defender no exterior políticas que acerbamente combatia *intramuros*”.<sup>90</sup> Questão de orgulho profissional, chega a citar Talleyrand: “Os diplomatas usam as palavras para ocultar o pensamento”.<sup>91</sup> Campos sabia do que estava falando: fazia da lógica uma armadilha, na velha prática escolástica.

Em sua segunda estada em Washington, já como Embaixador (1961-63), o diplomata teve o grande momento de sua carreira. Ele relata com detalhes suas conversas com Kennedy, que rapidamente se rendeu à informalidade e se abriu com o representante recém-credenciado. Foi em abril de 1962, cerca de cinco meses após o “desastre” (fiasco?) da Baía dos Porcos. Logo depois, em novembro, Campos assistiu de perto o desenrolar da crise dos mísseis em Cuba, uma *situação-limite* como poucas na vida internacional. Coube-lhe também velar pelo difícil êxito da visita de João Goulart. Ainda estava nos EUA quando ocorreu a tragédia de Dallas e a morte trágica de Jack Kennedy.

---

89 Id. *Ibidem*, p. 441.

90 Id. *Ibidem*, p. 459.

91 Id. *Ibidem*, p. 446.

Os grandes eventos foram muitos no período. Ao deixar o posto, em janeiro de 1964, o Embaixador brasileiro mereceu um editorial de elogio no *Washington Post* – ao fazer o registro, o memorialista acrescenta que se tratava de “um comentário pouco habitual sobre a partida de um diplomata”.<sup>92</sup> Para um suposto “infiel”, o registro e o comentário não deixam de surpreender, dando de barato o escorregão da vaidade. Se pensarmos duas vezes, talvez suspeitemos que o elogio pudesse ser um *beijo da morte* em termos de reputação: certamente, os EUA não poderiam ter um melhor Embaixador.

O comentário do prestigioso *Post* salienta “the exceptionally difficult task” que o Embaixador soube enfrentar “without doing violence to fact”. A referência ao *fato* é avisada; quanto à falta de violência, é uma avaliação bastante discutível. A rigor, em política, não existe a *verdade* – existem fatos. O real é como ele é, ou como ele está, ou ainda como aparenta ser. Campos se atém aos fatos, mas não resiste à tentação de manipulá-los. De maneira quase religiosa, ele assume que sabe a *verdade*, quando na realidade usa o poder do raciocínio para acomodar os fatos à *sua* verdade. Há aqui um resquício do Seminário: os jesuítas – ou alguns deles – se tornaram exímios em aplicar essa técnica, que fez também a fama dos sofistas em tempos mais distantes. Aí está: Campos se sentia profissionalmente esquizofrênico porque era entranhadamente sofista.

Mas o Embaixador em Washington não tinha por que se sentir culpado de “duplicidade”. Nesse particular, poderia invocar uma isenção plenária, que não era apenas funcional – era cognitiva: quem podia assegurar que seus argumentos em defesa do Brasil de João Goulart não eram válidos? Mas essa é uma perspectiva hermenêutica, ignorada pelo futuro Ministro do regime militar, que se considerava um intelectual atualizado. Àquela altura, a filosofia já havia posto a razão instrumental no banco dos réus – desde o começo do século, pelo menos, o *cogito* cartesiano vinha sendo

---

92 Id. *Ibidem*, p. 542.

questionado. Depois da guerra, o processo se ativou em várias frentes e as noções tradicionais de sujeito e verdade foram revistas.<sup>93</sup>

Seria mais fácil (e honesto) reconhecer que a verdade sofre as injunções da finitude humana – de certa forma, ela é inevitavelmente *esquizo-frênica*, a ponto de muitos duvidarem de sua existência, a começar pelo Pilatos bíblico. Essa limitação não entrava no horizonte de Campos, apesar (ou por causa) de sua formação escolástica. Acresce o fato de que o Embaixador possuía uma mente poderosamente discursiva: para ele, a razão era invariavelmente unívoca, a própria. Ora, se a razão não fosse múltipla, os diplomatas não teriam serventia.

## PARCERIA SELETIVA

Salvo referências sumárias e nem sempre corretas<sup>94</sup>, não há nas *Memórias* qualquer reflexo de inquietação filosófica: a vida se reduz a uma equação econômica. O capítulo intitulado “Os Paradigmas da Modernidade”, apesar da grandiloquência, não é mais do que uma coleção de diatribes contra o Itamaraty, além de algumas obviedades e da altaneira afirmação de que “o Terceiro Mundo nunca existiu”.<sup>95</sup> A propósito, quanto ao último ponto, caberia ponderar que esse é um exemplo típico de argumento sofista: nega-se a realidade em função da palavra. O *Tiers Monde* existiu e

---

93 Entre nós, ilustra a atualidade do tema o livro de Alceu Amoroso Lima. *O Existencialismo e outros mitos de nosso tempo* (1951). Para uma crítica do pensamento tomista aí exposto, ver os incisivos artigos de Sergio Buarque de Holanda publicados no *Diário Carioca* em março de 1951 (in *Escritos Coligidos*, Livro II – 1950/1979).

94 Serve de exemplo a comparação feita entre Raymond Aron, “um grande filósofo social”, e Jean-Paul Sartre, sumariamente desqualificado como “o xodó das esquerdas”. [Id. *Ibidem*, p. 147]. Em outra passagem, Campos escreve, com intuito depreciativo, que “a *intelligentsia* francesa se deixara seduzir pelo marxismo existencialista de J. P. Sartre e de Louis Althusser”. [Id. *Ibidem*, p. 1024]. Sartre foi existencialista antes de ser marxista; quanto a Althusser, certamente não foi existencialista. Campos exagerava em sua erudição.

95 Id. *Ibidem*, p. 873.

existe – se o *nome* se revelou insatisfatório, pelo menos gerou outros, mais próximos de uma realidade mutante. A crítica de Campos era capenga, embora vestida no rigor da moda de então.

Ao rejeitar o MRE, pequeno demais para sua grandeza, Campos ignora solenemente que, sem as oportunidades que o Serviço Exterior lhe proporcionou, ele não teria sido o que foi. Para começar, não teria podido estudar economia nos EUA, nem se liberar (não totalmente) do mofo da batina e dos vezos de caipira. Na verdade, ele confessa mais do que pretende: não foi infiel apenas ao Itamaraty. Aos olhos de muitos, *Bob Fields* foi infiel à nacionalidade – queria porque queria ter nascido em um país do Primeiro Mundo, já que execrava o Segundo e não admitia a existência de um Terceiro.

Se Campos maltratou sua corporação de origem, também recebeu o devido: nunca aceitou ao panteão da *Casa*. Quero dizer que não é um ícone venerado, a despeito do fato de que – tudo somado – foi bem-sucedido em sua carreira pública. O próprio Campos admitiu que não seria “um farol para futuras gerações”.<sup>96</sup> Nisso teve toda razão. Em definitivo, ele não é cultuado pelos jovens diplomatas, ainda que desperte curiosidade histórica.

O caso é paradoxal porque Campos teve oportunidade de exercer um poder intelectual e administrativo talvez sem comparação com seus pares, contemporâneos ou não. Em determinado momento, ainda que por delegação, ele teve comando decisivo sobre os destinos do Brasil: (re)planejou a história nacional, para o bem ou para o mal. O jornalista Paulo Francis – depois de convertido ao modo de vida americano – chegou a comparar Roberto Campos a Getúlio Vargas como “um dos fundadores do Brasil moderno”. Em termos nacionais, como membro destacado de um governo discricionário, o Ministro do Planejamento dispunha de um poder difuso que o próprio Rio Branco – cujo feudo era localizado – não chegou a ter.

Quanto ao Itamaraty, o mato-grossense sempre manteve uma postura ressentida de quem veio *de fora*. Com isso, assegurou-se o direito de participar dos lucros sem incorrer nos custos: podia ser ferino e mordaz

---

96 Id. *Ibidem*, p. 22.

quando lhe apetecia. Isso não desmerece o valor do espírito crítico, que – em princípio – é sempre sadio, contanto que não esteja isento da própria crítica. No caso de Campos, o alvo não foi apenas o Itamaraty – foi o Brasil e, de resto, toda a sociedade. Curiosamente, o crítico não escapou de sua própria sanha, ainda que de forma dissimulada, em temas até surpreendentes.<sup>97</sup> Não se passa incólume por um convento, onde as regras são rígidas e, por força do hábito, ficam introjetadas.

No âmbito que nos toca mais diretamente neste estudo, Campos tachou de “malabarismos intelectuais” e de “compensação psicológica” a *política de independência* de Afonso Arinos e depois de San Tiago Dantas, a quem fazia a deferência de um crédito malicioso: o de representar a “esquerda positiva”.<sup>98</sup> Sobre a PEI, vangloriou-se de ter cunhado uma *frase de efeito*: “A expressão independente aplicada à política é como o mamilo do homem: não é útil nem ornamental”.<sup>99</sup> Não é bem assim, e Campos devia saber por experiência própria.

A despeito de sua estreita associação com o então Chanceler San Tiago Dantas, percebe-se o prazer com que Campos cita a ironia do Presidente Kennedy, ao dizer que os EUA – não sendo um “país pequeno” – não podia se dar ao luxo da independência em matéria de política externa: a Superpotência não estava imune à “injunção de consultar os aliados, não provocar os inimigos e não alienar os amigos”.<sup>100</sup> O argumento é habilidoso, mas é enganoso: ignora a distinção corrente entre liberdade de

---

97 Aqui e ali, o autor toca no tema privado da “concupiscência” e do “pecado”. Dir-se-ia que o tom semiculposo aparenta uma respeitabilidade pudica, que ainda cheira a batina. Sem mais aquela, Campos guarda para o antepenúltimo parágrafo das *Memórias* uma *confissão* mais explícita: “... tendo tido uma adolescência reprimida, com jejum e cilício de claustro, procurei usar galhardamente o direito de pecar...”. E conclui como quem presta satisfação para a posteridade: “Não fui veado... Nem atleta sexual” (*sic*). Cf. Id, *Ibidem*, p. 1283. Sobre o sexo oposto, note-se o seguinte comentário, que é um índice constrangedor de maturidade emocional: “Só Deus entende as mulheres. Ou melhor, só o diabo.” – Id. *Ibidem*, p. 232.

98 Id. *Ibidem*, p. 843.

99 Id. *Ibidem*, p. 882.

100 Id. *Ibidem*, p. 450.



(negativa ou passiva) e liberdade *para* (positiva ou ativa), distinção que – nesse caso – é perfeitamente aplicável.<sup>101</sup>

Campos é sistematicamente agressivo, sabendo que é mais difícil contestar caricaturas ou mesmo simples presunções. Ele usava sem cerimônia o recurso de desqualificar seus oponentes *in limine*, mas não se tem conhecimento de que ele próprio tenha deixado uma contribuição duradoura para a diplomacia brasileira. De sua proclamada “Doutrina da Parceria Seletiva” não ficou qualquer rastro – aliás, para usar o argumento da redundância por ele invocado, *parceria* implica escolha e, portanto, é sempre *seletiva*.

## ASTÚCIA CASTIGADA

Se Campos é ainda lembrado em matéria de política externa, é sob uma ótica negativa. Por quê? Ao contrário do que possa parecer, o motivo principal não é a ideologia política – o tempo acaba minimizando certas diferenças doutrinárias ou as torna irrelevantes. A Guerra Fria virou uma peça de museu, como tantas outras na história da humanidade. Submeto, como já indicado acima, que a explicação deve ser buscada em outro nível: o nível da percepção. O que ficou datado, o que cheira aos anos 50, não é propriamente o conteúdo da visão de Campos, que sempre terá simpatizantes, dependendo da inclinação política. O que hoje soa anacrônico, isso sim, é seu *modo* de ver. É esse o ponto que nos interessa – a pessoa no caso é apenas um pretexto ou uma consequência.

No caso de Campos, a teoria manipulou a *práxis*. Seu conservadorismo – ou reacionarismo – foi o subproduto de uma maneira de pensar. Ele podia ter – e tinha – talento excepcional como homem público; era, ademais, um polemista respeitável e um intelectual preocupado com seu tempo. E o mais

---

<sup>101</sup> Mais recentemente, um *locus* famoso da distinção é Berlin, Isaiah. “Dois conceitos de Liberdade”, conferência feita em 1958 na Universidade de Oxford e reproduzida em *Four Essays on Liberty* (1969). Embora objeto de críticas (ver Charles Taylor), a distinção se sustenta.

importante: tinha sorte – os desafios que enfrentou pareciam talhados na sua medida. Mas onde a virtude vira rotina, logo se aloja o vício.

Ao arrepio do conselho de Schumpeter, ele se esmerava em “transformar um ponto de vista em uma questão de princípio”, com a cobertura sistemática de uma enganosa pirotecnia verbal.<sup>102</sup> No capítulo final de seu inventário de vida, o autor se lamenta de forma algo surpreendente: “Se tivesse que fazer uma autocrítica, diria que fui antes um pregador de ideias do que um operador eficaz...”.<sup>103</sup> Campos não faz inteira justiça a si mesmo: um simples pregador!? Foi muito além: “Entreguei-me demasiado ao exorcismo de demônios ideológicos”.<sup>104</sup> Talvez tenha cometido o mesmo equívoco que atribui a Carlos Lacerda: “... desperdiçava talento na busca de falsos inimigos”.<sup>105</sup>

Note-se que quando passou para o *outro lado da cerca*<sup>106</sup> – o que incluiu aventuras no setor empresarial – Campos recolheu “um bom saldo de frustrações”<sup>107</sup>, como ele constata, ao mesmo tempo em que se preocupa – com detalhes contábeis – em ressaltar sua responsabilidade. Quando entram em contato mais direto com as injunções da prática, quando se deparam com a irracionalidade do real, os intelectuais percebem que a teoria não é autossuficiente. As mentes puramente discursivas tendem a propor soluções para tudo e, com isso, criam problemas que depois não sabem resolver ao vivo e a frio. Muitos, contudo, relutam em aprender a lição. Para o onisciente “pregador” Roberto Campos, o erro nunca é da teoria: quando algo dá errado, é porque os fatos se *recusaram* teimosamente a acontecer. A vocação classificatória é irresistível.<sup>108</sup>

---

102 Um exemplo, entre outros, é o neologismo *nacionaliteiros*, produzido pelo autor para melhor depreciar seus adversários no debate da “batalha da informática”. Id. *Ibidem*, p. 1099.

103 Id. *Ibidem*, p. 1282.

104 Id. *Ibidem*, p. 1280.

105 Id. *Ibidem*, p. 837.

106 Id. *Ibidem*, Capítulo XVI.

107 Id. *Ibidem*, p. 890.

108 Havia algo de premonitório no juízo maldoso de Gilberto Amado, citado pelo próprio memorialista: “Esse Campos é um bom rapaz, mas tem dois defeitos. Faltam-lhe qualidades cênicas e gosta muito de organizar o pensamento alheio”. – Id. *Ibidem*, p. 99.

Roberto Campos tinha uma poderosa capacidade de persuasão, embora ele valorizasse mais sua “capacidade de compreensão e de previsão”.<sup>109</sup> Ao mesmo tempo, ele lamenta sua escassa “capacidade de acomodação”, o que teria prejudicado o homem público.<sup>110</sup> Nada disso significa que fosse amante do diálogo maiêutico, como já ilustrado. Quando convencia, era mais pelo brilho, pela contundência e pela agilidade de seu discurso.

Como Embaixador, Campos foi reconhecidamente competente, primeiro no multilateral e depois nas duas capitais mais importantes do mundo, na época. Quando queria, ele sabia *fazer diplomacia*, com a ressalva de que tinha uma política externa própria. Como “infel” declarado, não podia senão realizar uma diplomacia também infel. A propósito, Campos escreveu algo lapidar: “... a diplomacia pode formular a política de seu país e não apenas interpretá-la”. Cita como exemplo Talleyrand, “o mágico que transformara a derrota de Napoleão no ponto de partida para a reabilitação da França”.<sup>111</sup> De sua parte, Campos pretendeu *reabilitar* o Brasil, mas ignorando o Brasil.

Campos foi infel por convicção e, sobretudo, por um irresistível personalismo. Em seu delírio fáustico, o *ego* vinha sempre em primeiro lugar. O Estado brasileiro seria apenas um dado do problema. Aliás, nosso personagem manteve uma guerra permanente com o Leviatã nacional – ele tinha o mesmo temor liberal de Octavio Paz, invocado a revelia no *Epílogo*. Segundo o grande poeta e ensaísta mexicano, “o Estado é um pai terrível”.<sup>112</sup> Sugestiva associação, que autoriza a pensar que – também na vida pública – a figura paterna é um fantasma a ser neutralizado.<sup>113</sup> Já que não se pode competir com o *ogro filantrópico*, o melhor a fazer é tentar assumir seu comando.

---

109 Id. *Ibidem*, p. 1265.

110 Id. *Ibidem*, p. 1282. Sobre sua carreira de “policrata”, Campos conclui com desgosto: “Na realidade, minha vida no Senado foi uma sucessão de batalhas perdidas” [p. 1080].

111 Id. *Ibidem*, p. 937.

112 Id. *Ibidem*, p. 1282.

113 Não é irrelevante notar que o memorialista tem apenas “nevoentas recordações” do pai. [Id. *Ibidem*, p. 121]. A figura da mãe, orgulhosa e batalhadora [vide p. 135], é claramente dominante na formação e na psicologia do menino competitivo, que quer vencer na vida.

Feitas as ressalvas, poderíamos avançar um pouco mais e dizer que Campos – a despeito de seu brilho intelectual – não tinha a humildade profissional que é indispensável a um diplomata. Esse é obviamente obrigado a argumentar, mas não precisa necessariamente ficar com a última palavra e muito menos deixar essa impressão. Com frequência, é mais inteligente permitir que o interlocutor *pense* que tem razão, depois que incorporou o ponto de vista desejado. Nisso reside a verdadeira dificuldade e, em consequência, a exigência de arte.

Nas *Memórias*, fica patente que Campos jamais admitiu que o *outro* ganhasse a discussão – como Metternich, “reservou-se para si mesmo o privilégio de nunca estar errado”.<sup>114</sup> Por lógica ou por intuição (essa mais rara), ele estava sempre certo.<sup>115</sup> No máximo, compartilhava equívocos, mas quando em boa companhia e para pretextar isenção: “Kennedy e eu rivalizávamos em ser maus profetas!”.<sup>116</sup> A autocrítica era jocosa mas o plural é majestático.

Decididamente, a inteligência gosta de pregar peças nos inteligentes, como alertava o Apóstolo Paulo: “Pois está escrito: [Deus] apanha os sábios em sua astúcia”.<sup>117</sup>

\*

---

114 O comentário é de um Embaixador francês que privou com o Príncipe-Chanceler austríaco.

115 Como apelo à intuição, veja-se o juízo de Campos sobre a metodologia da Cepal. Id. Ib., p. 165.

116 Id. Ibidem, p. 445. O comentário, jocoso, se refere às expectativas manifestadas nos discursos por escrito (do Embaixador e do Presidente), trocados antecipadamente, no ritual “simples” de apresentação de credenciais junto à Casa Branca. A cerimônia teve lugar em outubro de 1961. Àquela altura, não haveria profeta que acertasse.

117 São Paulo. *Primeira Epístola aos Coríntios*, 3-19.

## 5. Da popa à proa

---

### “PSITACISMO INTELLECTUAL”

Dizer que Campos não tinha a mente de um diplomata, para ele, soaria como um cumprimento. Considerava-se muito mais do que um diplomata – e *de fato* era. Julgava que o Itamaraty estava insulado “por detrás das barreiras da suspicácia e do ressentimento”.<sup>118</sup> Por condição ou por opção, o MRE estaria condenado a não acertar, variando apenas o grau do erro. De resto, Campos confere à diplomacia “uma aura ambígua de fascínio e de mistério, de que não escapam nem mesmo os espíritos superiores que lhe desconhecem a natureza íntima”.<sup>119</sup> Quanto ao autor, superior entre os superiores, a presunção é óbvia: ele, sim, estava protegido contra as malícias da diplomacia.

Pena que o mago não explique a mágica – prefere contar mais uma anedota, ao fechar o curioso Capítulo XXVII em que, de passagem, aborda o tema<sup>120</sup>. Na verdade, essa página é dedicada, sobretudo, à execração dos “obreiros do ofício”: “... são os *rábulas da forma pura*, tristes híbridos de

---

118 Campos, Roberto – *Ibidem*, p. 871.

119 *Id.* *Ibidem*, p. 937, para essa citação e as duas que se seguem.

120 *Id.* *Ibidem*, p. 937. O Capítulo tem o título sarcástico de “O Telex e o Psitacismo”. “Perturbação psíquica que consiste em repetir palavras sem ter ideia de seu significado” – é a primeira definição do dicionário (Houaiss) para *psitacismo*, que guarda o radical grego que corresponde a papagaio. Na seção seguinte, voltaremos ao tema.

pombos-correios e de papagaios, metamorfose devida à despersonalização ante o telex e psitacismo intelectual”. Sem dúvida, é uma manifestação de solene desprezo.

Com efeito, Campos foi particularmente impiedoso com seus colegas de carreira, especialmente os que considerava pouco *brilhantes* – para ele, eram quase todos, inclusive alguns amigos. Salvo a generalização, podia ter razão em muitos casos, infelizmente. Mas o ponto a sublinhar é outro: entre seus contemporâneos, Campos só respeitava intelectualmente quem correspondia aos já mencionados “paradigmas da modernidade” tal como ele os concebia, isto é, à imagem e semelhança do mundo desenvolvido.<sup>121</sup> É conspícua nas *Memórias* a ausência de amizade; de amor, nem se cogita.

Quanto aos antepassados, os *maiores* da Casa, o memorialista “in-fiel” não demonstra muita consideração. Veja-se, por exemplo, o perfil que traça do Embaixador Maurício Nabuco (1891-1979), desdenhosamente apresentado como um “perfeccionista do supérfluo”.<sup>122</sup> Voltaire certamente não se permitiria a chacota, pois considerava o supérfluo “chose très nécessaire”. Na natureza, a girafa é supérflua? Ainda sobre Nabuco, recorde-se o depoimento de Vasco Leitão da Cunha: mais bem informado quanto aos fatos, o Ex-ministro nos conta que Maurício – mais realista que o pai Joaquim – foi um “administrador formidável”. Não foi feito para grandes voos, mas era dotado de um invulgar espírito prático, de que deu provas.<sup>123</sup>

Censurável sob vários aspectos, Campos não merece ser acusado de subserviente. Ao contrário, desde o início de sua carreira, o diplomata

---

121 Uma outra amostra: a referência “ao diplomata cassado, Jaime [de] Azevedo Rodrigues, cujo brilho intelectual era acompanhado de péssimo julgamento político” (p. 760). Quanto ao último ponto, note-se apenas que o citado Embaixador não teria certamente votado a favor de Paulo Maluf para Presidente, como fez o Senador Campos sem qualquer hesitação.

122 Campos, R. *Ibidem*, pp. 31-32. Dito isso, Campos admite: “Aprendi a respeitá-lo pelo caráter e dignidade...” (Id. *Ibidem*, p. 32). Indiretamente, Campos está dizendo que a inteligência de Nabuco não lhe inspirava maior respeito, embora mencione que o ex-Secretário-Geral (na gestão de Oswaldo Aranha) tinha “grande interesse pela modernização do serviço público”. Com efeito, ainda jovem, Nabuco se distinguiu por sua participação na Comissão Mista do Legislativo destinada a examinar a racionalização do funcionalismo civil. Quanto a peculiaridades, quem não as tem? As de Nabuco certamente não eram as de um ex-seminarista.

123 Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 25.

não abria mão de suas opiniões; sem dúvida, tinha prazer em “espantar” e gosto em contestar. Era sua forma preferida de afirmação. Cita várias ocasiões em que – segundo ele – corrigiu ou fez reparos desassombrados às opiniões de superiores hierárquicos ou de altas autoridades, mesmo estrangeiras. Disso ele extraía uma inegável satisfação.

Em termos existenciais, o esforço dialético de Campos foi em vão: ele não conseguiu se livrar do evidente complexo de “filho da costureira” do interior. Também não se refez da incômoda sensação de se sentir o “patinho feio” da Turma de 1938, para usar suas palavras. Ele explica: não tinha “ligações de parentesco ou amizade com o pessoal da casa”.<sup>124</sup> Certamente, Campos não foi o primeiro nem o último nessas condições, mas a imagem extraída da literatura infantil tem um tom inequívoco de autocomiseração, sobretudo no contexto uniformemente arrogante das memórias.

O capítulo em que faz o relato acima ganha relevo porque Campos termina por citar uma confissão de Guimarães Rosa feita ao autor: “...gosto mesmo de admirar. Além do que, é mais fácil admirar o próximo do que amá-lo”. No dito, havia algo de premonitório: na falta de amar, Campos buscou permanentemente a quem admirar. A julgar pelas Memórias, só conseguiu admirar plenamente a ele mesmo, o que não eliminou a sina de marginalidade. Pela vida a fora, Campos continuou a ser o “patinho feio”: julgava-se fora de lugar no Brasil e julgava seu país uma constante decepção.

Falta de racionalidade, obscurantismo, vocação para o atraso – é a queixa permanente de Campos em relação ao Brasil. Tudo isso ele quis reformar, aparentemente sem êxito. Reconheceu o fracasso mas socializou a culpa: “Minha geração fracassou...”.<sup>125</sup> Geração? O sadomasoquismo continua: “O Brasil patina na mediocridade”. Logo em seguida, Campos adianta que esse é “infelizmente, o *leitmotiv* destas memórias”.

---

<sup>124</sup> Campos, R. *Ibidem*, p. 33.

<sup>125</sup> *Id.* *Ibidem*, p. 21.

Em outro momento, conclui que “pregou no deserto”, como João Batista.<sup>126</sup> *Depois de mim, o dilúvio* – poderia ter escrito. Em certos momentos, a insatisfação do autor passa do limite objetivo do pessimismo para o gosto subjetivo do fatalismo: chega a insinuar – invocando o historiador novecentista Werner Sombart – que o Brasil está condenado ao atraso econômico por “um caldo cultural” negativo.<sup>127</sup> A citação é colocada em Nota de pé de página, como para não assumir o racismo disfarçado. De resto, é difícil encontrar nas *Memórias* alguma manifestação positiva do autor quanto a seu próprio povo. Campos foi a antítese de Darcy Ribeiro.

Para o economista, a inflação era a prova por excelência de nossa irracionalidade e incompetência. Pois ele viveu o bastante para ver a inflação brasileira controlada pelo Plano Real. O que não é certo é se – na intimidade – terá ficado feliz, a despeito do bem público. Não lhe escapou que o êxito foi do *outro*, sem que tenha sido necessário o arbítrio autoritário.

O primeiro capítulo das *Memórias* se intitula *Da Rua da Relação à Rua Larga* – é uma metáfora de escalada social. Visto o conjunto, a curva ascendente parece mais uma parábola. A despeito do verniz cosmopolita do homem adulto, o menino do Pantanal guardou um sentimento de inferioridade diante dos grandes e poderosos. A prova é que quis sempre imitá-los, seguindo à risca a regra muito difundida na cultura yankee: *if you can't beat them, join them*.<sup>128</sup> A “parceria seletiva”, da predileção de Campos, é uma variante dessa fórmula realista. O ressentimento, para compensar-se, gera um processo de mimetismo quase inconsciente e automático. É a velha fórmula: *em Roma, aja como os romanos*. No caso de Campos, Roma era os EUA – em função disso, ele juntou *ocidentalismo* e “economicismo”. No fundo, é uma

---

126 Id. *Ibidem*, pp. 1265/1266. Em abono de Campos, note-se que ele concede ao Plano Real – lançado “no momento em que termino estas memórias” – uma longa nota de pé de página. De forma um pouco confusa (e talvez a contragosto), ele admite que “o novo plano revela que algo foi aprendido das experiências heterodoxas anteriores” (p. 1.278, Nota 554). De qualquer forma, reserva seu pessimismo para um plano que carece afinal de um atributo básico: não é de sua autoria.

127 Id. *Ibidem*, p. 1.268, Nota 545.

128 “Se não pode vencê-los, junte-se a eles.”



mistura historicamente fortuita e tardia, mas acabou sendo o signo do século XX. A propósito, concluiu o autor de um livro de título sugestivo:

*... the presuppositions of this now worldwide culture are the assumptions of economics. Economics, this book has argued, is the formalization of the dominant worldwide view of the modern West.*<sup>129</sup>

## TRAIÇÃO DA FORMA

Como costuma acontecer nesses casos, o memorialista invoca fatos que lhe são favoráveis. Mas é traído pela *forma*, isto é, pela linguagem que ele empresta aos fatos. Naturalmente, esse não é um dado óbvio, mas é conclusivo. Nesse sentido, *A Lanterna na Popa* nos fornece confirmações abundantes, a despeito da luz indireta e das intenções em contrário.

Note-se, para começar, a citação de Samuel Taylor Coleridge (1772-1834):

*Mas a paixão cega nossos olhos, e a luz que a experiência nos dá é a de uma lanterna na popa, que ilumina apenas as ondas que deixamos para trás.*<sup>130</sup>

A escolha é sintomática – o depoimento do poeta inglês tem uma inconfundível marca de época. Quanto à imagem em si, não chega a ser original: ela foi usada, mais de dois milênios antes, por Confúcio (ou, pelo menos, é atribuída ao mítico sábio) e recebeu também outras formulações

---

129 Marglin, Stephen A. *The Dismal Science* (2008), p. 247. O título do livro é uma referência ao qualificativo de Thomas Carlyle, que poderíamos traduzir por “ciência melancólica” ou mesmo “ciência pífia”. A tese central do livro é a de que “the market undermines community” e a ciência econômica é o instrumento por excelência dessa distorção. Algo a ver com a política preconizada e implementada por Campos quando era o *guru* do primeiro Governo militar?

130 A versão dada por Campos não reproduz a íntegra do original, que reza: “If men could learn from history, what lessons it might teach us? But passion and party blind our eyes, and the light which experience gives us is a lantern on the stern which shines only on the waves behind us”. Como se vê, a tradução é truncada: a conjunção adversativa fica sem sentido e é omitida sintomaticamente a referência a “party”, que pode ter uma conotação facciosa senão ideológica.

ilustres.<sup>131</sup> Mas o ineditismo não importa – o que importa é que a citação traduz toda uma filosofia.

Se formos ao original e olharmos a íntegra da citação, fica mais claro que ela remete ao contexto romântico: surgiu então um conceito distinto de *experiência*, que iria se desenvolver depois na noção de *historicidade*. Em termos simples, significa que o sujeito não coleciona experiências: ele *muda* com a experiência – passa furtivamente de uma a outra, sem que a razão seja necessariamente capaz de explicar o processo. É também o sentido da imagem de *travessia*, na citação de Guimarães Rosa que – não por acaso – consta também do frontispício da obra de Campos.<sup>132</sup>

Em sentido literal, *travessia* é passagem (ir adiante). Vale dizer que a vida é uma sucessão de experiências – não é uma obra completa que já vem encadernada e cujo destino inevitável é o silêncio de uma biblioteca. Fica claro, assim, sem entrar em maiores extrapolações, que estamos falando da experiência *vivida*, imediatamente identificável. Como episódio de um projeto existencial, a experiência não nos remete para trás – na verdade, ela nos envia para uma nova experiência. Assim, o ciclo se repete, ou melhor, não tem fecho.

Não se pode deixar de observar que é irônico – e desconcertante – que um inveterado cultor do essencialismo escolástico tenha escolhido para as epígrafes de sua *magna opera* dois autores (cada um a seu modo) assumidamente ambíguos.<sup>133</sup> Merece reparo também a terceira citação,

---

131 Confúcio teria dito: “A experiência é uma lanterna que se carrega nas costas e que só ilumina o caminho percorrido”. Ortega y Gasset nos propõe uma interpretação mais ampla do mesmo conceito: “El hombre maduro es lo que ha visto la espalda de las cosas”.

132 “Travessia perigosa, mas é a da vida. Sertão que alteia e abaixa”.

133 No caso de Guimarães Rosa, basta lembrar a dualidade de Diadorim, para não falar de todo o invólucro místico. Quanto a Coleridge, entre outros achados críticos, cunhou o conceito de “suspension of disbelief” e antecipou a distinção entre ‘reason’ e “understanding”, hoje moeda corrente. Otto Maria Carpeaux considera que o poeta de *Kubla Khan* foi “a figura mais ambígua, mais misteriosa da literatura inglesa, um Proteu que escapa a todas as definições” (*História da Literatura Ocidental*, Vol IV, p. 1698 – ed. 1962).

que só pode ser vista com humorismo, figurando na abertura de uma obra que é um constante e rasgado autoelogio.<sup>134</sup>

É preciso reconhecer que a noção de *experiência* é sabidamente fugidia – parece óbvia, mas tem-se prestado a múltiplas interpretações. É, por natureza, um terreno movediço. Experiência não é a mesma coisa para pensadores bem próximos como Heidegger e Gadamer, isso para não falar de Platão e Aristóteles, ou de Kant e Hegel, ou de Comte e Marx. A razão é simples: experiência é termômetro, varia com a temperatura. Em tempos febris, a experiência se mostra mais sensível ou mais aguda.

A despeito de sua complexidade, o conceito de experiência é introduzido por Campos sem maior elaboração, tanto na página das epígrafes, como no capítulo introdutório (*À guisa de prefácio*).<sup>135</sup> Mas é a apresentação inicial da ideia, associada ao título do livro, que se destaca: a imagem traduz um equívoco. *A lanterna na popa* seria símbolo da vacuidade da própria experiência. Nesse caso, por que escrever memórias, se elas são inúteis?

Quando a experiência é subestimada, reina a teoria – soberana e soberba. Em suas análises, Campos, com reconhecida mestria, se compraz em desmembrar o real em itens ou em causas: primeiro ponto, segundo... Por exemplo: ele se esmerou em enumerações, na primeira conversa que teve com Kennedy, ao entregar suas credenciais.<sup>136</sup> Outro exemplo foi o discurso inaugural no Senado Federal em 1983, um verdadeiro sermão em molde parlamentar.<sup>137</sup> Como de hábito, o ex-seminarista seguiu à risca

---

134 “Sempre evitei falar de mim, falar-me. Quis falar de coisas. Mas na seleção dessas coisas, não haverá um falar de mim?” – João Cabral de Melo Neto.

135 Campos, R. – *Ibidem*, p. 22.

136 *Id. ibidem*, pp. 446 a 452.

137 *Id. ibidem*, pp. 1073 a 1080. Campos faz a seguinte autoavaliação: “O discurso *As lições do passado e as soluções do futuro* foi talvez a melhor peça que já escrevi como síntese de problemas e proposição de soluções”. De fato, o pronunciamento é um *tour de force* em termos de compactação da realidade em conceitos sonoros – poderia receber o título de “O Brasil, segundo o apóstolo Roberto Campos”. Contém, como anunciado, um breviário de redenção já em forma de projetos de lei. Tudo pronto. Não surpreende que, segundo o próprio autor, suas propostas “não mereceram mais do que uma simpatia desconfiada” [p. 1079]. Campos terá percebido que havia sido ultrapassado durante seu próprio tempo de vida?

o preceito tomista: pensar é distinguir. Fragmentar a realidade é um bom expediente para provar a tese pré-estabelecida.

Com tal técnica, a figura pode ficar mais nítida, *pour les besoins de la cause*, mas raramente se vê o contorno. Em alemão, *Gestalt* (conformação) é justamente o conceito que Campos usou em uma de suas críticas mais contundentes. Referindo-se a Araujo Castro e ao tema do Tratado de Não Proliferação Nuclear, Campos condenou – categoricamente, para variar – “a *gestalt* (sic, sem maiúscula) mental do Itamaraty”, vítima a seu ver de “uma retórica especiosa”.<sup>138</sup> Mas qual a *Gestalt* do próprio Bob Fields? É, em última análise, aquela que faz do real um objeto de anatomia: é um método de dissecação, por princípio. A seiva da vida é sistematicamente sacrificada. Em consequência, a experiência está fadada a *morrer na praia*, para não fugir à metáfora do poeta citado em epígrafe.

Há algo mais, irremediavelmente narcisista – o *outro* é sempre um figurante nesse cenário abafado. Com frequência, é um figurante menos *inteligente* ou invariavelmente sujeito a reservas. Em dado momento, nosso autor invoca, em causa própria, um dito atribuído ao General De Gaulle: *Estive certo quando tive todos contra mim*<sup>139</sup>. É conspícuo o viés de superioridade com que Campos se refere aos que não merecem sua aprovação. Os exemplos não faltam.

Usando ainda da invocada *psicologia da forma*, talvez possamos dizer que há uma conformação mental propensa ao beco sem saída, pela simples razão de que os *outros* carecem de luz. Poderíamos conjecturar que temos aqui um caso da *Gestalt* da arrogância – afinal, nem todos tiveram o privilégio de viver em Washington e de estudar na *Columbia University*, em Nova York. Com alguma tolerância para os amigos e simpatizantes, os demais – os que estão *do outro lado da cerca* – não agem por convicção, mas simplesmente porque sofrem de “intoxicação ideológica”.<sup>140</sup> Só o espelho é bonito.

---

138 Id. *Ibidem*, p. 865.

139 Id. *Ibidem*, p. 75.

140 É como Campos qualifica a reação dos estudantes da UnB que protestaram contra a visita de Kissinger em 1981. Campo, R. *Ibidem*, pp. 1022/1023, Nota 417.

## GRANDE INQUISIDOR

Em algumas passagens das *Memórias*, tem-se a impressão de que estamos diante do *grande inquisidor* redivivo.<sup>141</sup> É o Brasil que está prestes a ser condenado à fogueira, não propriamente por heresia, mas por “pobreza consentida, resultante de mau gerenciamento e negligência”.<sup>142</sup> Será mesmo que as pessoas *consentem* em ficar pobres? Campos gosta de citar Nelson Rodrigues, para quem só os gênios veem o óbvio – às vezes, nem os gênios. É o caso.

Diante de um crime, o policial não deve se precipitar: por norma, ele investiga o delito antes de arriscar conclusões. O *juiz* Roberto Campos procede de forma inversa: a pena é concebida antes de o crime ser conhecido. Vale dizer que cabe aos fatos se encaixarem na teoria, sob pena de não serem reconhecidos como tais. Tudo passa a ser então um exercício frio de lógica, no molde escolástico. Nessa trama, a observação histórica é mera ilustração de uma tese adrede privilegiada.

Ora, a onisciência não é certamente o melhor cartão de visitas para o diplomata. Como a filosofia, a diplomacia é um *modo de experiência* que não aspira a ter respostas prontas, mesmo porque o diplomata não pode abdicar da capacidade de se surpreender, quando não de assombrar-se. O comentário vem a propósito de uma página curiosa em que Campos trata diretamente de diplomacia, no capítulo já mencionado em que distribui bordoadas indiscriminadas a seus companheiros de profissão.<sup>143</sup> Fora isso, o arguto memorialista toca em ponto sensível: explica o “fenômeno diplomático” através do que chama de “*poiética* diplomática”, esclarecendo eruditamente o sentido etimológico do substantivo (do grego *poieo* + fazer).

---

141 Como se sabe, em *Os Irmãos Karamázov* de Dostoiévski, o Cardeal-chefe do Santo Ofício manda prender o Cristo, que retorna à Terra. “O Grande Inquisidor é o protótipo do cínico (político) moderno.” Sobre esta tese, ver Sloterdijk, Peter: *Crítica da razão cínica* (1983).

142 Id. *Ibidem*, p. 22.

143 Id. *Ibidem*, capítulo XXVII (“O Telex e o Psitacismo”), já referido no Capítulo 3 acima.

Caberia um reparo à etimologia apontada por Campos. Segundo boas fontes, a *poiesis* tem a ver com produção e não com o *saber fazer*, que é sempre uma arte (*techné*).<sup>144</sup> Aristóteles advertiu que nem toda *poiesis* é uma *techné*, embora toda *techné* seja uma *poiesis*. Os dois conceitos são neutros quanto a valores, em contraste com a *phronesis*, a prudência ou sabedoria prática.<sup>145</sup> Esse *distinguo* fundamental não aparece nas *Memórias*, prenhe de distinções sob outros aspectos. A conceituação do autor, em favor da *poética*, trai um preconceito de eficiência imediatista. Ao ler Adam Smith, Campos decidiu “passar do progresso remanso da teologia para o bulício (*sic*) da economia”.<sup>146</sup> Nessa perspectiva, a experiência da *práxis* política cede lugar à *poiesis* da contabilidade.

Ainda neste capítulo, Campos atribui a Bergson (Henri) a “afirmação de que a diplomacia tem muito de metafísica”.<sup>147</sup> A ideia é fértil, mas – na pena de Campos – a remissão ao filósofo do intuicionismo é intrigante, em termos de coerência filosófica. Convencido de que só os impulsos racionais merecem crédito, é difícil imaginar que o ex-Ministro do Planejamento tenha se entregado alguma vez às incertezas do *élan vital*, à energia livre do *impulso da vida*, que não é contra a razão, mas anterior à razão.

---

144 Por exemplo, Werner Jaeger, *Paideia* (ed. Martins Fontes, 2003, p. 653).

145 Ver Pierre Aubenque. *La Prudence chez Aristote* (PUF, 1963/2004).

146 Campos, R. *Ibidem*, p. 1265. Esta seção do Capítulo XX é encimada por uma citação de Alexis de Tocqueville que diz: “... a vida é um assunto importante que devemos resolver com honra.” A frase é sintomática quanto à exaltada autoestima do memorialista.

147 Campos esclarece que o filósofo francês chegou a essa conclusão pela prática, depois de três missões exitosas junto ao Presidente Wilson, em 1917/1918. – *Id. Ibidem*, p. 937. É curioso saber que Bergson teria sido um diplomata *em hora extra*.

## 6. Método contra verdade

---

### PÁ DE CAL

Consideremos um detalhe aparentemente trivial. Campos era um hábil e contumaz contador de piadas – Kennedy teria escutado muitas, adequadas por suposto à duvidosa privacidade do Salão Oval. Consistentemente, nas *Memórias*, o autor se sente obrigado – com incansável frequência – a nos brincar com uma anedota, em geral intelectualizada. *To tell a joke*, em meio ao discurso, é um vezo sabidamente americano – é de se supor que o pudico ex-candidato a sacerdote teria adquirido rapidamente os *mores* da nova “capital do mundo”, quando lá chegou, nos idos da guerra.<sup>148</sup>

As historinhas de Campos fazem sorrir e algumas são realmente saborosas, embora invariavelmente cerebrinas. Na verdade, são anedotas que pretendem mais do que fazer “graça” – compõem um subtexto. Indicam a preferência do memorialista pelo equívoco, pelo *non sense*, pelo absurdo, ainda que em versão *light*? Sem dúvida, há aqui um sinal de humor. O humor, contudo, tem vários sentidos – um deles é a malícia; outro, mais elaborado, é o de desqualificar o real em benefício da ideia feita. Na boca do *grande inquisidor*, o humor deixa de ser natural para se tornar um *rictus* despiciendo. Para rir das anedotas em questão, é preciso coincidir com a leitura desejada pelo contador, que pretende surpreender, mas sabe

---

<sup>148</sup> Id. *Ibidem*, p. 77.

de antemão o significado do relato supostamente desprevenido. Quem é engraçado, não precisa parecê-lo. Manipulada, a graça se torna artificial; o efeito fica truncado porque o sinal é trocado. No caso de Campos, a impressão que se tem é de que ele carrega um estoque de piadas prontas para cada ocasião – elas são oferecidas como objeto de consumo. Em outras palavras, o riso – privilégio do homem – se converte em método: método de sedução, arma discursiva, afirmação de superioridade.<sup>149</sup>

Neste ponto, talvez possamos introduzir uma consideração teórica, fazendo remissão a Hans-Georg Gadamer (1900-2002): o pai da hermenêutica contemporânea opõe a verdade ao método.<sup>150</sup> É que esse último usurpou o espaço daquela, no conhecimento das coisas humanas. A hermenêutica procura restabelecer os direitos legítimos da verdade, evitando que se tome gato por lebre. O método, por si só, não nos livra da impostura, pelo menos no mundo sócio-histórico. Gadamer nos lembra também que a experiência – antes de tudo – é algo vivo: ao renovar perspectivas, não se esgota.<sup>151</sup>

Depois de uma vida riquíssima justamente em experiências, Campos parece concluir – pela voz de Coleridge – que a experiência não tem serventia: ela não é mais do que um retrovisor para uma história morta. Tudo fica compartimentado e o conjunto não é maior do que a soma das partes – vale dizer que o autor é avesso à categoria da totalidade. A sensação que se tem é de que o movimento da história é degradado por uma racionalidade insensível e asséptica. Em vez de *compreender* o real, a razão tecnocrática o comprime: o resultado é um espaço fechado em vez de um horizonte aberto.

O livro de memórias Roberto Campos é uma ampla exposição do que já se chamou de fetiche da objetividade. É um expediente que confere plena imunidade ao sujeito pensante, uma vez superada a dúvida cartesiana: o agente é autossuficiente e tem como certo que o real é plenamente conhecível.

---

149 Sobre o tema, ver Georges Minois, *Histoire du rire et de la dérision* (2003).

150 “O fenômeno hermenêutico não é, de forma alguma, um problema de método”. Gadamer, H.-G. *Verdade e Método* (1960), Introdução; vol. I [1]; p. 29 na tradução da Ed. Vozes (2005).

151 Ver adiante Capítulo 20, seção “Hermes, hermenêutica e *homo ludens*”.



O melhor exemplo é a bizarra “teoria dos círculos concêntricos”, cuja paternidade é reivindicada com orgulho por Roberto Campos.<sup>152</sup> Ele convenceu o bem disposto Presidente Castello Branco a vestir voluntariamente uma camisa de força, exemplo acabado de antidiplomacia. É verdade que, se olharmos bem, o Marechal-Presidente ainda usou de certa cerimônia e de circunlóquios retóricos para declarar sua disposição a um alinhamento automático. O Chanceler Vasco Leitão da Cunha ainda manteve comedimento profissional; logo, porém, o Ministro Juracy Magalhães não teria meias medidas. Com zelo inexcedível, o ex-tenente iria proclamar que “o que é bom para os EUA, é bom para o Brasil”.<sup>153</sup> Na diplomacia da sabujice, o Chanceler contou com o irrestrito apoio de seu Secretário-Geral, o Embaixador Manoel Pio Corrêa<sup>154</sup>. “Um diplomata de esporas”, foi como o Embaixador se autointitulou em suas modestas “reminiscências”.<sup>155</sup> Oficial da reserva (cavalaria) e ativo colaborador dos circuitos obscuros da Informação, mesmo antes de 1964, Pio Corrêa se sentia particularmente à vontade nas entranhas do mundo conspiratório. A isso se conjugava o fato de que era um homem de convicções inabaláveis, mas suas ideias eram invariavelmente de empréstimo.

A distorção da doutrina da “parceria seletiva” – como foi batizada – deixou de ser abstrata para se tornar transparente: a “fidelidade ao Ocidente” prevalecia altruisticamente sobre a fidelidade ao Brasil. Tudo isso era bem o oposto do ideal alimentado pelo Barão. Nem o próprio regime militar conseguiu conviver por muito tempo com uma postura tão sub-

---

152 Campos, R. – *Ibidem*, pp. 802 e 745-7. O Itamaraty teria preparado uma primeira versão para o discurso lido pelo Marechal Castello Branco na formatura da Turma de 1963/1964 do *Rio Branco*.

153 Juracy Magalhães, depois de ter sido Chanceler, foi Embaixador em Washington.

154 Para um perfil de Pio Corrêa, ver *Personalidades da Política Externa Brasileira*, organizadores Alzira Alves de Abreu e Sérgio Lamerão (Funag, 2007), p.87.

155 Pio Corrêa, Manoel – *O Mundo em que vivi* (1994), p.183. Elegantemente escritas, as Memórias do ilustre Embaixador são um belo exemplo de uma fina inteligência posta a serviço do conservadorismo mais tacanho e de um incontrolável narcisismo: o *mundo* do título tem a exata dimensão do *ego* do autor: O retrato que se tem – meritoriamente desinibido, em dois volumes – é de uma personalidade uniformizada, cujo ideal seria transformar o Itamaraty em um quartel. Não por acaso, Pio Corrêa também foi membro da “turma fundadora” da ESG (*Ibidem*, p.339). Seu grande deleite era o de comparecer a cerimônias militares ostentando medalhas (vide fotos incluídas no livro).

serviente, fruto de uma política estreita e simplista, além naturalmente do cunho ideológico retrógrado. Os brios nacionalistas dos donos do poder acabaram por rejeitar o “bom mocismo” do alinhamento pré-datado. A partir de 1967, já sob o efeito da *détente*, Costa e Silva permitiu que a política externa tomasse outra direção, sob o rótulo de “diplomacia da prosperidade”. A fórmula foi proposta pelo Chanceler-banqueiro Magalhães Pinto, que tinha os pés na terra, como bom mineiro. O binômio segurança-desenvolvimento evoluiu para autonomia-desenvolvimento. Foi um passo para uma maior sintonia com as potencialidades do país no plano externo, em um contexto de crescente turbulência interna. Logo os *anos de chumbo* passariam do cinza disfarçado ao negro sinistro.<sup>156</sup>

### “FUROR DE ESPADACHIM”

No limiar dos anos setenta, a despeito da situação doméstica, nossa agenda internacional se adensou rapidamente, o que recomendava que a pasta das relações exteriores fosse entregue a um profissional do ramo. O Brasil ia ter, de fato, uma sucessão de diplomatas como Chanceleres, a começar por Gibson/Silveira/Guerreiro. Vale dizer que os concursados dos anos de pré-guerra – ou pouco depois – chegavam finalmente ao mais alto nível da carreira, sem esquecer o precedente de Araujo Castro, da Turma de 1940. Havia muitas diferenças individuais entre esses homens ilustres, mas em conjunto podemos identificá-los sem maior dificuldade como membros genuínos de uma mesma geração. Essa geração tinha ideias novas, dúvidas velhas e entusiasmo de sobra.<sup>157</sup>

---

156 Volto ao tema no Capítulo 21, Seção “Troca de guardas”.

157 Ver o bem-vindo depoimento de Oscar S. Lorenzo Fernandez, *Três Séculos e uma Geração* (2010).

O autor – nascido em 1924 e membro da primeira turma formada pelo IRBr – traça um panorama amplo dos desafios intelectuais enfrentados pela “geração surgida no intervalo de alguns anos em torno da década de 1920” (p. 11).

Campos destoa desse perfil, até pelo derrotismo já assinalado. Voltando às suas memórias, é hora de observar que algo soa fora do lugar em termos de autenticidade. Ele declara tranquilamente que se tornou economista “não por vocação e sim por resignação”.<sup>158</sup> A escolha foi por pura conveniência.<sup>159</sup> O alvo era o saber técnico e nunca a *paideia*, a educação em sentido amplo e desinteressado. Isso a despeito do fato de que o Embaixador-economista teve uma formação clássica, dentro dos limites do Seminário – estudou latim e provavelmente o grego no processo para receber “as ordens menores, inclusive a do *exorcistato*”.<sup>160</sup>

Essa iniciação deixou marcas, mas é pouco provável que o noviço tenha sido exorcizado contra a falta de humildade. Ele declara convictamente: “Em todos os momentos procurei escapar da mediocridade”.<sup>161</sup> O *programa* de vida substitui o ato simples de existir: a aventura humana vira matéria de contabilidade, que nunca entra no vermelho nem se aproxima do cinzento, a julgar pelo autorretrato. Tudo é preto ou branco, mocinho ou bandido. Não sobra qualquer dúvida ou perplexidade: o mundo parece se render à verve de Roberto Campos, quando mais não seja sob a forma de um chiste ou de um jogo de palavras.

No final, contudo, o círculo não se fecha: não termina em serenidade, mas em desencanto. Ele investiu – “com furor de espadachim”<sup>162</sup> – contra o *nacionalismo temperamental* e o *estatismo pseudosocial*. Segundo o grande esgrimista, na Constituição de 1988, acabou triunfando o *nacional-obscurantismo*. A pregação campista foi em vão. Por quê? O memorialista proclama que não incorreu “na doença do economicismo”<sup>163</sup> (*sic*), mas isso não o impediu de chafurdar no *formulismo*, que subestima a dinâmica da própria

---

158 Campos, R. *Ibidem*, p. 48.

159 “Fui o iniciador de uma escola que veio a incluir membros ilustres, como Miguel Osório de Almeida, João Batista Pinheiro, Otávio Dias Carneiro e Oscar Lorenzo Fernandes”. *Id. Ib.*, p. 53. Nem por ser economista, Miguel Osório pertencia à “escola” de Campos.

160 *Id. Ibidem*, p. 27 e p. 141.

161 *Id. Ibidem*, p. 20.

162 *Id. Ibidem*, p. 1280.

163 *Id. Ibidem*, p. 1282.

realidade. Há inteligências poderosas que, não obstante, são estéreis, o que talvez possa ser atribuído a uma falta de generosidade congênita.

Campos tinha uma quase obsessão de reduzir a realidade a rótulos, na presunção de que assim se faz ciência política. Com efeito, nosso D'Artangan – em seu autoimposto mandato de *racionalização* – se aplicava a inventar “fórmulas de embelezamento conceitual”.<sup>164</sup> Abundam no texto as antinomias.<sup>165</sup> Mas o recurso é retórico, apenas um enfeite, que se desgasta com a repetição – não há qualquer dialética. Os dualismos e contrastes servem ao propósito de valorizar a ideia, mas é sempre uma *ideia feita*, postulada pelo próprio autor, imune a qualquer contraditório. Com algumas variantes, os exemplos são muitos – chavões revestidos de erudição.<sup>166</sup> É o caso de perguntar: como o “tímido bugre de Mato Grosso”<sup>167</sup> se tornou o grande mentor econômico e diplomático da *Revolução redentora*?

Para Roberto Campos, a *revelação* não veio na estrada de Damasco e não foi súbita. Em termos operacionais, o “milagre” da descoberta vocacional se deve ao Itamaraty, reconheça ou não o beneficiado. Ocorreu aos poucos, em Washington, para onde Campos foi removido pela primeira vez em 1942. Não por acaso, o jovem diplomata sentiu-se fascinado pela cidade “excitante” e pela “proeminência dos Estados Unidos” durante aqueles anos heroicos de luta contra o Eixo. A fascinação incluiu naturalmente a Universidade americana e a cultura anglo-saxão. Não faltou determinação ao jovem diplomata, que começou seus estudos de economia

---

164 Id. *Ibidem*, p. 1281.

165 Um exemplo é a oposição entre “esquerda positiva” e “esquerda negativa” (p. 846, entre outras passagens), que Campos repete com insistência, sem aprofundar a distinção. Ele se detém no adjetivo, sem maior elaboração sobre o substantivo, implicitamente impugnado. A propósito, vale consulta ao ensaio de Norberto Bobbio, *Destra e Sinistra – Ragioni e significati di una distinzione politica* (1994).

166 Ao acaso, podemos resgatar algumas amostras no texto das Memórias de R. Campos: “perspectiva histórica/perspectiva histérica” (p. 813); “substituir o *slogan* pelo silogismo” (p. 848); “ladainha dos ressentimentos” versus “engenharia de soluções”. Uma técnica paralela é o uso de conceitos encapsulantes, do tipo *tensões da insolubilidade*, fórmula tomada de empréstimo a Karl Jaspers (pp. 813-846). Em outras passagens, o autor se limita à ironia, como faz ao recorrer à *boutade* de Gilberto Amado: “O nacionalismo é a forma zangada do patriotismo” (p. 856). Assim por diante.

167 Id. *Ibidem*, p. 119.

– em curso noturno – na *George Washington University*. Desde então, os autores lembrados por Campos são de preferência os nativos de língua inglesa e alguns continentais que se refugiaram em Londres (Hayeck) ou nos Estados Unidos (Schumpeter, Polanyi). Há, é claro, referências a muitas outras fontes, mas são tangenciais, como por exemplo Anatole France, responsável por uma bela citação em que nos diz que a teologia é a exatidão aplicada ao desconhecido.<sup>168</sup> É compreensível que o sistemático Campos tenha desistido a tempo da teologia.

Isso por um lado. Por outro, seria o caso também de especular até que ponto o Ministro predileto de Castello Branco deixou-se impregnar pela herança intelectual que trouxe do Seminário. A esse respeito, ele próprio afirma que “a melhor bagagem foi sem dúvida o aprendizado da filosofia escolástica e, sobretudo, da lógica aristotélica. A parte a matemática, não existe treinamento comparável, em termos de disciplina do raciocínio”.<sup>169</sup> Ilustrando esse ponto, o escritor confidencia: “Às vezes, em noites de insônia, me ponho a recitar as regras do silogismo”.<sup>170</sup> Em abono do depoimento do interessado, podemos citar outra fonte: “[Roberto Campos] não é diplomata. É uma questão de temperamento... Tem toda a cultura e a disciplina intelectual dos seminaristas”.<sup>171</sup>

No “Epílogo” das *Memórias*, Campos declara: “O treinamento seminarístico me trouxe duas vantagens: o instrumental analítico da filosofia escolástica e um cansaço de certezas dogmáticas”. Ao contrário do que o memorialista parece presumir, nem a lógica é um mero instrumento, nem ele ficou imune a dogmatismos. A lógica é justamente a fortaleza desse dogmatismo; melhor dizendo, é sua armadilha favorita. Campos se

---

168 “La théologie est une science qui traite, avec une minuteuse exactitude, de l’inconnaissable” – in *L’Abbé Jerome Coignard*. Cf. Id. *Ibidem*, p. 140.

169 Id. *Ibidem*, p. 136. O louvor à lógica aristotélica-tomista se repete em outras passagens das *Memórias*. Campos parece ter-se contentado com a lógica, em matéria de filosofia.

170 Id. *Ibidem*, p. 139.

171 Leitão da Cunha, V.– Id. *Ibidem*, p. 97.

especializou em denunciar os dogmatismos alheios, mas sucumbiu ao próprio dogmatismo – o de uma lógica ultrapassada e insidiosa.

## PROFETA EM CAUSA PRÓPRIA

Ao reivindicar que “disse a verdade antes do tempo”, Campos conclui já no prefácio das Memórias: “Os acontecimentos mundiais ... me promoveram a profeta responsável”.<sup>172</sup> Para os últimos parágrafos do livro reserva ainda um balanço dos acertos de seu autoproclamado “instinto profético”. Ele inclui naturalmente uma antecipação do “consenso de Washington”<sup>173</sup>, tido como sabedoria infusa. Para ser justo, longe de abjurar à certeza, o Embaixador de Jango junto ao Presidente Kennedy manteve uma conveniente “parceria seletiva” com a verdade.

A assumida herança escolástica é muito mais do que um útil recurso para o desempenho discursivo. Ainda que de forma subliminar, ela está indissociavelmente aliada a uma visão de mundo abstrata: é o próprio *logos* – um recipiente em que tanto a direita quanto a esquerda costumam se acomodar. É um continente formal, que protege o conteúdo ideológico já elegido – esse, sim, além (ou aquém) dos limites da pura racionalidade. Trata-se de uma visão *self-righteous*, disciplinada, em circuito fechado, de acordo com suas próprias regras. Para dizer tudo, induz a uma maneira de pensar inaciana e salvacionista, em que a retórica tem papel decisivo. Suas premissas não podem ser desafiadas, sob pena de desmoronar toda a arquitetura. Dir-se-ia que opera aqui o que Ortega y Gasset chamou de *creencia*, da qual não dispomos, como dispomos – presumivelmente – das ideias. As *crenças* nos envolvem e, por isso mesmo, são imunes a qualquer questionamento: são *pré-juízos*.<sup>174</sup>

---

172 Campos, R.– Ibidem, p. 20. Volta ao tema na p. 1277, Capítulo XX.

173 Id. Ibidem, pp. 1282-1283.

174 “Con las creencias propiamente no hacemos nada, sino que estamos en ellas.” Ortega y Gasset – *Ideas y Creencias* (1940). Campos cita o filósofo espanhol mais de uma vez, mas aparentemente limitou sua leitura à *Rebelião das Massas*.

Fora essa matriz reducionista da escolástica, não se percebe a influência de qualquer outra filosofia sobre Campos, embora ele fosse um homem de muitas leituras. A filosofia como tal não o interessava, aparentemente porque não tinha aplicação prática e imediata. O fato é que *as apostas já estavam feitas* – as posições foram tomadas em um nível que transcende a racionalidade. Sem prejuízo de que se mantenha um aparato discursivo.

Como já observado, Campos exorciza os dilemas com fórmulas brilhantes, “com mais rigor retórico que rigor analítico”, para usar uma censura gratuita que ele faz a Araújo Castro.<sup>175</sup> “Vezo de inobjetividade analítica”<sup>176</sup> é outra fórmula da predileção do autor, usada como crítica padrão para a Chancelaria brasileira. Mas onde se funda a objetividade? É uma questão que o memorialista não se coloca. A razão é insuficiente para se proteger da própria razão em roda livre. A propósito, Campos registra (com aparente isenção, mas visível agrado) o seguinte comentário do implacável Carlos Lacerda: “O Roberto Campos tem capacidade de mistificação para apresentar Frankstein (*sic*) vestido de biquíni e transformar Vênus de Milo numa monja”.<sup>177</sup>

O estilo é o homem – no caso de Campos, é uma mistura de nominalismo e de *conceptualismo*. Por essas duas marcas, cabe remissão ao Padre Vieira, que certamente foi lido pelo ex-seminarista. Aliás, como se sabe, o jesuíta é o autor do primeiro manifesto entreguista de nossa diplomacia, o famoso *Papel Forte* (1648), documento que – na prática contemporânea – equivaleria formalmente a uma Exposição de Motivos. Nesse papel desafortunado, o pregador-diplomata propõe ao Rei Afonso IV, com fatura de sofismas, que o Brasil sirva de moeda de troca para um *negócio* com a Holanda, potência hegemônica na época: para garantir seu sossego na Europa, Portugal cederia o Nordeste brasileiro aos intratáveis ocupantes batavos.

---

175 Campos, R. – *Ibidem*, p. 863. Essa é a avaliação que faz do famoso discurso do Chanceler Araújo Castro na XVIII Sessão da Assembleia Geral da ONU, em 1961. Segundo Campos, o tríptico *Desarmamento, Desenvolvimento, Descolonização* foi formulado “algo gongoricamente”. O uso do advérbio diz tudo sobre a isenção da crítica.

176 *Id.* *Ibidem*, p. 869.

177 *Id.* *Ibidem*, p. 831.

Merece destaque outro aspecto: não deixa de ser intrigante que um narrador meticoloso, como Campos, tenha sido tão parcimonioso em suas referências aos “10 anos de seminário católico”, com “2 anos de filosofia e 4 de teologia”. Da filosofia parece ter sobrado apenas o que seria útil para o êxito, conforme já mencionado. Da infância também restou pouco. No *Prefácio*, Campos promete contar as “peripécias do menino do Pantanal”, mas no Capítulo pertinente (IV) prefere deter-se na história oficial de Mato Grosso em vez de relembrar os folguedos de criança. Assim, as camadas arcaicas são discretamente isoladas – tudo é consciente e supostamente racional. Não há qualquer intimismo nas *Memórias* do polivalente tecnocrata, administrador e político, que admite ter feito na juventude “alguns poemetos à moda dos *haicais* japoneses”. Por segurança, mais do que por constrangimento, o destino desses versos foi a lata de lixo, embora Campos ainda cite (de memória?) um poema de duas linhas, que fala de “geometria da queda”<sup>178</sup>, seja o que for.

No conjunto, não estamos diante de memórias confessionais, à moda de Rousseau; são, por assim dizer, uma autojustificação, assumidamente apologética. No correr dos eventos, Campos sempre *tem razão* – mais do que isso, ele era capaz de enxergar o que os outros não viam. Seu ídolo, se teve algum, foi um “profeta sem cólera”, Eugenio Gudin.<sup>179</sup> O ex-ministro da Fazenda é o único que passa ileso pelo rigoroso filtro de avaliação intelectual do memorialista. Por analogia, na imagística campista, o profeta “raivoso” foi Carlos Lacerda, o arqui-inimigo com quem o Ministro-Embaixador acaba por se reconciliar *in absentia*, chegando a lamentar o “trágico desencontro”<sup>180</sup>.

---

178 Id. *Ibidem*, p. 148. Note-se, a propósito, que a poesia é a grande ausente em um livro forrado de remissões às fontes mais diversas. Além do “primo Nheco Caolho” (pp. 124/125), o único a merecer citações na íntegra é Gilberto Amado, bissexto como poeta e irremediavelmente discursivo (pp. 858-859). O gosto de Campos neste particular era, no mínimo, duvidoso.

179 “Dentre os economistas brasileiros, não conheço ninguém que tenha logrado manter a coerência implacável e a fria objetividade de Gudin...”. Id. *Ibidem*, p. 238.

180 Id. *Ibidem*, pp. 837 e 839.



Com efeito, em um surto de sinceridade, Campos se identifica com Lacerda, mas não reivindica o epíteto que atribui ao êmulo. Para si próprio, ele se reserva o título mais honroso de “profeta responsável”, como já mencionado, sem abrir mão da glória adicional de ter sido um “herege imprudente”.<sup>181</sup> Ironicamente, vale registrar, na mesma página em que se atribui dons de vidente, Campos marca distância em relação a Fernando Henrique Cardoso, que – como recém-nomeado Ministro da Fazenda de Itamar Franco – estava “engajado na luta contra a inflação”. Quando as *Memórias* foram publicadas, os resultados positivos do Plano Real já eram conhecidos, contrariando o “mau olhado” do ex-czar da economia brasileira<sup>182</sup>.

## MOEDA MÁ AFUGENTA A BOA?

Segundo Campos, os profetas pagam uma pena injusta por sua lucidez intempestiva – é mais um autoelogio revestido de queixa. Mas as *Memórias* não chegam a ser chorosas. Campos considera que teve uma “reabilitação” ao fim de seu mandato de Senador, por conta da “grande higienização ideológica” simbolizada pela queda do muro de Berlim. O *annus mirabilis* de 1989, como ele gostava de dizer, seria a prova definitiva de que suas “profecias” – contra ventos e marés – estavam certas. Será mesmo?

Em ciências humanas, quando há muito argumentos, é porque falta consenso. O problema da história é simplesmente que ela não tem fim, a despeito das frequentes ilusões em contrário. Os eventos na Europa Central – e depois na ex-URSS – convalidam um juízo sobre o socialismo real, mas não autorizam um cheque em branco epistemológico. É uma distinção indispensável: o fracasso comunista não coonesto qualquer reducionismo, mesmo porque os blocos do Muro não caíram só na direção do Leste. Em outras

---

181 Id. *Ibidem*, p. 1277.

182 Id. *Ibidem*, p. 1080.

palavras, o fato em si é pleno de significados – só não significa que um modo de pensar (mesmo vitorioso, do ponto de vista político e histórico) esteja *a priori* correto e muito menos que deva ser cognitivamente excludente. Francis Fukuyama é o exemplo notório desse tipo de equívoco.

Na verdade, a profecia de Campos não tinha nada de profética. Foram muitos os alertas – a começar por Trotsky, em 1935 – contra a economia de comando central e a consequente hiperburocratização. O próprio capitalismo passa periodicamente por surtos de estatização, endêmica em certas latitudes. Até aí, não há novidade. As previsões de catástrofe, se houve, eram teóricas ou doutrinárias: só se confirmaram – e de forma surpreendente – depois de muitas décadas e de grandes oscilações. Consumado o fato, é sempre mais fácil alegar alguma manifestação tempestiva da bola de cristal. Mas, nesse caso pelo menos, não houve anúncio prévio, como pretende Campos.

O que se confirmou, mais uma vez, é que o núcleo mais interno da história é o segredo, para parodiar Elias Canetti ao descrever a intimidade do poder, que se compraz em ocultar-se. Sendo as coisas assim, podemos ponderar, em termos mais simples: quando as circunstâncias fazem prevalecer uma perspectiva filosófica, não quer dizer que outras perspectivas estejam necessária e definitivamente descartadas. A derrubada do Muro fatídico não serve de álibi nem para o maniqueísmo, nem para o reducionismo, sem distinções de lado. Se o dogmatismo sofreu um revés, isso vale para as duas bandas.

Roberto Campos parte do pressuposto de que a realidade é um *objeto* perfeitamente decifrável. Agora, pelo seu exemplo, esse objeto só é acessível a um sujeito que esteja espertamente munido das ferramentas que a ciência moderna faculta aos que se dão ao trabalho de se manterem atualizados com a sabedoria convencional do mundo desenvolvido. Nessa perspectiva, o saber é algo que se adquire no mercado da ciência – não se trata de um processo de autoindagação. Em outras palavras, o mundo não precisaria ser *compreendido*: basta ser *explicado*. Depois são feitas *classificações*, onde o real é todo compartimentado e, em seguida, guardado

na geladeira do conhecimento estabelecido. Por suposto, esse estoque de saber representa poder, mais importante do que qualquer veleidade de aprendizado pessoal. Vale, a propósito, o comentário que Campos atribui a seu amigo Nelson Rodrigues: “[Ele] chamava-me de *idiota da objetividade*, pela minha recusa a adoçar, com uma pitada de demagogia, o bolo amargo da lógica econômica”.<sup>183</sup> Seria tão benigna a intenção do malicioso dramaturgo ao recorrer a um adjetivo forte?

Fica a sensação de que a vida de Roberto Campos foi pura exterioridade, a despeito da incontornável presença do memorialista. Malgrado o exibicionismo, o *ego* é um sucedâneo pobre para a *pessoa* – não escapa às limitações de toda criação artificial ou mental. Pode ser brilhante, mas não dispensa o ser por inteiro. Ele existe? Campos pretende, sintomaticamente, que seu depoimento seja “menos a estória de uma pessoa que o testemunho de uma época”.<sup>184</sup> Os leitores agradecem, mesmo porque a leitura é sempre envolvente. O registro é valioso, desnecessário repetir, mas tem um vício de origem: o pensamento substitui o ser e cria uma ilusão de objetividade. Dentro dessa muralha, o sujeito pensante se sente protegido. No final, o castelo de cartas desaba, por mais que o autor tente provar o contrário.

Já vai longe, a esta altura, nossa digressão sobre o livro de memórias de Roberto Campos, ainda que a análise não pretenda ser exaustiva. Tratou-se apenas de ilustrar um *modo* de pensar que, como tipo ideal, poderíamos chamar de tecnocrático. Dificilmente encontraríamos melhor exemplo do procedimento cognitivo conhecido como racionalidade instrumental, um paradigma herdado do formalismo matemático fundado na razão pós-cartesiana. A escola dos “novos mandarins”, surgida na era Kennedy, seguiu essa linha reducionista e calculista – a ilusão de onipotência culminou na tragédia (não há outro nome) do Vietnam. Pois Campos foi um McNamara em versão tropical: seria o nosso *IBM*

---

183 Id. *Ibidem*, p. 147.

184 Id. *Ibidem*, p. 1283.

*machine with legs*, se tivéssemos a IBM. No caso de McNamara, além das pernas, havia as bombas. Por sorte, os problemas do Brasil não envolviam uma hipótese de guerra<sup>185</sup>.

A moeda má afugenta a boa? Em perfeito contraste com Campos, há uma visão do mundo que recupera a maiêutica socrática e que escolhe o caminho do diálogo. O modelo hermenêutico voltou à pauta da filosofia nos anos 60, mas não há a mais leve indicação de que possa ter se refletido no pensamento de Campos. O tema em si é da maior relevância para a formação dos jovens diplomatas, pois converge para a seguinte questão: método ou verdade – o que vale mais?

Em termos práticos, a Roberto Campos podemos opor um modelo óbvio – o Barão do Rio Branco. Mas de qual Rio Branco se trata?

---

185 A bem da verdade, pouco conhecida, a hipótese houve. O Presidente Johnson dirigiu apelos a Castello Branco para uma participação direta do Brasil no conflito asiático. Ver a propósito Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 290.

## PARTE II – DE VOLTA AO BARÃO

*“Há dois modos principais pelos quais alguém pode fazer da Política sua vocação: viver para a política ou viver da política...”*

*Todo homem sincero que vive para uma causa, também vive dessa causa.”*

*Max Weber<sup>186</sup>*

---

<sup>186</sup> A Política como Vocação (1919).



## 7. Síndrome

---

### ESFINGE?

O Barão do Rio Branco é não só o patrono da diplomacia brasileira – é também o *nume tutelar* ou a entidade protetora do Instituto que o homenageia. Ele é reconhecidamente o nosso maior diplomata – tentar compreendê-lo, além dos estereótipos correntes, é essencial para nosso exercício.

Desde logo, nos defrontamos com uma dificuldade: o quadro que está na parede é apenas um quadro. Sabemos hoje que o retrato permanece inacabado. O Barão oficial é um só, mas há mais de um Rio Branco. Com efeito, estamos diante de uma personalidade rica mas por isso mesmo *ubíqua*, como ele próprio reconheceu ao cunhar seu moto revelador.<sup>187</sup> Mesmo seus contemporâneos – e os que melhor o conheceram – o consideravam “intangível”, “imprevisível”, “misterioso”. Com fartura, os biógrafos recolheram depoimentos nesse sentido. Talvez *Esfinge* – como foi chamado – seja uma metáfora excessiva, mas Juca Paranhos era certamente enigmático. Não quer dizer que seja indecifrável.

---

<sup>187</sup> *Ubiqae patria memor* – “onde estiver, lembro da pátria”. Interpretado em geral como uma eloquente declaração de sentimento patriótico, este moto é antes de tudo uma confissão – um inequívoco reconhecimento de solidão. Tem também o sentido de um mantra terapêutico: a recordação da terra natal é o último refúgio de quem se sente um nômade com passaporte diplomático, vítima de um “exílio voluntário”. O dístico foi elaborado e escolhido, dizem os biógrafos, em momento de particular nostalgia.

Em se tratando de um ídolo nacional, é compreensível que se tenha favorecido a linearidade do ente de devoção. *Deus Terminus, Colosso de Rodes, Grande Mágico, Bismarck brasileiro* – esses epítetos, inspirados por um estilo datado, concorreram para o perfil convencional e conveniente. As dissonâncias foram discretamente negligenciadas em benefício do produto final: o “insubstituível Chanceler”, quase um predestinado. Nessa linha, proliferaram os rótulos de culto: o Richelieu tropical inteiramente devotado à “razão de Estado”, o “definidor de valores”, o “inventor da nacionalidade”, o astuto manipulador do poder, o “santo” que teria deixado um ambíguo evangelho diplomático, o prodigioso “pragmático”...

Tais tributos não são gratuitos, mas endossam uma visão apriorística, que tira o foco do essencial. Ao privilegiar a obra, ignora-se o *trabalho da obra*. Como “o obscuro servidor” se transfigurou no herói aclamado? Como o rebelde Juca Paranhos se tornou o Chanceler da concórdia?<sup>188</sup> São perguntas relevantes, especialmente para uma escola de diplomacia e para aspirantes à carreira.

Para os que estão começando talvez seja um estímulo saber que o Barão não nasceu feito – não o desmerece em nada reconhecer que seu “destino” de glória foi dos mais improváveis. Poucos se arriscariam a apostar que o futuro Chanceler estava contido na criança arredia (“pouco risonha, vivendo desde cedo em concentração no seu pequeno mundo”<sup>189</sup>), no menino “tímido e reservado”<sup>190</sup>, no moço byroniano que se fazia de *dandy* e que flertava com o negativismo, no bacharel sem rumo certo, no cônsul nomeado a duras penas e que se transformou em um quase “ermitão”. Ele mesmo fez o balanço de seu prematuro abatimento: “Desde 1875... renunciei a tudo”.<sup>191</sup>

---

188 “Política desinteressada de concórdia e de paz”, assim RB descreveu o comportamento externo do Brasil em um de seus últimos discursos (15 de novembro de 1911, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro).

Talvez se possa tomar a definição como uma definição da maneira de ser do próprio Juca Paranhos.

189 Lins, Álvaro. *Rio Branco (biografia)*, 1945; p. 29, ed. de 1996.

190 Idem, *Ibidem*; p. 30.

191 Idem, *Ibidem*, p. 173.



Acontece que, a bem da verdade, os desvios de Juca Paranhos – já por si, um sinal de humanidade – são bem mais instrutivos do que sua imagem *monumentalizada*, por assim dizer. Paradoxalmente, o segredo do êxito de Rio Branco está justamente nas incertezas de seu percurso. Será preciso ilustrar essas curvas? Em Rio Branco, há o empedernido monarquista, que foi também um republicano emérito *malgré lui-même* (Barbosa Lima); há o cônsul, antes de haver o diplomata propriamente dito; há o consistente pacifista que curiosamente “não falava de paz” (J. Basset Moore) e que, intelectualmente, era um reconhecido “doutor em guerras”; há o adepto do arbitramento, que se converteu de vez à negociação direta; há o delegado deliberadamente discreto nas duas primeiras questões de limites e há o tático ativíssimo – tanto na frente externa, como interna – que resolveu de forma incruenta o diferendo com a Bolívia; há o conservador, que desviou revolucionariamente a rota de nossa diplomacia, quando mais não seja de forma simbólica; há o promotor – contra seus próprios preconceitos – de uma política que hoje chamamos de integração sul-americana; há o executor de “uma diplomacia de alto voo e longa vista” (conforme a previsão de Joaquim Nabuco) e o saudosista que tinha “horror de elevadores” e que desconfiava da recém-inventada máquina de calcular<sup>192</sup>; há o realista visceral, que não obstante cuidava da aparência, sobretudo no que diz respeito à escolha dos que aspiravam a ingressar na carreira.<sup>193</sup>

Em outro nível, há o jovem boêmio e janota (um “galanteador”, no juízo condenatório de Pedro II), que paralelamente se dizia um “desencantado”; há o diletante de múltiplos talentos, que acabou optando pela diplomacia quase por exclusão; há o “exilado voluntário” de Liverpool, que

---

192 Diante de seus auxiliares, Rio Branco se mostrou incrédulo ao ser apresentado à nova engenhoca, com botões e manivela. Provada a eficácia da maquininha, ficou estupefato e resmungou: “Ali dentro deve haver alguém”. Gurgel do Amaral, Luis – *O Meu Velho Itamaraty* (De Amanuense a Secretário de Legação – 1905-1913); 1947 – 2ª ed. (2008), p.102.

193 Gilberto Freyre chega a atribuir a RB o “excesso arianista de quase sistematicamente incluir entre aquelas virtudes eugênicas, que exigia dos candidatos à representação do Brasil no exterior, o aspecto caucásico dos indivíduos.” – *Ordem e Progresso*, Parte II. (pp. 470/471 na edição *Intérpretes do Brasil*, vol. III; Nova Aguilar, 2002.) Voltarei ao tema.

se sente como um “obreiro desterrado” a pagar uma longa penitência<sup>194</sup>; há o imperturbável estudioso, cioso de sua privacidade, e há o infatigável Chanceler, que – como Mirabeau – “só sabe viver como executivo”; há o funcionário exemplar, que *escapava* do posto e, em Paris, se pretendia *incógnito* (ou até fingia, culpadamente, estar apenas de passagem pela cidade); há o homem “seco e reservado” e, ao mesmo tempo, a pessoa “jovial, de espírito fino e expansivo”<sup>195</sup>; há o *bicho-de-concha*, que queria se manter na penumbra, ao lado do *homem do mundo*, que desfrutou da *belle époque*; há o “cintilante *causeur*” e o profissional “que ficava chocado com a loquacidade incontida de certos interlocutores”<sup>196</sup>; há o diplomata da velha escola que, não obstante, feriu “a fundo o ‘tabu’ de ritos e tradições” com sua “aparente desordem dos métodos de trabalho”<sup>197</sup>; há o pai extremoso, que – no fim da vida – não recebeu qualquer atenção da família, mas manteve uma atitude estoica, com o requinte irônico de uma morte anunciada (“...do Ministério para o Cemitério”). Essa composição de contrários talvez se possa resumir nesta observação que vale por uma foto: “A boca sorri, mas os olhos não”.<sup>198</sup>

Em termos de opiniões, Rio Branco também exibiu variações importantes. É sempre citada, por exemplo, a afirmação que fez em 1896, depois de sua estada na América: “Prefiro que o Brasil estreite as suas relações com a Europa a vê-lo lançar-se nos braços dos Estados Unidos”.<sup>199</sup> Dez anos depois, já Ministro, mostrou que era capaz de rever suas ideias. Era capaz igualmente de superar prevenções, como no caso da arraigada desconfiança – herdada do Império – em relação aos vizinhos mais próximos.

---

194 “Eu aqui fico pagando meus pecados nesta terra da insipidez”. Viana Filho, Luís – A vida do Barão do Rio Branco (1959); p. 86 (6ª ed.).

195 Idem, *Ibidem*, p. 57.

196 Calógeras, Pandiá. *Estudos históricos e políticos* (1936), p. 22.

197 Gurgel do Amaral, L. – *Ibidem*, p. 91.

198 A frase afortunada é do jornalista Virgílio Vangiani, que relata entrevista com o Chanceler brasileiro (*La Nación*, 31 de agosto de 1908). Na ocasião, segundo os biógrafos, RB se sentia especialmente melancólico, distante dos filhos.

199 Carta ao Ministro em Londres, Souza Correia. Cf. Lins, A. *Ibidem*, p. 147.

Quanto às crenças profundas e pessoais de Paranhos Jr., só podemos conjecturá-las, dada a hermética discrição de nosso personagem.<sup>200</sup> Sabemos apenas que, proclamada a República, o monarquista frustrado passou por uma crise existencial (“Nunca atravessei dias tão cruéis”), crise serenada pelo sábio conselho do Imperador: “Sirva seu país.”<sup>201</sup> Pode-se dizer que o conselho foi seguido à risca.

Deixemos o enigma nesses termos. Por enquanto, não vamos tratá-lo de frente; examinemos, antes, os seus efeitos. A posteridade é o teste da atualidade e essa a questão que estamos nos colocando – porque o Barão é nosso contemporâneo?

## LUTO

Poderia dizer-se que, depois de fevereiro de 1912, nossa diplomacia se vestiu de luto. Seria prolongado esse luto – ao perder o Barão, foi como se o Brasil tivesse ficado sem rosto. Rio Branco era um símbolo da nacionalidade no que essa tem de mais recôndito e – por isso mesmo – de mais sólido.

Se os mortos governam os vivos, como pretendia Augusto Comte, é – em boa medida – porque os vivos não se mostram capazes de absorver a herança dos mortos. Ao sair de cena, Rio Branco deixou um vazio, da mesma forma que em vida ele havia sido um ponto de referência seguro e inescapável. A ausência é tão reveladora como a presença, da mesma forma que – em certos casos – só se percebe a ação quando há omissão.

Eis o que poderíamos chamar – se é que já não o foi – de *síndrome do Barão*. Explica-se: a glória passada se transforma facilmente em *álibi*. Não se escapa das circunstâncias, mas a *práxis* vitoriosa tende naturalmente a

---

200 Temos, contudo, um depoimento precioso que nos foi deixado pelo filho Raul de Rio-Branco (*Reminiscências do Barão do Rio-Branco*, 1942). A ele nos referiremos mais adiante.

201 Cf. Lins, A. *Ibidem*, p. 168.

virar *pragma* redundante. De certa forma, em nome do Barão, congelou-se a política externa, embora não a atividade diplomática, reativa por necessidade. Houve brilhos temporários, mas antes por influência pessoal do que por prestígio nacional.<sup>202</sup>

Seja como for, a figura do grande Chanceler se projetou olímpicamente sobre as novas gerações: o patrono se tornou mais do que um símbolo – ganhou *aura*.<sup>203</sup> Essa ascendência teve um lado bom e um lado menos bom. Sob um aspecto, Rio Branco era um modelo digno de ser imitado; por outro, o mimetismo se provaria inútil – pode-se copiar a letra, mas dificilmente se logra reproduzir o espírito. Rio Branco foi fruto de suas circunstâncias e essas mudaram. Sendo assim, a imitação tendia a ser esterilizante ou deformante: no mínimo, produziu um *ofuscamento*, no dizer autorizado de Vasco Leitão da Cunha.<sup>204</sup>

Os grandes homens são os que realizam grandes obras, com o risco de embaralhar a visão dos que vêm depois e que não são seus iguais.

---

202 Houve três *issues* que transcenderam o plano puramente bilateral e onde o peso do agente foi tão ou mais importante do que o do país. Depois que deixou de ser Chanceler (1930-33), o Embaixador Afrânio de Mello Franco atuou como mediador entre o Peru e a Colômbia na *Questão de Letícia*, disputa que envolveu a Liga das Nações. O diplomata brasileiro foi cogitado para o Prêmio Nobel da Paz e chegou a contar com o decisivo apoio de ex-Secretário de Estado Cordell Hull; segundo Maurício Nabuco (*Reminiscências*, p. 132), a indicação de Mello Franco foi prejudicada por uma segunda candidatura brasileira, a do então Chanceler J.C. de Macedo Soares, que atuou na *Questão do Chaco*. Essa teve a intervenção do próprio Presidente Getúlio Vargas, que – durante visita a Buenos Aires, em junho de 1935 – comprometeu-se diretamente nas gestões para a cessação das hostilidades entre o Paraguai e à Bolívia na guerra que já se prolongava por três anos, a despeito dos esforços da Sociedade das Nações. Finalmente, foi graças ao empenho pessoal do Chanceler Osvaldo Aranha que se assinou no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1942, o *Protocolo de Paz, Amizade e Limites Peru-Ecuador*; o “Protocolo do Rio de Janeiro”, como foi chamado desde então, interrompeu a guerra entre os dois vizinhos sul-americanos e instituiu a figura dos *Países Garantes*, grupo que foi sempre coordenado pelo Brasil e que – ao longo das décadas seguintes – desempenharia um papel decisivo para a solução do secular *diferendo* territorial, que provocou mais de um enfrentamento armado.

203 Aplica-se aqui o conceito de Walter Benjamin. Para o ensaísta alemão, *aura* é “a aparição única de uma realidade longínqua”. Rio Branco foi *único* no sentido de que teve sucessores, mas não teve substitutos, como foi dito na época. Por *presente* que tenha ficado o extinto Barão, ele foi sentido como distante: não permitia aproximação e, menos ainda, comparação.

204 “Felix Cavalcanti [primeiro Secretário-Geral do MRE], Muniz de Aragão [Embaixador em Londres], Luis Martins de Souza Dantas [Embaixador em Paris], Régis de Oliveira [Embaixador em Lisboa] e vários outros, todos eles eram *ofuscados* pela lembrança do Barão...”. Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 40 (grifo e colchetes acrescentados).

Se houve um “paradigma” do Barão (ou do Visconde de Rio Branco), ele valia para *aquela* situação e não para *qualquer* situação. A univocidade da teoria não dá conta da pluralidade da realidade política.<sup>205</sup> Tentar extrair das ações de Rio Branco um *esquema* de sabedoria infusa, sem prazo de validade, foi um exercício bem intencionado, mas fadado à frustração. Richelieu, entre muitos outros entendidos, deixou um alerta contra o vezo comodista de tomar por transcendente o que é apenas imanente:

*Il n’y a rien de plus dangereux pour l’État que ceux qui veulent gouverner les royaumes par les maximes qu’ils tirent de leurs livres.*<sup>206</sup>

Certamente o Cardeal Primeiro-Ministro lia livros e tinha suas máximas – não quer dizer que acreditasse nas máximas *por causa* dos livros. O mesmo se aplica, creio eu, ao nosso Barão, que não hesitou em contrariar máximas herdadas. O Barão tinha outros trunfos e teve outros triunfos – esses lhe são usualmente atribuídos, com justiça. Mas convenhamos que o reconhecimento do êxito não chega a ser uma explicação do êxito, nem basta para fundamentar uma teoria. Da mesma forma, dizer – como se tem dito – que Rio Branco foi uma figura carismática pode fazer sentido, mas nos prende aos limites da própria postulação de carisma.

Se não foi um teórico, Rio Branco foi certamente um terapeuta. Não por acaso, Aristóteles colocava a medicina na esfera da *techné* (*ars, artis*, em latim). Pois o Barão aplicou a *arte* para curar os males da política externa republicana, uma política até então inócua, pois não tinha diplomacia efetiva. O Chanceler convocado por Rodrigues Alves foi tão bem-sucedido que o país se deixou persuadir de que tinha se tornado definitivamente importante.

Como assinala Alberto da Costa e Silva, Rio Branco foi “o personagem de seu tempo que mais contribuiu para o sentimento de que o Brasil

---

205 “Trate-se de motivações ou de objetivos, do cidadão ou do estadista, seria vão tentar atribuir à conduta política um caráter unívoco, que ela não tem.” – Raymond Aron, “A Propósito da Teoria Política” in *Estudos Políticos*, p. 156 (Ed. Universidade de Brasília, 1980).

206 “Nada mais perigoso para o Estado do que aqueles que querem governar os reinos com as máximas que extraem dos livros que leem”.

tinha um destino certo, bom e forte”.<sup>207</sup> Compreende-se assim que, na ausência do líder, criou-se um vácuo, que se agravou pelo fato de que o país – como o resto do mundo – entrou em período de turbulência. Foram anos de crise larvar desde o fim da I Grande Guerra – era inevitável que seus efeitos se fizessem sentir na projeção externa do país. Nem toda a culpa deve ser creditada ao poder inibidor do Barão no além-túmulo.

## EXORCISMO

Vem a propósito a feliz observação do Embaixador Seixas Corrêa: “Para a diplomacia brasileira, celebrar o Barão é dialogar consigo mesma...”.<sup>208</sup> A celebração se justifica e é um fato. Durante décadas, contudo, esse desejável diálogo ficou interiorizado – na verdade, foi um monólogo reverencial, como se o Barão continuasse vivo. Qual o verdadeiro sentido dessa dialética?

Sob o manto exegético, a referência constante a Rio Branco encerra uma função catártica. Ao prestar todas as homenagens ao Barão, o Itamaraty também abrigava o desejo de se “libertar” do benigno espectro, cumprido o dever ritual da edificação. Foi o que o Rio Branco fez em vida com o Visconde de Cabo Frio – sem efeito imediato, é verdade; foi a única operação em que o santo da casa não logrou o milagre esperado.<sup>209</sup> Mas, no caso do próprio Chanceler, o fantasma foi ainda mais resistente: *mito* de invencibilidade, sua figura saiu de proporção. Rio Branco ganhou *aura*, que é intransferível e, portanto, inimitável. A “voz do povo” fez do diplomata um avatar, o

---

207 Costa e Silva, A. “O Barão do Rio Branco e a Modernização do Brasil” in *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil* (2002), pp. 283/284.

208 Seixas Correa, L. F. Conferência no Itamaraty na abertura das Comemorações do Centenário do Barão do Rio Branco (fev. 2012).

209 Depois que RB homenageou em 1903 o Diretor Geral, inaugurando seu busto de bronze, Cabo Frio não se deu por achado. Continuou assíduo no trabalho até o dia de sua morte em 1907. Era “uma relíquia viva”, no dizer de Gurgel do Amaral (Ibidem, p.192).

que é mais do que um ente de devoção. A imagem transcendeu a pessoa, em dois níveis – primeiro no âmbito coletivo e, depois, no oficial.

Assim, a aura foi mantida, com uma consequência não desejável, mas, previsível: na sombra frondosa do patrono, o Itamaraty acomodou-se em novo tipo de formalismo, desta vez nostálgico. “Una herencia no es solo un tesoro; es, a la vez, una carga y una cadena”, avisou o filósofo.<sup>210</sup> Os mais críticos disseram que a diplomacia brasileira se tornou “ornamental”, vítima de um “complexo de caiação”, com predomínio incontestado do “juridicismo”<sup>211</sup>. Ressalve-se que o “ornamental” deve ser qualificado *rationae personae*, pois em muitos casos o *déficit* de influência internacional do país era compensado pelo prestígio pessoal do agente.<sup>212</sup> O fato é que – no período pós-Rio Branco – a modéstia de nossa projeção externa refletia a modéstia do próprio Brasil. Rui Barbosa – insuspeito neste particular – havia admitido já por ocasião da Conferência da Haia: “Modesto é o lugar do Brasil... Modestíssimo será o lugar de seus delegados”.

Decorridas cerca de sete décadas – o saudoso Embaixador Azeredo da Silveira (então Ministro das Relações Exteriores do Presidente Geisel) fez o seguinte desabafo: “Não teria o menor sentido se fizéssemos hoje o que Rio Branco fez”. No estilo incisivo do ex-Chanceler, podemos detectar uma reivindicação de alforria, que tinha a seu favor o bom senso e representava uma atitude saudável em si mesma. Altivo que fosse, o juízo do executor do “pragmatismo responsável” deixou escapar uma diferença essencial – a diferença entre *o quê* (a agenda) e *o como* (a arte de fazer). Quanto a esse último ponto, a herança do Barão é permanente e, na prá-

---

210 J. Ortega Y Gasset. *Historia como Sistema*, seção VI.

211 Ver por ex. Rodrigues, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa* (1966), p. 58 e segs. O autor aponta o Ministro Octávio Mangabeira [15 de novembro de 1926 – 24 de outubro de 1930] como “um dos maiores *caídos* do Brasil”. Ao historiador, incomoda particularmente o fato de que – em 1927 – o MRE importou material de escritório da Casa *Harrison* de Londres, dentro do projeto de padronização proposto por Maurício Nabuco. Tudo somado, do ponto de vista organizacional e administrativo, o Itamaraty deve muito à gestão de Mangabeira, inclusive porque lhe coube iniciar em 1928 a construção do novo prédio destinado a abrigar o Arquivo, a Biblioteca e a Mapoteca. Cf. Oliveira Castro, F.M. de. *Ibidem*, p. 312.

212 Ver Anexo B – *Os velhos soldados não morrem*.

tica, inesgotável. Na verdade, mais do que estadista – com *grandes ideias* – ele foi diplomata: resolvia situações concretas.

Se pensarmos bem, o Ministro Silveira estava ecoando – para variar – o próprio Barão, quando (na revisão dos limites com o Uruguai) referiu-se a seu ilustre progenitor, aquele que foi – segundo Joaquim Nabuco – “a mais lúcida consciência monárquica que teve o Reinado”. Juca Paranhos jamais subestimou o Visconde, mas afirmou com plena convicção, como já lembrado no Convite/Prefácio: “Não fiz como meu pai fez, fiz como ele faria se estivesse em meu lugar.”

É uma boa síntese da filosofia – nunca explicitada – de Rio Branco: pensar por conta própria. É o que ele fazia e, sobretudo, o que achava que o Brasil devia fazer.

\*



## 8. Nosso contemporâneo?

---

### QUIXOTE COM ÊXITO

O arquétipo criado por Cervantes poderia aplicar-se a Rio Branco. Não há dúvida de que, diferentemente do *Engenhoso Fidalgo*, o Barão foi lúcido e vitorioso; também não se empenhou em refregas inúteis e nem de longe admitiu qualquer visionarismo. Não obstante, Rio Branco compartilha com o *Cavaleiro da Triste Figura* uma virtude essencial: o dom de si mesmo.<sup>213</sup> Sem se crer ungido, ele deu à própria existência um sentido inequívoco de missão – aí reside sua heroicidade.

A dedicação ao Brasil (ou ao que ele concebia como o Brasil) confere uma inequívoca linha de coerência à vida de Rio Branco. As sinuosidades acima apontadas não desaparecem, mas se submetem a essa linearidade maior. Em um de seus últimos discursos, ao reiterar sua aspiração de “servir modesta e obscuramente a nossa pátria”, Rio Branco declarou: “... só desejava que de mim se pudesse dizer um dia que ‘a minha terra amei e à minha gente’...”<sup>214</sup> Quase literalmente ele repetia palavras do pai – foi sua grande e talvez única ambição.

---

213 Para uma magnífica interpretação nesse sentido, ver San Tiago Dantas. *D. Quixote/Um apólogo da alma ocidental* (1947). Sintomaticamente, o ensaio é dedicado a Augusto Frederico Schmidt.

214 Discurso no Teatro Municipal do Rio de Janeiro em 15 de novembro de 1911.

Oliveira Lima não perdeu a oportunidade para veicular maliciosamente que o Barão tinha “ciúmes exagerados da pátria”.<sup>215</sup> Na verdade, não havia motivos para ciúmes, pois, no caso, o amor era correspondido.<sup>216</sup> Provas não faltaram, desde o dia em que Paranhos Jr. voltou em definitivo para o Brasil: o povo da Capital Federal – que era então uma espécie de miniatura do país – recebeu calorosamente o novo Chanceler. Foi então que Rio Branco – já designado mas ainda não empossado como Ministro – fez sua desassombrada profissão de fé, que é consistente com seu projeto de vida: “Não venho servir a um partido político: venho servir ao nosso Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro forte e respeitado”.

Em seguida, ele disse não desconhecer “nossas parcialidades políticas”, o que foi uma forma indireta de afrontá-las ou pelo menos de condená-las, em nome da nação.<sup>217</sup> Não quer dizer que o recém-chegado se colocasse acima da política, mas – para usar linguagem mais direta – ele pôs o dedo na ferida. Com efeito, a cena política brasileira estava marcada por disputas sectárias e apaixonadas. O *grito* de Deodoro, se de fato ocorreu, foi tanto uma proclamação como uma convocação: acirrou o divisionismo. Diante das parcialidades, Rio Branco optou pela totalidade histórica – a nação.

O Chanceler iria estabelecer sua própria pauta: consagrou-se por inteiro ao que ele chamou de “assuntos ou causas incontestavelmente nacionais”. Note-se que “causa nacional” não é o mesmo que “interesse nacional”. Em público, Rio Branco só usou esse último conceito uma única vez e, assim mesmo, em sentido genérico. Foi quando afirmou que “a política internacional não se faz propriamente de sentimentalismo, mas sobretudo se inspira nos interesses nacionais de cada povo”.<sup>218</sup> Coerentemente,

---

215 Oliveira Lima, M. “O Barão do Rio Branco” in *Oliveira Lima – Obra Seleta* (1971), pp. 297-302. O ensaio está datado de Bruxelas, 1912; foi escrito pouco depois da morte do Chanceler.

216 “... não deixa de espantar, depois de uma ausência de quase trinta anos, a rapidez com que se estenderam o estadista e a opinião pública...” Lins, A. *Ibidem*, p. 269.

217 Discurso na sede do Clube Naval em 1º de dezembro de 1902.

218 Discurso no Itamaraty, em 29 de maio de 1911, em homenagem ao argentino Quirino Costa. Nos *Cadernos de Notas* (1909), há um frase semelhante: “Questões de sentimentalismo não devem prevalecer sobre as conveniências da defesa nacional e os interesses políticos da nação.”

jamais falou em *poder nacional*. Em compensação, a ideia de *nação* é recorrente, mas Rio Branco a tratava como uma “categoria prática”.<sup>219</sup> É significativo que, ao traçar um panorama histórico, ele use o conceito de “nacionalidade em evolução.”<sup>220</sup>

Em termos abrangentes, poderíamos supor que a nacionalidade – e, em consequência, a questão do lugar do Brasil no mundo – foi o grande substrato do pensamento do Barão. Eduardo Prado (1860-1901) foi premonitório: “O fim de sua vida... foi conhecer o Brasil. [...] O que o Barão do Rio Branco sabe do Brasil é uma coisa vertiginosa”.<sup>221</sup> O adjetivo é perfeito e o autor de *A Ilusão Americana*<sup>222</sup> era uma autoridade no que diz respeito a Paranhos Jr. Faltou pouco para que antecipasse que o amigo converteria saber em ação; também faltou dizer que, àquela altura, Rio Branco ainda teria que aprender sobre o Brasil republicano. Aprendeu depressa.

Pela via da diplomacia, Rio Branco realizou um trabalho admirável em pouco menos de dez anos. Em síntese, ele consolidou o *espaço* brasileiro, atualizou o *tempo* de nossa projeção externa e articulou na prática o que ficou sendo nossa *cultura* diplomática. É verdade que o Barão teve a seu favor o fato de que sua gestão coincidiu com o ciclo econômico mais benigno da Primeira República, para o qual Rio Branco contribuiu de forma indireta, mas decisiva.<sup>223</sup>

No fim da vida, não obstante, o Chanceler deve ter sentido a acabrunhante sensação de que a obra da diplomacia pode ser frágil e precária. Já a

---

219 Rogers Brubaker faz a distinção entre *categories of practice* e *categories of analysis* no tratamento do conceito de nação. – *Nationalism reframed – Nationhood and the national question in the New Europe* (1996).

220 Artigo no *Jornal do Commercio* (13 de junho de 1909), com o título “As relações exteriores do Brasil durante a presidência Afonso Pena”. In *Obras do Barão do Rio Branco*, vol. X, p. 521.

221 Prado, Eduardo. *Coletâneas*, vol. I (1904), pp. 340-41 (*apud* Lins, A. *Ibidem*, p. 125). Destaque acrescentado.

222 *A Ilusão Americana* foi publicada em dezembro de 1893, durante o estado de sítio decretado por Floriano. A primeira edição logo se esgotou, mas a venda foi proibida pelo Governo de São Paulo. O libelo nega a “fraternidade” americana, mas não chega a sustentar que, para o Brasil, os EUA constituiriam uma ameaça iminente.

223 Note-se que, em 1912, começa a crise fulminante da exploração da borracha na Amazônia. O Acre concorria com 60% da produção que em seu auge se comparava à do café (40% da receita de exportação nacional).

partir de 1910, diante das trapalhadas domésticas do Governo Hermes da Fonseca, o Barão deu sinais de amargura, temendo que todo seu trabalho desmoronasse. “A revolta da esquadra, ou melhor, dos *dread-noughts*, faz vacilar o gigante em seus fundamentos... Depois o estado de sítio, a intervenção em Estados, o caso do *Satélite*, e o bombardeio da Bahia!... Isto foi para ele o tiro de misericórdia!...”<sup>224</sup>

A imagem do país ficou comprometida, o que para o Chanceler era motivo de profundo constrangimento. Ele confidenciou a um amigo que “não tinha cara para receber os representantes das nações estrangeiras”. Em janeiro de 1912, Rio Branco chegou a pedir demissão, o que mostra sua contrariedade. De resto, ele devia perceber que a unidade nacional – premissa e objetivo de sua obra – havia sido colocada em cheque pela acalorada eleição de 1910. Os resultados das urnas mostravam um país dividido entre a predominante sociedade rural e a emergente sociedade urbana.

O pedido de demissão foi recusado pelo Presidente, que teria feito um apelo comovido a Rio Branco. O Chanceler não abandonou o posto, mas se extinguiria menos de um mês depois.<sup>225</sup> A *fortuna*, mais uma vez, terá vindo em seu auxílio para poupar-lhe maiores dissabores? Em alguma medida, o sexagenário já enfermo morreu de desgosto.

O Brasil entrava em novo ciclo de instabilidade e Rio Branco marcou o fim de uma época. Foi uma razão a mais para que ele se tornasse um mito na imaginação popular: “... fala-se dele como se não fosse um homem, mas uma entidade de outra natureza”, escrevia Álvaro Lins em 1945. Isso ainda é verdade? As auras podem não se apagar, mas aos poucos perdem o brilho.

---

224 Gurgel do Amaral, L. *Ibidem*, p. 350.

225 Suas últimas palavras foram uma manifestação de seu horror à violência. Segundo seu médico, o moribundo murmurou em seu delírio: “Bombardeio da Bahia! Forte de São Marcelo!” – Cf. A. Lins, *Ibidem*, p. 442.

## RETRATO INACABADO

O Barão está vivo depois de 100 anos? Ninguém se arrisca a dizer que não, mas ainda se discutem as boas razões. O processo continua em aberto. Em maio de 2012, Seminário Internacional realizado no Itamaraty tratou amplamente da memória de Rio Branco.<sup>226</sup> Cabe a pergunta: tudo o que sobra do Barão é uma *memória*? Ela é bem justificada – *construída*, na verdade – mas é elástica, como toda memória. Nela cabe tudo, mas ainda assim deixa rejeitos e resíduos, às vezes preciosos – aos vivos de recolhê-los, no vagar do tempo e no acaso dos gostos e desafios. Às novas gerações incumbe este trabalho de *bricolagem*, na medida em que surgem outras questões. Isso a despeito do fato de que dúvidas anteriores não foram inteiramente satisfeitas, como já nos advertiu um sábio.<sup>227</sup>

Acontece também que, nessa esfera, a tendência é a dar por descontado o esforço já feito – já se disse que a ingratidão é o pior dos pecados. Ora, o desenho do nosso território não nos preocupa mais: hoje, é matéria de arquivo, com chancela cartorial. Quanto às outras realizações da política externa do Chanceler (a “aliança não escrita” com Washington, por exemplo), convenhamos que são inovações menos definitivas. Podem ser invocadas como antecedentes válidos (como tem acontecido, com boa ou má fé), mas não estão livres da controvérsia própria da contingência. Da mesma forma, quando se fala no *mito* do Barão, o que se subentende é uma falsa imagem.

Não é por aí, portanto, que vamos encontrar uma melhor explicação para a atualidade de Rio Branco, que não é um simples desejo. É uma realidade. Mas há perspectivas diferentes para ver a mesma realidade. Se as linhas ainda estão embaralhadas, é preciso admitir – como propusemos acima – que o retrato do Barão continua inacabado. Isso não significa – y

---

226 *Barão do Rio Branco-100 Anos de Memória*, Funag (2012).

227 “Uma verdade científica não triunfa porque convence seus oponentes fazendo com que vejam a luz, mas porque seus oponentes finalmente morrem e uma nova geração cresce familiarizada com ela.” Max Planck, *Autobiography and Other Plays* (1949).

*mucho menos* – que se deva dar passe livre a qualquer revisionismo gratuito.<sup>228</sup> Acrescentar não é desmerecer o que já foi feito.

Agora, para completar o retrato do Barão – ou retocá-lo – é preciso olhar o retratado, vale dizer, a *pessoa* de Juca Paranhos. Entenda-se: é na existência que o segredo da essência pode se desvendar, se algum dia puder se desvendar. Não é mera matéria de *reflexão* – de alguma forma, temos que recuperar a *experiência* originária. Sendo assim, não nos intimidemos diante de perguntas cujas respostas são tidas como já estabelecidas. Por que o Barão é o patrono da diplomacia brasileira? É uma questão de forma ou de conteúdo? O Barão segue sendo um modelo para a formação dos jovens diplomatas? E o IRBr – faz jus ao nome que tem?

## COMPLEXIDADE

Tímido por natureza, Paranhos Jr. sempre foi um homem discreto quanto a sua própria pessoa. Sabemos pouco de seus sentimentos ou convicções pessoais – o mais provável é que ele também não soubesse por antecipação. Não por casualidade, o Barão dizia que “o brasileiro havia desaprendido de ouvir e calar”.<sup>229</sup> Ainda com os mais próximos, Rio Branco mantinha a reserva – ou o pudor. Sua filha Amélia queixava-se ao irmão Raul: “Não há nada mais difícil do que conhecer o pensamento de

---

228 Em artigo recente, o Professor Matias Spektor escreveu: “[Rio Branco] pôs a política externa a serviço dos novos-ricos da burguesia agroexportadora e não hesitou em entrar para a vitrine da nova ordem, a Academia Brasileira.” O professor da FGV aduziu que o Barão foi um deliberado forjador de mitos “para justificar-se”. Podemos imaginar que o artigo faria a delícia do argentino Estanislau Zeballos, que deu ao Barão o epíteto de “infatigável aranha continental”. Sintomaticamente o texto traz o título de “Usos e Abusos do Barão” (*Folha de São Paulo*, 22 de julho de 2012, *Ilustríssima*, p. 3); foi reproduzido em *Cadernos do CHDD*, Número Especial, 2012 – “O ufanismo vai cedendo nos cem anos de Rio Branco”. *Ufanismo*, dizem os dicionários, é orgulho exacerbado ou patriotismo excessivo – o artigo em questão não terá cometido um erro de pessoa ou de país?

229 Calógeras, Pandiá, *Ibidem*, p. 22.

meu pai”.<sup>230</sup> Um observador isento confirma: “Para mim, Rio Branco era intangível, até nos momentos mais expressivos de intimidade”.<sup>231</sup>

Rio Branco não favoreceu a posteridade com textos autobiográficos.<sup>232</sup> Suas obras são todas pontuais, de caráter histórico ou funcional, sendo que muitos de seus escritos têm uma motivação circunstancial. Sobre eventos importantes que presenciou, salvo os funcionais, não deixou registros. Para nossa frustração, não redigiu qualquer estudo abrangente sobre política externa. A melhor fonte dos biógrafos continua a ser o que sobrou de sua correspondência particular.

Cabe a pergunta: faltou a Rio Branco uma maior intimidade consigo mesmo? O *deficit* de vida interior não seria de estranhar em quem tinha a vocação da política, ainda que essa vocação tenha se manifestado tardiamente, como no caso do filho do Visconde. Não quer dizer que Rio Branco se ocultasse – é que seu pensamento se manifestava pela ação. Ele se revelou pelos gestos e o primeiro momento em que se exibiu por inteiro foi em 1875/1876. Ele já tinha então cerca de 30 anos e assumiu, publicamente, sua relação com a jovem Marie Philomène, afrontando a sociedade da época e indiretamente o próprio pai. Juca Paranhos pagou um preço por isso, mas marcou seu território pelo resto da vida. Esse episódio, entre outros, corrobora a conclusão de que Rio Branco “não aceitava outra disciplina que não fosse a interior”.<sup>233</sup> Personalidades assim tendem a preservar sua intimidade.

---

230 Lins, A. *Ibidem* p. 302.

231 Gurgel do Amaral, Luís – *O meu Velho Itamaraty (De Amanuense a Secretário de Legação – 1905 -1913)*; 1947- 2ª ed. 2008, p. 102.

232 Contraste-se, por exemplo, com seu amigo e contemporâneo Joaquim Nabuco, que nos deu uma autobiografia precoce (*Minha Formação*), escrita em 1901, quando presumiu que sua vida pública se havia encerrado. Além disso, nos legou um alentado *Diário*, publicado postumamente.

233 Lins, A. *Ibidem*, p. 88. Mais adiante, o biógrafo reitera seu juízo: “... não se submetia a outro domínio que não fosse o das suas forças íntimas, o de suas determinações interiores, sempre fiel à educação que criara para si mesmo”. *Ibidem* p. 395. E ainda: “Continuava tão ‘boêmio’ na sua maneira de viver quanto o fora na mocidade. Nenhum horário, nenhuma disciplina convencional... Com mais de sessenta anos costumava trabalhar durante toda noite...”. *Ibidem* (1995), p. 395.

Seria temerário, nessas condições, especular sobre a filosofia pessoal de Rio Branco.<sup>234</sup> O mais provável é que não se preocupasse com isso de forma mais direta. Sua biblioteca particular poderia nos dar uma indicação, mas não nos ajuda muito: é uma coleção datada. Os mais modernos são os poetas românticos, com os quais Juca Paranhos deve ter-se familiarizado quando estava na Faculdade de Direito.<sup>235</sup>

Nesse contexto, há uma informação preciosa e talvez única; é também intrigante. Merece fé, pois foi dada por Raul do Rio-Branco: ele reporta um diálogo havido com o pai, que estava “de volta de Washington”, em 1895. Raul se mostrou relutante em aceitar o convite para trabalhar como auxiliar do Barão, já encarregado de negociar a Questão de Palmas – o neto do Visconde julgava que, ao se tornar empregado do Estado, sacrificaria irremediavelmente sua liberdade. Diante disso, Rio Branco desabafou:

– *Sabe você o que é a liberdade? Com ela se desorganizou desde o fim do século passado a vida das grandes nações, comprometendo-se por longo tempo, para sempre talvez, a evolução harmoniosa da civilização cristã do mundo ocidental, preparando-se num futuro quiçá não mui remoto, uma opressão mil vezes mais vexatória, irresistível e insaciável do que as tiranias das monarquias paternas... Ninguém é livre neste mundo. Pensa que acaso o sou?*<sup>236</sup>

---

234 Cabe assinalar, não obstante, que o Barão mantinha na sua sala de trabalho uma “bela imagem de Cristo”. Referindo-se ao quadro, o Chanceler teria dito ao Padre Gaffre: “Este que é o dono da casa”. O sacerdote francês, em visita particular ao Barão, também teria observado – no quarto de dormir do assumido maçônico – “além de outro Cristo, duas imagens sagradas: uma da Virgem e outra de Santo Antônio de Paula”. Louvo-me em Freyre, Gilberto, *Ordem e Progresso* (Cf. *Intérpretes do Brasil*, vol. III; ed. Nova Aguilar, 2002, p. 712).

235 Segundo Raul do Rio-Branco, entre os autores prediletos do pai, estavam os clássicos: Virgílio, Tácito, Cícero, Horácio, Dante, Shakespeare, Cervantes e Goethe; dos franceses, La Bruyère, Bossuet, Chateaubriand, Musset, Vigny, Lamartine, Hugo. Entre os de língua pátria, Camões, Vieira e Gonçalves Dias. Raul afirma também que o pai “não conhecia menos Plutarco, Aristóteles, Platão, Aristóteles”. Como se vê, era uma biblioteca culta, mas sem qualquer novidade. Raul não faz referência a qualquer autor do tempo do próprio Barão, como Machado de Assis por exemplo. De Eça de Queiroz, só tinha lido *A Relíquia* por insistência de Eduardo Prado. O insuspeito Álvaro Lins comenta: Rio Branco “só lia os grandes e os consagrados” (Id. *Ibidem*, p. 203); é o mesmo que dizer que tinha um gosto convencional em literatura.

236 Rio-Branco, Raul do – *Ibidem*, pp.177-178. Álvaro Lins escreveu um ensaio em que comenta o livro de Raul e louva seu valor documental. Curiosamente, o biógrafo do Barão não se detém na pas-



Raul continua seu relato de forma indireta:

*Era sua convicção [do pai] que o capitalismo, longe de estabelecer o domínio sobre o mundo, como se pensava geralmente, chegaria a um declínio rápido por efeito mesmo de sua hipertrofia sem contrapeso... A prosperidade [ ] estava fadada a esvaír-se em fumo, porque era, em grande parte, convencional e fictícia, feita antes de símbolos do que de realidades. Para ele, a civilização ocidental, preservada até então por circunstâncias às vezes milagrosas, tocava seu fim.*<sup>237</sup>

A crer no testemunho filial – publicado em plena II Guerra – o Barão foi profético. Ao mesmo tempo, transparece aqui o estoicismo de um varão romano. Ao filho, aconselhou submeter-se aos “deveres sucessivos e vários que nos impõem a pátria e a família”. Nessa recomendação, a visão conservadora do Barão ganha relevo, mas com uma cor insuspeitada. O que mais chama a atenção – além da franqueza – é o negativismo da mensagem que José Maria transmite a Raul, aparentemente impassível. Não se pondo em dúvida a veracidade do relato, o mínimo que se pode depreender do desabafo é que Paranhos Jr. não ficou imune ao pessimismo e ao niilismo que grassaram no fim dos Novecentos. Aos 50 anos, ele se sente rendido ao destino. Como explicar que, pouco tempo depois, ele se mostraria tão afirmativo como Chanceler?

A morte do Visconde, em 1880, foi sentida por José Maria como “a grande catástrofe”. Foi também uma liberação – marcou o início de uma fase intelectualmente produtiva na vida de Rio Branco. Não quer dizer que os problemas emocionais tenham se aplacado: ele continuou se queixando de solidão. Vivendo entre Liverpool e Paris (trânsito que consumia 14 horas de viagem), o urso solitário se mantinha ocupado com o trabalho e o estudo.

Nas idas frequentes à França, Rio Branco fez um grande amigo: Eduardo Prado. Por intermédio do paulista, conheceu Eça de Queiroz. A química desse trio ainda não foi devidamente estudada.<sup>238</sup> As informações são esparsas e

---

sagem acima citada. O ensaio foi reproduzido em Cadernos do CHDD, Ano 11, Número Especial, Segundo Semestre 2012, com o título “Memórias sobre Rio Branco”.

237 Id. *Ibidem*, p. 179.

238 O tema é abordado no *Apêndice* a este Capítulo.

sua interpretação tende para o lado pitoresco, dado o caráter forte dos protagonistas. Pode-se supor, contudo, que esse interregno parisiense foi decisivo na evolução da personalidade de nosso Cônsul, até então isolado em sua torre de marfim inglesa e recendendo o mofo de documentos antigos. A biografia o descreve então como “um espírito suspicaz e abotoado”<sup>239</sup> Em contraste, o filho de Dona Veridiana Prado era um produto típico da *Belle Époque*, empenhado em “saborear plenamente a delícia do viver”.

Para variar, Rio Branco não deixou qualquer memória escrita dessa época. Sabe-se, contudo, que “o Prado e o Barão eram inseparáveis”, conforme o testemunho de Domício da Gama.<sup>240</sup> Entre o asceta e o epicurista, o criador de Fradique Mendes – personagem provavelmente inspirado em Eduardo – talvez tenha sido um reagente. Em seus últimos escritos, Eça de Queiroz trocou o derrotismo pelo desejo manifesto (e mais construtivo) de *aportuguesar* Portugal. Da mesma forma, superada a fase negativista, o Barão iria dedicar-se à missão de *abrasileirar* o Brasil. Não foi outra também a mensagem deixada por Eduardo Prado, morto prematuramente, vítima da febre amarela. Sua crítica ao americanismo foi uma forma de resguardar a brasilidade. Na *Ilusão*, livro que chamou a atenção por motivos menos importantes, ele deixou um brado de comando: “Sejamos nós mesmos, sejamos o que somos, e só assim seremos alguma coisa”.<sup>241</sup>

O que se pode concluir dessa breve digressão é que, no Rio Branco adulto, sobrevivia a inquietude byroniana do jovem Paranhos. Contudo, de forma talvez tortuosa, a descrença acabou por fortalecer o patriota. Consagrar-se ao Brasil – e até sacrificar-se por ele – foi o último refúgio de um homem sob outros aspectos desencantado. A ação foi uma fuga para a frente, o que talvez justifique uma digressão (ver Apêndice a este Capítulo).

\*

---

239 Id. lb., p. 103.

240 O comentário foi registrado por Heitor Lira. Cf. Viana Filho, L., *Ibidem*, p. 129.

241 Eduardo Prado. *A Ilusão Americana*, Cap. IV. Aparentemente, o brasileiro seguia ainda aqui a exortação de Eça de Queiroz: “Cria a vossa civilização; sede vós e não outros”.

## APÊNDICE AO CAPÍTULO 8 – DO BREJÃO PARA PARIS

“Nunca vi duas pessoas se entenderem melhor”, comentou Domício da Gama referindo-se à amizade entre Rio Branco e Eduardo Prado.<sup>242</sup> Foi um entendimento paradoxal, porque eram pessoas bem diferentes.

Portador de um dos nomes mais famosos da elite do café, Eduardo Prado (1860-1901) foi um produto refinado do fim do século XIX. Ele poderia perfeitamente ter sido o inventor original da “equação metafísica do Jacinto” imortalizada por Eça de Queiroz: *Suma ciência x Suma potência = Suma felicidade*.<sup>243</sup> É a definição de uma época ainda confiante no progresso, mas à beira do desencanto, precedido pelo fastio.

Eduardo Prado encarnava como ninguém certo ideal de liberdade existencial – esse traço de vitalidade não pode ter deixado de atrair o que, no diplomata quarentão, ainda restava do boêmio Juca Paranhos. Depois de longa reclusão na cinzenta costa oeste da Inglaterra, Rio Branco encontrou o interlocutor de que carecia. O “exilado” de Liverpool – saturado com o despacho de navios e com as “maçadas” de sua repartição – recebeu um novo alento em meio a uma existência que se tornara insípida. Em compensação, Paranhos teria inoculado em Eduardo Prado o gosto pelos estudos históricos.

A afinidade entre os dois é significativa sob muitos aspectos, como é significativa a estreita amizade entre o aristocrata paulista e Eça de Queiroz, ligação que data do tempo em que ambos moraram na Inglaterra.<sup>244</sup> O Prado apresentou Paranhos ao romancista, que foi Cônsul em Paris a partir de agosto de 1888. Os três tiveram convivência assídua e intensa. Foi também pelas mãos de Eduardo que Domício da Gama foi introduzido

---

242 Cf. Viana Filho, L. (citando Heitor Lira.) – *Ibidem*, p. 129.

243 Queiroz, Eça de – *A Cidade e as Serras*, cap. I.

244 Entre 1874 e 1878, Eça foi Cônsul na Inglaterra (Newcastle e Bristol). Por sua vez, Eduardo Prado trabalhou como Adido na Legação do Brasil em Londres.

no círculo privilegiado, do qual participaram ocasionalmente outras personalidades notáveis.<sup>245</sup>

O luxuoso apartamento do Prado (*Rue de Rivoli 119*) tornou-se um ponto obrigatório de encontros e foi imortalizado no *202 dos Campos Elíseos*, um dos endereços mais famosos das letras portuguesas: era a residência de Jacinto de Tormes.<sup>246</sup> As duas casas – a real e a imaginária – se distinguiam por serem apetrechadas com todas as últimas novidades da técnica triunfante: o telefone, o fonógrafo, a máquina de escrever, o elevador dos pratos...<sup>247</sup> Que conversas não terão ocorrido naquele ambiente! Os tempos eram doces, mas – sob a superfície – a *belle époque* alimentava contradições fatais.

Façamos pelo menos um esboço da interação entre os três principais participantes do grupo luso-brasileiro. Inveterado viajante, E. Prado era conhecido como “o nômade” pelos porteiros dos hotéis de que se serviu em Paris, em suas muitas idas e vindas. Era, ao mesmo tempo, diletante e autêntico – asseguravam os que conheceram. Já se estabeleceu um paralelo entre Eduardo Prado e Fradique Mendes, sem dúvida um dos personagens prediletos de Eça e talvez seu autorretrato idealizado. No dizer de António Cândido, “Fradique é o homem supercivilizado do século XIX, flor das grandes cidades, que absorve todos os requintes e comodidades da civilização”.<sup>248</sup> Ele se define como um “*touriste*”<sup>249</sup>, mas era um turista da inteligência, com insa-

---

245 Domicio da Gama, na época, era correspondente em Paris da *Gazeta de Notícias* e não sonhava em ser diplomata. O grupo incluiu figuras tão importantes em Portugal como Oliveira Martins e Ramalho Ortigão; do lado brasileiro, Gusmão Lobo, “o amigo predileto” de Rio Branco, segundo Álvaro Lins. Eram todos grandes conversadores, a começar pelo Eça, “que reservava o talento para as letras, mas punha a arte na vida”.

246 Conta-se que D. Veridiana Prado – ao visitar o filho em Paris e depois de apreciar todas as invenções mecânicas que Eduardo lhe mostrava orgulhosamente no rico apartamento – fez o seguinte comentário: “Que pena! Não tens espaço para um galinheiro!”. A lúcida Senhora antecipava assim o tema de *A Cidade e as Serras*.

247 Como se recorda, o “elevador de pratos” é a grande *vedette* do capítulo IV de *A Cidade e as Serras*.

248 Cândido, António. “Eça de Queiroz entre o campo e a cidade” in *Livro do Centenário de Eça de Queiroz* (1945), p.143.

249 “Temporal e espiritualmente fiquei simplesmente um *touriste*.” Cf. Cf. Queiroz, Eça de – *A Correspondência de Fradique Mendes*, Parte I, V.

ciável curiosidade e mantendo sempre a espontaneidade. “Amicus Mundus, sed magis amicus Veritas”, Fradique se arrisca a pretender.<sup>250</sup>

Como acima aventado, o herdeiro da família Prado também tem algo em comum com o personagem de Jacinto de Tormes de *A Cidade e as Serras*, romance publicado postumamente. Cansado da vida urbana, Jacinto acabou retornando por acaso a suas origens castiças e rurais em Portugal; desde então, o elegante homem do mundo não voltou mais à *urbe da luz*, capital do século XIX. No caso de Prado, por mais viajado que fosse, nunca se desligou do *Brejão*, nome expressivo de seu “campo” em São Paulo.<sup>251</sup> Quanto ao metódico Cônsul em Liverpool, não deixou de acalentar sonhos de “ser fazendeiro” e acabou encontrando sua Serra particular na Vestfália de Petrópolis.

Vale lembrar ainda que – como Tormes e o próprio Fradique – Rio Branco manifestou sério desencanto com a modernidade. A julgar pelo relato de Raul, o futuro Chanceler – em inusitada confiança havida em 1895 – não só vaticinou “um declínio rápido do capitalismo por efeito de sua hipertrofia sem contrapeso”, como também “o fim da civilização ocidental, preservada até então por circunstâncias milagrosas”.<sup>252</sup> É verdade também que Rio Branco não voltou a insistir no juízo apocalíptico, tanto quanto se sabe.

Os paralelos acima poderiam ser aprofundados. A obra de Eça, por mais satírica e crítica que seja, é um repetido ato de amor a Portugal. Da mesma forma, como sublinhou Eduardo Prado, a vida do Barão é um permanente gesto de devoção ao Brasil. Feita a convergência, cabe a distinção: o filho do Visconde foi vitorioso, ao fim e ao cabo. Tanto não se poderia dizer dos heróis queirozianos.

Com a reserva já feita no caso de Jacinto de Tormes e talvez do Fradique, os grandes protagonistas das novelas de Eça de Queiroz são

---

250 “Amigo do mundo, mas mais amigo da Verdade.” – Id. *Ibidem*.

251 Eduardo Prado enfrentou depois dificuldades financeiras, a ponto de ter que recorrer ao Barão, que teria depois dificuldades para cobrar a dívida. O panfletário de 1893 iria revelar-se também um ativo homem de negócios, para decepção do Eça, quando foi informado.

252 Rio-Branco, Raul do – *Reminiscências do Barão do Rio-Branco* (1942), p. 179.

realisticamente fadados ao fracasso, quando mais não seja por caprichos da sorte, caprichos socialmente incontornáveis (*O Crime do Padre Amaro*, *Os Maias*) ou ironicamente fortuitos (*O Primo Basílio*, *A Relíquia*). Pode-se conjecturar que foram vítimas da própria ação, empreendida em geral para fugir ao tédio provinciano ou ao vazio existencial<sup>253</sup>. Em última análise, a lição deixada por Eça – repetida de forma quase esquemática, com o tempero da ironia, senão da caricatura – é que não vale a pena construir, sob pena de ficar soterrado nos escombros da imprudente armação. Tanto é assim que, ao fim da vida, o romancista concebe como seu ideal justamente um herói contemplativo<sup>254</sup> – o mencionado Fradique, *summa* de almas, como já se disse, incluída a do seu criador. “Tipo intelectualíssimo [...], assimilara toda a cultura de sua época, mas se debatia numa impotência de ação...”.<sup>255</sup> “Não há nada a fazer”, concluía o calejado personagem. A sabedoria do conselho pode ser contestada, mas o testemunho é inequívoco como reflexo de uma visão de mundo no ocaso de uma época.<sup>256</sup>

O Barão – antes de ser Chanceler – respirava o mesmo ar que alimentava as ilusões escapistas de Fradique, obviamente um tipo-ideal<sup>257</sup>. De forma declarada, tudo que Rio Branco queria era ser deixado em paz para continuar se afundando no passado. “Não sou mais homem do mundo...” – não foi o que escreveu a um amigo em 1893?<sup>258</sup> Ele poderia ter adotado

---

253 O crítico António Sérgio é incisivo: “... no âmagô psicológico dos romances do Eça, a verdadeira problemática é a da Ociosidade e seu Tédio...” – In *Livro do Centenário de Eça de Queiroz* (1945), p. 499.

254 A *Correspondência de Fradique Mendes* é publicada em 1888-89 na *Revista de Portugal*; em forma de livro, saiu em 1990. Grande parte do manuscrito já estava pronta em 1888.

255 Figueiredo, Fidelino de – *Literatura Portuguesa* (1955), p. 322.

256 Ortega y Gasset compara o europeu de 1870-80 com o funâmbulo que aparece em uma gravura da época “cruzando una gran plaza sobre una cuerda a cincuenta metros del suelo... El hombre occidental de la fecha era *kenobata*, caminante sobre el vacío”. Ensaio sobre Max Scheler, 1928.

257 Com apenas “trinta e três” anos, Fradique já encarnava “vinte séculos de literatura”, afirma o narrador (parte I, II). São muitas as façanhas (físicas e intelectuais) do biografado – e todas extraordinárias. O Fradique se sentiria à vontade na galeria de personagens de Jorge Luis Borges.

258 Do tempo em que residiu na Vila Molitor, no subúrbio parisiense de Auteil, Eduardo Prado deixou um registro: “... no meio da desordem, apenas aparente, de seus documentos e dos seus mapas, poucas são das 24 horas do dia que o Barão do Rio Branco não consagra às suas pesquisas e às suas leituras”. Cf. Viana Filho, L. p.245. Foi a contragosto que – em fins de 1899 – RB providenciou a mudança para Berna, onde seria arbitrada a Questão do Amapá.

como moto o aforismo de Descartes, tão do agrado de Fradique: *Bene vixit qui bene latuit*<sup>259</sup>. Não foi homem de partido e não foi amante do poder. Pode-se cogitar que sua força vinha exatamente dessa ambivalência: a bonomia de gigante manteve sempre um fundo de relativismo, senão de ceticismo. Mesmo depois do êxito, seus desejos de fuga não desapareceriam, mas foi salvo da infecundidade (e de si mesmo) pelo comprometimento com a ação. É que, em última análise, sua forma de pensar induzia ao agir.

Justiça seja feita, tanto Eduardo Prado como o Eça também foram ativistas, tanto pelo discurso como por atos, cada qual a seu modo e com trajetórias inversas. O primeiro passou de *bon vivant* a virtual subversivo; o segundo, fiel à revolucionária Geração de 70 (ou 1867), começou como *enfant terrible* em Portugal para terminar em Paris como adepto tardio de Rousseau, nostálgico da Natureza. Sem que tenha abandonado de todo o gosto pelas farpas<sup>260</sup>, o extraordinário Eça aspirava a um pacato equilíbrio, com vagas inquietações místicas. Isso não obscurece a frustração do próprio Fradique: naquele fim de século, o caldo de cultura era indisfarçavelmente niilista.<sup>261</sup>

Recorde-se que o grupo do *Cenáculo* do Eça jovem se autodenominou *Vencidos da Vida*. A novelística de Eça de Queiroz é, ela mesma, reflexo dessa evolução e nos dá talvez, como insinuamos, uma indicação sobre a influência recíproca entre os convivas da *Rue de Rivoli*, que também se reuniam na residência do Cônsul de Portugal em Neuilly ou na casa dos Paranhos no bairro de Auteil. “Assunto predileto [do Prado] seria talvez dizer mal da civilização norte-americana”, que considerava “uma nova barbárie e um imperialismo cruel...” – assim especula Álvaro Lins. Com a opinião do paulista, que visitara os EUA, “concordaria Eça de Queiroz, concordaria Rio Branco, concordariam quase todos os presentes”.<sup>262</sup>

259 “Quem viveu na obscuridade, viveu bem”. Id. *Ibidem*, Parte I, VII.

260 A ironia supera a contundência no capítulo demolidor sobre o Pacheco, que “tinha um imenso talento” (*A Correspondência...*, Parte II, VIII).

261 Note-se que Fradique se dedicou a “estudar peça a peça o mecanismo de um cérebro de niilista”; pretendia “se tornar budista praticante” (Parte I, V), embora fosse devoto de todas as religiões. A morte o impediu de voltar à Índia.

262 Lins, A., *Ibidem*, p. 147.

Estes elementos nos induzem a conjecturar que aquele foi um momento de inflexão na vida dos três ilustres membros do grupo, cujo ímã inicial foi Eduardo Prado. Começando por este, logo chegaria ao fim sua esplêndida disponibilidade de herdeiro: com a proclamação da República, o assumido monarquista abandonou o limbo europeu, voltando ao Brasil para combater o que condenou como Ditadura militar<sup>263</sup>. O amável dileitante revelou-se então um corajoso panfletário, que desafiou o estado de sítio do implacável Floriano Peixoto. Eventualmente, Eduardo teria que se dedicar a reparar as combalidas finanças da família.

Quanto à literatura do grande realista da prosa portuguesa, ela muda de registro justamente a partir de 1887 – é quando Eça começa a compor *A Correspondência*. Assim, numa espécie de síntese, ele recupera a figura do Fradique, pseudônimo do poeta romântico – fruto de criação coletiva – que fizera rápida aparição na imprensa lisboeta anos antes. A grande novidade é que a ficção se apossa da própria ficção. A candura do autor não permite duvidar de sua sinceridade: o exagero no desenho do admirável Fradique é indispensável à tese. Desta feita, Eça não estava brincando, como Cervantes não brincava com seu *Don Quixote*. Em contraste com a *Memória* e *Notas* do autor, o herói não esconde suas vulnerabilidades nas presumidas *Cartas* – se há desequilíbrio, é uma virtude. A novela – ou que rótulo se lhe dê – não é uma sátira, nem uma farsa.<sup>264</sup> É quase um testamento.

Na imaginação de Eça, Fradique – o fazedor de versos bissextos “num número já amarrotado da *Revolução de Setembro*” de 1867 – vira uma figura excelsa. Quanto à fabulação, ganha verossimilhança pelas muitas referências a fatos de conhecimento corrente. Só que agora, o foco não é propriamente a verdade crítica, que não está ausente, nem a fantasia, embora essa não falte, até delirante. Mas a preocupação maior do escritor maduro se desloca para uma verdade mais íntima, sem medo de pare-

---

263 Os artigos que escreveu para a Revista de Portugal, fundada por Eça de Queiroz em Paris, serão reunidos em *Fastos da Ditadura Militar* (1890).

264 *A Correspondência* permite inclusive uma leitura pós-moderna: na segunda Parte do livro, as *Cartas* desmentem a narração prévia do admirador incondicional.



cer sentimental ou mesmo simplista. Eça – que morreria no ano em que *A Correspondência* é publicada em livro – propõe uma receita de bem viver; pode-se tomá-la como um derradeiro acerto de contas, com inusitada franqueza, sem abandono da graça e do humor.

“Eu não sei escrever! Ninguém sabe escrever!”<sup>265</sup> – Fradique declara. Ficaram as *Cartas*. Essa é uma escrita supostamente desprevenida e que passa ainda pelo escrutínio do narrador, cuja seleção é eclética: mostra um missivista de muitas faces. Nas dezessete correspondências recolhidas, Fradique defende suas opiniões com a verve e desenvoltura habituais, sobre os temas mais diversos. Mas não faz qualquer proselitismo de sua filosofia pessoal, da qual ficamos cientes apenas através do narrador. Mal ou bem, Fradique resolve o problema da ação com o cancelamento da ação. Não que ele tivesse se eximido diante da vida, muito ao contrário – o que sugere é que basta viver, sem pretender passar juízo, sem deixar vestígios, muito menos por escrito.

Quanto a Juca Paranhos, a súbita Proclamação da República fez com que ele se sentisse um exilado subjetivo, com dúvidas de consciência quanto a servir ao novo regime e profundamente acabrunhado com a situação do velho Imperador deposto. Pouco antes, contudo, chegou a admitir que nunca tinha sido tão feliz: estava em Paris e tinha novos amigos. Nesse interregno, em 1888, tinha sido agraciado com o título de Barão e decide finalmente se casar de papel passado. Não menos importante é o fato de que começa a ganhar notoriedade como historiador. Em 1889, receberá um inesperado elogio de Rui Barbosa, gesto pelo qual o futuro Chanceler se mostrará reconhecido.<sup>266</sup>

---

265 Queiroz, Eça de – *A Correspondência...*; parte I, VI.

266 O artigo de Rui (14 de outubro de 1889) foi alentado e perpassado por “um sopro de entusiasmo, quase paixão” (Cf. Viana Filho, L. – *Ibidem*, p. 143). Rui refere-se à importante contribuição de Rio Branco para a *Grande Encyclopédie* (1889). O texto laudatório ocupou toda a primeira página do Diário de Notícias e, pelo prestígio do articulista valia por uma consagração. Como tal, não deixou de ser percebido pelo elogiado, que continuou discreto. Na *Enciclopédia*, obra coletiva, Rio Branco assinou a parte principal referente a *Le Brésil*, editado em separata. Na ocasião, redigiu em 15 dias a obra de síntese *Esquisse de l’Histoire du Brésil*, que integra o volume *Le Brésil en 1989*. José Veríssimo qualificou o *Esboço* de “obra-prima”.

Tudo parecia concorrer então para que o nosso Barão se encerrasse definitivamente na torre de marfim de seu gabinete de estudos, não importa em qual endereço. Ele correu o sério risco de se tornar um esplêndido “dissipador”, membro daquela “imensa caravana que marcha confusamente para o Nada”.<sup>267</sup> Paranhos Jr. poderia ter seguido os passos de Fradique, mas a própria História – sua musa – lhe reservava surpresas. Diante do convite para ser Ministro de Estado, ele terá que decidir-se pela ação efetiva, ainda que a contragosto. Não se teria realizado de outro modo: não lhe bastaria contemplar – era preciso agir.

\*

---

267 Queiroz, Eça de – *A Correspondência...*; respectivamente, Parte I,VII e Parte I,VI.

## 9. Linguagem como ação

---

### NUA, SÓBRIA, ASCÉTICA

Como já observado, a personalidade de Rio Branco tem sido envolta em um conveniente mistério. “Ele é sempre uma surpresa até para os mais íntimos”, anota em mais de uma passagem Luis Viana Filho. O segundo grande biógrafo do Barão olhou com mais atenção do que Álvaro Lins para o lado pessoal de seu retratado e admite a frustração: “Quem conhece o pensamento de Rio Branco?”.

Diante das muitas perplexidades que a biografia do Barão suscita, a língua é uma clareira, se não for a própria resposta ao enigma. Poderíamos invocar aqui o respaldo da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer: “Ser que pode ser compreendido é a linguagem”.<sup>268</sup>

Ainda que breve nesse particular, a análise de Álvaro Lins – biógrafo *doublé* de crítico literário (e dos bons) – é valiosa: põe o foco na linguagem. Seu juízo é certo:

*A sua linguagem apresentava-se nua, sóbria, ascética, sem uma palavra excessiva, sem uma frase que não correspondesse a algo de essencial. Uma linguagem que era o próprio pensamento em ação.*

---

268 Gadamer, H-G. – *Ibidem*, vol. I [478]; p.612 na tradução citada.

*Se o estilo é a forma mesma em que se exterioriza uma personalidade – cada homem tem o estilo de sua própria obra.*<sup>269</sup>

E ainda:

*As obras escritas de Rio Branco não são propriamente livros, mas atos. Atos foram suas “memórias”, as suas Exposições de Motivos, os seus discursos, os seus artigos, os seus documentos diplomáticos. Um estilo de ação...*<sup>270</sup>

Em texto anterior ao livro, Álvaro Lins detectava “a sobriedade, a dignidade, a austeridade de um estilo de homem de Estado”.<sup>271</sup> Com efeito, “pensamento em ação” é próprio do estadista, não necessariamente do historiador. Nesse contexto, pode ser lembrada a frase de Basset Moore, para quem Rio Branco era “a mais notável combinação de erudito e estadista que já conheci”.<sup>272</sup> Mas como se dá esta combinação?<sup>273</sup> Além do fato de que há diferentes tipos de homens de Estado, seria preciso explicar como se atualiza o *pensamento em ação* identificado por Álvaro Lins. Podemos acrescentar agora o testemunho direto de Pandiá Calógeras: “Poucos também lhe conheciam o pensamento nos negócios públicos, antes que o exprimisse em ação.” O historiador agregou: “A cada um, [ele] falava a linguagem adequada”.<sup>274</sup>

Nesse processo, a palavra é um elemento de prova – reflete a intimidade do modo de ver o mundo. No caso do nosso Barão, há uma evidência que diz respeito à própria identidade do filho do Visconde. Como se sabe, com o advento da República, Paranhos Jr. descartou o *Júnior* de seu

---

269 Id. *Ibidem*, p. 408 (destaque acrescentado).

270 Lins, A. – *Ibidem*, p. 408 na edição de 1995 (destaque acrescentado).

271 Reproduzido in *Cadernos do CHDD*, Ano II, Número Especial, Segundo Semestre, 2012. No texto, o autor esclarece que está trabalhando na biografia publicada em 1945.

272 Cf. Lins, A. – *Ibidem*, p. 205.

273 Costuma-se atribuir o êxito de RB nas duas arbitragens ao erudito e não ao diplomata, como se este tivesse tido um papel neutro. Contraste-se com o resultado da disputa com a Inglaterra, que não nos foi favorável, apesar de não ter faltado embasamento técnico à defesa de Joaquim Nabuco.

274 Calógeras, Pandiá. *Estudos históricos e políticos* (1936), pp. 222 e 22. Destaque acrescentado.

nome e apoderou-se do *Rio Branco*, já tendo eliminando o *Barão* da assinatura.<sup>275</sup> Assim, foi como se assimilasse a figura paterna de uma vez por todas – ou como se passasse uma esponja em diferenças mal resolvidas. O nome valia por uma afirmação existencial, com o benefício da brevidade.

Rio Branco primava pela economia de palavras, em flagrante contraste com seus contemporâneos, como o *cultista* Rui Barbosa, para não falar de um colaborador próximo, Euclides da Cunha, com seu “estilo de cipó”. Rio Branco era devoto da concretude, avesso a apriorismos, descrente da teoria pura. Já tivemos oportunidade de sublinhar esses traços, com o aval da biografia do Barão.

Desde logo, por definição, a *linguagem como ação* confirma a primazia do *fazer*, da *práxis*. Mais do que um instrumento de trabalho, a língua nos dá uma chave para entender a diplomacia de Rio Branco e, concomitantemente, nos desvenda a postura existencial de Rio Branco.

Vejamos isso em alguns aspectos essenciais.

## JOIA DA COROA

Em termos singulares, a principal peça escrita por Rio Branco foi a *Exposição de Motivos* ao Presidente da República, de 27 de dezembro de 1903, sobre o chamado Tratado de Petrópolis (*Tratado de Permuta de Territórios e outras compensações*, firmado em 17 de novembro de 1903). Com justiça, o documento é considerado uma obra-prima diplomática. Entre suas muitas qualidades, a *Exposição* é exemplar como um estilo de ação.<sup>276</sup>

---

275 Cf. Lins, A. – *Ibidem*, p. 136, nota 206.

276 Se compararmos com a *Exposição de Motivos de Plenipotenciário Vencido* (muito mais longa) de Rui Barbosa (28 de janeiro de 1904), fica-se com a impressão que o arrazoado do Senador baiano não sai do lugar; na busca de uma solução formalista e hipotética. Repete sempre o mesmo ponto, que é dado por certo de antemão. O que o tribuno não contempla é a própria diplomacia, como arte da negociação.

Se nos concentramos na forma do texto, veremos que o Chanceler não se limita a *expor motivos* – ele exhibe ao mesmo tempo o curso mental que o conduziu a esses motivos. O método é inseparável do mérito. Rio Branco o diz explicitamente: “Tal é, senhor Presidente, o meu *modo de pensar...*” No contexto, não se trata de uma simples maneira de dizer, pois o autor acrescenta em seguida: “[O Tratado] representa, *para mim...* a solução que *me* pareceu melhor para as dificuldades...”.<sup>277</sup> A frase introduz a conclusão da EM, como a indicar que o procedimento convalida a argumentação, com a ressalva de que foi a solução possível – “a melhor” – dentro das condições dadas.

Antes de entrar na parte propriamente editorial – a “explicação” do Tratado – o autor da *Exposição* alinha atos e fatos circunstanciais referentes ao histórico da negociação. Em outras palavras, não se trata de uma negociação ideal, como parecia conceber Rui Barbosa, mas *daquela* negociação. Assim, Rio Branco não parte de princípios e abstrações, mas se atém ao *mundo da vida* concreto, porque há uma *situação* a ser resolvida. Assim, poderíamos interpretar a estrutura da *Exposição* como um processo de *redução*. Há uma troca de marcha, sem que o movimento seja interrompido: o expositor transfere a questão do discurso jurídico para o plano político. Foi o que permitiu colocar entre parênteses o Tratado de 1867, “sem inovar o direito existente entre os dois países”.<sup>278</sup>

A declaração da zona de litígio – que não tinha sido cogitada anteriormente – passa então a ser uma decorrência, não um postulado. Não há sacrifício do *uti possidetis*, mas todos os aspectos da questão têm que ser reexaminados, o que leva ao reconhecimento da necessidade (“clara e imperiosa”) de uma “solução radical”. Isso abre espaço para a negociação de uma moldura jurídica compatível com a nova realidade. A gradativa elaboração dessa moldura permitiu acomodar outro fator concreto e de-

---

277 *Exposições de Motivos* (27 de dezembro de 1903) – Obras do Barão do Rio Branco V, p. 61 na edição MRE/FUNAG, 2012. Destaques acrescentados.

278 *Exposições de Motivos* (27 de dezembro de 1903) – obra citada p. 63.

licado: a “exaltação patriótica” na Bolívia e a conseqüente irredutibilidade inicial de seus negociadores.

Não fosse pela lógica diplomática, pareceria um passe de mágica. Com efeito, quando o *imbroglio* se agravou, a perspectiva de uma solução exitosa parecia pouco concebível, objetivamente falando. Para começar, no âmbito doméstico, havia prevalecido até então a opinião favorável aos “direitos adquiridos” pela Bolívia, à luz da acordo havido no Império. Na seqüência, surgiu o fantasma da “primeira tentativa de introdução no nosso continente do sistema africano e asiático das *Chartered Companies*”.<sup>279</sup> Bloqueada a investida de terceiros, a “tentação de algum novo arrendamento” por parte da Bolívia não era uma hipótese que podia ser descartada. Depois de “agitações periódicas”, da insurreição dos povoadores brasileiros e da ocupação militar, persistia o perigo de uma guerra aberta. Em suma, para o Brasil, o problema tinha um contorno inteiramente inédito, no diz respeito ao território disputado e no que se referia à situação vulnerável dos ocupantes brasileiros. Como se não bastasse, surgiram as obstruções internas tanto de “belicosos extremistas”, como de “pacifistas excessivos”.

Foi a única conjuntura em que a atuação do Chanceler foi diretamente questionada. Contou, contudo, com o apoio irrestrito do Presidente Rodrigues Alves, que era o verdadeiro alvo da oposição no Congresso. No maior teste enfrentado pelo Barão, sem prejuízo de outros interesses, ele se preocupou antes de mais nada com as pessoas: “Não fazemos questão de território – fazemo-la de brasileiros”.<sup>280</sup> Assumida esta postura, o Chanceler agiu na hora certa, com a habitual prudência. Contornou, inclusive, a alternativa de um demorado arbitramento, como pretendia Rui Barbosa, que quis se eximir de responsabilidade diante da inevitável decisão política que o caso exigia.

A Questão do Acre é a joia da coroa na obra de Rio Branco – há reconhecimento generalizado nesse sentido. Também se reconhece que

---

279 Id. *Ibidem*, p. 54.

280 Pode-se dizer que RB antecipou uma diretriz que hoje não pode deixar de constar de nossa pauta diplomática: a proteção de nacionais no exterior.

o Barão se esmerou na redação da *Exposição de Motivos* que estamos analisando. Para a posteridade, o documento é um breviário da boa diplomacia diante de uma situação extremamente difícil e potencialmente explosiva. Com todos os complicadores apontados, internos e externos, Rio Branco conseguiu reverter os dados da questão em nosso benefício.

A princípio, o Chanceler usou com equilíbrio os meios de poder a seu dispor: reação firme em defesa de nossos compatriotas, rápida mobilização de tropas, acerto de contas com o *Bolivian Syndicate* (que foi sufocado pelo fechamento do Rio Amazonas), explicações à opinião pública, etc. Enquanto isso, o convite ao diálogo com a Bolívia permaneceu aberto. Foi através da diplomacia – e não da força – que o Barão encaminhou a solução definitiva do problema, que envolveu compra e troca de parte da área disputada.<sup>281</sup>

“No pacto que construímos com a Bolívia, não houve vencedores nem vencidos”, diria Rio Branco quando foi homenageado depois de sacramentado o Tratado.<sup>282</sup> Esse avisado juízo poderia ser tomado como uma antecipação – no plano prático – da conhecida *teoria dos jogos*: “As combinações em que nenhuma das partes interessadas perde, e, mais ainda, aquelas em que todas ganham, serão sempre as melhores”.<sup>283</sup> É uma afirmação inspirada pelo bom senso, sem que o Barão tenha recorrido a concessões desnecessárias. As alegações em contrário, pouco isentas, acabaram se calando.

Foi assim que nosso Chanceler evitou que o Acre se transformasse em um Texas sul-americano, sabendo-se da semelhança de ingredientes entre as situações originais nos dois casos. A economia do poder abriu espaço para o compromisso. Também chama a atenção a relativa rapidez com que o Chanceler resolveu a questão, depois de breve hesitação inicial, o que causou impaciência em Rodrigues Alves: o Presidente teria

281 O Tratado de 1867, sabiamente, continha ressalvas que permitiam ajustes eventuais.

282 Discurso no Itamaraty em 20 de fevereiro de 1904. Referindo-se à conclusão do Tratado, ele afirma que “o acontecimento que celebras hoje... não foi e não pode ser chamado uma vitória da diplomacia brasileira”. A declaração remete à que havia feito anteriormente a propósito do ganho de causa na questão de Palmas: “Há vitórias que não se celebram”.

283 *Exposição de Motivos* (27 de dezembro de 1903) – obra citada, pp. 57-58.



começado “a se ocupar pessoalmente do assunto, segundo testemunhos idôneos...”<sup>284</sup> O Barão chegou então a oferecer sua demissão ao Chefe de Estado.<sup>285</sup> Confirmado, Rio Branco desenvolveu febril atividade. De janeiro a dezembro de 1903, passou-se da iminência de um conflito armado para um acordo, negociado livremente e aprovado pelo Congresso. Para tanto, enfrentou forte oposição de políticos veteranos.<sup>286</sup>

Na Questão do Acre, o discurso – conduzindo à persuasão – engendrou uma nova realidade. Seria suficiente para justificar a conclusão de que Rio Branco não deixou testamento: em vez de escritura, temos uma *escrita* – um modo de dizer que vale por um ato.

Essa escrita também pode ser uma *desconstrução* – foi o que aconteceu na Questão de Missões/Palmas. Comenta o biógrafo, com a habitual acuidade: “Diz-se que a questão era simples e evidente. Mas a esta conclusão só se chegaria depois, com o trabalho do Barão. Era um pleito secular, complicado e tornado confuso pelo excesso de negociações e documentos”.<sup>287</sup> Ao desfazer os erros argentinos, Rio Branco fez emergir o acerto da causa brasileira. O erudito, recompensado pela sorte, descobriu provas inéditas e o advogado desfez o emaranhado histórico. Atendendo a esse propósito principal, a *Exposição* – redigida contra o relógio, em dois meses – prima pela economia e objetividade: “Não pude dizer nem a quarta parte do que poderia ter dito...”, lamentou-se depois o autor.<sup>288</sup> A quarta parte foi suficiente.<sup>289</sup>

---

284 Afonso Arinos de Melo Franco, *Rodrigues Alves* (1973), p. 257. Não há outras indicações de que o Presidente tenha tido participação direta no encaminhamento da questão, salvo o apoio a seu Ministro.

285 Nesse período crítico, Rio Branco – abrigado na úmida Petrópolis – foi acometido por “edema” nas pernas, além da aflição de problemas familiares. Cf. Viana Filho, L. – *Ibidem*, p.324.

286 Além de Rui Barbosa, os principais adversários do Tratado foram os Senadores Pinheiro Machado, Rosa e Silva, Joaquim Murinho (ex-Ministro da Fazenda de Campos Sales) e o Deputado Barbosa Lima. Rio Branco contou com a decidida colaboração do Deputado Gastão da Cunha (Cf. Rodrigo M. F. de Andrade. *Rio Branco e Gastão da Cunha* (MRE, 1953).

287 Lins, A. – *Ibidem*, p. 204.

288 Carta a José Carlos Rodrigues em março de 1895. A exposição não chega a 300 páginas.

289 Note-se a pertinente observação de Lins, A. (*Ibidem*, p. 204): “Psicologicamente, ele compreendeu que não devia cansar o árbitro, ou perturbá-lo com digressões, e por isso reduz a ‘memória’ ao essencial”.

## “EFEMÉRIDES”

A obra de historiador de Rio Branco é sempre muito louvada por boas razões, mas razões clássicas (“o gênio da minúcia, da paciência, da exatidão”, na síntese autorizada de Capistrano de Abreu). Veja-se que não se cogita de originalidade. Ocorre que na historiografia fragmentada de Rio Branco – fruto, em parte, de demandas imediatas – há um título que tem um sentido revelador: *Efemérides Brasileiras*. A essas memórias temáticas, Rio Branco se dedicou com assiduidade, em detrimento talvez do projeto grandioso (nunca concluído) da *História Militar e Diplomática do Brasil*. Em seu conjunto, as *Efemérides* constituem uma obra extensa, provavelmente aquela que exigiu esforço mais demorado.<sup>290</sup> A economia do texto destaca de forma indireta o exaustivo investimento de pesquisa.

Sintomaticamente, as *Efemérides* vão até o fim do Império. Em se tratando de uma coluna de um jornal monarquista, há uma óbvia intenção de recuperar a *memória* de um passado, no momento da ruptura republicana. Nesse sentido, há também uma busca implícita da identidade nacional. A despeito de eventuais propósitos imediatos (valorizar a obra do Reinado), as *Efemérides* não obedecem à mera motivação periodística.

Com elogios repetidos à erudição do autor bissexto, o estudo tem sido tratado como “livro de referência”. Seria assim um simples manual com datas importantes, fruto acidental do capricho de um pesquisador? Por valioso que seja o compêndio do ponto de vista informativo, ele é mais do que isso. No caso, a própria erudição é valorizada pelo método de exposição.<sup>291</sup> Não é o mesmo método das *Memórias* de limites, por exemplo, que são posteriores e tinham função precípua. Nas *Efemérides*, Rio Branco não *reconstitui* os fatos – ele os *surpreende*. O que poderia ser

---

290 Na edição do Centenário (MRE/FUNAG), o texto perfaz cerca de 750 páginas.

291 Rio Branco – por intuição e não por teoria – é mais moderno do que se costuma reconhecer, também no que diz respeito à visão da história. Seria o caso de analisá-lo não apenas sob a luz preferencial da historiografia alemã do século XIX, mas igualmente com o auxílio de autores mais recentes. Entre outros, vêm a propósito: R.G. Collingwood (*The Idea of History*; textos de 1926-28) e Quentin Skinner (*Visions of Politics. Volume I: Regarding Method*, 2002), para não falar do abaixo citado Pierre Nora.

uma leitura tediosa, reveste-se de suspense. Note-se que a etimologia de *efeméride* é a mesma de efêmero: aquilo que passa. Pois Rio Branco recupera o sentido do fortuito.<sup>292</sup> Talvez coubesse acrescentar que ele não via a história como um produto de forças determinísticas – o papel do *agente* é sempre preservado.

O que distingue as *Efemérides* é que o passado é apresentado como presente. Ao mesmo tempo em que dá relevo ao fato particular, a perspectiva adotada produz uma grande tela serial. A imagem resultante, no conjunto, é complexa, como se a intenção fosse justamente a de preservar o caráter único de cada fenômeno histórico dentro da multiplicidade dos fatos. Na falta de uma reflexão explícita de Rio Branco sobre sua concepção da história, a volumosa coleção de pequenos artigos oferece uma pista, até mesmo pelo fato de o autor ter-se dedicado a esse gênero de estudo, aparentemente menos ambicioso.<sup>293</sup> O responsável pela versão atual do livro considerou-o “o mais popular e mais versado” de Rio Branco<sup>294</sup> – é também o mais original. Em que sentido?

Dir-se-ia que a ideia subjacente do autor foi a de tratar o *acontecido* como *acontecimento* – não o passado pasteurizado, mas a história *revivida*. Essa impressão é favorecida pelo tempo de verbo usado consistentemente – o modo indicativo no presente.<sup>295</sup> Poderíamos dizer que os textos do Barão – escritos no início da última década do século XIX – correspondem ao que, mais recentemente, Pierre Nora veio a chamar de “recuperação

---

292 Sobre o tema, ver Michael Oakeshott, “Historical Events – The fortuitous, the casual, the similar, the correlative, the analogous and the contingent” in *On History and Other Essays* (1983).

293 Os artigos foram redigidos para o *Jornal do Brasil*, fundado em 1891 pelo Conselheiro Rodolfo Dantas, que se cercou de colaboradores monarquistas. Volume publicado em 1892 recolheu parte das *Efemérides*; em 1917, a revista do *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* publicou versão revista da obra.

294 A qualificação é do historiador Rodolfo Garcia, a quem se deve a organização e edição atual das *Efemérides* (p. XV, na edição revista de 1945, sob a égide do MRE).

295 Nas *Efemérides*, fatos já conhecidos ganham inesperado ineditismo, como notícias frescas do jornal da manhã. Era esse, aliás, o espírito da coluna. Ao iluminar acontecimentos, o autor dá relevo na verdade aos agentes históricos, cujos nomes dominam as notas.

do evento”, *le retour de l'événement*.<sup>296</sup> Acrescente-se que essa concepção se situa na corrente da “história da memória coletiva”, que – segundo um especialista – “est une histoire des usages du passé *dans les présents successifs*.”<sup>297</sup>

A aproximação não vale por si, mas por sugerir uma fundamentação filosófica, ainda que apenas intuitiva no caso do Barão. Em uma amostragem de toda a história pátria antes da República, as *Efemérides* se organizam como *epoché*: “paradas” de um fluxo. Os registros são cortes verticais na sequência neutra do calendário. Permitir que os fatos falem por si faz parte da sabedoria diplomática – é um dado relevante para perscrutar o modo de pensar de Rio Branco.

## DIANTE DO PODER

Tudo leva a crer que Paranhos Jr. via o poder como um companheiro incômodo, embora inevitável. Não que ele não soubesse exercer o poder e mesmo manipulá-lo; deu muitas provas de que sabia. Mas – por temperamento (e, suponho, por convicção) – Rio Branco preferia manter-se fora da política miúda. Apontando para essa inapetência, o amigo Nabuco chegou a aconselhá-lo por volta de 1895: “É tempo de você deixar de ser politicamente um indolente e um estranho”.<sup>298</sup> Passados alguns anos, frente a seus pares no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), Rio Branco confirmou: “Não me sentia feito para as lutas da vida pública”.<sup>299</sup>

Em nível mais pessoal, é reveladora uma observação do “amanuense” Gurgel do Amaral: Rio Branco “nunca deu ordens que não parecessem

---

296 Pierre Nora, in *Faire de l'histoire*, tomo I, pp. 210-228.

297 C. Delacroix in *Les Courants Historiques en France XIXe. – XXe. siècle* (Gallimard, 2007), p.551. Destaque acrescentado.

298 Apud Araujo Jorge. *Introdução às Obras do Barão do Rio Branco*, p. 79 (ed. 2012).

299 Discurso no *Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* em maio de 1909.

pedidos”.<sup>300</sup> Da mesma forma, o Ministro do Exterior não empenhou sua autoridade para afastar da Chancelaria o anacrônico Visconde de Cabo Frio, que – com seu “nariz rubicundo e violáceo” – em tudo se metia.<sup>301</sup> Pois Rio Branco “fingia não saber”, por respeito ao senil funcionário, que havia conhecido quando ainda era menino. Os sentimentos humanitários, no caso, não excluem a constatação de que ele era parcimonioso com o uso do poder.

Em 1865, com vinte anos, Rio Branco assistiu ao agravo político que seu pai sofreu, ao ser demitido no momento mais exitoso de sua missão no Prata – disso ele deu um testemunho inconformado na biografia que escreveu sobre o Visconde.<sup>302</sup> Além disso, o próprio Juca Paranhos foi punido pelo poder em função de decisões íntimas e pessoais. Mais tarde, por dever de ofício, teve que lidar com o poder. Mas manteve distância reverencial: “Não quero saber de eminências e grandezas”, declarou a um amigo.<sup>303</sup> Não há porque supor que estaria pensando na posteridade e cuidando de sua biografia.

Podemos ter diferentes atitudes diante do poder – só não podemos ignorá-lo, pois o poder não nos ignora. Até a última década de sua vida, Rio Branco conseguiu manter distância em relação ao centro do poder, mas acabou sendo desentocado. É um dado concreto: o Barão se tornou poderoso porque antes foi vitorioso por conta própria. Ele não buscou o poder – foi procurado pelo poder. Aplica-se perfeitamente a Rio Branco a distinção de Max Weber, citada na epígrafe desta II Parte: Paranhos Jr. jamais viveu *da* política, mas é um caso nítido de vocação *para* a política, na medida em que viveu para uma causa.

Assim, as recusas do filho do Visconde aos chamados do poder não foram acidentais. Em 1893 – quando recebeu a consulta de Floriano Pei-

---

300 Gurgel do Amaral, Luís – *Ibidem*, p. 103.

301 *Id. Ibidem*, p. 64

302 Ao relatar com detalhes todo o episódio da intempestiva exoneração *in absentia* do Visconde, em 3 de março de 1865 (“ato de tão descomunal precipitação e severidade”), Rio Branco informa: “À noite, a polícia julgou conveniente cercar a casa do diplomata demitido, sob o pretexto de protegê-la contra o furor popular... levando o susto e a consternação ao seio da família do ilustre brasileiro”. Na ocasião, José Maria tinha 20 anos e, a julgar pelas datas, já estava na Faculdade de Direito em São Paulo.

303 Cf. Vianna Filho, L. – *Ibidem*, p. 172.

xoto para assumir a negociação em Washington sobre a questão de limites com a Argentina, Rio Branco não hesitou porque julgou que a irrecusável missão era *temporária*<sup>304</sup>. Em carta ao amigo José Avelino, ele afirma só “desejar posições obscuras”. E confidencia: “Não sou mais homem do mundo...”.<sup>305</sup> Na mesma linha, ele telegrafou ao Ministro dos Estrangeiros, de modo a estabelecer uma reserva antecipada: “Desde 1875, tenho levado uma vida de retraimento [que] me permite consagrar boa parte de meu tempo aos estudos e trabalhos de minha predileção”.<sup>306</sup>

De forma mais decidida, em 1901, o Barão se esquivou o quanto pode diante do convite para ser Chanceler de Rodrigues Alves. Note-se que o honroso chamado equivalia a uma convocação, pois foi transmitido por Afonso Pena, Presidente em exercício. A relutância do Ministro em Berlim beirou a impertinência, mas sem êxito. Segundo Joaquim Nabuco, que acompanhou o drama, a submissão de Paranhos foi um “ato heroico, do mais absoluto patriotismo”.<sup>307</sup>

Outra evidência de que Paranhos Jr. soube resistir à *mosca azul*: em 1911, já no fim da vida, ele fez abortar a indicação de seu nome – feita a sua revelia – para o Prêmio Nobel da Paz. Pode-se presumir que agiu por prudência política, “para evitar uma derrota”.<sup>308</sup> De qualquer forma, não deve ter sido motivo de surpresa, pois, um ano antes, havia ocorrido a mais espetacular de todas as negativas de Rio Branco frente à sedução da glória. Desta feita, o chamado veio por aclamação popular e era para ser Chefe da Nação, nada menos. Rui Barbosa se fez porta-voz do apelo público e, ainda assim, Rio Branco descartou qualquer possibilidade. Não foi só por despreendimento ou falta de ambição, como se pensa de imediato – foi por isso também, e ainda por cálculo e comodismo, se quisermos. Tudo somado, contudo, não esgota o fenômeno, que tem a ver essencialmente

---

304 Cf. Viana Filho, L. *Ibidem*, p. 172.

305 *Id. Ibidem*, p. 172.

306 *Id. Ibidem*, p. 173.

307 Frank da Costa, J. – *Ibidem*, p. 128.

308 É a interpretação, sem maior justificativa, de Viana Filho, L. – *Ibidem*, p. 415.

com atitude de desassombro já revelada pelo jovem Paranhos e mantida ao longo de sua vida.

Rio Branco passaria à História do Brasil como o homem que não quis ser Presidente da República. Essa reserva “a posições de realce” não era mera inibição psicológica e, muito menos, cortina de fumaça. Só se explica por algo mais profundo – a própria postura existencial de Paranhos Jr.

\*





## 10. Político ou diplomata?

---

### JUSTO MEIO

Rio Branco foi um mestre ao lidar com o poder, graças em primeiro lugar ao aprendizado doméstico. Mas foi graças também à isenção pessoal, que lhe assegurava distanciamento. Era um realista vacinado contra o realismo.<sup>309</sup> Aqui cabe lembrar uma observação de Nabuco: era “o diplomata” de preferência ao “político” o que interessava a Rio Branco na vida pública de seu pai. A diferença entre as duas categorias não é tão óbvia, mas – no caso – a distinção tem um significado preciso: o Barão via a política pela lente da diplomacia.<sup>310</sup>

Assim como Maquiavel – antes de redigir *O Príncipe* – foi um ativo agente dos negócios externos de sua cidade-Estado, Rio Branco foi diplomata antes de ser estadista. Aliás, entre o florentino e o brasileiro, há mais de uma coincidência, se nos precavermos de entender o “maquiavelismo”

---

309 Não se encaixa no perfil do Barão o conceito de *soft-power*, analogia frequente, mas que fere a sincronia. O “poder suave” pode até ser mais suave, em sendo *esperto* (*smart*); não deixa de corresponder ao instinto de dominação.

310 É ingênuo pensar que Rio Branco pudesse conceber a política externa como uma variável independente. Ao invocar, desde o primeiro momento, a “instrução” do Presidente Rodrigues Alves (“a pasta das Relações Exteriores não é e não deve ser uma pasta de política interna”), o Chanceler quis deixar claro que a diplomacia é uma política de Estado. Foi o sentido de toda sua obra, se entendermos Estado como braço executivo da nação.

em sentido convencional.<sup>311</sup> Rio Branco não foi *maquiavélico* na acepção vulgar de astucioso e menos ainda no entendimento equivocado de “pragmático”. Mas foi maquiavélico no sentido de quem não desperdiça o poder – esta, em última análise, foi a receita do discutido Florentino.<sup>312</sup> Dele Rio Branco extraiu a melhor lição, conscientemente ou não: usar o poder com economia mesmo porque o poder é um bem escasso. Transigir é poupar o poder, mas o Barão não fez isso por cálculo, ou não fez só por cálculo.

Rio Branco lidava com o poder como lidava com a língua: na exata medida. Ele herdou do pai o sentido do *juste milieu*<sup>313</sup>, que não é um simples equilíbrio de virtudes, mas a direção certa do agir concreto – a *reta razão*, no dizer didático de Tomás de Aquino. O “justo meio” é assim uma outra maneira de definir a sabedoria prudencial, ou seja, a *phrónesis* aristotélica. Para exercê-la, não basta ter razão – essa precisa estar conectada com a realidade e ser modulada pela ação. A rigor, a prudência pode obrigar a sabedoria linear a rever seu itinerário.

Em 1907, o Barão referiu-se à “consciência da minha falta de aptidões para as lutas da política interna...”<sup>314</sup> A palavra “consciência” vem a propósito: podemos entender que ela encerra aqui um peso maior do que o mero sentido de autorreconhecimento. Paranhos Jr. – um parlamentar sem entusiasmo – percebia a política interna como o teatro do efêmero, onde se encenavam lutas fugazes senão ociosas. Disso mantinha distância. A *consciência* de Rio Branco exigia um “ciclo maior”.<sup>315</sup> Sua ótica era a da diplomacia: aplicava à política o que poderíamos chamar de uma *intencio-*

---

311 Ver, por exemplo, Claude Lefort, *Le travail de l'oeuvre Machiavel*, 1972: a interpretação de Maquiavel está destinada à inconclusão (*l'inachèvement*).

312 Em abono dessa interpretação, que não pretende ser excludente, ver Sheldon Wolin. *Politics as Vision* (1960), Cap. Sétimo (“Politics and the Economy of Violence”).

313 Antes de alinhar cerca de trinta adjetivos encomiásticos, Joaquim Nabuco faz um comentário que de certa forma dispensa todos os demais elogios: “O Visconde do Rio Branco era em tudo o *juste milieu*...” – *Um Estadista do Império*, p. 714, ed. Aguilar, 1975.

314 Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 5 de outubro de 1907.

315 RB usou a expressão para descrever a projeção internacional que visualizava para o Brasil, desinteressado de “rivalidades estereis”. Artigo no *Jornal do Commercio* em 26 de setembro de 1908; Obras do Barão do Rio Branco, vol. X, p. 519.

*nalidade diplomática* no sentido fenomenológico.<sup>316</sup> Vale dizer que submetia a realidade a um olhar direto dentro de uma disposição de agir. É o que explica sua visão da história, não como um passado embalsamado, mas como um *presente* sucessivo, conforme ilustram as *Efemérides*.

## FUNDO E FORMA

A capacidade de superar contradições através da síntese é também um traço intelectual característico de Rio Branco. Não é um dado isolado – havia um método no “virtuosismo” do Barão. A isso se referia Gilberto Amado quando exaltou as “minúcias monumentais” de Rio Branco – a antinomia é expressiva. Não significa que o Chanceler se perdesse nos detalhes; significa, ao contrário, que percebia a *figura* sem perder a visão do *contorno*.<sup>317</sup> Dir-se-ia que viu o Brasil nessa dupla perspectiva – é mais uma medida do homem de visão, acima de teses particularistas.

Ao se dar relevo às sutilezas do Barão e a seu lado aparentemente enigmático, fica sublinhada mais uma vez a primazia da *práxis*, ou mais genericamente, a questão do equilíbrio relativo entre o pensar teórico e o agir diplomático. Voltamos assim ao ponto nevrálgico: a *ideia de nação* para Rio Branco não terá sido um produto acabado que coubesse em uma fórmula. Se havia projeto, era um projeto *in fieri* que o próprio Barão contribuiu decisivamente para modelar, tanto pela ação como pelo exemplo. Só *a posteriori* podemos presumir uma matriz teórica. Por igual,

---

316 O princípio da *intencionalidade* foi reformulado por Husserl na frase famosa: “Toda consciência é consciência de alguma coisa”. Um discípulo esclareceu – “La conscience n’a pas de ‘dedans’; ele n’est rien que le dehors d’elle-même... – e extraiu uma consequência: “C’est n’est pas dans je ne sais quelle retraite que nous nous découvrirons: c’est par la route, dans la ville, chose parmi les choses, homme parmi les hommes.” – Jean-Paul Sartre, “Une Idée Fondamentale de la Phénoménologie de Husserl: L’Intentionalité” (1939) in *Situations I*.

317 De passagem, A. Lins assinala: “A faculdade excepcional de ver de uma só vez o conjunto todo e todos os pormenores era uma das suas faculdades desde o tempo do consulado” – *Ibidem*, p. 108.

não é preciso recorrer ao artificioso conceito de “nacionalismo tardio”, nem à duvidosa aplicação da teoria da “comunidade inventada”.<sup>318</sup> A obra de Rio Branco está toda ancorada no pressuposto na nacionalidade, que não é um conceito estático ou substancialista: a nação não está dada, ela se faz. Nesse sentido, para não ir longe, podemos encontrar um amplo guia nas *Efemérides Brasileiras*.<sup>319</sup> Para ilustrar seu pensamento nesse particular, destaque-se uma afirmação categórica: “Os 300 anos do período colonial não foram perdidos para a formação desta nacionalidade”.<sup>320</sup>

À “parcialidade política”, mal da República novata, Rio Branco opunha a “nação inteira”.<sup>321</sup> *Servir ao Brasil* significava contribuir para que o país se mantivesse “unido, íntegro, forte e respeitável” Com outros adjetivos, é uma síntese idêntica à que usou Alexandre de Gusmão para descrever seu projeto: um país “uno, orgânico e viável”.<sup>322</sup> A essa condição básica, o Chanceler acrescentaria depois duas aspirações: que o país fosse fiel à “aspiração de sua cultura” e capaz de inserir-se “resolutamente na esfera das grandes amizades internacionais”. Como repetiu até seu último pronunciamento, Rio Branco tinha um compromisso com “a índole e a vontade da nação”. Depreende-se que o Estado estava a serviço da nação.

As palavras acima são bem medidas, mas só indiretamente podemos depreender o que Rio Branco entendia por “cultura”. Ele tinha a convicção

---

318 Invocada com ou sem reconhecimento, a teoria é de Benedict Anderson, *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism* ((1983). O autor abre seu estudo com a seguinte afirmação: “É possível dizer que nações não possuem datas de nascimento.” No que tange ao Brasil, há mais de uma certidão de batismo. Nacionalismo *tardio* supõe um consenso anterior, se tardio tiver algum sentido.

319 Se é assim, é preciso reconhecer que Rio Branco reservava um espaço privilegiado aos fastos militares, tantos são os referidos nas *Efemérides*, sempre com a costumeira objetividade. Também é legítimo supor que ele antecipava em alguma medida a história militar que nunca chegou a completar. Não significa que os eventos políticos e diplomáticos não tenham tido o devido relevo, mas foi escassa a atenção dada aos aspectos puramente econômicos. São muitos igualmente os registros culturais, com uma ausência notável – a do Aleijadinho (1730 (38?) –1814), praticamente desconhecido na época. De qualquer forma, o peso da História – vertical e horizontal – fica comprovado sob diferentes ângulos.

320 Discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 21 de outubro de 1908.

321 Discurso no Clube Militar em outubro de 1911.

322 Cf. Cortesão, Jaime – *Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri*, Parte I, Tomo II, p. 261.

clara da singularidade do Brasil em contraste com o resto da América Latina: somos da “raça de descobridores, não de destruidores”. Nossa herança colonial era assim valorizada, o que não ocorreu em geral com nossos vizinhos hispânicos, que fizeram da independência uma ruptura com o passado. Coerentemente, fiel a Pedro II, o Barão rejeitava qualquer veleidade expansionista<sup>323</sup> e condenava enfaticamente “a loucura das hegemonias” e “o delírio das grandezas”.<sup>324</sup>

Ao longo de sua gestão, em termos doutrinários e programáticos, Rio Branco não declarou muito mais do que o acima mencionado. “Era um homem de ação mais do que palavras”, antecipou com lucidez o já citado Basset Moore, que foi amigo e colaborador do Barão. Se este tinha um credo nacionalista, era um nacionalismo despojado – bem entendido – de qualquer viés ideológico ou tendência expansionista, diferentemente da versão que vigorava na Europa nos dias em que Rio Branco lá viveu. Sua aspiração foi a se consolidar (territorialmente, para começar) um país que inspirasse confiança e não temor – um Brasil capaz de atrair, em vez de afastar. Jamais falou em *poder nacional* no sentido que Hans Morgenthau depois atribuiu a essa categoria de análise. Não há porque desacreditar do Barão quando disse que praticou uma “política desinteressada de concórdia e de paz”.<sup>325</sup> Era o que convinha ao Brasil republicano.

Pelos padrões atuais, talvez se pudesse cobrar de nosso patrono diplomático uma fidelidade mais explícita aos valores democráticos. Com efeito, a palavra “democracia” – não propriamente a ideia – está conspicuamente ausente nas falas e textos de Rio Branco. Contudo, a cobrança seria extemporânea. No Brasil de então, a democracia – sem maiores exigências – seria um pressuposto e não um tema de discussão. O tema da democracia só ganhou plena vigência entre nós décadas depois – veio junto com nossa

---

323 A melhor expressão de seu pensamento nesse sentido foi uma das anotações (1875/1876) que fez na obra de L. Schneider (*A Guerra da Tríplice Aliança*): “Território temo-lo de sobra”.

324 Discurso no Itamaraty em 20 de abril de 1909. Tais manifestações, entre outras, são claramente contrárias ao que depois se denominou de “realismo” em política internacional.

325 Discurso em 15 de outubro de 1911, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro.

adesão à causa dos Aliados na luta contra o nazifacismo. Veio junto também com uma efervescência nacionalista, que não foi passageira.<sup>326</sup>

Uma comparação com Rui Barbosa reforça o argumento. Mesmo os mais ardorosos exegetas do Conselheiro, não o distinguem propriamente como um apóstolo da democracia, ainda que tenha sido o primeiro a mobilizar as massas populares em uma eleição presidencial. Ele é justamente lembrado como devoto do liberalismo, da integridade constitucional e da igualdade jurídica entre os Estados. A causa prioritária do tribuno baiano foi a defesa da burguesia ascendente, com a qual Rui se identificava por nascimento e por profissão. Esta fidelidade alimentou a frustrada campanha civilista.<sup>327</sup> Por heroica que esta mobilização tenha sido, nossa nascente classe média era ainda incapaz de assegurar um poder estável, como iria se comprovar nos anos seguintes.

Em contraste, Rio Branco se fez porta-voz da nação e não de uma classe social ou de uma facção política. Nem por isso se dirá que o Barão carecia de espírito democrático – seu respeito pela opinião pública é prova suficiente, entre outras. Na verdade, não se acusa o Barão de autoritário ou mesmo de antidemocrático; ele foi agraciado, sim, com a pecha de elitista e até de eugenista.

Gilberto Freyre articula esta tese e confere a Rio Branco o mérito duvidoso de fazer com que a República fosse “mais papista do que o Papa”, isto é, mais rigorosa do que o Império nas “considerações étnicas” para a “seleção” do pessoal diplomático.<sup>328</sup> Em outra passagem, o sociólogo admite que o critério também incorporava o ponto de vista estético e funcional, conforme os padrões da época.<sup>329</sup> O argumento não resiste a

---

326 Para uma análise da política brasileira sob esse prisma, ver o excelente estudo de Pécaut, Daniel – *Entre le peuple et la nation: Les intellectuels et la politique au Brésil* (1989), em especial Parte I, 2. Tradução sob o título *Os intelectuais e a política no Brasil* (1990).

327 Ver a propósito, San Tiago Dantas. “Rui Barbosa e a Renovação da Sociedade” in *Figuras do Direito* (1962). Sintomaticamente, San Tiago não usa a palavra democracia no magnífico tributo que presta a Rui Barbosa.

328 Freyre, G., – “Nota Bibliográfica”, *Ordem e Progresso*, 1957; edição Aguilar, 2002, p. 56-57.

329 Id. *ibidem*, p. 471.

uma maior contextualização. Se havia preconceito, ele não impediu que o Barão tenha cedido à pressão da imprensa (leia-se *Correio da Manhã*) na escolha do chefe da delegação brasileira à Conferência da Haia (1907). Na ocasião, Joaquim Nabuco – dito o *Belo Quincas* – foi preterido em favor do “ilustre Barbosa”, um daqueles “homens de superior inteligência mas ostensivamente franzinos, feios, mal conformados” – o típico “amarelinho”.<sup>330</sup> Lembre-se também que Domício da Gama – tão chegado ao Chanceler – era alcunhado de “mulatinho cor de rosa”; segundo o mesmo Freyre, o diplomata entrava na categoria dos “quase brancos”, mas se distinguia pela “distinção do porte e das maneiras”.<sup>331</sup>

#### “FARO DO MOMENTO”

No já citado necrológio de 1912, Oliveira Lima escreveu também que a personalidade do Chanceler “mergulhava toda na nacionalidade”.<sup>332</sup> A metáfora é sugestiva e nos leva a conjecturar que Rio Branco estava imerso em uma *episteme* própria.<sup>333</sup> Essa *episteme* – à frente certamente de seus contemporâneos – não se reduz a um nome ou a uma ideia singular. Se quisermos forçar uma definição e na falta de outra melhor, diríamos que a filosofia implícita na vida e na obra de Rio Branco corresponde a um “instinto de nacionalidade”, nos moldes esboçados por Machado de Assis em 1873. Rio Branco foi fiel a si mesmo, o que é uma forma de ser herói,

---

330 Id. *ibidem*, p. 469.

331 Id. *ibidem*, p. 471.

332 Oliveira Lima, M. – *Ibidem*, pp. 297-302. O ensaio está datado de Bruxelas, 1912; foi escrito pouco depois da morte do Chanceler.

333 Diferentemente do sentido clássico de saber ou ciência, Foucault reservou o termo *Episteme* para designar não o conhecimento em si, mas o que inspira ou condiciona o conhecimento. Tem sentido equivalente o já referido conceito de *creencia* de Ortega y Gasset, que é bem anterior.

como Ortega y Gasset faz questão de repetir.<sup>334</sup> Em termos objetivos, o Barão queria para o Brasil algo próximo a este ideal.

Havia então – como há sempre – problemas concretos a resolver e aqui entra outro fator. Para exercer a arte da diplomacia é preciso dispor do “faro único do momento”, na feliz expressão do Embaixador Alberto da Costa e Silva, escrevendo justamente sobre Rio Branco.<sup>335</sup> Na mesma linha, entendo eu, opina o Professor Clodoaldo Bueno, quando assinala que o patrono da diplomacia brasileira “apegava-se à concretude dos fatos e ao devir histórico”.<sup>336</sup> Melhor dizendo, o “devir histórico” era visto através de uma hermenêutica da *facticidade*, para usarmos um conceito da filosofia contemporânea. Em termos simples, isso significa que a consciência se descobre na atualidade dos fatos e a existência assume seu fundamento no fazer. Consequentemente, a vivência tem prioridade sobre as suposições teóricas.

A propósito, há um dado insuficientemente explorado na biografia de Rio Branco: o fato de que usou sucessivos pseudônimos – J.Penn, Nemo, Kent, Brasilicus, Bernardo de Faria. Por que ele recorreu a esse expediente tão repetidamente? A rigor, o disfarce chamava a atenção sobre a autoria real, facilmente identificável. Acontece que o pseudônimo diferente indicava a diferença da situação. Nesse sentido, temos uma coleção de quase “heterônimos”. Rio Branco criou escritores-fantasmas para ele mesmo: foram nomes de vida fugaz, mas o que importa é a reincidência do artifício. Pode-se concluir que o sujeito-observador surge em função do caso sob análise: a *situação* é determinante.

Em qualquer hipótese, não se trata de ambiguidade – é mais uma indicação do metabolismo intelectual do Barão. A propósito, já nos referimos ao complexo problema de como o filho do Visconde trabalhou a questão

---

334 “Héroe es... quien quiere ser él mismo”. *Meditaciones del Quijote*, 17 (1914).

335 No mesmo sentido, Henri Bergson (1895) usa uma imagem corporal: “tato da verdade prática”, tema trabalhado por Gadamer, H.-G.– *Ibidem* vol. I [32]; p. 64.

336 Bueno, Clodoaldo – *Política Externa da Primeira República – os anos de apogeu – de 1902 a 1918* (2003), p. 144.



de sua própria identidade.<sup>337</sup> Paralelamente, recorde-se que – além de outras colaborações invisíveis – o livro *Pedro II, empereur du Brésil* (1889) foi assinado por Benjamin Mossé, mas foi quase todo escrito por Rio Branco. O antecedente mais expressivo é sem dúvida o fato de que Rio Branco queria manter sob anonimato a biografia que redigiu sobre o pai, obra que só veio a público depois da morte do Chanceler.<sup>338</sup>

Da leitura dos muitos artigos de Rio Branco para a imprensa, depreende-se que – mesmo ao enunciar juízos mais genéricos sobre política internacional – ele o faz não para teorizar, mas com referência ao tema principal do texto ou em benefício da posição concreta que pretende sustentar.<sup>339</sup> Nessa ordem de ideias, atribuir a Rio Branco uma “visão sistêmica” é equivocar-se sobre um ponto essencial, além de abusar da sincronia. A propósito, o Professor Arno Wehling alerta com propriedade: “Rio Branco era um intelectual... Mas não era um teórico, no sentido de que sua perspectiva não era baseada numa percepção doutrinária do real, mas nas condições objetivas de cada situação”.<sup>340</sup> No mesmo sentido, o já citado Clodoaldo Bueno é categórico: Rio Branco era um “ateórico”.<sup>341</sup> Rubens Ricupero reconhece igualmente “a inapetência por teorias e ideias gerais” do nosso Barão; assinala também, com toda segurança: “O chanceler não era homem de linha rígida e obstinada, de ideias pré-concebidas”.<sup>342</sup>

---

337 Ver Capítulo 8.

338 A biografia foi publicada em vários números da pranteada *Revista Americana* em 1916/1917.

339 Exemplos podem ser encontrados no artigo intitulado “Brasil e Argentina” (*Jornal do Commercio*, 26 de setembro de 1908). Rio Branco se referiu então à vulnerabilidade dos “países fracos”, acrescentando: “Nós vivemos fora da realidade da política internacional de hoje, em plena ilusão...”. O argumento é usado para valorizar a tese da comunhão de interesses entre os dois países.

340 Em “Visão de Rio Branco – O Homem de Estado e os Fundamentos de sua Política”, texto apresentado no Seminário *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil* (2002); p. 102 no livro com o mesmo título.

341 Bueno, Clodoaldo – *Ibidem*, p. 144, grifo acrescentado. Como ilustração, o autor acrescenta: “O Chanceler brasileiro pensou e agiu como um geopolítico, mas nunca citou autores da moda ou tentou adaptar a realidade à teoria”.

342 Ricupero, Rubens – *Rio Branco – O Brasil no mundo* (2000). pp. 23 e 31, respectivamente.

A rigor, ninguém pode pensar ao largo da teoria. O que se quer dizer, no caso, é que Rio Branco não fazia da teoria uma profissão de fé – ele *fazia* diplomacia. Gastão da Cunha louva o “gênio do diplomata” que fez frutificar “a ciência do historiador”.<sup>343</sup> Lembremos, a propósito, um episódio menor, mas que ilustra o pensar propriamente diplomático; mostra também algo que sobrava a Rio Branco e faltava a Nabuco. Em 1905, começou-se a falar nos EUA sobre os horrores do “Inferno Verde”. O Embaixador em Washington sentiu-se ferido em seus brios patrióticos e, em desagravo da “hospitalidade” amazônica, pretendia sair de dedo em riste a contestar a geografia. Naquele momento, já estava em preparação a visita do Secretário de Estado Elihu Root ao Brasil. Rio Branco logo enviou instruções à Embaixada no sentido de não desmentir as informações negativas eventualmente divulgadas: seria melhor deixar que os intrusos pensassem que a Amazônia *não* era acolhedora.<sup>344</sup>

Em geral, o zelo é monitorado pelo passado, mas o de Rio Branco foi uma antena para o futuro. Isso se deve a seu talento natural, mas também às oportunidades que teve desde cedo de conviver com outras sociedades, algumas mais adiantadas do que a nossa pelo menos em certos aspectos. Para o orgulho nacional, talvez pareça uma perspectiva mais modesta, mas é esclarecedora.

\*

---

343 Cf. Viana Filho, L. – *Ibidem*, p. 362.

344 O episódio é relatado de passagem por Frank da Costa, J. – *Ibidem*, p. 136.

## 11. “Impulsos da nação”

---

### COMPANHEIRA FIEL

Se a teoria era secundária e se o poder foi um companheiro incômodo, a opinião pública foi uma aliada fiel e calorosa para o Chanceler vindo do frio. Sim, porque Rio Branco “saiu da penumbra para a glória”, como já se disse. O convite para ser Ministro foi feito – como correspondia – em nome do Presidente da República; a confirmação, contudo, veio do clamor popular. O apoio maior do Chanceler estava no anônimo homem da rua, com o qual o Barão estabeleceu um vínculo de democracia direta. A propósito ele usou uma vez uma expressão curiosa e sugestiva: disse que foram os “impulsos da nação brasileira” e da “opinião brasileira” que lhe deram “forças e coragem” em suas campanhas diplomáticas.<sup>345</sup> Não se trata de demagogia, já que o Barão nunca se candidatou a posto eletivo.

Depois de Rodrigues Alves, três outros chefes do Executivo se curvaram ante a evidência do prestígio imbatível de Rio Branco, que era, aliás, um Ministro muito conveniente: ele se mantinha a margem das lutas políticas internas, salvo eventualmente como “moderador”. Na azeda disputa entre Pinheiro Machado e Carlos Peixoto – em 1908 – foi ao Chanceler que o Presidente (Afonso Pena) recorreu, “em bem da pacificação dos

---

345 Discurso na Faculdade de Direito de São Paulo em 5 de outubro de 1907.

espíritos”.<sup>346</sup> O Barão se tornou insubstituível, entre outras razões, porque não cortejava o poder. Ele disse e repetiu que não se “sentia feito para as posições de realce, para as lutas da vida pública”.<sup>347</sup>

Gilberto Amado, outro amante intransigente da pátria, observou – em discurso no Itamaraty – que “o Brasil no século de sua formação, o XIX, não usava linguagem sua”.<sup>348</sup> Não seria exagero dizer que, além da simples retórica, Rio Branco deu voz ao Brasil. O eco se fez sentir pelo apoio espontâneo que veio das calçadas. Talvez por isso o mesmo Gilberto Amado tenha dito depois que Rio Branco era “a grande questão nacional”.

Nesse contexto, seria apropriado – no caso do Barão – falar também em estilo jornalístico, se afastarmos qualquer conotação de superficialidade. Com isso se pretende salientar uma forma ágil e objetiva, atenta antes de mais nada ao *acontecimento* e não ao acontecido.

Recordem-se mais uma vez as narrativas das *Efemérides Brasileiras*, a história difundida pela imprensa. É a percepção do efêmero, do evento, do fato do dia (ainda que distante), como se a realidade fosse sempre novidade. Não se pode ser jornalista sem essa disposição de espírito e o Barão foi periodista de profissão, antes de seu (protelado) ingresso na carreira. Mais tarde, como Chanceler, voltou aos hábitos de jornalista, por necessidade política e por prazer intelectual.<sup>349</sup>

Rio Branco foi certamente pioneiro em matéria de comunicação, dentro das possibilidades então existentes. Fez isso com regularidade e essa preocupação é talvez seu traço mais democrático e mais moderno. Poderíamos dizer que, entre nós, o Barão foi um precursor da *diplomacia pública*, com a ressalva de que estamos aplicando um conceito atual a um fenômeno de um século atrás. Não se tratava no caso de preparar ou condicionar a opinião pública – Rio Branco sabia que a diplomacia se decide

---

346 Lins, A. – *Ibidem*, p. 412.

347 Discurso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 6 de maio de 1909.

348 Amado, Gilberto – *Oração aos Jovens Diplomatas*, 1955.

349 Tem 558 páginas o volume que reúne *Artigos de Imprensa* na coleção *Obras do Barão do Rio Branco* [X], ed. MRE/Funag, 2012.

nos gabinetes e não na rua. Mas sabia também – e essa é a novidade – que era indispensável contar com o respaldo da sociedade civil. O Chanceler se esmerou em cultivá-la, quando mais não fosse porque era extremamente sensível a qualquer reparo. Timbrava em responder às críticas que apareciam nos jornais – eram frequentes, dadas as divisões políticas de então.

O importante é que, mais uma vez, se comprova que o termo de referência de Rio Branco, antes de ser o estamento oficial, era a nação viva. Ao buscar essa sintonia, foi amplamente correspondido: a intuição popular parece ter tido uma compreensão instantânea da importância do Barão como homem público. De repente, o Brasil ganhou uma *presença* internacional que nunca havia tido – o povo sentia orgulho do Chanceler. Era uma questão de autoestima.

Houve, contudo, a exceção que confirma a regra. Lima Barreto, que optou pela “marginália”, não podia ver no Barão senão um símbolo de classe, “repimpado em um luxuoso automóvel de capa arriada”. Pela voz de um de seus protagonistas, o romancista desabafou: “– Este Juca Paranhos [ ] faz do Rio de Janeiro a sua chácara... Não dá satisfação a ninguém... Distribui o dinheiro do Tesouro como bem entende... Mora em um palácio do estado sem autorização legal...”<sup>350</sup>

Sob outro aspecto, é difícil imaginar que – nos diferentes níveis da sociedade brasileira – houvesse uma compreensão clara do real valor da obra do Ministro do Exterior. Isso exigia um conhecimento especializado e uma percepção crítica. Mas, como acima aventado, o homem da rua via no êxito do Barão muito mais do que o território incorporado pela força do Direito e do diálogo: intuícia, sim, uma confirmação de nossas raízes, plantadas e cultivadas pela diplomacia, quando o Brasil ainda estava no útero da história. Com efeito, para melhor explicar a heroicidade do Barão temos que regredir às camadas arcaicas da brasilidade. Tanto assim que a morte de Rio Branco foi sentida como “catástrofe nacional”.<sup>351</sup>

---

350 Lima Barreto – *Vida e morte e M. J. Gonzaga de Sá* (1919), capítulo VI.

351 Manchete do jornal *A Noite* no dia do passamento.

Uma das preocupações maiores dos mentores da República – depois da instalação algo abrupta do novo regime – foi a de propor um herói condizente com o novo estado de coisas. Por uma razão ou outra, os vários líderes do movimento – rivais entre si – não preenchiam o modelo. Pensou-se então em Tiradentes, em torno do qual se mantinha a legenda: foi um republicano antes do tempo. Em 1892, o homem-símbolo da Inconfidência chegou a disputar espaço com Pedro I na Praça que hoje tem seu nome no centro do Rio de Janeiro, ainda que lá permaneça a estátua do Primeiro Imperador. Houve disputas.<sup>352</sup> Resgatado finalmente pela República, o mártir de Vila Rica apresentava um inconveniente: pouco se sabia dele, e o que se sabia mostrava que, depois de preso, deixou de ser rebelde para se tornar um místico.

Tiradentes, com justiça, continuou a ser herói nacional, mas foi submetido à concorrência de um herói vivo e vitorioso, que não precisava ser promovido como tal aos olhos do povo: Rio Branco. A vantagem do Barão era clara. Além do mais, entre o Império e a República faltava um elo, com fundamento na ideia permanente de nação e não de governo ou de regime. Pois Rio Branco, homem de Estado, serviu sempre à nação. Isso ele declarou como um projeto de vida e como uma questão de princípio, no primeiro discurso que fez ao voltar ao Brasil.

A despeito de todas essas razões objetivas, procede a pergunta: a *aura* em torno de Rio Branco não transcenderia sua própria pessoa? Por mais merecida que seja a glória do Barão, ele não é bem mais do que um ícone? Não seria um avatar de camadas profundas de nossa identidade? Enfim, ele faz parte hoje de nosso imaginário coletivo, algo difuso, mas nem por isso menos real.

---

352 Louvo-me a propósito no minucioso relato de Murilo de Carvalho, J. – *A Formação das Almas* (2012), cap. 3.

## COMPARAÇÃO

Já se disse – lembrando a frase de abertura do General De Gaulle em suas *Memórias*<sup>353</sup> – que Rio Branco tinha uma “certa ideia” do Brasil, ou, melhor dizendo, do que deveria ser o Brasil.<sup>354</sup> Como o mentor da “Europa das Nações” anos depois, o nosso Barão foi um sacerdote inteiramente devotado ao culto da pátria, vale dizer, ao *espírito* nacional – nem republicano, nem monárquico, na sua percepção. Por sua vez, o fundador da V República foi o Presidente mais monárquico que a França já teve e que provavelmente nunca mais terá.

Compreende-se assim a analogia, mas ela é mais útil para salientar a diferença. Para começar, a “ideia” do General não era bem uma ideia, no sentido trivial de algo que está à disposição de nossa mente. Em vez de possuir a ideia, De Gaulle era *possuído* por ela, como Joana D’Arc por sua *visão*. No caso, o que *visão* e *ideia* têm em comum é a mensagem redentora. A despeito desse invólucro meio místico, nada impede que a chama inspiradora possa ser explicitada – aliás, deve ser. No caso da santa-guerreira, tratava-se inequivocamente de expulsar os invasores ingleses e coroar o Rei impotente e segregado; para *le Général*, era a fidelidade gaulesa à glória (*grandeur*) nacional. Esse conceito de grandeza é familiar aos construtores da França e o *General da resistência* teve a coragem de recuperá-lo nos dias em que tudo parecia perdido. De Gaulle foi de fato *l’homme du refus*, como proclamou um editorial de *Le Monde* por ocasião do desaparecimento do líder. Quando era utópico acreditar, ele acreditou: não admitiu ver a França rendida e prostrada. Por sua fé, mais do que por sua capacidade de ação, conquistou um lugar na galeria mais do que seleta dos pais da nação

---

353 De Gaulle começa suas *Memórias*, proclamando que sempre teve “une certaine idée de la France”. Ele atribui a essa “ideia” o sentido genérico de “grandeza”, fazendo valer o passado glorioso da “França eterna”. Não é, portanto, uma “ideia certa” e inequívoca – é antes um projeto, um *desideratum* ou mesmo um critério histórico.

354 Ricupero, Rubens – *Rio Branco – O Brasil no mundo* (2000). Arno Wehling também trabalha com essa analogia (“A Visão do Barão do Rio Branco” in *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil*, orgs. Cardim, C.H.; Almimo, João; 2002).

gaulesa, junto com Carlos Magno, Richelieu, Luis XIV, Napoleão, Clemenceau... O que não exclui, como no caso “grande general”, que esses nomes suscitem controvérsias.<sup>355</sup>

Por temperamento e por circunstância, o desafio de Rio Branco foi bem distinto das aspirações de De Gaulle, se insistirmos na comparação. A admitir que ele também tivesse uma “certa ideia” do Brasil, ela estava predicada na fidelidade à alma diplomática brasileira, de que o Barão tinha consciência como ninguém. *Ubiquae patria memor* não é um moto retórico, nem se restringe a uma conotação espacial. A rigor, antes de proclamar sua fidelidade à memória, ele reconhece exatamente que a pátria é ubíqua: ela é nômade como o forasteiro que a carrega dentro de si. Compara-se com os versos melancólicos de outro diplomata:

*A minha pátria é como se não fosse, é íntima...*

*Se me perguntarem o que é minha pátria, direi:*

*Não sei. De fato, não sei...<sup>356</sup>*

## IDEIAS E IDEIAS

Em retrospecto, a gestão de Rio Branco à frente do Itamaraty tem um sentido orgânico. Ele mesmo teria resumido essa evolução a seu colega argentino Ramon Cárcamo: “Já construí o mapa do Brasil. Agora o meu programa é o de contribuir para a união e amizade entre os países sul-americanos”.<sup>357</sup> Na prática, é duvidoso que o Chanceler tenha se prendido a uma estratégia tão premeditada.

---

355 Embora uma figura de primeira grandeza, por sua tenacidade e patriotismo, De Gaulle suscitava controvérsia. É natural, pois foi o homem que recusou a derrota. Com mordacidade, Winston Churchill atribuía ao líder francês um “incurável complexo de Joana D’Arc”. Bendito complexo!

356 Vinicius de Moraes – poema *Pátria Minha*, editado em 1949.

357 Id. *Ibidem*, p. 681.



Gilberto Freyre atribuiu a Rio Branco o título de “definidor de valores nacionais”.<sup>358</sup> Naturalmente o Barão tinha *valores*, alguns até – no limite – poderiam ser chamados de *nacionais*; quer dizer, ele se identificou (ou foi identificado) com tais valores. Isso não o torna um *definidor*. Que Paranhos Jr. tenha tido definições e planos, não é difícil imaginar; mais difícil é admitir que sua ação era a resultante de fórmulas apriorísticas. O contrário é bem mais verossímil: Rio Branco é um excelente exemplo da precedência a ser dada à *práxis*. Cabe insistir nesse ponto, pois tem a ver com o *fazer diplomático*, que não é a simples aplicação de postulados de política externa.<sup>359</sup>

Nesse particular – como em muitos outros – Paranhos Jr. é bem o oposto de Roberto Campos. Em última análise, o Barão é diferente porque fez diplomacia – e uma diplomacia criativa. Para tanto, a primeira condição é manter a liberdade de ação. “O nosso desejo é prender-nos o menos possível a compromissos”, foi a instrução que o Chanceler deu ao entusiasmado Joaquim Nabuco, que começava sua missão em Washington. Não significa cair no casuísmo ou no absenteísmo; significa preservar a isenção de julgamento. Vale dizer que Rio Branco não tinha ideias de meia confecção, adaptáveis para qualquer ocasião – as suas eram sob medida. Ele respondia às solicitações do momento, dentro naturalmente da conveniência política. Nesse sentido, já nos referimos ao tratamento da Questão do Acre: foi construído peça por peça. Rio Branco formou suas posições à medida que os fatos negociais se apresentavam, inclusive em função das resistências encontradas, que foram muitas.

Como já notado, Paranhos Jr. era de uma estirpe peculiar de intelectual. Historiador por vocação, interessava-se muito pela pesquisa e muito

---

358 Segundo Gilberto Freyre, o Itamaraty – sob a batuta de Rio Branco – teria acrescentado a sua função diplomática precípua uma responsabilidade maior, ou seja, a função precoce de uma espécie de *think tank* na “organização e definição de valores superiormente nacionais”, nada menos. – *Ordem e Progresso*, 1959, vol. I, “Tentativa de Síntese” (CLI). R. Ricupero retoma a tese em sua contribuição para *Rio Branco, a América do Sul e a Modernização do Brasil* (2002), pp. 79-98.

359 Sobre o *fazer diplomático*, maiores comentários em Reis, Fernando G. – *Caçadores de Nuvens – Em busca da Diplomacia* (2011), especialmente Capítulos 4 e 10.

pouco pela teoria. Para ele, o conhecimento passava pelo crivo da experiência. Era atento às *coisas* – à *situação*. Ademais, não subestimava os sentidos: ele se vangloriava, por exemplo, de ter um “bom estômago de português de outro tempo”. Vale dizer que sempre manteve seu lado mundano, no sentido atualíssimo de *estar-no-mundo*. Era uma espécie de seguro contra as miragens da abstração.

Nosso Barão nunca se apartou da realidade mais concreta, nem ce-deu – embora tentado – à miragem da torre de marfim ou do egocentrismo. Um passadista por temperamento, mostrou-se sensível aos ventos de mudança. Estes – no seu tempo – sopraram com força. Filosoficamente falando, o tradicionalismo estrito teria conduzido Juca Paranhos a um racionalismo tardio ou mesmo ao cientificismo positivista, na esteira do século XIX. Tal não aconteceu: ele manteve uma absoluta liberdade de pensamento: colocava a teoria entre parênteses e ia aos fatos. Se praticou algum método, foi o da fenomenologia, filosofia que lhe foi contemporânea. Não há notícia de que tenha tomado conhecimento dessa escola de pensamento, mas nada exclui que a tenha absorvido por intuição.

Como diplomata, Rio Branco tinha consciência de que o mundo estava em transição. Ele percebia a realidade em termos de processo e não de substância, sem prejuízo da coerência do sujeito e da credibilidade do agente. Em matéria de política, como bem resumiu Fernando Henrique Cardoso, “Rio Branco era avesso a opções excludentes”.<sup>360</sup> Mas não é só uma questão de valores – é, sobretudo, um modo de perceber a realidade. Rio Branco não tinha a escala do absoluto: não aspirava ao universalismo. Antes, ele tinha aquilo que o educador (e matemático) Alfred North Whitehead (1861-1947) chamou de sentido da “ocasião presente” (*actual occasion*).<sup>361</sup>

---

360 No Prefácio a *Rio Branco – a América do Sul e a Modernização do Brasil*, Org. C. H. Cardim; João Almino (2002), p. 16.

361 Whitehead, A. N. – *The Aims of Education and Other Essays* (1929); (*Os fins da educação*, ed. brasileira, 1969).

Seja como for, não há o que se possa chamar de *projeto de Brasil* da lavra de Rio Branco – seria pedir demasiado. O que ele expressou – no horizonte de seu tempo – foram aspirações genéricas, já mencionadas. Essas são significativas, mas não discrepam muito da sabedoria convencional e não guardam, portanto, uma autoria forte. Se Rio Branco tinha de fato “uma certa ideia” do Brasil, ela não foi objeto de uma doutrina elaborada ou de um programa prévio, o que não deve causar estranheza. A Academia procura verdades estáveis, enquanto uma Chancelaria está necessariamente envolvida com contingências. Convenhamos, ademais, que uma *teoria* pode ser tudo e coisa alguma: quando o vulgo diz que algo *não passa* de uma *teoria*, quer sublinhar que se trata de uma invenção cerebrina, um mimetismo de “uma certa ideia”, uma simplificação que pode degenerar em caricatura. O mundo estava – e continua – muito volátil para permitir o luxo de ideias definitivas.

Nada disso significa que estamos supondo que Rio Branco agisse em uma espécie de vácuo conceitual, alheio às *determinações estruturais*. O que o distingue, como já acentuamos, é a *forma* de percebê-las. Aos fatores puramente econômicos, por exemplo, não se pode dizer que ele não tenha dado atenção – se esta não foi direta, foi suficientemente certa dentro de uma perspectiva maior, que era política.<sup>362</sup> Não se trata de superestimar a *cultura política*, o que seria uma redução mecânica a posturas, crenças ou valores. Diferentemente, aqui se cogita de uma capacidade de decisão, referida a situações particulares. Feita a análise concreta, chega-se ao limite extremo por Rio Branco em instruções a Joaquim Nabuco em um momento crítico: “Depois aconteça o que acontecer...”<sup>363</sup> É o resumo de todo um modo de pensar. Não é uma declaração fatalista, como parece

---

362 Ainda assim, há quem pretenda reduzir a política do Barão ao paradigma sonoro mas simplista de uma *diplomacia da agroexportação*. O conceito pode explicar outros fenômenos, mas não a diplomacia e, sobretudo, a do Chanceler de quatro governos diferentes e com frentes de atuação bem distintas. Em que medida a redução se aplica, por exemplo, à Questão do Acre? Ou ao tratamento dado à Argentina? Ou ao caso *Panther*?

363 Cf. Frank Costa, J. – *Ibidem*, p. 232. A frase consta de incisivas instruções enviadas à Embaixada em Washington no auge do problema gerado pela canhoneira alemã *Panther* (nov. 1905/ jan.1906), cujos oficiais infringiram a soberania brasileira. No mesmo sentido do despacho, o Chanceler havia

fora de contexto. Antes, quer dizer que os fatos são soberanos, mas sua antecipação é sempre duvidosa.<sup>364</sup>

\*

---

declarado ao impertinente Embaixador da Alemanha: “Pois que seja uma guerra, Excelência, se isto desgraçadamente for necessário”. Cf. Lins, A. *Ibidem*, p. 331.

364 Note-se também que Rio Branco se preveniu contra o *sistema de poder*. Embora admitindo em tese a hipótese de um confronto com uma grande potência militar, ele se preocupou em tornar público que “não apelou para o Governo dos EUA”, embora o tenha informado sobre o caso. O esclarecimento se impôs devido a notícias enganosas da imprensa. Nabuco foi contra o desmentido, mas o Ministro quis evitar que um incidente de caráter bilateral – logo resolvido, apesar de sua gravidade – pudesse ser manipulado no âmbito da crescente rivalidade entre os EUA e a Alemanha, que começara no fim do século XIX na disputa por áreas de influência. O próprio Bismarck havia declarado que a doutrina Monroe “era uma prova de extraordinária insolência”, além de “uma superestimação do próprio poder” americano e “uma subestimação da força e dos direitos” de outras nações. No começo do século, a desconfiança mútua cresceu, no clima geral de hostilidade que precedeu a Grande Guerra. Sem dar crédito aos arautos de um iminente “perigo alemão”, no que diz respeito ao Brasil, o Barão foi firme e bem sucedido na defesa da integridade nacional, seu objetivo imediato. Ver também Bueno, Clodoaldo – *Ibidem*, pp. 326-342.

## 12. Pedagogo da diplomacia

---

### SANGUE NOVO

Rio Branco concebeu o primeiro desenho de um Itamaraty moderno, mas – apesar de seu crescente prestígio – teve que aguardar até 1906 a aprovação legislativa para a reforma proposta em 1903. A repartição da Rua Larga de São Joaquim (depois Marechal Floriano) dispunha então de 27 funcionários, contando dos amanuenses até o Ministro de Estado.<sup>365</sup>

Durante sua gestão, o Barão fez entrar no Itamaraty gente mais moça e de talento, como Euclides da Cunha, Domício da Gama, Araújo Jorge, Moniz de Aragão. Não houve concurso – o próprio Rio Branco fazia a seleção, o que era compatível com a época, conforme já assinalado. A despeito das restrições que hoje se fariam a tal procedimento, Rio Branco escolheu bem seus auxiliares. Mais importante foi o espírito de renovação que incutiu no Itamaraty. Conta uma testemunha ocular: “A Casa recebera com a entrada de tanta juventude como que uma transfusão de sangue... Os mais antigos estavam abismados com as modificações presenciadas dia a dia... O artífice do movimento era o próprio Barão injetando seiva fresca no velho mas sadio organismo”. A mesma testemunha observou:

---

<sup>365</sup> A chancelaria manteve essas proporções modestas até a retomada regular dos concursos. Em 1927, segundo o recém-admitido Vasco Leitão da Cunha, o Itamaraty dispunha de 18 terceiros-oficiais. Por essa conta, o número de funcionários qualificados diminuiu desde o tempo do Barão.

“Rio Branco gostava francamente da juventude.[ ] Cercado de moços, seu semblante rejuvenescia também!”<sup>366</sup>

Já se interpretou a obra de Rio Branco sob os mais diversos ângulos, mas talvez não tenha se dado a devida ênfase – pelo menos de forma direta – a seu papel de pedagogo.<sup>367</sup> Em duplo sentido: ele ensinou o Brasil aos brasileiros e mostrou, pelo exemplo, um *modo de pensar*. Considerando-se a obra do historiador, a primeira afirmação pode parecer óbvia; a segunda, menos. Ambas convergem para a constatação de que Juca Paranhos elevou o *fazer diplomático* a um grau de excelência que transcendeu sua própria esfera de ação. É o que o credencia como estadista.

Até agora, procuramos justificar a tese de que, no caso do Barão, o *trabalho da obra* é tão importante quanto a obra propriamente dita. Em termos práticos e mais banais, Rio Branco recolheu o peixe, mas também ensinou a pescar. Isso constitui, sem dúvida, um legado mais duradouro. Em última análise, foi uma lição de autenticidade, autonomia e independência. A política que se seguiu – descontadas as inevitáveis variações de agenda – pode ser medida por esse parâmetro. Meio século mais tarde, a ideia matriz de *desenvolvimento* será interpretada por Celso Furtado como “capacidade de decisão”, ao reivindicar a cidadania política junto com a modernidade econômica.<sup>368</sup> Antes de mais nada, é preciso pensar por conta própria.

Mas a lição do Barão não frutificou de imediato. A esta altura, torna-se indispensável um breve histórico.

---

366 Gurgel do Amaral, L. – *Ibidem*, pp. 145 e 111, respectivamente, para as duas citações.

367 “... nos dias do Barão, [o Itamaraty foi] uma espécie de Ministério como que de Educação e Cultura [ ] e Ministério também de Informação ou Propaganda”. Freyre, Gilberto – *Ordem e Progresso*; edição já citada, p. 143.

368 Furtado, Celso. *Dialética do Desenvolvimento* (1964), p. 225.

## “A LIBERDADE NÃO É UM PRÊMIO...”

Começamos falando da *síndrome do Barão*, um mal não diagnosticado – mas consentido – que durou décadas. O mal – como já dito – consistia em confundir a letra com o espírito do legado de Rio Branco. Dois fenômenos – de certa forma contraditórios – podem ilustrar essa afirmação. O primeiro foi a sucessão de reformas internas no Itamaraty: “arrumar a casa” era um sucedâneo para a impotência externa.<sup>369</sup> O segundo foi a aventura de ultra mar da diplomacia brasileira – no Governo autoritário de Artur Bernardes – tentando conquistar a todo custo uma cadeira permanente no órgão máximo da Sociedade das Nações, esforço (ou simulação) que culminou em fiasco no ano de 1926, quando o Brasil se retirou da organização sediada em Genebra.<sup>370</sup>

Ainda em 1958, um intérprete respeitado denunciou a “decadência” do Itamaraty, “adstrito à rotineira aplicação dos precedentes, quase sempre remontando à época de Rio Branco”.<sup>371</sup> Para sustentar o argumento, Helio Jaguaribe chegou a falar na “elegante gratuidade de nossos embaixadores” e deu como exemplo (infeliz) “o mundanismo cosmopolita” de Sousa (sic) Dantas.<sup>372</sup>

O fato é que o “ornamentalismo” já era estigmatizado *intra muros* como *diplomacia dos amarelinhos*, ou seja, a prática de copiar os antecedentes.<sup>373</sup> Essa submissão à rotina seria contestada, sem maiores rupturas, pela primeira leva dos *concurados*.<sup>374</sup> Para marcar posição, o grupo de que fazia parte o jovem Azeredo da Silveira era chamado de *turcos novos*, “porque era

---

369 Ver Anexo C – *Reformas e mais reformas*.

370 Ver Anexo D – *Lição para não esquecer*.

371 Jaguaribe, Helio – *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*. Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB (1958), pp. 227 e 222, respectivamente. “A crise do Itamaraty” é o primeiro subtítulo do capítulo sobre “A Diplomacia brasileira”.

372 Sobre o Embaixador Souza Dantas (Luiz Martins de ), ver Anexo B – *Velhos Soldados não morrem*.

373 Era de um inconfundível amarelo claro a cor das folhas das cópias de expedientes destinados ao arquivo. Os papéis padronizados do MRE eram fornecidos pela Casa Harrison de Londres.

374 Como já assinalado, essa geração – que ingressou na carreira por volta de 1940 – chegou a posições de comando no Itamaraty cerca de 25 anos depois.

uma turma que se sentia imbuída da missão de mudar...”<sup>375</sup> A frase reflete o estado de espírito de uma geração.<sup>376</sup> Contudo, até pelo menos o início da década dos '60, ainda estavam atuantes os membros da “velha guarda”, que de alguma forma se julgava depositária e curadora do legado de Rio Branco. Para se ter uma ideia do ritmo generacional, vale mencionar que Vasco Leitão da Cunha, quando menino, chegou a conhecer o Barão.

Uma coisa é certa: as novas gerações não teriam podido dar sua contribuição renovadora, caso não pudessem contar com uma instituição formada e intacta. Paradoxalmente, a ideia de *corporação* supõe um espírito aglutinador, que mal ou bem foi preservado pelos “velhos soldados”, na falta do Barão. De fato, o que foi preservado foi um *espírito*, uma forma – não o conteúdo de uma política ainda indecisa.

Costuma-se dizer que, no período pós-Rio Branco, a diplomacia brasileira era “um estilo à procura de um assunto”.<sup>377</sup> Na verdade, não faltava estilo, nem assunto – faltava personalidade. Era o próprio Brasil que andava à procura de si mesmo. Simplificando o quadro, conviviam no país uma sociedade oligárquico-rural ameaçada e uma sociedade urbano-industrial em ascensão.<sup>378</sup> Os “dois Brasís” – para usar a expressão depois consagrada pelo Professor Jacques Lambert<sup>379</sup> – assumiram formas visíveis e inéditas. Por volta de 1935, um observador privilegiado nos conta da “aristocracia de imigrantes italianos”; estes fizeram erguer uma estátua do Imperador Augusto no centro de São Paulo.<sup>380</sup>

---

375 Cf. *Azere do da Silveira / um depoimento* – Matias Spektor org. (2010), p. 30.

376 “Nossa geração é bem convencidinha, muito contente de si mesma” – dirá Maria Eugênia Franco, uma das depoentes do livro *Plataforma de uma Geração*, organizado em 1945 por Mario Neme. Desse valioso inquérito de opinião, participaram 29 figuras representativas da intelectualidade brasileira. Ver comentários a respeito em Adriana Lopez & Carlos Guilherme Mota. – *História do Brasil – uma interpretação* (2008), pp. 699-712.

377 Garcia, Eugênio Vargas. *Entre América e Europa – a política externa brasileira na década de 1920*, p. 22.

378 Em 1917, já havia condições para a grande greve operária que ocorreu em São Paulo.

379 Lambert, Jacques. *Os dois Brasís*. Na mesma linha, Rangel, Inácio – *Dualidade básica da economia brasileira* (1957).

380 Lévi-Strauss, Claude – *Tristes Tropiques* (1955). O cap. XI contém uma saborosa análise da cidade de São Paulo e de sua sociedade em transformação.



Não por acaso, os anos 30 foram anos de intensa autorreflexão sobre nossa identidade.<sup>381</sup> Datam de 1933, coincidentemente, a *Evolução Política do Brasil*, de Caio Prado Jr, e *Casa Grande e Senzala*, de Gilberto Freire. *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, é de 1936; no ano seguinte, Roberto Simonsen publicou *História Econômica do Brasil*. Um pouco posterior, de 1943, é o volumoso estudo de Fernando de Azevedo, *A Cultura Brasileira* – nesse contexto amplo, ele situa o tema da educação, em toda a terceira e última parte do livro. Em 1945, João Cruz Costa propõe a formulação de um pensamento brasileiro nos ensaios de *A Filosofia no Brasil*.<sup>382</sup>

Essas obras foram precedidas – em 1928 – por *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado (1869-1943), e por *Macunaíma*, de Mário de Andrade (1893-1945). São obras gêmeas, que valem como sínteses de uma década. De qualidade distinta e de fatura bem diversa, os dois livros trazem o mesmo foco: desvendar a intimidade nacional. A isso Mario de Andrade dedicou sua vida e produziu – num lampejo<sup>383</sup> – um “herói sem nenhum caráter”.<sup>384</sup>

O país começava a entender seu passado, mas o presente apresentava muitas dúvidas. Mais uma vez é preciso olhar o contexto. A “Grande Guerra” foi assim chamada porque não se podia imaginar que haveria uma

---

381 Contraste-se com o período intelectualmente fértil da República nascente, “com sinais de uma nova mentalidade”. Assinale-se, por exemplo, que Euclides da Cunha conclui *Os Sertões* em 1902. San Tiago Dantas destacou a produtividade intelectual do decênio 1895-1905, enquanto a economia cambaleava em meio à recessão internacional. Cf. “Rui Barbosa e o Código Civil” in *Figuras do Direito* (1962). Cabe, contudo, uma ressalva: de forma inédita, os intelectuais da época (Sívio Romero, José Veríssimo, Joaquim Nabuco, entre outros) passaram a interrogar a experiência nacional, mas tomavam como parâmetro uma cultura universal.

382 Para um panorama histórico, ver Carlos Guilherme Mota – *Ideologia da Cultura Brasileira 1933-1974* (6ª ed., 1990). Como depoimento e análise de um período crítico, Roberto Schwarz – “Remarques sur la culture et la politique au Brésil”, 1964-1969, in *Les Temps Modernes* n.º 288, juillet 1970.

383 A obra, tão complexa, foi escrita de um jato em seis dias, em dezembro de 1926, com correções e acréscimos no início de 1927.

384 *Macunaíma* foi dedicada a Paulo Prado, figura igualmente fascinante. Sobrinho de Eduardo Prado, Paulo representa ele próprio um problema de identidade: cafeicultor milionário, beneficiário da ordem vigente, chegou a advogar uma revolução política para livrar-se da oligarquia e promover uma renovação. Concomitantemente, foi o grande patrocinador da Semana de Arte Moderna e mecenas de muitos artistas antissistema, que não deixaram de render-lhe tributo. Para uma análise das teses contraditórias de *Retrato do Brasil*, ver Moreira Leite, Dante – *O Caráter Nacional Brasileiro* (1983), pp. 289-295.

II Guerra de proporções ainda maiores. Em 1919, subsistia o trauma, mas havia também a esperança de que o mundo havia aprendido a lição. Energias positivas foram liberadas nesses anos, na ilusão de um novo começo, cujo símbolo poderia ser a *Sociedade das Nações*. No Brasil, o principal reflexo desse efeito renovador foi justamente a Semana de Arte Moderna em 1922.

A essa altura, na Europa, o dito modernismo já tinha completado muitos aniversários – em São Paulo, tivemos apenas sete dias tumultuados. Poderia pensar-se que tudo não passou de um esdrúxulo espetáculo de teatro, em breve temporada.<sup>385</sup> Na verdade, a Semana foi “o brado coletivo principal”<sup>386</sup> de um movimento maior: o Brasil buscava suas raízes, no próprio quintal ou alhures – a antropofagia era permitida.<sup>387</sup> Como “um tupi tocando um alaúde”, o brasileiro se pretendia múltiplo. No fundo, estava dividido e pouco seguro de si mesmo.

Em 1942, Mario de Andrade fez uma memorável conferência sobre “O Movimento Modernista”. O local foi a Sala de Conferências da Biblioteca do Itamaraty – o espaço ainda devia guardar o cheiro de casa nova e a coincidência não deixa de ser significativa. Já no seu outono de vida, Mário foi bastante severo no juízo sobre o movimento ocorrido vinte anos antes. Lançou, contudo, uma nova bandeira: “Marchem com as multidões”. Em retrospectiva, o chamado soa como um grito de guerra ou uma profecia sobre os tempos que estavam por vir. O conferencista queria o “amplioramento político-social do homem”<sup>388</sup>, mas é significativo que a

---

385 A Semana de 1922 não foi um evento súbito – foi um “coroamento lógico” depois de um “período heroico”, de pelo menos seis anos. Seu palco então, em ritmo de festa, foram os “salões” privados da Pauliceia. [Cf. Mario de Andrade. *O Movimento Modernista*, 1942]. A longa gestação começa com a volta de Oswald de Andrade da Europa em 1912, trazendo notícias do *futurismo*; seguiu-se a “descoberta” das esculturas de Vitor Brecheret e depois o “deslumbramento” provocado pelas telas de Anita Malfatti, cuja exposição em 1917 provocou a contundente (e desavisada) reação de Monteiro Lobato. Cf. Mário da Silva Brito – *História do Modernismo Brasileiro: I*, 1964.

386 Andrade, M. de – *O Movimento Modernista* (1942), p.14.

387 “O próprio herói do livro que tirei do alemão de Koch-Grünberg, nem se pode falar que é do Brasil. É tão ou mais venezuelano como da gente.” – diz Mário de Andrade em um dos prefácios que fez para *Macunaíma*. Cf. Gilda Mello e Souza – *O Tupi e o Alaúde, uma interpretação de Macunaíma* (1979), pp.41-42.

388 Andrade, M. de. *Ibidem*, p. 80.

palavra “democracia” não apareça em seu discurso. Ele formulou, contudo, a reflexão evocada no título desta Seção: “A liberdade não é um prêmio, é uma sanção.” A frase vale por uma antecipação da filosofia existencialista, ainda em gestação na Europa devastada pela conflagração mundial.<sup>389</sup>

Mário conclui: a médio prazo, o “Movimento Modernista” foi o “criador de um estado de espírito revolucionário e de um sentimento de arrebatamento”<sup>390</sup>. Com efeito, a ressaca de 1930 estava contida na onda de 1922 – o projeto estético, que consistia em buscar uma nova linguagem, cedeu lugar ao projeto ideológico, que tinha a ver com dividendos políticos.

## A OUTRA FACE

Não se pode prescindir do pano de fundo acima esboçado se quisermos entender nosso hesitante comportamento internacional nas décadas referidas. Em suma, havia uma grande perplexidade, o que não excluiu a impostura. Às vésperas do Estado Novo, um discípulo de Dilthey resumiu o impasse entre uma elite introvertida e uma sociedade dividida: “Estariamos vivendo assim entre dois mundos: um definitivamente morto e outro que luta por nascer”.<sup>391</sup> Coincidentemente, o Brasil oscilou no plano externo entre América/Europa e, depois, entre liberalismo e fascismo.<sup>392</sup> Melhor dizendo, o Brasil deixou-se envolver nos *imbrólios* do Velho Continente. Como mencionado, a Liga das Nações foi *pivot* dessa recaída, que teve um final desastroso. Isso nos anos 20; a década dos 30 – sob o signo do desencanto – se provou ainda mais desafiante.

---

389 Como referência, data de 1943 a publicação de *L'Être et le Néant* (“O Ser e o Nada”) de Jean-Paul Sartre.

390 Id. *Ibidem*, p. 42-43.

391 Buarque de Holanda, Sérgio – *Raízes do Brasil*, p. 135 (ed. 1977).

392 É exatamente o título do cuidadoso estudo de Eugenio Vargas Garcia – *Entre América e Europa: a política externa brasileira na década de 1920* (2006).

Tudo isso se refletiu numa projeção externa modesta e indecisa. De preferência, a Chancelaria se projetou para dentro (salvo protagonismos individuais) e se concentrou em um exercício introspectivo. O MRE contraiu um cacoete reformista, que gerou – no papel – sucessivos projetos de reorganização. Cada Ministro queria deixar seu nome ligado a um novo estatuto interno; em geral, os saldos foram puramente marginais. Note-se, em paralelo, que a *estrutura* real da *Casa* nunca foi colocada em questão – aliás, na época, não se cogitava da diferença entre organização e estrutura.

A Grande Depressão de 1929 teve efeitos tão ou mais terríveis do que a Guerra que havia findado dez anos antes. O Brasil não ficou imune. O que sobrara de positivo dos anos 20 se desfez numa espiral de violência, alimentada por ideologias radicais. Nossa crise de identidade não se resolveu, antes se agravou. Alzira Vargas registra uma conversa com seu pai, em que Getúlio lhe dirige a seguinte pergunta: “Não te passou ainda pela cabeça que os únicos partidos de âmbito nacional existentes no Brasil têm suas origens fora do Brasil: o comunista e o integralista?”<sup>393</sup>

Com efeito, o Brasil foi palco do maior surto fascista na América Latina, a partir de 1932. Plínio Salgado deu à ideologia uma versão tropical, que atendia a todos os gostos – um “mussolinismo indígena” crescentemente “acomodatício”.<sup>394</sup> Sob o lema “Deus, Pátria e Família”, o integralismo seria protetor da ordem, inimigo do “terror bolchevista”, aliado dos operários, fiscal dos “libertinismos liberais”, arauto do nacionalismo, restaurador da autoridade, moralizador dos costumes, “pedagogo da mocidade”, defensor fiel da família e da religião, etc. A mistura não é um simples motivo de curiosidade, mas um índice seguro da confusão intelectual então reinante.<sup>395</sup> Hoje é difícil conceber que o movimento dos “camisas verdes” tenha exercido tão grande poder de sedução, inclusive sobre setores católicos e sobre as elites

---

393 Vargas do Amaral Peixoto, Alzira – *Getúlio Vargas, meu pai* (1960), p. 372.

394 Buarque de Holanda – Sérgio. *Raízes do Brasil*, p. 141 (ed. 1977).

395 A enumeração se louva em Edgar da Matta Machado, um dos depoentes do inquérito publicado em 1943/1944 em *O Estado de S. Paulo* e depois publicado em livro – *Plataforma da Nova geração*, coord. Mário Neme (1945).

intelectuais.<sup>396</sup> Da mesma forma que cresceu, a bolha místico-autoritária iria se esvaziar depois do fracassado *putsch*, em 11 de maio de 1938, contra o Palácio Guanabara, residência oficial do Presidente.<sup>397</sup>

À distância, Antonio Cândido emitiu um juízo “desapaixonado”: “... o integralismo foi, para vários jovens, mais do que um fanatismo e uma forma de resistência reacionária. Foi um tipo de interesse fecundo pelas coisas brasileiras, uma tentativa de substituir a platibanda liberaloide por algo mais vivo”.<sup>398</sup>

As ideias não se tornaram mais pobres, mas a sociedade se tornou mais complexa. O empate político culminou, sem maiores resistências, no compromisso do Estado Novo. Como fiel da balança, Getúlio Vargas se mostrou tanto um estadista modernizante como um chefe da Velha República.<sup>399</sup> O homem calado derivava seu poder da ambivalência funcional: “Felipe Égalité, Vitorio Emanuel, o caudilho fiel a Julio de Castilhos são apenas máscaras cênicas – como o *chuchu* e o *Gegê*. Getúlio Vargas, na multidão de papéis que lhe querem impor, tem o seu próprio”.<sup>400</sup> O papel derradeiro foi trágico.<sup>401</sup>

No plano externo, o Brasil adotou uma dupla face: oscilou por longo tempo entre a Alemanha e os EUA, o que representou tanto um cálculo

---

396 No âmbito do Itamaraty, não sem certa malícia, Azeredo da Silveira conta que Jayme Azevedo Rodrigues – “que tinha sido chefe da Juventude Integralista” – “andou sumido” depois do golpe desastroso contra Getúlio. “Quanto ao Sergio [Corrêa da Costa], ainda o vi de camisa verde várias vezes trabalhando no Ministério.” – *Ibidem*, p. 27.

397 Vale a pena ler o dramático relato que nos deixou, sobre a noite do atentado, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (*Ibidem*, pp. 175-199). O ataque foi articulado com a conviência das próprias forças que deveriam defender a residência oficial; além disso, inexplicavelmente, tardaram a chegar os socorros pedidos à Polícia e ao Exército. O depoimento não afirma, mas sugere alta traição, o que dá bem a ideia do clima da época.

398 Cândido, Antônio – “O Significado de Raízes do Brasil” (prefácio ao livro de S. Buarque de Holanda).

399 Ver a biografia recente de Lira Neto, *Getúlio 1882-1930 – dos anos de formação à conquista do poder* (2012). Comentando seu livro, em entrevista, o autor sublinhou precisamente a duplicidade (e complexidade) da figura do Ditador: um reformador social impregnado de caudilhismo retrógrado.

400 Faoro, Raymundo – *Os Donos do Poder* (1957), p. 705 (ed. 1979).

401 Na carta-testamento, Getúlio se declara abatido por “forças ocultas”, as mesmas atribuídas ao misterioso Gigante Piaimã, “comedor de gente”. O Presidente suicida é um “vencido-vencedor”, como Macunaima; metaforicamente, é como se tivesse perdido a pedra mágica de cor verde, o *muiraquitã* – “o amuleto nacional que lhe dava razão de ser”. Ver a propósito Gilda de Mello e Souza. *O Tupi e o Alaúde – uma interpretação de Macunaima* (1979); em particular, p. 89.

como um impasse. Depois da ocupação da França, muita gente no Brasil – inclusive dentro do Itamaraty – acreditava em uma vitória final de Hitler.<sup>402</sup>

A “autonomia na dependência” – na síntese feliz do melhor estudo sobre o período – vale como um eufemismo para a ambiguidade externa do Brasil de então. O simples “oportunismo” (ou “equidistância pragmática”) não explica inteiramente a política pendular de Getúlio Vargas – suas motivações podiam ser objetivas mas suas raízes eram mais profundas. A indefinição diplomática (e a eventual “reversão de lealdade”) ganhou relevo justamente por refletir um bloqueio maior, de natureza doméstica. Os fatos da conjuntura internacional nos transcendiam, mas sua leitura era localizada.

Nesse processo, a diplomacia teve um papel importante. O livro de Gerson Moura, acima citado, é uma excelente amostra (inclusive pela metodologia) do exercício criativo da diplomacia, em meio a predicamentos bastante limitativos.<sup>403</sup> O Brasil conseguiu extrair concessões importantes do presidente Roosevelt – foi um fato inédito, que se explica em parte pela circunstância excepcional da guerra intercontinental. Note-se sobretudo, no relato de Moura, o desempenho de Oswaldo Aranha, como Embaixador em Washington e depois como Chanceler; coube-lhe resistir à tendência germanófila dos setores militares do Governo. Mais tarde, em 1947, já no contexto da Guerra Fria em 1947, Aranha advertiu, referindo-se aos EUA: “A nossa solidariedade não pode ser nunca uma servidão”.

No nível multilateral, o talento diplomático do gaúcho de fronteira se faria sentir quando lhe coube a presidência da Assembleia Geral das Nações Unidas (Primeira Sessão Especial e II Seção); foi então aprovada a momentosa decisão sobre a partilha da Palestina. Sem entrar no mérito da mesma,

---

402 Veja-se o depoimento de Azeredo da Silveira: “... nunca acreditei na vitória do Reich. Mas a maioria de meus colegas acreditava”. *Ibidem*, p. 26.

403 Moura, Gerson – *Autonomia na dependência – A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942* (1980). O historiador mostra que a negociação tirou partido da conjuntura, mas só foi possível na medida em que a autonomia foi compreendida em meio à ambiguidade das divisões internas. Quanto ao método do estudo (discutido na introdução), o autor se previne contras as fórmulas em curso de reducionismo (imperialismo, economicismo, “comportamentalismo”, burocratismo, voluntarismo, etc.) e conclui: “... a autonomia relativa das conjunturas não se remete eternamente à determinação em última instância pela estrutura; se esse fosse o caso, a História deixaria de existir”. *Ibidem*, p. 44.

cabe reconhecer que Osvaldo Aranha deu uma demonstração inequívoca de sua capacidade política, em um campo de provas onde o Brasil – como tal – não dispunha de poder; a carência nacional foi suprida pela personalidade forte do agente.<sup>404</sup> É uma pena que a atuação do ex-Chanceler não tenha merecido maiores estudos sob esse prisma. Em 1957, ao voltar à ONU no Governo Kubitschek, confirmou mais uma vez sua criatividade diplomática e seu juízo independente. Foi, contudo, um fenômeno isolado.

### “REINO DO HOMEM”

Quando e como a lição de Rio Branco foi recuperada?

A recuperação não se deu em termos programáticos, mas no *fazer diplomático*. Os exemplos que seguem nos indicam significativa coincidência na forma de percepção da realidade, ainda que haja diferenças no conteúdo das ideias. Em vez de nos determos no léxico da diplomacia, vamos procurar nos aproximar de seus fundamentos ou, pelo menos, de sua sintaxe.

A herança, para permanecer viva, deve deixar de ser hipoteca – exige uma superação, que não é negação, mas assimilação. Por isso mesmo, o ritmo real da política não coincide com o ritmo teórico da sociologia, que – no dizer de Mário de Andrade – seria “a arte de salvar rapidamente o Brasil”. A primeira tentativa explícita de *superação* do “paradigma” de Rio Branco foi lançada justamente em 1958, ano da obra crítica de Helio Jaguaribe já mencionada. Foi durante o Governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956-61). O Brasil conheceu então uma nova e rejuvenescedora onda de otimismo e de autoconfiança.

Como o nome diz, com propriedade, a Operação Pan-Americana (OPA) foi uma *operação*, ou seja, uma ação diplomática coletiva, mais do que uma

---

404 É bem sugestivo o seguinte comentário de Roberto Campos, que em 1947 serviu na missão do Brasil junto a ONU: “Hesitante no comando das duas línguas principais da Assembleia, [O.Aranha] dava a impressão de dominá-las com *aisance*”. Id. *Ibidem*, p. 101.

postulação doutrinária com marca nacional. Sem deixar de ser fiel às premissas americanistas do onipresente Barão, a OPA submeteu a cooperação hemisférica ao teste da realidade. O Brasil não falou apenas em causa própria, mas em nome da América Latina e dentro de uma visão abrangente. A iniciativa trouxe a teoria para o campo da *práxis*, numa conjuntura internacional em que a Guerra Fria se exacerbava. Com isso, a OPA marcou o início de um novo ciclo – seu simbolismo implícito foi bem maior do que sua efetividade prática.<sup>405</sup> Em termos imediatos os resultados foram quase nulos, mas nossa diplomacia recuperou o gosto pela criatividade. Isso só foi possível sob o signo da democracia, que criou condições para uma renovação.

O processo iria amadurecer, desenvolvendo sua própria lógica até ganhar o contorno da chamada Política Externa Independente (PEI). A diplomacia de JK foi uma etapa indispensável nessa sequência: ela recuperou o espírito de independência do Barão ao libertar o Itamaraty de um fantasma que havia se tornado inibidor. Para tanto, foi preciso um ritual de exorcismo. Sintomaticamente, o oficiante estava imbuído de espírito missionário. Veio de fora da Casa – foi enviado pelo Catete.<sup>406</sup> Chamava-se, como se sabe, Augusto Frederico Schmidt e também era poeta. Seu discurso na abertura do debate da XIV Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU, 1959) tem o estilo do Antigo Testamento. O orador clamou contra o desatino da Humanidade: “O reino do homem ainda parece distante... Que essa advertência seja ouvida, enquanto for tempo”.<sup>407</sup>

A advertência não foi ouvida, mas o tempo continuou sua marcha.

\*

---

405 Talvez por isso, o conservador Vasco Leitão da Cunha concluiu que “a OPA era uma fantasia.” [Ibidem, p. 210]. Em sentido contrário, considera-se que a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento foi um fruto da OPA, ainda que não imediato.

406 Note-se que o então Chanceler J. C. de Macedo Soares – em sua segunda gestão, depois de 19 anos – pediu demissão ao tomar conhecimento pela imprensa da carta que JK enviou ao Presidente Eisenhower, iniciativa que marcou o início da OPA; foi um sinal de que o bastão estava sendo passado aos mais jovens. Sérgio Corrêa da Costa – então chefe do Departamento Econômico e Comercial do MRE – presidiu o Grupo de Trabalho que elaborou o relatório *Estudos Econômicos da Operação Pan-americana* (publicação do MRE).

407 Cf. Seixas Corrêa, Luiz Felipe. *O Brasil nas Nações Unidas* (2007), pp. 131-137.



## 13. Quarenta anos depois

---

### LOGOS E PRAGMA

Na década de 1960, o Brasil retornou ao parlamentarismo, no tumultuado início da presidência de João Goulart. Francisco Clementino San Tiago Dantas foi Chanceler do Gabinete de Tancredo Neves (1º de setembro de 1961 a 12 de julho de 1962), o primeiro do novo regime.

A *PEI* é associada prioritariamente ao nome de San Tiago, mas ele nunca pretendeu que a tivesse inventado – pretendeu, sim, que tivesse dela uma compreensão que não havia ocorrido a seus antecessores. Em 1962, ele anotou: “A política exterior independente [...] não foi concebida como doutrina ou projetada como plano, antes de ser vertida para a realidade. *Os fatos precederam as ideias*”.<sup>408</sup> A última frase poderia ter sido escrita pelo Barão – corresponde a seu modo de perceber a realidade. É, como vimos, uma percepção diplomática: sob a ótica da contingência. É bem o contrário de um apriorismo abstrato.

---

<sup>408</sup> Dantas, San Tiago. *Política Externa Independente* (1962); *Prefácio*, p. 5 (destaque acrescentado). Note-se a coincidência com Gilbert Ryle: “Efficient practice precedes the theory of it.” E ainda: “... men since Aristotle, and including Aristotle, ordinarily conduct their arguments without making any internal reference to his formulae. They do not plan their arguments before constructing them”. Ryle, Gilbert – *The Concept of Mind* (1949), p. 30.

San Tiago foi vítima de “um certo preconceito” com respeito às ideias?<sup>409</sup> Teria sido injusto com seu velho amigo Afonso Arinos, executor da política de Jânio Quadros? Não parece ser assim, pois o diagnóstico de Dantas se aplica igualmente – e talvez, sobretudo – ao ex-Presidente. No artigo publicado pela revista *Foreign Affairs* (1961/1962), Jânio Quadros escreveu: “... não podemos aceitar uma posição nacional pré-determinada...”. Era de fato uma reivindicação de liberdade absoluta: uma postura principista que recusava qualquer condicionamento prévio, inclusive o argumento de nossa “formação... predominantemente ocidental”. No fundo, era um neutralismo que não se assumia como tal. Mas não se foi muito além da negação ou da contestação, mesmo porque a proposta revisionista estava sujeita ao voluntarismo de um Presidente temperamental. Aliás, quando o histórico artigo foi impresso, a renúncia de Jânio já era fato consumado.<sup>410</sup>

De qualquer forma, a afirmação de San Tiago parece afrontar o senso comum – afinal, não é normal que se pense antes de agir? Tanto mais surpreendente é a declaração quando se sabe que San Tiago era uma personalidade assumidamente cerebrina: ele “não conseguia agir a não ser em função de prévios esquemas racionais”<sup>411</sup>, disse o mesmo Afonso Arinos, testemunho autorizado no caso.

O que se constata, contudo, é que – antes mesmo de expor o programa da *PEI* – San Tiago quis explicar sua gênese epistemológica, gênese essa que nos remete sintomaticamente à precedência da prática sobre a teoria. Vem a propósito a frase atribuída a Napoleão Bonaparte: “D’abord je fais,

---

409 *Documentos da Política Externa Independente* – Álvaro da Costa Franco, org. (Funag/CHDD 2007), volume I, “Apresentação” do organizador, p.11.

410 Ver Leite Barbosa, C.A. – *Desafio Inacabado – a política externa de Jânio Quadros* (2007). Além de precioso testemunho, escrito com talento, o livro é uma bela ilustração do que é a política – não apenas a externa – no nascedouro, isto é, em seu processo de gestação. O autor recupera essa dimensão, ao vivo, sem fazer teoria a respeito.

411 Anotação feita, em suas *Memórias*, pelo ex-Chanceler Afonso Arinos. É reproduzida por seu filho, o Emb.A. Arinos de M. Franco na coletânea *Atualidade de San Tiago Dantas* (2005), p. 26. Arinos pai comentou que San Tiago “só era capaz de penetrar a realidade com o agudo estilete do raciocínio” – pode ser correto, mas resta saber em que momento intervém o raciocínio puro. O julgamento de Arinos não faz justiça à intuição do amigo.

puis j'y pense".<sup>412</sup> Nem por isso, o esquema da assim chamada *Política Externa Independente* deixa de ser "racional", nem é "empírico e casual", como o próprio Dantas fez questão de ressaltar. Ele ainda esclareceu que o processo mental que conduz à *PEI* é uma "redução *a posteriori*" e que o "sistema" permanece *aberto* ("pode enriquecer-se com novas experiências"). O que está subjacente – ao contrário de uma postura primariamente "racionalista" – é a premissa, sempre sadia no trabalho diplomático, de que a doutrina não pode ter a pretensão de esgotar a realidade. Em San Tiago, numa rara combinação, o homem de ação convivia com o intelectual.<sup>413</sup>

Consideremos outro indicador. Em discurso de elogio a Francisco Campos, San Tiago afirmou:

*Os grandes inimigos do progresso do Direito Internacional, no campo positivo ou no campo doutrinário, não são os céticos ou os realistas, mas os que se deixam levar por um otimismo crédulo e inadvertido.*<sup>414</sup>

O orador referia-se explicitamente ao equilíbrio entre *logos* e *pragma*, revelando assim sua própria filosofia neste particular. Foi seu ideal de estadista: usar a teoria, mas ater-se à prática, para não se deixar levar pelo "idealismo ingênuo" ou por um "otimismo crédulo e inadvertido".

Nesse sentido, a disciplina fenomenológica é uma rede de segurança.<sup>415</sup> Isso pode ser apreciado ao vivo no histórico pronunciamento sobre a questão de Cuba, feito por San Tiago na Comissão Geral da VIII Reunião de Consulta dos Ministros de Relações Exteriores da OEA (Punta del Leste, em 26 de janeiro de 1962).<sup>416</sup> A nitidez da exposição ofusca a inteligência do método, pouco usual em pronunciamentos dessa natureza.

---

412 "Primeiro eu faço, depois eu penso".

413 San Tiago foi catedrático de Direito Civil na antiga Faculdade Nacional de Direito, no Rio de Janeiro.

414 Dantas, San Tiago. "Francisco Campos – Logos e Pragma", in *Figuras do Direito* (1962), p. 126.

415 A aplicação desse método, ainda que não de forma explícita, transparece também na análise em espiral ascendente que San Tiago faz no *D. Quixote – um apólogo da alma ocidental*, já citado. Ele não dispensa "a enunciação de algumas ideias gerais e preliminares", mas não propõe uma tese a demonstrar – chega a ela por aproximações gradativas.

416 Idem, *Política Externa Independente* (1962); edição atualizada Funag (2011), pp. 113-24.

Sem prejuízo da defesa de uma posição de Governo, o discurso é um discreto convite a *pensar junto*. Parte do concreto antes de recorrer ao abstrato, invoca fatos antes de chegar a princípios. Melhor dizendo, só invoca os princípios para melhor entender os fatos. Com que habilidade o orador vai construindo essa tessitura! Depois de descartadas as hipóteses inconvenientes, no final, a figura emerge do fundo com clareza, em nome de uma “solução construtiva”, mas sem ceder à falsa unanimidade. A releitura do texto faz reviver o excepcional professor que foi San Tiago: ele fazia do Direito um saber estimulantemente inquisitivo e não insipidamente dogmático.

## “CATALOGADORES”

Paralelamente, a mesma reserva quanto ao apriorismo permeia o pensamento de Araújo Castro, não estivesse ele desde logo protegido contra os “esquemas abstratos” por sua notória ironia.<sup>417</sup> Roberto Campos, em suas *Memórias*, assinala com certa condescendência que seu jovem colega revelava “boa cultura e robusto *sense of humour*”.<sup>418</sup> O que, naqueles anos distantes, o ex-seminarista talvez não imaginasse é que – no caso de Castro – o humor não era um enfeite da inteligência: era a marca registrada de um modo próprio de ver o mundo. Há nobres antepassados na família dos que cultivam o riso como antídoto contra a certeza permanente e consequente impostura; no fundo, é um gesto de humildade e não de exibição. Parodiando um dito famoso<sup>419</sup>, o humor é um pedido de desculpas da

---

417 Vem a propósito, aqui, a conceituação própria de Richard Rorty: “Uso o termo ‘ironista’ para designar o tipo de pessoa que encara frontalmente a contingência...”. – *Contingency, Irony and Solidarity* (1989); p.17 na tradução portuguesa (1992).

418 Campos, R. – *A Lanterna na Popa* (1994), Vol. I. p. 94.

419 Ironia é o “pudor da razão perante a vida”, escreveu o poeta Raul Pederneiras.

razão, encabulada por seus sucessivos fracassos na pretensão de empareidar a realidade usando conceitos estanques. Não se pode dispensar esse ingrediente na leitura do legado de Araújo Castro.<sup>420</sup>

Depois de San Tiago, Castro iria dar à *PEI* uma versão madura, graças a sua vivência diplomática no observatório privilegiado que é a ONU. Ao longo da década de 60 e entrando pelos anos 70, o Embaixador expôs suas ideias em discursos e palestras.<sup>421</sup> Ao contrário do negativismo caipira de Jânio Quadros, Castro partia de uma premissa positiva e generosa: “O Brasil é um país condenado à grandeza”.<sup>422</sup> Vinte anos mais tarde, esse pensamento seria um mantra nos discursos sobre política externa do Presidente Lula, cioso em aconselhar altivez aos jovens diplomatas.

Em relação à postura de 1960, Castro incorporou uma visão própria, extraída da análise mais detida da conjuntura internacional. Essa era vista com inteligência, mas também com uma instintiva desconfiança. O Embaixador parecia nos lembrar a cada momento: o Brasil pode ser subdesenvolvido, mas não precisa ser tolo. Nesse sentido, fez escola, não só por suas ideias, mas também pelo modo de processá-las, o que é mais importante.

Em carta enviada de Tóquio ao recém-nomeado Chanceler San Tiago Dantas, o então ministro Araújo Castro revelou o fundo de seu pensamento: “... uma política não se muda com declarações enfáticas e revelações prévias de intenção. Uma política exterior se muda – se é desejo mudá-la – com pequenos atos, pequenos votos, pequenas gestões. Porque este é um

---

420 Da mesma forma, sempre senti falta desse traço nas biografias autorizadas do Barão. Encontrei, contudo, um depoimento salvador no livro de Antonio Carlos Villaça – *Perfil de Um Estadista do Império* (1945). Depois de informar que o Barão, já com a saúde abalada, havia sido proibido de fumar e de comer comidas pesadas, o autor conta que o Chanceler foi surpreendido saboreando uma bela fritada de camarões. Censurado por seu jovem médico (Dr. Fernando de Magalhães), o infrator – “flemático, sorridente, com ar de criança apanhada em flagrante” – se penitencia: “Mas, Doutor, o camarão não é galinha do mar?” (p.65).

421 Amado, Rodrigo (org.) – *Araújo Castro* (1982).

422 Id. *Ibidem*, p.196 – “O Congelamento do Poder Mundial” (Exposição aos estagiários do Curso Superior de Guerra, Washington 11 de junho de 1971). Castro iria repetir a afirmação aos estagiários da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, em outubro de 1971 (*Ibidem*, p.213).

jogo de nuances, de precisões, de ênfases e de semitons”.<sup>423</sup> É um reparo que não deixa de ser surpreendente ao ser feito por um formulador de *grandes* ideias. No caso, a forma não é incompatível com o conteúdo – antes, ilustra a diferença entre política externa e diplomacia. Aliás, a explicação que San Tiago formulou depois sobre a gênese da *PEI* se coaduna perfeitamente com o conselho de Castro.

Sem dúvida, o pronunciamento mais famoso de Araujo Castro foi o que fez em 1963, na ONU, quando era Ministro de Estado: lança então a plataforma dos três *Ds*. O discurso marcou época na nossa diplomacia parlamentar. Mas é um texto datado, como não poderia deixar de ser. *Desarmamento*, *Descolonização* e *Desenvolvimento* são conceitos emblemáticos, mas não escapam a “um processo de desvalorização e depreciação”: o contexto histórico se encarregou de alterar a importância relativa dos três termos, fez variar seu sentido e introduziu novas prioridades. Ao lado da construção discursiva, contudo, encontramos no discurso este pensamento lapidar, que vale por uma antítese: “A humanidade é mais rica e mais complexa do que seus catalogadores”. É disto que se trata: desmascarar os exploradores das ideias feitas, os gigolôs das teorias de conveniência.

Para Castro, na boa tradição kantiana, o exercício da diplomacia foi um esforço constante para não se deixar iludir pela razão pura, que não tem o aval da experiência. A melhor prova foi sua campanha ferrenha contra o engodo do “Tratado de Não Proliferação Nuclear” (TNP)<sup>424</sup>, que – em nome da paz – veio consagrar “um verdadeiro diretório nuclear”. O acordo entre as Superpotências desmontou o mito da apregoadá divisão leste-oeste: a ideologia não prevalecia diante dos interesses maiores dos rivais da Guerra Fria.

O diplomata iria fundamentar sua denúncia também no nível da linguagem, seu instrumento de trabalho: ele assinala que, em vez de *paz* (como faz a Carta de São Francisco), passou-se a falar eufemisticamente

---

423 *Documentos da Política Externa Independente*, volume I (org. Álvaro da Costa Franco), Funag/CHDD, pp. 166-167. A carta é datada de 19 de setembro de 1961.

424 Concluído em 1968 e em vigor desde 1970.

em *détente* (distensão); em lugar de *desarmamento*, adotou-se a metonímia do fim pelo meio (controle/limitação de armamentos). É uma forma de manipular o real com palavras. Pois, Castro se antecipou na percepção dessa *diplomacia negativa*, sem poder prever a que ponto chegaríamos: na era de George W. Bush, a *diplomacia da mentira* passou a ser exercitada sem constrangimento e propagada pelos meios de comunicação.<sup>425</sup>

Na dialética espontânea do Embaixador, o *congelamento* (do poder internacional) funciona como uma metáfora-síntese: o conceito se presta justamente para sublinhar seu contrário. Ora, a realidade é movimento: não pode ser “congelada” nem imobilizada, muito menos pelos *catalogadores* de conceitos. Por isso, o Embaixador sempre insistiu na “vocalização dinâmica” da Carta de São Francisco, que é, antes de mais nada, “um grande instrumento de diplomacia”.<sup>426</sup> Note-se: a diplomacia não é instrumento; a Carta, sim. Manda o espírito, não a letra.

Em suma, relendo Araújo Castro, fica-se com a impressão de que o diplomata olha com uma certa condescendência para seu *duplo*, o teórico, por mais brilhante que este seja. Depois de uma longa conferência em que dissecou a “problemática mundial”, ele concluiu com o seguinte *caveat*: “Mas a História sempre escolheu seu próprio caminho, independente das previsões humanas”.<sup>427</sup>

Certamente não seria desejo do Embaixador que suas ideias se cristalizassem em doutrina a ponto de *congelar* o próprio pensamento diplomático brasileiro. Em definitivo, ele era contra a sabedoria catalogada. Dito isso, é o caso de perguntar se o culto de que Araújo Castro acabou sendo objeto foi praticado pelas razões que ele próprio aprovaria. Creio que o Embaixador estava de acordo com a intuição de seu contemporâneo, Hans-Georg Gadamer, quando definiu a hermenêutica como “o saber do

---

425 “Cesar pode tudo, menos mudar a gramática” – a advertência de Kant continua válida, mas a gramática não constitui obstáculo suficiente ao poder.

426 Amado, Rodrigo – *Ibidem*, p. 163 (destaque acrescentado).

427 *Id. Ibidem*, p. 196.

quanto fica – sempre – de *não dito*, quando se diz algo”. A verdade não se aposentou, mas é elusiva e exige interpretação.

## SER-EM-SITUAÇÃO

Doze anos depois da sistematização dada à *PEI* por San Tiago Dantas e em concomitância à pregação de Araújo Castro, o Ministro Azeredo da Silveira dirá na Escola Superior de Guerra: “... num mundo em constante mutação, não há coincidências permanentes, nem divergências perenes... Nessas condições, não pode haver alinhamentos automáticos, porque o objeto da ação diplomática não são países, mas situações... [...] Essa valorização da *práxis* é a essência mesma da atividade diplomática”<sup>428</sup>. Para completar, Silveira teve a coragem de dizer o que seria anátema para um político: “Não acredito muito em princípios em política externa porque o país acaba sendo vítima dos seus próprios princípios... Princípios rígidos não, diretrizes sim!”<sup>429</sup>. Sem passar recibo, Silveira era um adepto do *falibismo* – a verdade estava sempre sujeita a melhorias.

Acrescente-se, quanto ao modo de percepção de Silveira, esta outra indicação reveladora: “... as coisas são verdadeiras nos seus graus e nos seus matizes: elas não são verdadeiras nas suas definições”<sup>430</sup>. Ele tinha de fato uma capacidade rara de ir direto às coisas – confiava na intuição;

---

428 Conferência na Escola Superior de Guerra, em 27 de abril de 1974 (destaque acrescentado). O conceito de *situação*, embora não tenha sido elaborado na ocasião, tem obviamente conotações filosóficas (o *ser-em-situação* de J-P Sartre, e antes dele o “*eu sou eu e minha circunstância*” de Ortega y Gasset e o *ser-no mundo* de M. Heidegger). Essas posições, derivadas da fenomenologia de Husserl, estão presentes em grau maior ou menor no pensamento nacionalista dos ideólogos do ISEB, criado em 1955 e extinto com o golpe militar de 1964. Aliás, salvo engano, o conceito de “política exterior independente e própria” é explicitado pela primeira vez no ISEB (ver Helio Jaguaribe, “O Nacionalismo na Atualidade Brasileira”, p. 276 – ISEB, 1958). Não creio, assim, que o “pragmatismo responsável” se esgote no plano da “tática” diplomática.

429 Azeredo da Silveira – *um depoimento* – Matias Spektor, org. (FGV, 2010), p. 324.

430 Id. *Ibidem*, p. 28.



para alguns, tinha até um sexto sentido. De fato, muitas vezes, parecia um sensitivo ou um *iluminado*. A propósito, o Embaixador Marcos de Azambuja – com sua agudeza habitual – costumava dizer entre amigos que Silveira, “se tivesse vivido em outros tempos, provavelmente teria sido queimado como um bruxo”. Isso, é claro, se os membros da Inquisição não o deixassem falar.

O Chanceler de Geisel pretendia construir “uma política externa soberana, autêntica e imaginativa”; a seu ver, isso era possível porque “o Brasil é o país-tipo da categoria dos países insatelizáveis”.<sup>431</sup> A proposta coincidia com o desígnio político do General, que incluía o projeto de abertura interna. A Geisel devia agradecer também uma das ideias que Silveira sempre repetia: o subdesenvolvimento estava na cabeça das pessoas. Não se pode presumir que o projeto de política externa que o então Embaixador em Buenos Aires levou ao Presidente ainda não empossado fosse um produto do MRE, como estamento burocrático – ao contrário, é uma clara ilustração da liberdade de pensamento do agente, quando tem condições para tanto.

Por pragmática que se intitulasse, a proposta de Silveira também era utópica – melhor dizendo, o método estava a serviço da utopia. Aliás, o dístico “pragmatismo responsável” foi adotado inicialmente por Geisel e não por seu Ministro do Exterior, que teria preferido “colocar mais força no aspecto *ecumênico*...”.<sup>432</sup> Com efeito, esse adjetivo aparece algumas vezes ao lado de “responsável” na retórica oficial.

O jovem Silveira viveu nos Estados Unidos de setembro de 1937 a fevereiro de 1941 – não sei se teve oportunidade de se familiarizar *in loco* com a doutrina pragmática então em voga. De qualquer forma, a oitiva seria suficiente para Silveira, que era dotado de uma inteligência de esponja. O fato é que tinha uma intuição muito clara do que era realmente ser *pragmático* – demonstrava isso no dia-a-dia. Mais do que um formulador

---

431 A. da Silveira, p. 10. As citações constam de manuscrito de 16 de janeiro de 1974, utilizado por Silveira para entrevista com Geisel.

432 Id. *Ibidem*, p.89. Geisel usou a expressão na primeira reunião do gabinete em 19 de março de 1974.

de ideias, Silveira tinha o talento do operador. Como tal, ele não hesitava em fazer correções de rumo.<sup>433</sup>

Isso não elimina a constatação de que o *pragmatismo responsável* é um conceito discutível.<sup>434</sup> Como *slogan*, o substantivo é vulnerável, pois facilmente associado a oportunismo. Quanto ao adjetivo qualificativo, não se ajusta ao substantivo, cujo sentido é marcar um compromisso com a funcionalidade – haveria, portanto, uma contradição em termos. De qualquer forma, em tese, uma política externa *irresponsável* estaria fora de cogitação.

Digamos que, para o diplomata, a ênfase era o método; para o militar, o resultado a ser colhido. Nos dois casos, a preocupação era política e não, é claro, de rigor filosófico. O fato é que Silveira conseguiu se valer de um regime forte para extrair benefícios diplomáticos – provavelmente não teria a mesma latitude de ação se estivesse sujeito ao escrutínio de um ambiente plenamente democrático.

Sendo assim, merece atenção especial a relação entre o Ministro Silveira e seu patrão, o General Geisel. Havia afinidade de percepções, mas certamente as linhas de ação tinham que ser ajustadas caso por caso. A esse respeito, chama a atenção o seguinte depoimento do Chanceler, quanto ao “sistema” de trabalho que adotou com Geisel: “Costumava passar sempre informações para ele, não sob a forma de exposição de motivos... Depois que havia uma elaboração política da ideia entre ele e eu, nós dois chegávamos a um compromisso; então, às vezes, eu transformava o material numa exposição de motivos”.<sup>435</sup> Quer dizer, as decisões só eram formalizadas depois de definitivamente acertadas, o que permitia

---

433 “Em fevereiro e março de 1974, o futuro Chanceler não discernia com precisão as categorias operacionais dessa diversificação [de relacionamentos], mas já formulara a concepção estratégica com toda a clareza.” – Palestra no IRBr, em 15 de março de 2000, do Ex-Ministro L. Felipe Lampreia, que ao longo de sua carreira foi certamente o colaborador mais próximo de Silveira.

434 Adiante trataremos do conceito de pragmatismo. Por ora, façamos uma comparação semântica: um *adolescente responsável* não deixa de ser adolescente e não é necessariamente responsável. A rigor, a responsabilidade contraria sua condição de adolescente; juridicamente, aliás, ele não pode ser responsabilizado, sendo menor. Isso não impede, é claro, que haja adolescentes responsáveis, da mesma forma que há pessoas adultas irresponsáveis.

435 A. da Silveira – *Ibidem*, p. 303.

sempre um ajuste durante o processo. Havia uma sintonia fina entre Geisel e Silveira<sup>436</sup>. Compare-se esse procedimento com os “bilhetinhos” de instruções que Jânio enviava a seu Chanceler, isso quando JQ não tomava iniciativas de política externa à revelia de Arinos.

É verdade que Geisel era bem mais previsível do que Jânio, mas não era menos autoritário e impulsivo. Sem dúvida, o maior feito de Silveira, o diplomata, foi conquistar a irrestrita confiança de Geisel, um general antes de tudo. Como o neto do Senador Azeredo conseguiu isso?

#### “FAZER DIPLOMACIA É... FAZER”

Leitor inveterado de relatórios, Geisel era um particularista. Detinha-se nos pormenores, sobre os quais afirmava sua autoridade crítica, com sacrifício às vezes do que era realmente importante.<sup>437</sup> Devia ter em sua formação uma componente positivista, herança da geração militar imediatamente anterior. Silveira percebeu isso, porque ele próprio não desdenhava os detalhes, mas não perdia jamais a visão de conjunto.<sup>438</sup>

Quem confirma isso é um observador bastante próximo<sup>439</sup>: “... meu pai catava a essência das coisas, das pessoas, das situações, destacando sempre um aspecto permanente e universal. Mas, ao mesmo tempo, seu olhar era capaz de ver o que há de singular e contingente...”. Não espanta que fosse um excelente psicólogo, cativando as pessoas que dele se aproximavam.

---

436 “Ele [Geisel] fez uma porção de coisas para mim [Silveira] na base da confiança”. Id. *Ibidem*, p.305.

437 “... o presidente lia tudo. Era o maior leitor do Brasil. Nunca vi. Como o Getúlio, ele era um apaixonado do papel. Isso também atrapalhava um pouco a cabeça dele. Às vezes... não tinha o sentido da prioridade... não calculava bem as consequências...”. Id. *Ibidem*, p.304.

438 “Não é me informando de tudo que saberei de tudo. É aprendendo a saber de tudo através das informações que são importantes”. Id. *Ibidem*, p. 304.

439 Dr. Flávio Azeredo da Silveira – Palestra sobre o pai no IRBr em 15 de maio de 2000.

Tendo trabalhado e convivido com o saudoso Embaixador, minha impressão pessoal é a de que ele tinha um raro talento para equilibrar sempre a sensibilidade e o intelecto, ou – para usar termos da *Gestalt* – o fundo e a forma. Talvez por isso sabia lidar tão bem com o *outro*, a menos que interferisse no processo a vaidade insidiosa, o que é bastante aparente em seu *Depoimento*. Com raras exceções, esse é o vício por excelência dos homens públicos, quase uma deformação de ofício. Mas, como já se disse, a vaidade é perdoável; intragável é o orgulho. Silveira era muito inteligente para ser orgulhoso e sua vida pessoal, infelizmente, o submeteu a dolorosas provas de humildade.

O quinquênio de Geisel (1974-79) foi, para o Brasil, um período de grande ativismo em termos de projeção externa, inaugurando inclusive de forma sistemática o estilo de diplomacia presidencial, “com um novo grau de engajamento pessoal” do Chefe de Governo.<sup>440</sup> Até então, na prática brasileira, as visitas de Estado eram relativamente raras, inclusive por razões logísticas.

Recorrer diretamente ao mais alto nível para o diálogo com outros países é sempre um expediente arriscado; fica faltando latitude para um eventual recuo.<sup>441</sup> O Ministro Silveira arriscou jogar essa carta, talvez porque não tivesse opção: precisava se cercar do respaldo presidencial contra

---

440 Danese, Sérgio – *Diplomacia Presidencial* (1999), p. 352.

441 Fui testemunha de como esse risco pode ser real. Quando Geisel visitou o Japão em 1976, o Brasil decidiu na última hora incluir na agenda o anteprojeto de construção do Porto de Praia Mole, solicitando ao Governo de Tóquio um financiamento de US\$100 milhões. A preparação da visita fora cercada de grandes cuidados e o pedido em questão era obviamente intempestivo. Como seria de esperar, os anfitriões tiveram dificuldade em acolher a gestão, pouco conforme com seu método de trabalho, avesso por princípio a qualquer improvisação. Poucas horas depois de haver chegado à capital japonesa, Geisel convocou uma reunião da delegação em pleno, integrada por vários Ministros. Informado da relutância nipônica quanto ao tema, ficou indignado e mandou transmitir um ultimato às autoridades locais: na falta de uma resposta positiva, suspenderia a visita e voltaria imediatamente para o Brasil. A ameaça não media as consequências da ofensa que representava. Felizmente, encontrou-se uma solução diplomática para o impasse e o Japão se comprometeu com o empréstimo tão urgente, que correspondia a uma mínima parcela do conjunto de interesse envolvido na inédita visita. Essa se cumpriu com êxito, mas esteve a ponto de ser abortada, nos bastidores. Quanto ao Porto de Praia Mole – razão do incidente – a definição do projeto por parte das autoridades técnicas brasileiras ainda tardaria cinco anos, para o espanto dos japoneses. É uma ilustração (negativa) do voluntarismo em matéria de política externa.

eventuais resistências a qualquer tipo de abertura. Os fatos vieram a mostrar que o cuidado do Chanceler não era gratuito: em 1977, o Ministro do Exército se arrogou o direito de opinar publicamente sobre política externa no caso do relacionamento com a China. Na ocasião, Geisel foi firme na defesa do Itamaraty.

De passagem, é interessante notar também que o “pragmatismo” brasileiro combinou positivamente com o de Nixon/Kissinger, mas bateu de frente com o *principismo* anacronicamente wilsoniano do Presidente Carter. O contraste pode ser ampliado, a partir da relação entre *my dear Henry* e *my dear Antonio*. Combinação curiosa! O Professor Kinssinger era um *sholar* frio e calculista; nosso Ministro era um assumido intuitivo, embora gostasse de ensaiar teorias, que funcionavam como balões de ensaio.

Responsável ou não, o *pragmatismo* de Geisel-Silveira passou pelo teste que lhe correspondia: teve êxito. Ele restituiu à diplomacia brasileira o impulso criativo. Para Silveira, o Brasil *real* não podia ser reduzido ao Brasil mensurável. “Definir política exterior como projeção do poder nacional era uma visão inventarial do poder político de um país”, insistia o Embaixador em suas conversas preliminares com Geisel.<sup>442</sup> A diplomacia transcende a contabilidade do PIB. Em outras palavras, a nação é um processo permanente de invenção e, por isso mesmo, “fazer diplomacia é fazer”.<sup>443</sup> Embora atento à situação, sua vocação era a de estar à frente do presente. Mas encarava isso sem angústia – quase como um esporte profissional.

São muitas as afinidades de Silveira com o modo de pensar do Barão, como já notamos de passagem. Para não ser repetitivo, esse paralelo talvez possa ser evocado em traço comum às duas personalidades: a fidelidade a si mesmo. Rio Branco e Silveira queriam que o Brasil fizesse o mesmo. Daí se pode extrair todo um programa de educação.

\*

---

442 A. da Silveira – *Ibidem*, p.83.

443 Tomo emprestada a fórmula feliz de Matias Spektor na apresentação que fez no IRBr, em 17 de novembro de 2010, do livro acima citado, por ele organizado.



## PARTE III – EIS A QUESTÃO

*“... seria tão difícil imaginar Nietzsche trabalhando até às cinco horas num escritório, com uma secretária atendendo na ante-sala o telefone, quanto concebê-lo jogando golf após um dia de trabalho. Só o astucioso entrelaçamento de trabalho e felicidade deixa aberta, debaixo da pressão da sociedade, a possibilidade de uma experiência propriamente dita.”*

– Theodor W. Adorno<sup>444</sup>

---

444 Adorno, Theodor. *Minima Moralia*, parágrafo 84 (Horário).





## 14. Academia ou Instituto?

---

### FUNÇÃO VERSUS PESSOA

Historicamente, o IRBr mostrou que tem um formato resistente. Ainda assim cabe perguntar: o *Rio Branco* é um Instituto profissionalizante? Uma academia diplomática? Um ciclo de estágio e treinamento? Um “curso de polimento”? Um ritual de passagem? Uma instância de reciclagem? Seria tudo isso, ao mesmo tempo?

Para ser justo, em certas ocasiões, o IRBr cumpre todas as *funções* mencionadas. E cumpre outras mais, como agente de relações públicas ou *cartão de visitas* do MRE e do Brasil<sup>445</sup>. Assim, se insistirmos na indagação – Academia ou Instituto? –, a resposta oficial seria: a função do IRBr é... *funcional* – ele é o que é. Na área administrativa, a tautologia é uma comodidade bastante frequente.

O fato é que o *status* pedagógico do *Rio Branco* não é claro. A pessoa ou a função – qual a primazia? Em última análise, esta é a questão, se entendermos que priorizar a pessoa é desenvolver a personalidade e a sociabilidade. Pois o tema nunca foi focado como tal no IRBr, que já realizou inúmeros debates e encontros sobre os mais variados assuntos. Com efeito, não consta que tenha promovido algum estudo ou discussão sobre

---

<sup>445</sup> As leis da hospitalidade às vezes exigem sacrifícios. São frequentes os visitantes ilustres que se convidam para fazer palestras no *Rio Branco*, o que nem sempre se ajusta às prioridades imediatas do próprio Instituto.

a educação adequada a seus alunos. Ora, se o *Rio Branco* é uma Academia diplomática – como se apregoa – é de supor que seja um lugar onde se ensine diplomacia por dever de ofício. A presunção parece natural, mas não se confirma na realidade.

Essa lacuna não ocorre apenas no caso do IRBr. Basta olhar o currículo padrão das melhores instituições do gênero: a diplomacia, como tal, prima pela ausência, embora não faltem todas as disciplinas que eventualmente fazem a *matéria* (ou a agenda) da diplomacia. Prevalece o *currículo operacional, não o sentido final*. Fica ao sabor do acaso – ou do talento de cada um – a tarefa de fazer convergir os estudos setoriais para uma síntese profissional.

A questão que quero suscitar, com alguma impertinência, é a seguinte: o IRBr é de fato uma *escola* – com função insubstituível – ou é uma simples etapa técnica para o ingresso na carreira?<sup>446</sup> Outra vez, com a assumida arbitrariedade de juntar entidades pouco compatíveis, poderia ser argumentado que o *Rio Branco* é as duas coisas. Em outros setores, a contradição é negligenciável – não, neste caso.

Ao tentar desempenhar funções não homogêneas, o risco é o de não cumprir bem nem uma nem outra. A diplomacia pode requerer conhecimentos técnicos mas não é em si mesma uma atividade técnica – a história não deixa dúvidas a esse respeito, malgrado alguns modismos passageiros. Por outro lado, o conceito de “escola” também tem uma tradição, que corresponde a uma prática. O estudo requer uma trégua nas atividades correntes: exige descanso, cabeça fresca e limpa. É útil lembrar, sem que isso esgote o tema, que a palavra (*escola*) vem do grego *shlolé*, que significa primariamente tempo livre, ócio, vagar, tranquilidade; secundariamente,

---

446 Para a última hipótese, concorre o precedente dos chamados “exames diretos”, embora no passado tenham sido realizados em caráter excepcional em sete oportunidades. Também se pode perguntar se o curso de dois anos (hoje, menos) não acaba sendo, *grosso modo*, uma redundância em relação ao próprio concurso de admissão, o que tem sido uma queixa recorrente dos alunos. Esses aspectos serão discutidos mais adiante.

aplica-se a estudo, que seria então o ócio usado com seriedade. A escola deve fazer jus ao ócio.<sup>447</sup>

O estudo, enquanto estudo, justifica-se por si mesmo: o resto virá por acréscimo, sem imediatismos. Mais uma vez, como se não bastasse a experiência pessoal de cada um, a crônica histórica nos dá muitos exemplos de que as especulações mais gratuitas – frutos do estudo com ócio – produziram resultados práticos que mudaram o rumo do pensamento e da cultura.<sup>448</sup>

Não é preciso conhecer a história da educação para ser um bom professor; da mesma forma que há bons cidadãos que simplesmente desconhecem a História pátria. Não é menos verdade que o educador familiarizado com a teoria da educação está mais apto a resolver os dilemas próprios da educação, sobretudo em um tempo de crescentes perplexidades. A filosofia da educação faz falta e seria indispensável, desde logo, para melhor compreender a natureza do Instituto, que se tem mantido alheio ao debate sobre a matéria, como se o *Rio Branco* fosse uma ilha. De fato, o IRBr dá a impressão de ser uma ilha, uma ilha de excelência, mas uma ilha, ligada por um istmo ao Itamaraty-continente.

Não é que o rótulo (Instituto? Academia? Universidade? Curso?) seja – em si mesmo – decisivo. Nem sempre a teoria altera a prática – às vezes, pode até atrapalhar. Mas o fato é que, na matéria de que estamos tratando, o rótulo esconde muitas coisas. Descontada a semântica, o que está em jogo é uma eleição em termos de aprendizado. Em consequência, trata-se de buscar a resposta (pelo menos provisória) para muitas questões operacionais.

---

447 Sobre o tema, escreveu o consagrado Eric Voegelin: “The terms for leisure, *shlale*, and the occupation of leisure time, *diagoge*, lead to difficulties in various respects. On the one hand, leisure means freedom from work, and to that extent its occupation is not serious. On the other hand, it is not seemly for a free man to waste his time; he is supposed to show himself worthy of his freedom by employing his leisure time in dignified occupation. From the serious, formative study and occupation, which fills leisure time, the *schole*, our meaning of *school* is derived.” – *Plato* (1966), p. 259.

448 “La ciencia aplicada, la técnica, es un resultado imprevisto... no parece sino un ironico poder [...] que los conocimientos más útiles nazcan precisamente de los más abstrusos e extramundanos. La física del ferrocarril e el automóvil surgió del calculo infinitesimal, que era aún dentro de la abstracción matemática, lo que parecia más remora de toda realidad”. Ortega y Gasset, J. *Apuntes sobre el Pensamiento*, 1959, pp. 64-65.

Vale antecipar algumas dessas questões, pois dão ao tema uma dimensão mais concreta: a diferença entre professor e instrutor, a relação mestre/discípulo, a predefinição curricular, os perigos de uma aprendizagem passiva, o fundamento ético do conhecimento, a consciência ambiental, etc. Isso para não mencionar, desde logo, pontos mais delicados, como rotina, desmotivação, condicionamento burocrático, e assim por diante.<sup>449</sup>

É indispensável também tentar compreender o ponto de vista dos formandos – afinal, a moderna filosofia da educação, se chegou a um consenso, é justamente o de que o ensino só funciona se consegue mobilizar o aluno. “A criança é o centro da escola”, proclamavam os reformadores da educação brasileira nos anos 30. Esse eco não chegou ao *Rio Branco*, que é uma escola peculiar. Para começar, os membros do corpo discente do IRBr constituem uma espécie híbrida: são, concomitantemente, estudantes e funcionários. Hoje, não são inteiramente nem uma coisa, nem outra, embora pareçam mais sérios e compenetrados. Antes, sendo a média de idade mais baixa, mantinham um jeito saudável de alunos de colégio.<sup>450</sup>

Na condição atual, porque é ambígua, o candidato a diplomata é absorvido por uma incômoda (e inconveniente) sensação: embora empossado, o novo funcionário continua um estudante submetido a provas. Parece-lhe, com razão, que o curso do *Rio Branco* é um prolongamento pouco compreensível do concurso heroicamente ultrapassado. O nível do IRBr pode ser de pós-graduação mas o regime é de escola preparatória. Assim, o educando tende a pensar que a classificação é a única coisa que conta, pois é medida de sobrevivência. Tudo, inclusive a autoestima, parece

---

449 A propósito da “sobreposição de regras burocráticas” ao espaço educacional, ver Flickinger, Hans-Georg – *A caminho de uma pedagogia hermenêutica* (2011), p.152.

450 O Embaixador Alberto Costa e Silva, da Turma de 1956/1957, recorda com nostalgia seus primeiros dias de *Rio Branco*: “O que ficou logo claro, no terceiro ou quarto dia de aulas, é que dentro de cada um dos rapazes e moças compenetrados havia um moleque de quem não se queriam apartar e que os fazia lançar bolinhas de papel uns nos outros, jogar futebol no meio das carteiras, fazer caricaturas no quadro-negro, amarrar os cadarços do sapato de um colega aos de outro. Era como se tivéssemos voltado ao curso primário.” – *Invenção do Desenho – Ficções da Memória* (2011), p. 132.

dependem de um número mágico no boletim de notas. Isso faz com que os alunos se sintam vulneráveis, o que não é produtivo.

É comum que os jovens diplomatas presumam que o *lugar na lista* será uma marca indelével – um veredicto para o resto da carreira.<sup>451</sup> Ora, uma boa classificação é no máximo uma credencial valiosa: alimenta uma expectativa favorável, mas está sujeita a constante revisão. O que a crônica da *Casa* nos prova à saciedade é que os *bons* estudantes no *Rio Branco* não serão necessariamente os *melhores* profissionais ao longo da carreira; o inverso também não deve ser excluído e há exemplos instrutivos. A vida é irônica também sob esse aspecto, o que confirma mais uma vez que há uma distância entre a teoria e a prática. Nada disso tira o mérito de ser *primeiro de turma* (ou primeiro no Concurso), o que não é fácil; no mínimo, é um bom augúrio, que muitas vezes se confirma. De resto, é um distintivo que não se perde. O que não fica, diante do êxito, é o estigma de não ter sido brilhante na escola. O tempo tem sempre a última palavra.

## TEMA MAIOR

Como bem assinala o Embaixador Sérgio Bath, o diplomata deve se preparar – na teoria e na prática – para “poder cumprir fiel e eficazmente a política que lhe for dada para executar”:

*...como conhecedor experimentado do campo das relações internacionais, [o diplomata] terá oportunidade de analisar as propostas que circulem pelos canais políticos, acadêmicos e burocráticos. Tem o dever de alertar superiores, na estrutura do Estado, para as dificuldades e os perigos de qualquer política que o governo pretenda seguir.*<sup>452</sup>

451 Para os não iniciados, refiro-me aqui à *Lista de Antiguidade*, peça básica – mas não decisiva – no processo de promoções do Ministério das Relações Exteriores e na definição de precedências na carreira.

452 Bath, Sérgio – *O que é Diplomacia* (1989), pp. 8-9. Trata-se de um livro claro e objetivo, assumidamente breve e didático. Foi pioneiro no tratamento do tema entre nós.

É uma descrição absolutamente acurada e honesta, do ponto de vista funcional. A título de comparação, lembremos o que dizia – em 1558 – Bernardo Navagero, um experimentado diplomata de Veneza, sobre o que considerava as qualidades essenciais de um Embaixador: *saber negociar*, o que requer destreza: *bom juízo*, o que requer penetração; e *boa arte em dar conta*, o que requer discernimento, de modo a dizer apenas o que seja necessário e de proveito. Como se vê, já nos albores da diplomacia moderna, o diplomata não é mais o simples portador de mensagens que foi na Antiguidade clássica. No Renascimento italiano, surge o *agente diplomático*, que “tem o dever de alertar seus superiores”.

Hoje, qual seria a educação adequada para esse agente? Sem fugir à pergunta, comecemos por ponderar que a Academia diplomática é o lugar ideal para tal reflexão: ela deve começar nas salas de aula. A educação é por excelência o espaço do diálogo e a diplomacia, se comporta alguma definição, é a *arte do diálogo*. Sendo assim, com absoluta propriedade e sem arrogância, o Itamaraty estaria dando um exemplo ao colocar o tema da educação em sua agenda, de modo a poder tirar as ilações pertinentes sobre a educação diplomática propriamente dita. É uma decorrência da letra e do espírito da lei que criou o Instituto Rio Branco.

O exercício seria altamente oportuno porque a própria Universidade – como atestam os estudiosos da pedagogia – deixou de pensar sobre educação ou não tem mais tempo para isso. Cuida de sua sobrevivência.<sup>453</sup> Deixou de ser universal para se tornar funcional, de mãos dadas com o mercado de trabalho, na hipótese mais benigna. A pretendida eficiência afasta a prioridade do *crescimento* pessoal. O antídoto mais radical seria voltar à inspiração socrática da “pedagogia da consciência individual”, o que discutiremos mais adiante.

---

453 Ver Ribeiro, Darcy – *A Universidade necessária* (1975). O historiador Franco Cambi, por sua vez, conclui: “Hoje, no limiar do ano 2000... a pedagogia é um saber em transformação, em crise e em crescimento, atravessado por várias tensões, por desafios e novas tarefas...” – *Storia della Pedagogia* (1995); tradução brasileira, 1999, p. 641.

Na perspectiva do diplomata em formação, há um problema correlato não menos importante. Um ex-Chanceler dizia com razão: “Confesso que não sei até hoje em que consiste uma vocação diplomática”.<sup>454</sup> Com razão em termos, porque a carreira do próprio Gibson – “o traço todo da vida” – desmente a confissão. A parcela de verdade está em que a vocação não se revela com antecipação, nem pode. No máximo, é presumível, pois só se manifesta de fato em se fazendo. É mensurável, mas *a posteriori*.

De qualquer forma, o aspirante à carreira toma por suposto – com todo direito – que existe uma *racionalidade* na chamada *Casa*, o que é naturalmente objeto de grande curiosidade.<sup>455</sup> Logo descobre que essa racionalidade, se ela existe, não é óbvia. Talvez se dê conta – usando uma distinção de Max Weber<sup>456</sup> – de que a “atividade institucional” (com estatuto definido) e a “atividade de grupo” (com regras não explícitas) se confundem e se superpõem no Itamaraty. Tudo isso se reveste naturalmente de certo mistério, que vai perdurar por muito tempo; mais tarde, quando adquirir suficiente humildade, o noviço descobrirá que não há mistério. Melhor dizendo, o problema é real.

Se o estudante for minimamente perspicaz, logo perceberá que não há respostas prontas para suas indagações precoces. Melhor dizendo, as definições são dispensáveis.<sup>457</sup> Se persistir na indagação, verá que a diplomacia não é um dado – é um *fieri*, ela se faz. O iniciante atilado sentirá na própria pele, por assim dizer, que está diante de um objeto não redutível a conceitos, sejam elaborados ou simplistas.

A vida não comporta biografia antecipada; a diplomacia também. É um processo criativo, aberto por natureza e sujeito a incertezas. Nesse particular, o *Rio Branco* cumpre um papel ingratamente sadio: instila

---

454 Barboza, Mario Gibson – *O traço todo de uma vida* (1992), p.8.

455 É o que o sociólogo Erving Goffmann (*Asylums*, 1961) chamou de *racionalidade institucional*, mais perceptível em prisões e manicômios, que seriam – segundo o autor – típicas *instituições totais*, Para uma análise mais detida quanto ao MRE, ver Capítulo 21.

456 Para maior elaboração, ver Freund, Lucien – *Sociologie de Max Weber* (1966), p.p 106-107. Voltaremos ao tema.

457 Em seu admirável ensaio *Mirabeau, o El Político* (1927), Ortega Y Gasset escreveu: “La política es clara en lo que hace, y es contradictoria cuando se la define”.

dúvidas, com a conseqüente ansiedade. Não obstante, as perplexidades nem sempre chegam a ser explicitadas, como seria desejável. Formam-se então, no mais das vezes, estereótipos mais ou menos cômodos, segundo as inclinações, preconceitos ou conveniências de cada um. A tendência é que essas primeiras impressões perdurem, até como mecanismos inconscientes de defesa.

Há uma carência de consciência crítica quanto ao próprio *fazer diplomático*, o que transcende evidentemente o aprendizado das regras usuais de comportamento e de procedimento. Essas regras, sim, são suficientemente conhecidas ou, pelo menos, são consagradas, inclusive pela comunidade internacional. Em boa medida, esse formalismo de superfície se justifica por razões de pura conveniência – o problema é que, para os desavisados, tende a significar mais do que é. Quando o convencionalismo se generaliza, perde-se a noção de que a diplomacia não é um ritual. É uma *arte*, embora em alguns momentos se revista de uma liturgia consensual.

Quando o *fazer diplomático* não é posto em questão, o natural é que cada um faça seu aprendizado particular: conforma-se, ou compraz-se, em *inventar a roda*. Com sorte, ao longo da vida, vai amalhando fragmentos de sabedoria diplomática. Os livros de memórias diplomáticas estão aí para ilustrar a tese – são testemunhos preciosos, como tudo que deriva da vivência pessoal. Basta, contudo, um mínimo de honestidade intelectual para admitir que a memória é o domínio do fato consumado. Não se põe em dúvida que o mundo é sempre uma boa escola, mas talvez se possa evitar o excesso de amadorismo nesse difícil aprendizado de ser diplomata. Isso traria benefícios para a corporação e, sobretudo, para os colegas mais jovens.

A omissão existe, mas não é só do Instituto. O Itamaraty pensa muito em política externa – é sua função. Mas pensa pouco na diplomacia como tal, embora isso também seja atribuição de uma Chancelaria, quase que por dever de ofício. É que a diplomacia fica discretamente *subentendida*. É tratada por osmose, isto é, pelo exemplo (em geral, o exemplo dos *maiores*, ícones da instituição). Nas situações extremas, os mais velhos são



invocados para coonestar alguma decisão – citados com reverência, os maiores ficam *acima de qualquer suspeita*.

A tradição é valiosa, exceto quando se torna um hábito ou um álibi. Só a prática corrige a teoria, em havendo teoria. No caso, o objeto da teoria é fugidio. É claro que a diplomacia está sempre presente no trabalho de uma Chancelaria – essa existe em nome da diplomacia. Mas, por sua própria natureza (sem falar da eventual conveniência política), a diplomacia permanece um subtexto.

Talvez possamos tratar a questão sob outro ângulo.

\*



## 15. Pragmatismo – o que é mesmo?

---

### INTERREGNO FILOSÓFICO

Em 1983, podíamos ler o seguinte comentário na frase de abertura de ensaio assinado por dois analistas respeitados: “Já se consagrou no vocabulário político a noção de *pragmatismo* para designar a política externa brasileira...”.<sup>458</sup> Ao longo do texto, o termo (embora grafado em itálico) é usado como se tivesse um sentido unívoco. Mas vejamos o que diz o expoente mais representativo do neopragmatismo: “*Pragmatism* is a vague, ambiguous and overworked word”.<sup>459</sup>

Apesar do desgaste, parece que a política e a diplomacia não logram prescindir do conceito, usado de forma abundante e abusiva. No caso brasileiro, como acabamos de assinalar, cede-se à tentação de confundir diplomacia com pragmatismo. Mas não só no caso brasileiro. A rigor, o adjetivo pragmático se tornou vicário: na falta de melhor explicação, serve para justificar qualquer comportamento. Muitas vezes, o agente invoca posições principistas e, ao mesmo tempo, sem atentar para a coerência, se declara *pragmático*, como se esse atributo fosse um selo de qualidade ou um título indispensável. Curiosamente, a intenção oculta parece ser a de

---

458 Soares de Lima, M. R.; Moura, Gerson. “A Trajetória do Pragmatismo – Uma Análise da Política Externa Brasileira” in *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 25 nº. 3, 1982, p. 349.

459 Rorty, Richard – *Consequences of Pragmatism* (1982), p. 160.

conferir à *phronesis* – virtude de Péricles – uma interpretação moderna, mais acessível ao grande público.

Como sabemos, o pragmatismo tem uma matriz filosófica, que mal ou bem permeia o conceito corrente. Ocioso dizer que a versão vigente do pragmatismo não corresponde à que seus próceres tinham em mente. O termo *pragmaticism* foi cunhado pelo iniciador da corrente, o pouco afortunado Charles S. Peirce, que estava interessado, sobretudo, na teoria do significado (*meaning*).<sup>460</sup> Já para o festejado William James, que popularizou o conceito, *pragmatism* não era mais do que “um novo nome para antigos modos de pensar”. Sem renunciar à verdade, ele quis captar uma realidade em movimento, reservando espaço para o imprevisto. Não se tratava de aposentar a coerência em favor do interesse – tratava-se de escapar de um racionalismo estreito demais para uma época de transformação.

De qualquer forma, em sincronia (não deliberada) com a filosofia europeia da época, o pragmatismo norte-americano voltou a questionar o “sentido da verdade”.<sup>461</sup> Abriu uma brecha na cidadela no pensamento então prevaiente, ainda com ranços positivistas, e deslocou a trincheira avançada do conhecimento para a prática, como pedra de toque do saber e, depois, da educação.<sup>462</sup> Na definição concisa de William James, “verdade é o que funciona” (*Truth is what works*). É uma filosofia que incorpora o sentido de conveniência, mas a linha de corte continua a ser o compromisso com a veracidade.

O destino dessa filosofia foi irônico, mas não foi aleatório. Etimologicamente, *pragma* tem o sentido de “prática”, mas também de “façanha”, que implica em maior ou menor ousadia. Ao ser apropriado pela política, o pragmatismo se presta a manipulações e desvirtuamentos, mesmo porque o teste da experiência já é em si uma aventura. Não surpreende que *pragmático* seja uma palavra tão frequente nos discursos de palanque. O termo

---

460 O *paper* publicado por Peirce em 1878, no *Popular Science Monthly*, tinha um título inequívoco: “How to make Ideas clear”. Foi, aliás, a única coisa que publicou em vida.

461 Uma das obras de William James tem exatamente o título de *The Meaning of Truth* (1909).

462 Como se verá, a educação é o ponto que nos interessa nessa digressão.

acabou por se tornar neutro: no sentido corrente, “pragmático” não diz nada e diz qualquer coisa. Convenhamos que “qualquer coisa” está longe de representar o verdadeiro.

A semântica popular é fértil em expressões que descrevem uma atitude pragmática, como *ir levando* ou *deixar rolar* – é um misto de omissão e de ativismo. No varejo político, da indulgência ao disfarce, o pragmatismo é uma justificativa fácil para os que estão mais interessados em *ganhar* do que em acertar. Idealmente, o *pragmático* seria um especialista na capacidade de *navegar* em meio a eventuais escolhos, aproveitando as marés favoráveis e evitando as armadilhas da fortuna ingrata. Por risco calculado ou por simples falta de alternativa, ele confia na sorte e aguarda que as oportunidades apareçam. Implicitamente, a *verdade* é colocada sob suspeita ou sumariamente rejeitada como um resquício metafísico. Assim, na falta de um fundamento sólido ou mesmo por comodidade, o *verdadeiro* é igualado ao “útil”: *verdade* passa a ser aquilo em que “convém acreditar”.<sup>463</sup> Digamos então que seria uma verdade *ad hoc*, mas ainda assim *verdade*.

A melhor caricatura da escola de pensamento dominante nos EUA no começo do século XX foi voluntariamente oferecida pelo próprio William James, que se referiu sem constrangimento à imagem que os europeus faziam do pragmatismo: a filosofia oficial do homem de negócios americano ou uma forma de pensamento concebida para os especuladores da Bolsa de Valores. Assim, o pragmatismo nasceu com a pecha de uma filosofia mercantil.<sup>464</sup> A partir daí, escorregou insensivelmente para a zona cinzenta do *relativismo*. É uma posição filosoficamente sustentável, mas desde que se reconheça como tal.

---

463 É outra definição famosa de William James: “The true is the name of whatever proves itself to be good in the way of belief, and good, too, for definite, assignable reasons”. Conclusão da Lecture II in *Pragmatism: a new name for some old ways of thinking* (1907).

464 Para essa impressão, com ou sem razão, pode ter contribuído a imagística empregada por W. James, quando fala, por exemplo, em “truth’s *cash-value*” ou nesta passagem: “Our account of truth is an account of truths *in the plural*... having only *in common* that they pay”. Ou então: “It pays for our ideas to be validated. Our obligation to seek truth is part of our general obligation to do what pays. The payments true ideas bring ...”, etc. William James – “Pragmatism’s Conception of Truth”, Lecture VI; *Ibidem*.

Sob outro aspecto, talvez se possa dizer também que o pragmatismo – como a psicanálise – foi vítima de seu êxito: vulgarizou-se. Os dois conceitos ganharam autonomia na voz do povo. Todos presumem saber o que é “pragmático”, da mesma forma que infringem impunemente os direitos autorais de Freud.

Já que estamos falando do pragmático, falemos também do *profissional*.

Quando um diplomata se proclama ou se identifica como um “profissional”, em geral ele quer dizer que conhece e cumpre as regras de sua profissão. Com maior ou menor arrogância, ele pretende que tem acesso à *verdade* no exercício de suas funções. Com efeito, não poderia trabalhar sem a presunção de que está perfeitamente à vontade pelo menos no ofício a que se dedica – é um *especialista*. Nesse sentido, o médico se iguala ao mecânico: ambos são especialistas, cada um em seu ramo. Ora, especialista como tal, o diplomata não é; no máximo, é “um especialista em generalidades”, como dizia salomonicamente Vasco Leitão da Cunha diante da estéril disputa conceitual que persiste nesta matéria.<sup>465</sup> Sendo assim, não chega a ser um elogio dizer que o diplomata é um *profissional* – significa apenas que estamos diante de um funcionário capacitado. Até aí, tudo bem, não fosse o fato de que a mística da profissionalização degenera numa autoinstrumentalização do agente, ou seja, sua negação.

Em última análise, o profissional é um manipulador de “regras” tidas por estabelecidas em determinada esfera do fazer. No caso da diplomacia, não há regras definitivas, abstraindo naturalmente as boas normas de comportamento e alguns preceitos formais. *Ser profissional*, no caso, é uma força de expressão. Uma descrição neutra – e mais próxima da realidade – seria a seguinte: profissional é aquele que se empenha no que faz. Quer dizer: não é simplesmente aquele que se mostra competente, porque segue os padrões de seu ofício. Se for só isso, chegará um dia em que ele vai se surpreender ao se defrontar com uma situação não prevista pela sabedoria convencional ou que não conste dos manuais.

---

465 O tema é retomado no Capítulo 21, na seção “A receita e o bolo”.

O *profissional* e o *pragmático* têm certamente um traço em comum: ambos fazem questão de estar *bem informados* – é sua credencial. Seja isso o que for, é certamente melhor do que estar *mal informado*, mas a alternativa não se coloca necessariamente. A propósito, vale lembrar um comentário de nosso já conhecido A. N. Whitehead: “Um homem meramente bem informado é o maçante mais inútil da terra”. A informação por si só não garante o discernimento. Satisfeito consigo mesmo, o *bem informado* se contenta em não ser mais do que isso – em podendo, ele se compraz em exibir seu cabedal. Nada mais inútil do que o saber inútil, entendendo-se por útil – no sentido oposto – o que se justifica por si mesmo.

## ESPELHO QUEBRADO

Falamos de Ch. Peirce e de W. James – falta falar de John Dewey, o terceiro grande expoente do *Pragmatismo*. Ele tem uma importância especial porque foi, antes de mais nada, um educador.

Para o infatigável Dewey, a filosofia era um exercício permanente de indagação (*inquiry*), com a ressalva de que o teste supremo é a ação. Misto de filósofo e de agente político, John Dewey é um caso à parte na trindade pragmática. Por profissão foi sempre professor, mas nunca se rendeu ao jargão acadêmico.<sup>466</sup> Seu texto – sempre muito objetivo – parece inspirado em Marx em alguns momentos<sup>467</sup>; em outros pontos, mas sem obscuridade,

---

466 Além de polemista, Dewey foi um verdadeiro missionário pedagógico. Na década de 20, divulgou pessoalmente suas ideias no Japão, Turquia, México, URSS e Escócia. Destaque-se também a longa visita a China em 1919, em momentos críticos, onde foi acolhido pelos intelectuais locais como portador de uma mensagem de *modernidade* (ver a propósito, Keenan, B. – *The Dewey experiment in China: educational reform and political power in the early Republic* (1977)). Em 1920, Dewey publicou *Reconstruction in Philosophy*, que inspirou nos anos 30 o movimento “Pensadores da Fronteira” em favor de uma democracia autêntica nos EUA.

467 “A separação entre educação liberal e educação profissional tem sua origem [...] na divisão entre a classe dos que precisavam trabalhar para sobreviver e dos que não tinham essa necessidade”. Dewey, J. *Democracy and Education* (1916); Cap. 19. “Não é possível esperar que uma classe domi-

o americano é quase heideggeriano<sup>468</sup>; tem igualmente uma nítida marca existencialista, sem sacrifício do humanismo<sup>469</sup>; antecipa, junto com Peirce, o operacionismo de Popper.<sup>470</sup> Com personalidade própria, seu pensamento é uma síntese de várias correntes, sem que ele tenha pretendido a isso.

De tudo, pode-se extrair um sentido geral: o questionamento do dualismo cartesiano. Nisso, Dewey coincidiu com seus contemporâneos europeus e foi mais fundo do que seus colegas americanos. Mas o quadro estaria incompleto se não registrarmos que, mais recentemente, a obra de Dewey foi objeto de uma nova leitura por parte de Richard Rorty (1931-2007), que se valeu da hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer.<sup>471</sup> Com o benefício de algumas décadas de avanço do pensamento filosófico (passando por Wittgenstein-II/ Sellars/ Quine/ Davidson, para ficarmos no mundo anglo-saxão), Rorty substitui o conceito-chave de *experiência* pelo de linguagem.

Dessa forma, também em compasso com o pensamento “continental” (Heidegger, para começar), Rorty iria aprofundar o filão deixado pelos pioneiros americanos do começo do século XX. Ao repetir que “a verdade

---

nante que vive ociosamente tenha a mesma filosofia de vida dos que se encontram na árdua luta pela sobrevivência”. Id, *Ibidem*, Cap. 24.

468 Heidegger parte da ontologia; Dewey não se afasta das condições sociais, não tira os pés do chão e respira ar puro. À primeira vista, há uma diferença quase inconciliável entre os dois pensadores, contemporâneos em boa medida. O parentesco involuntário está na “superação da tradição”, ou seja, uma forma de pensar distinta, que valoriza o fenômeno, isto é, o *estar-no-mundo*, ainda que a terminologia seja distinta (e, no caso de Heidegger, inovadora). O que para o alemão é “projeto”, para o americano é “growth”, sem fórmula *a priori* e sem termo fixo. Para ambos, *inquiring* é mais importante do que *acquiring*. Nos dois casos, há um questionamento do modo de pensar: Mas o que Dewey encara como desafio, é fonte de angústia para Heidegger. Ver, a propósito, Rorty, R. “Overcoming the Tradition: Heidegger and Dewey” in *Consequences of Pragmatism* (1982).

469 Veja-se, por exemplo, esta exclamação de Dewey: “... o eu não é algo pronto, mas está em contínua formação por meio da escolha da ação”. – Id. *Ibidem*, Cap. 26. Sartre poderia subscrever essa formulação. Ver ainda Bollnow, O. F. *Pedagogia e Filosofia da Existência* (1959; Editora Vozes, 1971).

470 “Assertividade garantida” (*warranted assertibility*) é requisito básico na epistemologia de Dewey. Anteriormente, Peirce havia recuperado o conceito de *fallibilism* (do latim *fallibilis*, passível de erro), como fundamento das ciências. Karl Popper aprofundará essa trilha.

471 A obra de Richard Rorty é em boa medida uma (inspirada) releitura das ideias de Dewey. Ver o seu exitoso livro de 1979, *Philosophy and the Mirror of Nature* (tradução brasileira em 1995), a que se seguiram vários ensaios que tratam de Dewey, entre os quais os reunidos no acima citado *Consequences of Pragmatism* (1982).



se faz, não se descobre”<sup>472</sup>, ele acrescenta que tudo se resolve no âmbito da palavra. Dá então um passo adicional, com efeitos dramáticos: quebra por sua conta o presumido “espelho da natureza”, tradicionalmente um fiador da verdade. Vale dizer que ele dispensou a referência ao *real* – é o chamado *antirrepresentacionismo*, segundo o qual a verdade não é uma suposta *cópia* do real, seja por correspondência, seja por coerência. Agora, o que a verdade não pode dispensar – na visão neopragmática – é a garantia do êxito, através da “verificação” ou da “validação”. O pragmatismo clássico já havia assentado essa premissa.<sup>473</sup>

Em última análise, no mercado das ideias, valeria o pregão mais alto? A verdade não seria mais do que uma espécie de *best-seller*, com a garantia dos fugazes “quinze minutos” de glória? A retórica – como no tempo dos sofistas – teria triunfado sobre a lógica? No século IV a. C., o Rei Dionísio II contratou os serviços de Platão (para infelicidade do filósofo, aliás); se vivesse hoje, o governante de Siracusa teria preferido certamente a assessoria de um *marketeiro*, famoso de preferência.

Como recuperar o fio de prumo?

\*

---

472 Podemos encontrar a mesma formulação em William James já em 1907: “A verdade é feita, do mesmo modo que a saúde, a riqueza, e a força são feitas, no curso dos acontecimentos.” – *Pragmatismo*, Sexta Conferência.

473 “The truth of an idea is not a stagnant property inherent in it. Truth happens to an idea. It becomes true, is made true by events. Its verity is in fact an event, a process: the process of its verifying itself, its veri-*fication*. Its validity is the process of its valid-*ation*”. James, W. – *Pragmatism* (1907).



## 16. Caminho sem atalhos

---

### VASOS COMUNICANTES

Como uma reencarnação de Sócrates no século XX, Dewey deu uma resposta antecipada à questão formulada na seção anterior. Sua filosofia – com maior ou menor reconhecimento – teve um impacto considerável e não apenas em seu país natal.<sup>474</sup> Ganha relevo, assim, o fato de que a principal contribuição de Dewey tenha sido para a filosofia da educação, o que nos interessa em definitivo neste exercício. Ele teve a lucidez de reconhecer que as filosofias são, em essência, “teorias gerais da educação”. Em outras palavras, o mais valioso na filosofia é o que ela nos pode ensinar sobre educação. Finalmente, a honra foi feita a quem de direito.

O trabalho de Dewey foi vasto, em cerca de cinco décadas de fértil produtividade: 35 volumes de *Collected Works*. Tentar compactar suas ideias seria trair o espírito da obra, além de cometer uma temeridade. Não faltaram tentativas, contudo, mesmo porque o filão é rico. No sentido particular de nosso estudo, sem qualquer pretensão de síntese, vamos destacar aportes pedagógicos que parecem aplicáveis à formação do diplomata.

---

<sup>474</sup> Diz um especialista: “Few philosophers of any place or time have had such influence on practical and public affairs”. Bryan Magee. *The Great Philosophers* (1987).

Para tanto, recorreremos a *Democracia e Educação*<sup>475</sup>, a obra mais abrangente de Dewey sobre o tema:

*O crescimento é ele próprio um fim moral. O ideal principal da educação é proteger, sustentar e dirigir o crescimento. O objetivo da educação é habilitar os indivíduos a continuar sua educação... a recompensa da aprendizagem é a capacidade de desenvolvimento constante. O objetivo, em suma, é experimental e, portanto, cresce constantemente ao ser testado na ação. (Caps. 8 e 19).*

*A frase “pensar por si mesmo” é um pleonasma. Se a pessoa não pensar por si mesmo, isso não é pensar. (Cap. 22).*

*... a filosofia pode ser definida como a teoria geral da educação... é a teoria da educação como prática deliberadamente conduzida. Filosofia é pensar o que o conhecimento exige de nós – qual atitude ele requer em resposta. (Cap. 24).*

*De um lado, aprender é a soma de tudo que é conhecido... De outro lado, aprender significa alguma coisa que o indivíduo faz quando estuda. É uma relação ativa, conduzida pessoalmente. (Cap. 25).*

*... a função do conhecimento é tornar uma experiência livremente aproveitável em outras experiências. (Cap. 25).*

*Experiência, crescimento, ação* seriam talvez as palavras-chave da pedagogia do Professor Dewey, se não for uma heresia recorrer aqui a fórmulas mnemônicas. Mas elas nos são úteis porque têm aplicação direta em uma educação adaptada à diplomacia. Agora, a teoria tem uma premissa: a de que educação e democracia se exigem mutuamente, como vasos comunicantes. A educação liberal concebida por Dewey só é possível dentro do modo de vida democrático; a democracia, por sua vez, necessita da educação “para sua constante renovação e revisão”. A ligação é indissolúvel.

---

<sup>475</sup> O título original é *Democracy and Education, an introduction to the philosophy of education* (1916). O livro foi lançado no Brasil em 1936, com prefácio de Anísio Teixeira. Há uma edição (esgotada) de 1959 da Cia. Ed. Nacional, em tradução de A. Teixeira e de Godofredo Rangel. Mais recentemente foi lançada uma edição comentada que reproduz *Capítulos Essenciais* do livro (Ed. Ática, 2007).

Em outras palavras: sem liberdade, a educação não respira; reciprocamente, a democracia se oxigena pela educação. Uma sem a outra, estará incompleta e imperfeita. Sendo assim, a educação é a melhor garantia da democracia, que não admite atalhos e remendos de meia sola.

Podemos concluir então que a democracia não é simplesmente uma matéria de estudo adicional no currículo da escola – é seu contexto necessário e seu fundamento específico. Por isso mesmo, para a democracia, a escola é um “banco de provas”, conforme a expressão do próprio Dewey. Ele fez da filosofia uma teoria da educação e desta uma filosofia política.

## TROCANDO EM MIÚDOS

Vejamos as consequências que podemos extrair do que já ficou exposto.

O método pedagógico é função da cultura existente. Como em outros casos, o Concurso do *Rio Branco* tem, antes de mais nada, uma função social. Qualquer comparação histórica é quase uma matéria de curiosidade – melhor dizendo, uma simples constatação que não representa um juízo de valor. Não cabe aqui um critério abstrato porque não existe a *educação ideal* – o que há é a educação possível, da mesma forma que a política é a *arte do possível*. Podemos presumir que os aprovados nos últimos Concursos teriam provavelmente muita dificuldade para terem o mesmo êxito no Concurso de 1927<sup>476</sup> (a que se submeteu Vasco Leitão da Cunha) ou no Concurso de 1934 (que admitiu João Guimarães Rosa).<sup>477</sup> O mesmo poderia ser dito de Concursos não tão remotos. Nem por isso

---

476 Na gestão do engenheiro Octávio Mangabeira, o exame de 1927 incluiu prova de matemática; houve 20 candidatos e foram aprovados dois: Vasco Leitão da Cunha e Décio Moura (Secretário-Geral, em 1958).

477 Apenas para exemplificar: os primeiros concursos exigiam conhecimentos bem mais amplos de História Mundial, bem como de Literatura.

se pode alegar que as novas turmas sejam menos qualificadas – em tese, a recíproca de dificuldade quanto ao exame seria igualmente verdadeira.

Cabe ao Estado determinar o tipo de funcionário de que ele precisa ou de que pode dispor. A evolução da sociedade explica a variação dos padrões de cultura entre as sucessivas gerações. O que se pode concluir é que o Concurso acompanhou essa evolução – certamente ele se tornou mais objetivo, o que envolve um grau maior de transparência e, ao mesmo tempo, de sofisticação. Mais do que um teste de conhecimento, o Concurso de Admissão deve ser um teste de inteligência. Assim, o eixo da questão se desloca do conteúdo para a forma. O que importa não é a quantidade de coisas que sabe o candidato, mas a qualidade de seu raciocínio. Sob esse prisma, vale lembrar a distinção do Professor Álvaro Vieira Pinto entre *consciência ingênua* da educação e *consciência crítica* da educação. Mas ele insiste que a pedagogia não é uma ciência pura: “Não há um *a priori* em educação, exceto a própria educação”.<sup>478</sup>

Em sentido paralelo, Gilbert Ryle (1900-76) faz a crítica da “assimilação entre o *know how* e *know that*”: “to be intelligent is not merely to satisfy criteria, but to apply them; to regulate one’s actions and not merely to be well-regulated”<sup>479</sup>. Um permanente perseguidor da impostura intelectual, Ryle ironiza a suposição de que “intelligence performance involves the observance of rule, or the application of criteria”. E ainda:

... *excellence at surgery is not the same thing as knowledge of medical science; nor is it a simple product of it. The surgeon must indeed have learned from instruction, or by his own inductions and observations,*

---

478 Vieira Pinto, A. – *Sete Lições sobre Educação de Adultos* (1982), p. 25. O Professor parodia aqui a frase de Leibniz, que ao aforismo clássico (“Nihil fuit in intellectu quod prius non fuerit in sensu” – Não há nada no intelecto que não tenha passado antes pelos sentidos), agregou: “exceto o próprio intelecto”.

479 Ryle, Gilbert – *The Concept of Mind* (1949), p.28. Em outra passagem: “... [the agent] must preach to himself before he can practice. The chef must recite his recipes to himself before he can cook according to them; the hero must lend his inner ear to some appropriate moral imperative before swimming out to save the drowning man; the chess-player must run over in all the relevant rules and tactical maxims of the game before he can make correct and skilful moves”. Id. *Ibidem*, p.29.

*a great number of truths; but he must also have learned from practice a great number of attitudes.*<sup>480</sup>

Até com mais razão, Ryle poderia ter exemplificado com o caso do diplomata, que supostamente age por instruções expressas (e, por escrito, de preferência). O diplomata, como o cirurgião, tem que lidar com a *situação* e, portanto, com o imprevisto e a emergência. A mutabilidade do real é seu pão de cada dia. Mesmo que quisesse, não poderia se ater cegamente a prescrições prévias – essas se desatualizam rapidamente, diante do rodopio incessante dos fatos. Com frequência maior ou menor, o diplomata está condenado a tomar decisões *ao vivo*, isto é, no calor do momento.<sup>481</sup>

A existência, por definição, não admite fórmulas definitivas: é o reino da liberdade, não da obediência mecânica. Sensível a esse predicamento, Talleyrand cunhou seu famoso aforismo: *Et surtout pas trop de zèle*. Bem compreendido, esse sim é um conselho a ser seguido com zelo ou pelo menos a ser levado a sério, a despeito do tom pouco sério, aparentemente, do próprio autor da frase famosa. Seu dito é sempre citado, mas, em geral, nas ocasiões erradas, a título de escusa ou de alibi para alguma falha. É o destino irônico (e quase natural) dos pensamentos exitosos: submetidos à práxis, eles retornam como uma teoria já desgastada pelo uso abusivo.

É certamente mais sensato contentar-se com o verossímil e não aspirar a “verdades” remotas. Podemos supor que a verdade é eterna, mas nunca poderemos extrair títulos de propriedade dessa verdade, na falta de um cartório competente. De resto, os títulos – se existissem – seriam dificilmente contestáveis, justamente por estarem fora do tempo. É o mesmo que dizer que a verdade é sempre provisória, na esfera das ciências humanas como no universo das ciências naturais. No mundo dos fatos, a verdade está atrelada à experiência; no mundo da vida, depende das vivências ou – se preferimos – das circunstâncias. É o que nos ensina uma respeitável corrente da filosofia contemporânea que acolheu o legado de

---

480 Id. *Ibidem*, p.49.

481 Fica assim fora de lugar o que poderíamos chamar de “profissionalismo” convicto, entendido como acervo convencional de instruções ou mesmo de regras não escritas.

Nietzsche e paralelamente – em outra vertente – a crítica do pragmatismo ao racionalismo.<sup>482</sup> Para não ir longe, a sabedoria popular nos diz o mesmo de diferentes maneiras. Por exemplo: não se deve afirmar, como verdade, que alguém é realmente feliz, não antes que esse alguém tenha fechado os olhos, isto é, não antes que tenha completado seu ciclo de verdades. Mas e depois? Não se sabe – pode-se apenas presumir. Nesse, como em outros casos, “a filosofia só pode proferir hipóteses”, prevenia John Dewey.

Depois da ambição do *Tratado*, vem a humildade das *Investigações* – foi a lição existencial de Wittgenstein. A verdade é plena quando desmascara a mentira e deixa de ser tal quando se entroniza, isto é, quando põe uma coroa de louros. No limite, a verdade consagrada e indisputada tende a se tornar “nothing but sounds, ink-marks”.<sup>483</sup>

Note-se que a justiça e a liberdade encontraram suas devidas representações na pintura.<sup>484</sup> Não é o caso da verdade, pois essa não pode ser personalizada. A rigor, ela só tem identidade precária, isto é, até prova em contrário. A verdade é substituível, como a ciência sabe por experiência própria. A filosofia também sabe. Seus melhores intérpretes acrescentam que verdade e liberdade andam de mãos dadas. Muitos querem se apossar de ambas, mas conseguem – no máximo – manipular nomes. A *verdade* é fugidia; a *liberdade*, esquiva.

Na esfera da nossa indagação, os calos do ofício acabam mostrando que renunciar ao *verdadeiro* talvez não seja mais do que abrir mão de uma miragem. Mal maior seria acreditar que a realidade *parou* e deixou-se encapsular em um conceito. Isso, sim, é perigoso e, nos casos de má-fé, é exatamente o que se pretende: “coisificar” o mundo. Mais uma vez, os exemplos são diários – às vezes, de forma grotesca. Dessa artimanha, a

---

482 William James ironiza: Para o racionalismo, “a realidade mostra-se completa e pronta desde toda a eternidade”.

483 Wittgenstein, L. – *Philosophical Investigations*, I, 431.

484 É clássica a tela de Delacroix – *A Liberdade guiando o Povo* (1831), Museu do Louvre, Paris. Quanto à Justiça, com sua balança, está representada em frente de qualquer Tribunal. A verdade não tem representação específica; em compensação, poderíamos sustentar que *qualquer* representação trai uma presunção de verdade, de uma maneira ou outra.



ideologia é a ilustração extrema e, por isso, mais evidente. Mas não é a única. A ideologia, no sentido amplo de mística da verdade, funciona tanto na discussão das grandes ideias como no varejo cotidiano. É da natureza do homem, como animal racional, presumir sempre uma verdade, especialmente nas coisas que se tornam banais ou usuais. Presumir, por exemplo, que o elevador vai funcionar – se por acaso ele para, entre dois andares, o passageiro não sabe o que fazer por conta própria; está totalmente à mercê de uma *verdade* que não é posta em dúvida, no caso, a confiança na técnica. E não se trata de desprezar a técnica – trata-se de colocá-la em seu lugar.

\*



## 17. Formação = Educação

---

### VIA DE MÃO DUPLA

Já entramos, finalmente, no núcleo de nosso tema. Agora, vamos ser mais específicos, ou tentar pelo menos.

A palavra *formação*, que aparece no título deste estudo, não é senão outra maneira para dizer *educação*. Modernamente, se diz que uma pessoa se *forma* quando adquire um diploma, isto é, quando conclui sua preparação para o exercício de uma função profissional. Ora, o sentido antigo do conceito não tem a ver com *função*, mas com *pessoa*, como na *paideia* grega e na noção de *Bildung* da cultura clássica alemã. Mais recentemente, com a mesma acepção, um filósofo inovador propôs o termo “edificação”, que tem a vantagem de incluir o sentido de *self-education*.<sup>485</sup>

Tanto basta para evocar a ideia de *formação*. Mais difícil é definir *educação*, o segundo termo da igualdade. Aliás, já tínhamos formulado essa questão nevrálgica – qual a educação adequada para o candidato a diplomata? Vamos agora reformulá-la da seguinte forma: de que modo a filosofia da educação pode contribuir para o ensino da diplomacia? Não se trata de um truque argumentativo, mas o reconhecimento simples de que não adianta querer inventar a roda. Não há nada de novo debaixo do

---

485 “Since ‘education’ sounds a bit too flat, and *Bildung* a bit too foreign”, Richard Rorty optou por “edification”, no sentido de autoeducação – *Philosophy and the Mirror of Nature* (1979), p. 230.

sol, exceto naturalmente o próprio sol, que não fica parado e, portanto, renova-se permanentemente em seu trajeto cósmico.

O problema, no caso, é que há vários modelos de roda: a filosofia da educação não peca propriamente pela escassez, antes pelo excesso. É prova de que a situação é determinante. “O mais chocante da história da educação é que escolas de pensamento, que em uma época ressumaram uma fermentação de gênio, numa geração seguinte exibem meramente pedantismo e rotina” – escreveu uma autoridade qualificada.<sup>486</sup> Com efeito, a pedagogia desenvolveu muitas ramificações ao longo dos séculos.<sup>487</sup> Didaticamente, poderia dizer-se que o conceito de educação/pedagogia assumiu três conotações principais na atualidade: como *resultado*, como *sistema* e como *processo*.<sup>488</sup> Vamos privilegiar essa última acepção, sem ignorar as outras duas.

Tudo isso merece um estudo à parte, a título retrospectivo – ele figura em separado, para não quebrar o fluxo de nossa exposição.<sup>489</sup> Isso não nos impede de anteciparmos o ponto que nos interessa: há uma constante no pensamento sobre educação? Reconhecendo que a pergunta é temerária, alinhemos algumas conjecturas.

Começemos por onde tudo começa: a língua. Lembremos, então, que o verbo *educare* (latim) transmite primariamente a ideia de alimentar, cuidar,

---

486 Whitehead, A. N. – *Ibidem*, p. 13.

487 Desde Sócrates, todo filósofo tem – ainda que de forma implícita – sua própria filosofia da educação, mas houve os que se ocuparam explicitamente (e até prioritariamente) com o tema, a começar por Platão, seguindo o exemplo próximo de seu mestre. É a concepção clássica ou “idealista”, a que se sucedem entre outras as seguintes “escolas”, em termos esquemáticos: aristotélico-tomista, humanista-renascentista, empirista (John Locke), racionalista-iluminista (a partir de Descartes), crítico-transcendental (Kant), romântica (Rousseau), positivista, marxista, científico-experimental (no fim do século XIX) e – já entrando pelo século XX – “ativa”, “progressiva” ou pragmática (de Charles S. Pierce a Dewey). Mais recentemente, surgiram muitas variantes, com base, sobretudo, na chamada “virada linguística”, na pedagogia cognitiva, na fenomenologia, na filosofia da existência, na hermenêutica, no empirismo lógico (analítico) e no neopragmatismo americano. Para uma visão de conjunto, ver Ghiraldelelli Jr. Paulo – *Filosofia da Educação* (2006); Cambi, Franco – *Storia della Pedagogia* (1995); tradução brasileira, 1999, citada adiante. Cabe referência à bem-vinda *Coleção EDUCADORES MEC* (2010), em vários volumes.

488 Cf. Mialaret, Gaston – *Les Sciences de L'Éducation* (PUF, 1967), pp. 8 e 9.

489 Ver Anexo G – *Notas sobre a filosofia da educação*. Nesta seção, formulamos apenas o que poderiam ser hipóteses de conclusões.

assistir. Por sua vez, aprender deriva de *apprendere*, que significa assimilar, captar, incorporar. Quando o ensino é frutífero, esforço do aprendiz se apaga, como no caso de pedalar uma bicicleta. Está implícita aqui uma passagem do transitivo para o intransitivo: já se disse que cultura é tudo que nos resta, quando tudo mais foi esquecido.

Assim, de acordo com a etimologia, educar não corresponde simplesmente a ensinar, ou seja, a transmitir conhecimento, que deve ser absorvido. Para educar é preciso cooperar com a natureza, contribuir para a criação, sintonizar-se com a vida. Portanto, educação é mais do que simples instrução, mesmo porque deve respeitar a liberdade.

Os romanos traduziram a seu modo a concepção grega da *paideia*, que não tem um significado unívoco, mas que podemos traduzir genericamente por *formação*: a educação aspira a formar integralmente – ou desenvolver – a pessoa. Não se trata de desenvolver simplesmente o intelecto, o que poderia representar uma *de*-formação. Nesse ponto está o eixo da evolução do pensamento nesta matéria.

A *paideia*, como os gregos a praticaram, supunha uma condição: o envolvimento do educando, o que fica evidente na aplicação da *maiêutica*. Sócrates conduz o parto através de uma *techné*. Note-se que a parteira – como foi o caso da mãe de Platão – não está munida de conhecimentos científicos: ela é guiada pela experiência. Como praticante, ela sabe o que é, sem necessariamente saber o *porquê*. Basicamente sua função é a de assistir o esforço da própria parturiente, intervindo apenas caso ocorra imprevistos ou complicações.

A *maiêutica* socrática é um método pedagógico antes de ser cognitivo. Os interlocutores – todos os homens, sinal dos tempos – são levados a participar do processo para que se repita o milagre do nascimento, isto é, para que a verdade possa ser *des-lumbrada*: o que não existia, passa a existir. Isso significa que a educação, para ser válida, nunca é um ato passivo de puro recebimento; ela envolve uma interação entre mestre e discípulo – um diálogo. De outra forma, a indagação não teria autenticidade. Sendo pergunta mais do que resposta, a educação é uma tarefa que não se limita

ao tempo da escola, mas *começa* na escola. A formação é um processo em aberto; não se completa com a *formatura*, por bonita que seja a cerimônia e por maior que seja a felicidade dos pais.

Talvez tenhamos que nos precaver contra o fato de que, nas relações humanas, tudo pode ser visto sob o prisma da educação. O próprio Tucídides cedeu a essa tentação: pensando, sobretudo, em Atenas, ele escreveu que “a cidade é uma empresa educativa... [pois] tende a garantir aquela integração, aquela coesão, aquela homogeneidade de base que são requisitos essenciais para a segurança e a sobrevivência da cidade”.<sup>490</sup> Sem pretender a um reducionismo, a citação confere à educação um significado que hoje só é concebido utopicamente.

Vejamos algumas variantes dessa concepção. Na esfera movediça do conhecimento, insistia Bergson, o que vale não é o *tout fait*, mas o *se faisant* – não é o *pronto*, mas o *em construção*. Agora, atenção: “Il y a des hommes qui *font* des idées *toute faites*”.<sup>491</sup> São ideias que receberam de graça e não se dão conta do “empréstimo”: eles não sabem o que tais ideias realmente valem, se é que valem. É exatamente a mecânica da “educação bancária”, na definição condenatória de Paulo Freire. A ideia *feita* já é uma ideia morta antes mesmo de se imortalizar como lugar-comum.

Educar não é o mesmo que entregar um produto empacotado para o educando. Trata-se, sim, de “possibilitar uma modificação no modo como essa outra pessoa, que é o aluno, está capacitado para receber embrulhos”. Com mais razão, *nota de prova* não é medida segura no que diz respeito à *recepção* que se busca. O fato de o aluno ser capaz de *devolver o embrulho*, tal e qual, não nos diz coisa alguma sobre seu desejável crescimento e autonomia. A rigor, pode indicar o contrário, em termos de passividade. Se é o caso de avaliar, o que interessa é o efeito da educação sobre o modo de agir, isto é, a efetiva modificação da consciência do educando.<sup>492</sup>

---

490 Cf. Cambi, F.– *Ibidem*, p. 79.

491 Péguy, Charles – *Note sur M. Bergson* (1914).

492 “Aprender significa ganhar um modo de agir”. E ainda: “Não se aprendem somente ideias e fatos, aprendem-se ainda atitudes, ideais, apreciações”. Teixeira, A. “A transformação da escola” in *Pequena introdução à filosofia da educação*, pp. 50-51 (editora UFRJ, 2007).

Isso não se aplica só ao aluno – aplica-se também (e talvez principalmente) ao professor, o que – por via indireta – coloca a autoridade docente sob juízo. Quanto a isso, cabe reconhecer que a resistência do aluno é um fator de enriquecimento, pois é sabido que o professor aprende ao ensinar, desde que ele não se feche a essa possibilidade entrenchando-se no já sabido.

Contemporaneamente, A. N. Whitehead retomou a tese de que a educação consiste em desenvolver a capacidade de pensar, de preferência com a alegria da descoberta.<sup>493</sup> Em absoluto, não se trata de transmitir um conhecimento livresco. Como lembrado acima, Gilbert Ryle diz o mesmo ao aprofundar a distinção entre “knowing how and knowing that” – *saber quê e saber como*.<sup>494</sup> O “como” supõe algo mais: aprender a buscar o conhecimento autonomamente. Para abreviar a síntese, Hans-Georg Gadamer fará da filosofia uma busca permanente através da interpretação e do diálogo. Sua hermenêutica filosófica, já mencionada, tem um interesse especial para nós.

## HERMES, HERMENÊUTICA E *HOMO LUDENS*

O inquieto Hermes dispõe de uma vara mágica e, com seus pés alados, é portador de mensagens do Olimpo para os humanos. É o deus da ubiquidade, protetor dos diplomatas desde os tempos em que a sábia mitologia fazia as vezes do conhecimento científico.<sup>495</sup> Talvez o mais importante a dizer sobre ele é que deixou uma herança de dissidência – ao longo da história, o pensamento *hermético* acompanhou como uma sombra (ou heresia) a matriz clássica da filosofia, escorada na lógica. Her-

493 Whitehead, A. N. – obra citada.

494 Ryle, Gilbert – *The Concept of Mind* (1949), Chapter II.

495 Na interpretação do moto de nosso Barão (*Ubiquae patria memor*), não se tem dado a devida atenção ao advérbio, que é um tributo ao deus Hermes e, portanto, à hermenêutica e à própria diplomacia. Explica também o lado reconhecidamente hermético, enigmático, intangível, da personalidade de Rio Branco.

mes, como Dionísio, é capaz de pensar em outra faixa de onda, que não é a da realidade aparente.<sup>496</sup> A diplomacia, que convive com a ambiguidade, é certamente fiel ao inquieto Hermes, da mesma forma que a “ciência” batizada (de caso pensado) com o nome de hermenêutica.

Em meados do século XX, a *hermenêutica filosófica* de Hans-Georg Gadamer veio mostrar que *compreender* é bem mais do que interpretar. Na trilha de Heidegger, Gadamer identifica a *compreensão* com a própria *existência*, isto é, com o nosso modo de *estar-no-mundo*. Ela não é subjetiva, nem acidental – é uma condição ontológica. Contudo, a compreensão proposta por Gadamer não está imune ao condicionamento histórico, nem está livre de *pré-determinações*.

Em suma, a hermenêutica ensina “o ler que compreende”<sup>497</sup> – a leitura inteligente. Na versão gadameriana, a hermenêutica é uma filosofia da educação.<sup>498</sup> Exatamente em que sentido se dá essa conexão? “Entender a vida e entender um texto seria algo análogo” – nos explica um especialista na matéria.<sup>499</sup> Tendo isso em mente, poderíamos concluir nossa incursão pelos meandros da filosofia da educação testando a seguinte conjectura: se a diplomacia comporta uma teoria, essa teoria é a hermenêutica, que nasceu como intérprete da teologia e depois foi usada como assessora do Direito. Acontece que “o fenômeno hermenêutico não é, de forma alguma, um problema de método”.<sup>500</sup>

Isso posto, na esfera das ciências humanas, Gadamer propõe que a hermenêutica tome o lugar do método. Quer dizer: o método – triunfante nas ciências naturais – ou é insuficiente ou é abusivo, no mundo da vida. Em

---

496 Sobre o tema, ver Umberto Eco, *Interpretação e Superinterpretação* (1992), Capítulo I: “Hermes é volátil e ambíguo, é pai de todas as artes, mas também o deus dos ladrões – *juvenix et senex* ao mesmo tempo. No mito de Hermes, encontramos a negação do princípio de identidade, de não contradição e do terceiro-excluído...” (p. 34).

497 Gadamer, H-G. – *Ibidem*, vol. II [19], p. 29.

498 Para um reflexo dessa filosofia no Brasil, ver Hans-Georg Flickinger. *A caminho de uma pedagogia hermenêutica* (2011).

499 Ghirdelli Jr., Paulo – *Filosofia da Educação* (2006), p. 117.

500 Gadamer, H-G. – *Ibidem*, vol. I [1], p. 29.



compensação, nesse processo reflexivo, emergem os conceitos básicos do humanismo: “formação” (*Bildung*, que é “uma elevação à universalidade”), *sensus communis* (“tato da verdade prática”), “gosto” (entendido como juízo do particular e como “capacidade de discernimento do espiritual”).<sup>501</sup>

A hermenêutica – Gadamer nos adverte – “não é ela própria a arte do compreender, mas a sua teoria... Uma e outra forma de conscientização surgem da práxis; sem essa, [a hermenêutica] não é mais do que um processo vazio”.<sup>502</sup> Não é de surpreender, assim, que haja tantos paralelos entre o que poderíamos chamar de fenômeno hermenêutico e de fenômeno diplomático, entendendo nos dois casos a palavra *fenômeno* no sentido de aquilo que *acontece* ou *sobrevém*, como é o caso extremo de uma súbita paixão. Nessas horas, não se pode deixar de admitir que a realidade está além do pensamento, por mais prevenido e autossuficiente que esse seja ou se pretenda.

Nessa perspectiva, caberia assinalar alguns outros pontos de contato entre o fenômeno hermenêutico e o fenômeno diplomático. A diplomacia, *ex officio*, deve estar aberta aos acontecimentos: não é apenas um conhecimento *do* mundo, mas *no* mundo. Isso supõe, ao mesmo tempo, duas dimensões: facticidade e projeto (ou inserir-se e “lançar-se para a frente”, se preferirmos a forma verbal).<sup>503</sup> Ora, é exatamente esse o enfoque da hermenêutica filosófica: a percepção da verdade como *evento*.<sup>504</sup> É o sentido que Gadamer atribui ao conceito de *experiência*, que contraria a tradição lógico-analítica e a ultrapassa. É o grande *escândalo* da hermenêutica, na apreciação do Professor Enildo Stein em precioso estudo.<sup>505</sup>

A experiência é uma abertura ao *fenômeno* – *phaino* é o que brilha, é o que faz ver a luz. Por isso mesmo, além de significar *fato* ou *evento*, a palavra

---

501 Id. *Ibid.*, vol. I, seção I.1.2. pp. 44-83.

502 Id. *Ibidem*, vol. II [23], pp. 33-34.

503 Nos termos de Gadamer, é o contraponto entre *consciência histórica efetual* e *situação hermenêutica*, entendida como “comprometimento” ou envolvimento.

504 Não custa lembrar a já citada definição de W. James: “Truth happens to an idea. [It] is made true by events”.

505 Stein, Enildo – *Aproximações sobre a Hermenêutica* (1996), p.71.

fenômeno guarda a conotação original de *prodígio*, *maravilha*, *acontecimento surpreendente*. Ronaldo – o jogador-artilheiro – ganhou o epíteto de “fenômeno”, porque se mostrou raro e, em certo sentido, único. Conforme a lição de Heidegger – sobre a *aletheia* dos pré-socráticos – *verdade* é justamente essa “des-ocultação” (*Unverborgenheit*) do fenômeno-evento, portador de algo novo.<sup>506</sup>

A essa ideia, segue-se a de “comprometimento” (ou, se preferirmos, a ideia de contextualização, ligada à “situação hermenêutica”). Para Gadamer, ao contrário do que pretendia a hermenêutica clássica, o intérprete não é isento, nem está *de fora* – ele carrega consigo (como acontece em geral com o diplomata) o lastro de sua cultura e de seu tempo, o que significa que não abandona seus “pré-conceitos”. Paradoxalmente, é isso que confere legitimidade à interpretação, segundo Gadamer.

“Ser histórico significa não ser absorvido pela autocontemplação”. Ninguém pode pretender que, ao ler a Bíblia, consiga colocar-se de forma isenta no lugar de Moisés. Em vez de disfarçar o condicionamento temporal, mais vale assumi-lo, mesmo porque ele é enriquecedor: o encontro com o *outro* é na verdade uma “fusão de horizontes”. Esse processo é essencialmente linguístico e, por isso, incorpora a tradição. O passado é uma fonte de possibilidades (de sentidos) e a interpretação é tanto mediação como reconstrução. Há aqui uma ênfase na verdade como diálogo, o que será sublinhado pelo conceito de “edificação” ao modo de Richard Rorty.

Tudo isso passa pelo dom específico do ser humano, *antropos-logon-echon*, no dizer de Aristóteles: o homem tem acesso ao *logos*, que é *razão* e *palavra*. Vale dizer que a compreensão só é tal enquanto linguagem, que não é (nem pode ser) um simples instrumento. Esse é um ponto fundamental. Vale repetir: “Ser que pode ser compreendido é linguagem”, conclui Gadamer na parte final de seu longo estudo.<sup>507</sup> Essa intimidade

---

506 Heidegger, M. – *A Doutrina de Platão sobre a Verdade* (1947).

507 Gadamer, H.-G. – *Ibidem*, vol. I [478]; p.612.

deriva de nosso *estar-no-mundo*, a inescapável condição humana, com seu horizonte de finitude e, portanto, de permanente risco.

A língua é inseparável da compreensão, assim como a palavra é essencial à diplomacia. Além disso, a própria língua comporta *jogos*, como sustentou Wittgenstein, cuja afinidade com Gadamer é hoje reconhecida.<sup>508</sup> A rigor, a língua é um *jogo*. Assim, a hermenêutica, como a diplomacia, tem uma conotação lúdica, no sentido de movimento não previsível, mas não aleatório.<sup>509</sup> Por ser lúdica, a diplomacia tem também – podemos acrescentar – o sentido de diversão/consolo, já que o êxito nunca está garantido.

Vem a propósito a instigante afirmação com que Álvaro Lins conclui o primeiro Capítulo de sua biografia de nosso grande Chanceler: “Do Barão de Rio Branco, pode-se dizer, pois, que foi o ‘homo ludens’ da diplomacia brasileira”.<sup>510</sup> Isso não subtrai do Barão qualquer título de seriedade – pelo contrário, ajuda a compreender o modo pelo qual percebia a realidade.<sup>511</sup> Machado de Assis, amante de jogos e reconhecido enxadrista, também teve seu lado de homem lúdico.<sup>512</sup>

“Para brincar, é preciso ser sério”, confidenciou Gilberto Amado, cioso de sua biografia. Aliás, poucas coisas são tão sérias quanto o que é gratuito – é o caso do pensamento, que se esvai em fumaça.

\*

---

508 Cf. Lawn, C. – *Wittgenstein and Gadamer: towards a post-analytic philosophy of language* (2004).

509 *Homo Ludens* (1938), a obra clássica do historiador holandês Huizinga (Johann), foi fonte reconhecida de inspiração para Gadamer: “O jogo como fio condutor da experiência ontológica”. *Ibidem*, vol. I (seção 2.1); p.154 e seguintes.

510 Lins, A. – *Ibidem*, p. 45. Infelizmente, o biógrafo não aprofunda a intuição.

511 Com o benefício de quase cinco décadas, Umberto Eco lança um olhar crítico sobre o *Homo Ludens*, obra que certamente gostaria de ter escrito (ver *Sobre o espelho e outros ensaios*, 1985). Em última análise, segundo o Professor de Bolonha, Huizinga cometeu o pecado imperdoável de não ter usado o instrumental (jargão) de análise hoje disponível. Gadamer, ao contrário, recupera o solitário autor holandês para atualizá-lo.

512 Ver a propósito a interessante tese de Wagner Martins Madeira. *Machado de Assis: homem lúdico – Uma leitura de Esaú e Jacó* (FAPESP, 2001).



## 18. Mais pioneiros do que bandeirantes

---

### NO PRINCÍPIO, ERA O... *MANIFESTO*

O que dizer das ideias sobre educação no Brasil?

As modernas ideias sobre educação foram introduzidas no Brasil há pouco menos de um século. Foi obra de uma geração, “colhida em plena mocidade pela Grande Guerra e por todas as suas consequências, expectadora inquieta e torturada da Revolução Russa... Foi com homens dessa geração, idealistas práticos, realistas a serviço do espírito, que se formou no Brasil uma *consciência educacional*”.<sup>513</sup> Fica implícito que isso aconteceu graças às ideias que vieram *de fora* – a bem dizer, elas não vieram, foram *buscadas*.

Anísio Teixeira (1900-71) é um bom exemplo dessa importação esclarecida. Da Bahia – onde foi nomeado inspetor geral de ensino com 24 anos – ele saiu para fazer um curso nos Estados Unidos. Encantou-se pela América, melhor dizendo, pela democracia. Estudou no *Teacher’s College* da *Columbia University*, em Nova York, e teve então contato direto com o pensamento de John Dewey e de W.H. Kilpatrick<sup>514</sup> – isso aconteceu em 1927-28. Ao regressar ao Brasil, Anísio se aproximou do Professor Fernando de

---

513 Azevedo, Fernando de. Introdução (assinada) ao *Manifesto dos Pioneiros*. Fonte: volume sobre os Manifestos de 1932 e de 1959 da *Coleção de Educadores MEC* (2010). pp. 20-21.

514 Kilpatrick, colaborador de Dewey e autor de *Educação para uma Civilização em Mudança*, também exerceu influência direta sobre A. Teixeira.

Azevedo (1894-1974).<sup>515</sup> Os dois – junto com o paulista Lourenço Filho (1897-1970)<sup>516</sup> – foram os principais mentores do *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova*, cuja redação coube a Fernando de Azevedo.<sup>517</sup>

No pensamento dos *três mosqueteiros* de nossa revisão educacional, havia naturalmente diferenças de ênfase. Fernando de Azevedo, mais influenciado pela sociologia de Émile Durkheim, era adepto convicto do ensino público e se interessava por assegurar uma pedagogia ativa e vocacional; Anísio, fiel a Dewey, tinha preocupações mais filosóficas, sobretudo as derivadas do vínculo entre democracia e educação em um mundo em mudança; Lourenço Filho, estudioso de psicologia, dedicou-se a testes vocacionais, não descuidando da assistência social na escola. Em conjunto, a trinca pioneira representa um ideário “liberal”, em contraste com outras correntes igualmente atuantes na época – católicos, integralistas e comunistas.

O Manifesto – datado de 1932 – recolheu 26 assinaturas: eram figuras já importantes ou que se tornariam importantes. Havia professores e funcionários públicos, jornalistas e empreendedores, ativistas políticos e intelectuais descomprometidos. Enfim, era um grupo heterogêneo, no qual não faltavam dissensões ideológicas.<sup>518</sup> O próprio Anísio não escapou da crítica (superficial) de que se tinha “americanizado”. Aliás, o título *Manifesto dos Pioneiros* evoca um símbolo bem estadunidense.

O documento é o marco inaugural da educação moderna no Brasil – não era a velha panaceia de que *a educação é a alavanca para o progresso*,

---

515 Anísio Teixeira trouxe para Azevedo uma carta de apresentação, cheia de elogios, de um amigo comum, que se chamava Monteiro Lobato.

516 Lourenço Filho, já em 1923, empreendeu a reforma do ensino público no Ceará. Publicou *Introdução ao estudo da Escola Nova* em 1929. Logo depois se distinguiu como Diretor Geral do Ensino do Estado de São Paulo. Em 1932, foi trabalhar com Francisco Campos, então Ministro da Educação e Saúde Pública.

517 Fernando de Azevedo foi responsável por um importante inquérito sobre instrução pública, divulgado pelo jornal *O Estado de S. Paulo* em 1926. No ano seguinte, por indicação do próprio Presidente Washington Luís, assumiu o cargo de Diretor Geral de Instrução Pública no então Distrito Federal, onde realizou uma reforma radical do ensino, enfrentando grandes resistências. Teixeira sucedeu a Azevedo nesse cargo em 1930.

518 Entre os signatários, estavam Cecília Meirelles, Roquete Pinto, Sampaio Dória, Hermes Lima, Edgard Sussekind de Mendonça, Mario Cassassanta, Afrânio Peixoto, Almeida Jr., Júlio de Mesquita Filho... Como se vê, as tendências eram as mais díspares – do conservadorismo ao anarquismo.

uma concessão retórica que sempre serviu para esconder a inércia, politicamente conveniente. Na longa introdução assinada por Fernando de Azevedo, lê-se o que é uma declaração de intenções e, ao mesmo tempo, uma interpretação autorizada:

*Pode-se dizer que, com esse documento, o problema da educação – o maior e o mais difícil problema proposto ao homem – se transportou entre nós de uma vez da atmosfera confinada do empirismo didático para o ar livre do pensamento moderno, da rotina burocrática para as ideias político-sociais, e dos planos do imediatismo utilitário para os domínios das cogitações científicas e filosóficas...<sup>519</sup>*

Ainda que à custa de concessões entre tendências diversas<sup>520</sup>, o histórico *Manifesto* formula uma proposta orgânica e abrangente: defende basicamente a igualdade de oportunidades e o princípio da escola *ativa* com vistas à democratização da sociedade <sup>521</sup>. Aqui, naturalmente, começam as dúvidas: o que é *democratização*? Certamente, não é apenas um conceito. Paulo Freire escreverá anos depois: “Não há educação fora das sociedades humanas e não há homem do vazio”.<sup>522</sup>

## OPRESSÃO DA PEDAGOGIA

Depois da crise herdada do século XIX, a pedagogia passou e passa por um processo de renovação: evolui para a ciência da educação. Por um

---

519 Azevedo, Fernando de. *Ibidem*, pp. 24-25. O título significativo da referida introdução é “As Conquistas da Civilização e a Inquietação do Homem Interior”.

520 Para conciliar a esquerda e a direita, o *Manifesto* tinha que ser suficientemente diplomático; Fernando de Azevedo conseguiu essa proeza. Nesse particular, Miguel Reale o enaltece como “um conciliador de antinomias” em *Figuras da Inteligência Brasileira* (1994), p. 114. Sob outros aspectos, o reconhecido educador e sociólogo tem aspectos polêmicos. Anacronicamente, foi censurado pela esquerda como “porta-voz do anticapitalismo de elite”.

521 Ver, a propósito, Ghiraldelli Jr., Paulo. *Filosofia e História da Educação Brasileira* (2009), especialmente Capítulo 3.

522 Freire, Paulo. *Educação como Prática da Liberdade* (1967). Edição de 2011, p. 51.

lado, houve um extraordinário desenvolvimento da chamada pedagogia cognitiva<sup>523</sup>; por outro, a escola foi submetida a um processo agudo de autocrítica, ou seja, de *desideologização*.<sup>524</sup> A tecnologia da aprendizagem foi valorizada, mas isso não impediu o reconhecimento de que a educação não se limita à reorganização dos currículos.

A escola pode ser um fator de liberdade pela emancipação ou pode ser um instrumento de conformismo pela repetição. Em termos mais genéricos, poderíamos dizer que a distância entre instrução e educação foi um tema dominante na filosofia da educação mais recente. Nesse contexto, Paulo Freire (1921-97) ganhou notoriedade internacional.

Ao elaborar sobre a *pedagogia do oprimido*, o educador brasileiro fala também da opressão da pedagogia. Ao conceber a educação “como prática da liberdade”, ele sublinhou também – ou sobretudo – que a educação tem sido um instrumento de dominação conformista. Se foi e é assim, Freire inverteu o sinal: sua teoria ensina a ler o positivo no reverso do negativo. Essa pedagogia tem um potencial que vai além de seu escopo original: não se presta apenas para a educação dos pobres, mas para lidar com qualquer forma de opressão ou de discriminação. É sob esse foco que Freire continua sendo valorizado, depois de ter sido festejado pelos movimentos populares do Terceiro Mundo, como se dizia na época.

Com seu ar de profeta, Freire tornou-se uma referência obrigatória no que diz respeito a repensar da educação, sem subestimar por isso o potencial revolucionário – ou, pelo menos, transformador – de sua teoria. De qualquer forma, Freire escapa a reducionismos.<sup>525</sup> Seu pensamento recebeu influências várias e conflitantes, mas não se submeteu a uma ortodoxia

---

523 Nessa linha, guardadas as diferenças, caberia citar Piaget, Vygotski, Brumer, Gardner.

524 Essa preocupação é dominante no marxismo de Althusser, mas está presente também no estruturalismo de Foucault, na hermenêutica de Ricoeur e no desconstrutivismo de Derrida.

525 Ver, por exemplo, o estimulante estudo de Stefânia A. G. Loureiro. *Educação Humanista e Diversidade: diálogo possível entre Paulo Freire e Martin Heidegger* (2009). Para a autora, o que em última análise aproxima os dois pensadores é “a concepção de que a realidade não é algo determinado, é construída pelo homem na relação que o homem estabelece com o mundo e com os demais homens” (p. 390).



ideológica<sup>526</sup>. Sua convocação maior é para o “diálogo amoroso”. Em pedagogia, seu ponto de partida foi a leitura de Dewey, por meio de Anísio Teixeira, mas ele imprimiu uma marca original ao *escolanovismo*, ao sublinhar – como já assinalado – que a educação se presta tanto à liberação como à domesticação. Para escapar dessa armadilha, ele propõe a estratégia da *problematização* e da *conscientização*. Pois é o caso de notar que a diplomacia usa de métodos semelhantes diante da opressão; ela se dedica idealmente a compor assimetrias, superar desigualdades, corrigir desequilíbrios.

Em termos mais amplos, dentro da ótica particular de nossa investigação, a crítica de Freire à “educação bancária” vem a propósito; em sua obra principal, o mestre pernambucano a descreve da seguinte maneira:

*... a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador, o depositante. [...] Em lugar de comunicar-se, o educador faz ‘comunicados’ e depósitos, que os educandos, meras incidências, recebem pacientemente, memorizam e repetem. [...] A única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los. Margem para serem colecionadores ou fichadores...<sup>527</sup>*

Recorde-se, por pertinente, a categoria dos “catalogadores” a que alude Araújo Castro – é o mesmo sentido crítico que Freire empresta a *coleccionadores*, *arquivadores* ou *fichadores*. Em nota ao pé de página, Freire observa que seu conceito de *educação bancária* “é, no fundo, o que Sartre chamaria de concepção ‘digestiva’ ou ‘alimentícia’ do saber. Este é como se fosse o ‘alimento’ que o educador vai introduzindo nos educandos, numa espécie de engorda”.<sup>528</sup>

526 Entre essas influências, ao longo dos anos, cabe citar: o nacional-desenvolvimentismo isebiano, o solidarismo cristão, o marxismo (entre o leninismo e Gramsci), Sartre, Henry Giroux, algo da Escola de Frankfurt; o *freirismo* é passível igualmente de uma apropriação dita pós-moderna (Cf. Ghiraldelli Jr., P. – obra citada, p. 94, nota.).

527 Freire, P. – *Pedagogia do Oprimido* (concluído em 1968 e publicado em 1970); pp. 80-81 na edição de 2011.

528 Id. *Ibidem*, p.88. Neste capítulo, Freire cita Sartre mais de uma vez (e sua fonte na fenomenologia, Edmund Husserl – p. 99), bem como Karl Jaspers (p. 94) e Simone de Beauvoir (p. 84), o que revela sua familiaridade com a filosofia existencialista.

Na concepção “bancária”, quanto mais “adaptados os educandos, tanto mais “educados, porque adequados ao mundo” – “cabe à educação apassivá-los ainda mais e adaptá-los...”.<sup>529</sup> Mas esse equívoco não fica muito tempo sem solução, que para Freire consiste no seguinte, sem meias palavras: “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”.<sup>530</sup>

Transferindo essas ideias para o nosso caso, significa que a formação diplomática exige algo distinto da educação convencional, que Paulo Freire execra, justamente, sob o nome de “bancária”. Como temos sustentado, não se trata aqui do conteúdo do aprendizado, mas de sua forma. Para ilustrar o argumento, lembremos que – em inglês – é comum dizer-se por analogia *raising diplomats*; é o mesmo verbo aplicado ao adestramento de animais, como no caso de *raise horses*.<sup>531</sup> Em vez de cavalos, o objeto poderia ser também macacos ou papagaios.

Dito isso, vem a pergunta: em que medida – se alguma – o IRBr refletiu o pensamento pedagógico brasileiro? Já dissemos que, na crônica do Instituto (que já promoveu tantos encontros para discutir um sem número de assuntos), não há notícia de que de que se tenha feito qualquer reflexão coletiva sobre o que seria uma educação diplomática adequada às necessidades nacionais.<sup>532</sup> Houve, contudo, uma oportunidade em que o tema mereceu a atenção da Casa em seu conjunto: isso ocorreu em 1992/1993 na *Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas do Itamaraty (CAOPA)*. É pena que a oportunidade tenha sido perdida, o que merece registro por suas implicações. Deixamos para o Anexo E uma análise mais detida desse tema.

---

529 Id. *Ibidem*, p.88.

530 Id. *Ibidem*, p.95.

531 *Raising Diplomats* é o título, por exemplo, do estudo do diplomata português Armando Marques Guedes, na coleção *Favorita Papers da Diplomatische Akademie Wien* (2008).

532 Reclamo aqui uma consciência para o problema sob a forma de um debate permanente, que envolva o corpo discente. Uma discussão puramente teórica seria provavelmente estéril e com risco político.

## OUSE DESCONFIAR

Em sentido positivo, o Manifesto de 1932 aponta para o futuro; no negativo, condena o passado, a *escola tradicional*. Anísio Teixeira resumiu o fundamento desse segundo ponto: “A escola fundada nos ‘programas de lições previamente traçadas’ e no regime do ‘aprende ou serás castigado’ ignorava... a *complexidade* do ato educativo...”<sup>533</sup>

Note-se que nosso Anísio Teixeira usou esta categoria (“complexidade”) em uma conferência de 1934 – não foi uma mera forma de expressão. Com efeito, o *Manifesto* continha muitas propostas pontuais, mas – em última análise – o que ele colocou em tela de juízo foi justamente a “complexidade do ato educativo”. Entre outros méritos, tal colocação teve a virtude de transcender paradigmas ideológicos. Coincidentemente, é sobre o tema do *complexo* que o contemporâneo Edgar Morin vem elaborando todo um pensamento que se aplica à educação. Numa palavra, complexo é “o que não pode se resumir numa palavra-chave, o que não pode ser reduzido a uma lei nem a uma ideia simples”.<sup>534</sup> Nem o substantivo “complexidade”, como conceito solto, esgota o sentido de *complexo*.<sup>535</sup>

Isso nos interessa sobremaneira porque a premissa é central no texto que Morin escreveu para a UNESCO em 1999 sob o título “*Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro*”. O documento é autoral, mas incorporou comentários de uma ampla representação internacional de especialistas convidados pela UNESCO. Conviria nos determos sobre essa importante e atualíssima contribuição para a filosofia da educação.

Talvez possamos dizer que *les sept savoirs* enumerados por Edgar Morin convergem para o seguinte argumento: por um lado, o erro e a ilusão

---

533 Teixeira, Anísio. “Reacionários e renovadores” in *Pequena Introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola* (1934); ed. UFRJ 2007, p.30. Destaque acrescentado. Anísio acrescenta: “... tudo que [o ensino tradicional] podia realmente conseguir era crianças hábeis no jogo da dissimulação”, capazes inclusive de enganar os mestres “para evitar a pena ou ganhar o prêmio”.

534 Morin, Edgar. *Introdução ao Pensamento Complexo* (2005), p. 5.

535 Etimologicamente, *complexus* quer dizer o que está entrelaçado, como um tecido.

são riscos permanentes (uma manifestação aguda são as “cegueiras paradigmáticas”); assim, o conhecimento “não pode ser considerado uma ferramenta *ready made*” e, por isso, “é preciso aprender a navegar em oceanos de incerteza em meio a arquipélagos de certezas”; por outro lado, a “unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio de disciplinas” – daí “a necessidade de apreender os problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais”. O pensamento complexo aponta decididamente para a *transdisciplinaridade* e não – como se poderia supor – para a especialização.

Morin situa a educação do futuro na perspectiva do que considera as “duas grandes finalidades ético-políticas do novo milênio: estabelecer uma relação de controle mútuo entre a sociedade e os indivíduos pela democracia, e conceber a humanidade como comunidade planetária”. A propósito, o pensador francês propõe o conceito de “cidadania terrestre” e conclui corajosamente que a finalidade ideal da educação é ensinar a “compreensão mútua”.<sup>536</sup> Esta se faz tão mais necessária em um mundo no qual a comunicação estéril triunfa por todos os lados e a incompreensão é cada vez maior.

Morin foi particularmente agudo ao descrever as “cegueiras paradigmáticas”, atrás referidas. É uma “zona invisível”, que exerce um papel subterrâneo, mas soberano. Ao mesmo tempo modelo e *creencia*, o paradigma é um axioma não explicitado inteiramente: cria estereótipos cognitivos e encarcera o conhecimento.<sup>537</sup> Ocultamente, comanda a lógica. O paradigma é a teoria em forma de pacote: é levar ou largar; não há margem para negociar.<sup>538</sup>

---

536 Morin, Edgar. *Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro* (Unesco 1999), Prólogo. Para a cultura ocidental, “compreensão mútua” pode parecer um conceito retórico ou utópico; não soa da mesma forma nas sociedades que receberam influência confuciana. No Japão, em especial, o conceito é sempre citado e constitui uma regra básica de convivência.

537 A dificuldade de superar o paradigma é o grande tema do influente livro de Thomas Kuhn, *The Structure of Scientific Revolutions* (1962).

538 Falar em “enfoques paradigmáticos” da política externa brasileira ou das relações internacionais do Brasil, é praticar um exercício reducionista, pois não se escapa admitidamente de “pressupostos” nominalistas ou de uma “cosmovisão” apriorística. A pretendida “observação empírica”, no caso, já é condicionada e se presta apenas a confirmar uma tese privilegiada de antemão. Com esse procedimento, pretende-se evitar “os riscos pedagógicos” da TRI importada de centros hegemônicos, o que é positivo. Mas o “enfoque paradigmático” não evita o circuito fechado da teoria pela teoria.

O que precede não significa ignorar que o paradigma é útil ao conhecimento intelectual e científico; o reverso da medalha é que – por princípio – não incorpora a incerteza, o imprevisível, o aleatório, que são o dia-a-dia da *condição humana*. Essa não pode ser compartimentada.<sup>539</sup> O paradigma cartesiano, por exemplo, separa sujeito/objeto, alma/corpo, espírito/matéria, sentimento/razão, existência/essência, etc. No limite, só podemos corrigir a razão através da própria razão<sup>540</sup>, mas reconhecer que a razão é finita ajuda a própria razão. Não se trata, portanto, de negar a racionalidade – trata-se, sim, de estar atento à falsa racionalidade, aquela que se fecha sobre si mesma.<sup>541</sup> O *ouse pensar* supõe o *ouse desconfiar*, não do *outro*, mas da própria autossuficiência.

Diante da polissemia do real, o paradigma oferece uma fórmula atraente e simplificadora, seja pela redução, seja pela disjunção. Mas ele deixa de fora o contexto e o concreto, enfim, tudo aquilo que distingue o pensamento complexo e multidimensional.<sup>542</sup> “Aqui intervém a noção de *ecologia da ação*”.<sup>543</sup> Por um lado, a palavra *ação* nos remete a *pragma* e a pragmatismo, de que já tratamos; por outro, queira-se ou não, *ação* é sempre aposta e – na noção de aposta – há a consciência do risco e da incerteza. Mais uma vez, o tema é relevante para a diplomacia, que é um permanente exercício de decisão. Além disso, a diplomacia é, por excelência, o campo da *transdisciplinaridade*.

As ideias de Edgar Morin – muito próximas das de Paulo Freire – podem parecer visionárias, mas não são de forma alguma inusitadas. Ao contrário. Como já indicado, elas representam uma síntese didática de um pensamento que começou a ser esboçado no fim do século XIX e foi filtrado

---

539 Cf. id. *Ibidem*, pp. 43-54.

540 Cf. id. *Ibidem*, p.28.

541 A propósito, Morin recorre a uma citação de Hegel: “O pensamento abstrato nada vê no assassino além desta qualidade abstrata (retirada de seu complexo) e (destrói) nele, com a ajuda desta única qualidade, o que resta de sua humanidade”. *Ibidem*, p.86.

542 Por exemplo: a *redução* do humano ao natural; a *disjunção* entre humano e natural. Como contraponto, vale a advertência de Pascal: “Nem a contradição é sinal de falsidade, nem a não contradição é sinal de verdade”.

543 Morin, E.– *Ibidem*, p.75.

ao longo do século XX e até o presente. Para Morin, o “saber necessário” pode ser resumido numa fórmula simples – “ensinar a democracia” – vista a democracia, sobretudo, em seu “caráter dialógico”, pois ela se alimenta de pluralidades e antagonismos. O autor de *O espírito do tempo* ecoa – sem citar – a filosofia de John Dewey. Ele propõe esta fórmula lapidar: “A ética da compreensão pede que se compreenda a incompreensão”.<sup>544</sup>

A democracia – entre outras benesses – tem o dom da cura. No Brasil, sabemos isso por experiência própria: entre nós, sem que o passado não democrático tenha sido esquecido, a democracia operou uma redenção. Como se dá isso? Porque a democracia permite crescer. Entre outras razões, porque a democracia engendra novas combinações e nos livra naturalmente das “ideias inertes”. Esse *entulho* é exatamente o grande vício que aflige a educação institucionalizada, tema predileto do grande matemático e mestre do pensamento que foi o inglês A. N. Whitehead, a quem já recorreremos mais de uma vez.

Quanto à direção do *crescimento*, é imprevisível. Nesse ponto, Richard Rorty completa o mestre Dewey. Da mesma forma, podemos acrescentar: o que Kant chama de *maioridade* não comporta uma receita específica, ou melhor, implica justamente na falta de receita. Nos dois casos, a premissa é de que a verdade é condicionada à liberdade. A história da educação tem oscilado entre o primado da verdade e a aspiração de liberdade.

\*

---

544 Id. *Ibidem*, p. 87.

## 19. *Vocação incerta*

---

### FORMATO RESISTENTE

Nem por seu *status*, nem por ser uma das mais antigas academias diplomáticas no mundo, o Instituto Rio Branco tem pecado pela imobilidade, como talvez fosse do agrado de alguns. Ao longo de sua história, o IRBr sofreu adaptações pontuais frequentes, induzidas pela experiência. Mais recentemente, a ampliação do raio da nossa diplomacia impôs, pela força dos fatos, revisões e adaptações no Edital do Concurso de Admissão, mantido o alto nível do “vestibular” e do Curso subsequente.<sup>545</sup> Para ser fiel a sua vocação – que, na verdade, é uma vocação em aberto – o Instituto precisou evoluir. Foi mantida, contudo, a matriz original.

Isso não significa que o IRBr não tenha sofrido ameaças a sua integridade, algumas até imaginárias. Uma – já mencionada – foi bastante real, por ocasião dos trabalhos da chamada Comissão Leitão da Cunha, que se reuniu em 1953, na segunda gestão de João Neves da Fontoura. Roberto Campos – quem mais? – defendeu então a ideia de importar o modelo americano, o que permitiria a contratação de funcionários de fora do

---

<sup>545</sup> Sobre as variações havidas nos editais dos Concursos, valeria a pena fazer um estudo específico. O tema já gerou polêmicas públicas, como ocorreu em 2006, quando a prova de inglês – a título singular – deixou de ser eliminatória, mantendo esse peso junto com outras disciplinas básicas. Só o exame de português é eliminatório *per se*. Cf. Portaria (MRE) n°. 467, de 7 de dezembro de 2004, assinada pelo Ministro Celso Amorim.

quadro; a prevalecer a proposta, a missão do *Rio Branco* teria sido fraudada e a incolumidade de nosso Serviço Exterior teria sido liquidada. Vasco Leitão da Cunha percebeu o perigo e se opôs frontalmente à iniciativa.<sup>546</sup> No fim, por capricho da história, tudo se limitou a um acidente de percurso.<sup>547</sup>

Com alterações menores, o desenho do IRBr – conforme foi dado pelos Decretos de 1945/1946 – permaneceu inalterado por 50 anos. Houve, contudo, uma mudança gradativa. Já na longa gestão do Embaixador Lafayette de Carvalho e Silva – terceiro Diretor do Instituto (de abril de 1947 a janeiro de 1956) – constatou-se uma dupla necessidade: a de organizar um curso de preparação com sentido mais prático e a de apurar o gabarito da seleção dos candidatos (até então o nível exigido para inscrição no Concurso era o pré-universitário). Raul Bopp, então Diretor da Secretaria (1949-50), relata que o “Plano Lafayette” de reformas defrontou-se com um ambiente infenso a inovações.<sup>548</sup> Já germinava, contudo, a ideia de fazer do *Rio Branco* uma verdadeira academia diplomática, “em uma possível correlação com a Escola Superior de Guerra”.<sup>549</sup> Do lado positivo, o IRBr resistiu à “fórmula do concurso de títulos”, evitando assim que se abrisse uma brecha na norma fundamental do Instituto, ainda em fase de consolidação.

Em anos sucessivos, aumentou-se a exigência em termos da qualificação universitária dos candidatos, até que – em 1975 – o CPCD foi reconhecido pelo Conselho Federal de Educação como curso de graduação e o IRBr

---

546 “Francamente, assim você vai acabar com a carreira!”, Leitão da Cunha teria dito a Campos, que contava com o apoio de San Tiago Dantas (*sic*). O relatório da Comissão, concluído em 1953, não acolheu a esdrúxula inovação. – Cf. Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 169.

547 Oliveira Castro, F. M. de – *Ibidem*, pp. 450-57. O exaustivo trabalho da Comissão, embora tenha produzido consequências indiretas, foi abortado pela crise política de 1954, que culminou com o suicídio de Getúlio Vargas.

548 “O Ministro de Estado [Raul Fernandes], respeitado por sua alta cultura [ ], desencorajava qualquer iniciativa. Demolia planos, na sua frieza irônica, com uma sensibilidade ressequida de ceticismo.” – Bopp, Raul. *Memórias de um Embaixador* (1968), p. 96.

549 *Id. Ibidem*, p. 95. Em *Notas para um caderno sobre o Itamaraty* (1948, mimeo), Bopp sugeriu a criação de um “Curso de Preparação Profissional” em que os candidatos receberiam “vencimentos de diplomatas da classe inicial, como acontece na *École d’Administration* na França”.



recebeu o aval de “estabelecimento de nível superior”. Note-se que, desde 1995, o diploma de curso superior de graduação (plena) tornou-se pré-requisito para a posse dos candidatos aprovados no Concurso vestibular.

Com a redemocratização do país, a estrutura original do IRBr – e a instituição Itamaraty em geral – foi posta em juízo. Na época, a “profissionalização” era uma ideia-força, que o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso quis aplicar também ao Itamaraty.<sup>550</sup> A julgar pela documentação disponível, houve muita discussão sobre política externa e muito pouca sobre diplomacia. Ao se questionar o Instituto Rio Branco, levantaram-se problemas pontuais, mas não se colocou em pauta a questão de sua filosofia pedagógica. A falta de um diagnóstico mais explícito teve consequências.

Embora não de imediato, o PROFA-I foi fruto desse processo de auto-exame.<sup>551</sup> Com efeito, em 1995, foi criado o *Programa de Formação e Aperfeiçoamento* (PROFA-I), concebido com vistas à “maior profissionalização e treinamento contínuo dos que ingressam na carreira”. Aparentemente a extinção do quinquagenário CPCD não abalou a conformação original do IRBr. Houve, contudo, uma mudança importante, com efeitos duradouros: a partir de então, o Concurso passou a facultar o *ingresso direto* na carreira, forma de acesso até então considerada como excepcional, embora prevista em lei.<sup>552</sup> O que antes era um “concurso de provas”, que habilitava ao CPCD, passou a ser o Concurso de Admissão à Carreira Diplomática (CACD).<sup>553</sup> A exceção se tornou regra.

Com isso, os candidatos aprovados foram imediatamente empossados, gozando dos benefícios de funcionários diplomáticos, embora ainda sujeitos à formalidade da “confirmação”, regra administrativa que não se aplica apenas ao Itamaraty. Desde então, a precedência que vigora na Lista

---

550 Foi a incumbência da *Comissão e Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas do Itamaraty* (CAOPA), instituída pelo Ministro F. H. Cardoso e presidida pelo então Secretário-Geral Luiz Felipe Lampreia. Ver Anexo E, que trata também do PROFA-I.

551 Relatório da CAOPA (30 de setembro de 1993), p. 67.

552 Decreto nº. 93.325, de 1 de outubro de 1986, antigo Regulamento [de Pessoal] do Serviço Exterior.

553 A Portaria Ministerial nº. 336, de 30 de maio de 2003, consagrou a mudança, já objeto de portarias anteriores em 1998 e em 2001.

de Antiguidade é a da classificação no CACD, não tendo qualquer influência nesse particular as notas obtidas durante o tempo de permanência no Instituto. Tais notas valem apenas para aprovação no Curso.

Consolidou-se assim a forma de Concurso direto. O Curso subsequente não foi abolido, mas teve uma evolução sinuosa.

## TEMPO MORTO?

A despeito de sua meta profissionalizante, o PROFA-I manteve um viés acadêmico. O novo Regulamento de 1998 antecipava que o Programa seguiria “metodologia de curso de nível de Mestrado em Diplomacia”.<sup>554</sup> A partir de 2003, foi instituído o Mestrado em Diplomacia, na modalidade de pós-graduação *stricto sensu*. Para os alunos, o eixo do PROFA-I passou a ser a preparação de uma dissertação de Mestrado, cuja aprovação dependia de um duplo crivo (acadêmico e profissional). Exceto por isso e para efeitos de premiação, a passagem pelo Instituto perdeu o caráter de desafio que antes impunha aos aspirantes à carreira.

O PROFA-I ficou, de fato, no plano experimental. Inicialmente cabe ponderar que o Mestrado em Diplomacia do IRBr foi concebido de fora para dentro, por assim dizer: ajustou-se às regras de um órgão de outro Ministério.<sup>555</sup> A CAPES reconheceu a iniciativa em junho de 2002, dentro de sua política de fomentar Mestrados Profissionalizantes – o rótulo é enganador, pois o adjetivo não elimina o peso determinante do substantivo, de corte acadê-

---

554 Regulamento do IRBr, Portaria de 20 de novembro de 1998.

555 A CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) faz avaliações periódicas dos cursos de Mestrado, como do *Rio Branco*, o único em diplomacia. O MRE ficou, assim, na incômoda posição de poder receber “nota baixa” – ou mesmo de ser “reprovado” – por um órgão estranho ao Ministério. Isso em se tratando de uma atividade bastante visível que tem sido um dos motivos de orgulho do Itamaraty.

mico.<sup>556</sup> Dada a diferença de perspectivas, a aliança do IRBr com a CAPES não foi um casamento inteiramente feliz. Em 2011, como veremos, o Mestrado do IRBr foi “cancelado”, depois de mais de sete anos de vigência efetiva.

Diante destes percalços, é o caso de perguntar se a Academia diplomática foi *esvaziada*, em nome de uma pedagogia não devidamente explicitada. Seria talvez um exagero afirm -lo sem qualificações, mas os fatos mostram que a reforma de 1995 deixou em aberto um ponto fundamental: qual a motivação que ainda exerce o curso regular do IRBr? Ele se tornou uma simples *sala de espera* para funcionários que já fazem parte do Quadro? É um *tempo morto*?

Na perspectiva dos formandos, um bom desempenho no IRBr pode trazer benefícios secundários, como a precedência – em princípio – para a escolha da lotação no estágio obrigatório. Mas o fato maior, em termos de carreira, é que a classificação já está fechada na Lista de Antiquidade. Resta naturalmente o interesse intelectual do curso, mas – convenhamos – isso é subjetivo e aleatório.

Nas condições indicadas, não surpreende que o *Rio Branco* esteja sendo comprimido em sua duração pela própria chefia da Casa, impaciente para incorporar ao trabalho diário uma mão de obra já legalizada.<sup>557</sup> Infelizmente, isso permite uma leitura indesejável: a de que o Instituto – em sua função pedagógica precípua –   dispensável. Seria isso então o que se tinha em mente ao buscar a *profissionalização* do IRBr? Certamente, não.

---

556 O “Curso” foi reconhecido pelo Despacho do Ministro da Educação, de 30 de dezembro de 2002, publicado no Diário Oficial da União de 31 de dezembro de 2002, Seção I, página 43. O Mestrado   referido como “programa” no artigo 1  do seu Regimento (Portaria n.106, de 23 de março de 2004), no qual se prevê tudo: pesquisa, conhecimento amplo (economia, estudos brasileiros, direito internacional, política internacional, história diplomática), ênfase específica (América do Sul), línguas estrangeiras, gestão profissional, pesquisa em nível superior. O parágrafo 1 , por sua vez, parece mudar o foco e fala em “articulação dos saberes e das capacidades relacionadas ao exercício da Diplomacia e dos métodos de trabalho e organização do MRE”. Não sei se a mistura conceitual foi proposital.

557 Sob essa justificativa, entre outros efeitos, foi desativado o estágio no exterior, previsto no regulamento. Diferentemente da tendência atual, houve – em 1956 – uma tentativa de estender para três anos a duração do Curso, projeto depois abandonado – Cf. Bath, Sergio F.G. – *O Instituto Rio Branco*, p.21.

A ideia da profissionalização, em si mesma, é positiva: a de aproximar o *Rio Branco* do trabalho da Chancelaria. O conceito, contudo, é equívoco.<sup>558</sup> Nos seus próprios termos, o PROFA-I não teve êxito por não ser suficientemente profissionalizante, no sentido de corresponder a uma educação diplomática.

Voltaremos ao tema na Parte IV.

## VALIOSO, MAS OCIOSO

Tratemos agora de um aspecto correlato, para termos um quadro mais completo das atividades do *Rio Branco*.

Nos cinco lustros iniciais de sua existência, o IRBr se concentrou em um foco principal: o ensino. Essa vocação, contudo, não é a única prevista no projeto original: a outra vertente é a de “centro de investigações”. Tal dimensão não foi esquecida, mas teve maturação mais lenta e tomou uma feição particular – é o *Curso de Altos Estudos* (CAE), criado em 1970, mas que só veio a ser implantado em 1977, na gestão do Embaixador Azeredo da Silveira. Paralelamente, houve também a reformatação do *Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas* (CAD), que havia sido criado em 1961 mas não teve andamento. Tanto o CAE, como o novo CAD, passaram a ser requisitos para promoção.<sup>559</sup>

Nos dois casos, o patrimônio acumulado é expressivo: no CAD já mereceram aprovação 1.066 candidatos; até o XXIX (inclusive) CAE, 618 teses foram aprovadas depois de um exaustivo escrutínio.<sup>560</sup> Os números falam por si, mas o Instituto está longe de ter esgotado seu potencial de pesquisa, dispondo como dispõe de alunos/diplomatas com a mais alta

---

558 O ato de criação do PROFA-I invoca o propósito de “treinamento contínuo” (grifo acrescentado). A expressão não poderia ser mais infeliz – seria adequada ao trabalho dos que participam de um circo, onde o adestramento de animais é permanente.

559 Decreto nº. 79.556 de 20 de abril de 1977.

560 Esses números vão até o momento desta redação; são anteriores ao XXX CAE.

qualificação. Em termos de custo/benefício, não se pode dizer que tenha havido um aproveitamento ótimo do acervo de “teses” produzidas no âmbito do CAE e também na esfera do Mestrado em Diplomacia, a partir de 2003.<sup>561</sup>   um patrimônio valioso, mas quase ocioso, salvo por manifestações ocasionais de interesse.

A questão merece ser aprofundada, mesmo porque o futuro da pedagogia não está no ensino, mas no aprendizado –   o reverso da medalha. A responsabilidade maior não é propriamente do educador na sala de aula, mas do educando na sociedade. Hoje, a informação vem de todos os lados e ao vivo. Sendo assim, a pesquisa – inclusive a título individual – ganha primazia. Além da própria filosofia da educação, a tecnologia força a mudanç a do perfil da escola. Mais do que nunca, somos aprendizes, dada a velocidade que adquiriu o conhecimento e sua difusão instantânea.

Nesse contexto, cabe menção ao Núcleo de Pesquisa em Diplomacia do Instituto Rio Branco (NPD/IRBr), criado em 2009.<sup>562</sup> Não se trata de mais uma sigla. Bem compreendida, a iniciativa veio complementar o projeto original do Instituto, no sentido de torná-lo pleno. Em se tratando de um simples *Núcleo*, a afirmação pode parecer peremptória ou ambiciosa – ela exige naturalmente uma justificação, que não se pode limitar a termos burocráticos. Deixemos então este ponto em suspenso.<sup>563</sup>

\*

---

561 Em 2002, o PROFA-I começou a funcionar como curso de p s-graduação, com o título de *Mestrado Profissional em Diplomacia*, o único no país, positivamente avaliado pela CAPES. Para receberem o diploma de mestrado, os diplomatas do Curso de Formação do IRBr deviam redigir uma disserta o de cerca de 120 páginas, julgada separadamente por duas Bancas, uma composta por acadêmicos doutores e outra integrada por diplomatas veteranos. Até o “cancelamento” do Curso, em 2011, foram aprovadas cerca de duas centenas de disserta es, publicadas em bom número.

562 A íntegra da Portaria n  701 que criou o Núcleo, assinada pelo Ministro Celso Amorim em 28 de outubro de 2009, está no Anexo F.

563 Por facilidade de exposição, a questão do papel que pode ser desempenhado pelo NPD/IRBr   retomada na Parte IV – “Esboço de Proposta para uma Academia renovada”.



## 20. “Falar com a própria boca”

---

### VERDADE OU LIBERDADE?

Passemos a outro nível de análise.

O *Rio Branco* padece de um problema congênito: é um Instituto, com fins imediatistas, e quer ser uma Academia, com vocação humanista. Queira-se ou não, essa dupla vocação está inscrita na lei e é confirmada na prática. A despeito dessa ambiguidade, a criatura frágil de 1945 virou uma parteira com experiência e reputação. Mais do que isso, nossa Escola diplomática se tornou de fato a *alma mater* da carreira. Mas o IRBr, casa pequena, está sob a sombra da Casa Grande, o Ministério das Relações Exteriores.

O ideal seria que criador e criatura tivessem uma dialética adulta, positiva, reconhecendo cada um os seus limites. Isso em termos filosóficos, é claro, porque a dependência do Instituto é inevitável, no que diz respeito à estrutura. Mas essa dependência não é inteiramente desejável, pensando no bem do próprio MRE a longo prazo. A Universidade, ou é livre intelectualmente, ou não é universidade<sup>564</sup>. É um ponto que exige maior elaboração.

Educa-se em benefício da coletividade ou do próprio indivíduo? O que tem primazia: o homem ou o cidadão? De Platão a Rousseau, encontramos

---

<sup>564</sup> Sobre o tema, sempre em pauta, ver o admirável ensaio de Anísio Teixeira – “A universidade e a liberdade humana” in *Educação e o Mundo Moderno* (obra citada). Diz ele: “... as universidades não serão o que devem ser se não cultivarem a consciência da independência do saber...” (p. 181).

essa contradição – seria falsa? A educação ensina como viver em sociedade, mas isso exige um tributo em termos de sacrifício da espontaneidade.<sup>565</sup> Ulisses se faz amarrar no mastro de sua nave para prevenir-se contra a sedução do canto das sereias. Certo ou errado, a educação cobra uma taxa de autocastração.

Conformismo ou criatividade? Para irmos às raízes, de um lado parece estar a *verdade*; de outro, a *liberdade*. Pode-se postular que elas se identificam – o bom senso, pelo menos, indica que esse equilíbrio é desejável. Mas é a prática que decide se isso é viável e *quando* é viável. Teoricamente, subsiste a contradição.

Passando à prática, talvez se possa dizer que toda a filosofia da educação leva sempre à mesma conclusão, ainda que por caminhos diversos: educar-se não é absorver ideias prontas e definitivas – é aprender a pensar por conta própria.<sup>566</sup> É um autocultivo. Kant consagrou esse princípio: em um texto célebre, ele definiu em termos de *autonomia* a essência da grande filosofia do século XVIII.<sup>567</sup> Ora, a bem dizer, *Ilustração* (ou *Esclarecimento*, ou *Iluminismo*) não é, senão, outro nome para Educação. Ser *esclarecido* é formular suas próprias regras (*auto*, si mesmo + *nomos*, lei).

Para o mestre de Königsberg, o fim da educação é a emancipação, cognitiva e moral, ou seja, a *maioridade*. Muito concretamente, a palavra em alemão (*Mündigkeit*) tem o radical *boca* – atingir a maioridade é “falar com a própria boca”, o que – em sentido figurado – significa ser responsável por suas palavras. Note-se, de passagem, a analogia com a doutrina de Paulo Freire: os oprimidos seriam “aqueles que não têm voz na sociedade”, os submetidos a uma “cultura do silêncio”, sendo que a educação tradicional

---

565 A oposição pode ser simbolizada, nos extremos, por dois chefes de fila emblemáticos: o “científico” B. F. Skinner (1904-90) e o “humanista” Carl R. Rogers (1902-87). Para o primeiro, a verdade é objetivável e, de acordo com isso, o educando pode e deve ser manipulado; para o segundo, a educação é reservadamente subjetiva e, assim, a liberdade pessoal deve ser religiosamente respeitada.

566 Recorde-se o oportuno reparo (já citado) de John Dewey: “A frase ‘pensar por si mesmo’ é um pleonismo. Se a pessoa não pensar por si mesmo não estará pensando”. – *Educação e Democracia*, cap. 22.

567 Kant, Emanuel – *Resposta à pergunta: o que são as “Luzes”?* (1784).



concorre para o “o mutismo do povo”. A educação confere uma *licença* para pensar, em contraste com as licenças para matar.

Entre a regra e a situação, a resposta final virá do discípulo – não do professor. E não se pense que essa é uma afirmação demagógica: se a educação for autêntica, o verdadeiro mestre é de fato um *parteiro*, como no exemplo de Sócrates. Nunca é demais ponderar que o educador é todo o contrário de um doutrinador, sob pena de sufocar o aluno.

Esse ponto é essencial. A propósito, Einstein (Albert) afirmou o seguinte: “It is a miracle that curiosity survives after formal education”. Bertrand Russell disse mais ou menos o mesmo: “Men are born ignorant, not stupid: they are made stupid by education”. Hannah Arendt foi além ao propor um pensamento sem rede de segurança, “sem corrimões”, que são protetores, mas também limitadores. Ainda nessa linha, a discípula de Heidegger disse uma vez a seus ouvintes, no início de uma conferência: “Nada de teorias – esqueçam todas as teorias!”<sup>568</sup>

A palavra *teoria* não equivale aqui às *half-truths* denunciadas por nosso já conhecido Whitehead? Coincidentemente, um sábio (acima de qualquer suspeita) escreveu:

*... knowledge of truth alone does not suffice; on the contrary, this knowledge must continually be renewed by ceaseless effort, if it is not to be lost. It resembles a statue marble which stands in the desert and is continuously threatened with burial by the shifting sand*<sup>569</sup>

Por mais bela que seja a estátua, ela é ameaçada pela finitude – pela “areia movediça”. Vale dizer que o conhecimento não é jamais um direito adquirido; é um eterno noivado. A noiva pode ser chamada de Ciência ou por seu nome de família – Verdade. É uma noiva recalcitrante e exige atenção, sob pena de surpresas desagradáveis, ou mesmo sob o risco de infidelidade. Sim, é uma amante volúvel. Às vezes, ela se permite

---

568 Arendt, H. – *A Promessa da Política*, p. 24: abertura de um Seminário com o título sintomático de “Experiências Políticas no Século XX” (1968). Ver “Introdução” de J. Kohn.

569 Einstein, Albert – *Ideas and Opinions based on Mein Weltbild* (1954), p.59.

até certa constância e mesmo algumas liberalidades; em geral, contudo, prefere amores de ocasião. Em suma, iludem-se os que acham que esta noiva cobiçada vai assumir um compromisso definitivo. O homem, ser finito, deve contentar-se com uma verdade sempre provisória. Nem por isso os pretendentes esmorecem – ao contrário, a desilusão parece ser um constante estímulo. Para usar uma outra imagem: “El pensamiento es un pájaro extraño que se alimenta de sus propios errores”.<sup>570</sup>

## DEPÓSITO, DOAÇÃO, DIÁLOGO

Pensar não é simplesmente *ocupar* o espaço da mente. Adorno (Theodor), absorvido pelo tema, descreveu o *Esclarecimento* (*Aufklärung*) como um constante exercício de autorrefutação.<sup>571</sup> Um de seus livros, *Mínima Moralia* (1957) é uma amostra desse exercício, que não se esgota na crítica e mesmo na autocrítica. É algo mais radical e, ao mesmo tempo, mais leve e provocante. Ao negar a si mesmo, o filósofo *brinca* com a razão arrogante. Mas, como já lembramos, é preciso ser sério para brincar.

Nesses termos, pode-se entender que pensar é um ato de desprendimento e não de afirmação, forma pela qual o pensar geralmente se apresenta, isto é, como emanção de um *Eu* racional, subjetivo e individualista. Mas é possível pensar contra o próprio pensamento? Sim, através do diálogo – assim Platão concebeu a filosofia.

Para o nosso foco específico de análise, caberia ponderar que não basta ensinar a mecânica da diplomacia – é preciso, sobretudo, cuidar da *arte* da diplomacia. Em última análise, as coisas não se decidem no nível da técnica fria,

---

570 Ortega y Gasset, J. – *Max Scheler* (1938).

571 A tese é desenvolvida por Adorno, junto com Horkheimer, em *A Dialética do Iluminismo* (1944/1969): a Razão devora seus rebentos, o que torna o *Esclarecimento* ainda mais indispensável, sabendo que ele contém “um germe de regressão”. Daí a necessidade de uma “dialética negativa”.

mas através do diálogo compreensivo. Formação também exige instrução, mas – em função disso – não se pode confundir educação com instrução.

Há uma educação voltada para o saber e há uma educação que pretende ir além, pois tem presente a advertência de Rabelais: “O saber sem consciência é a ruína da alma”. Imaginemos que são vias que correm paralelas, mas separadas pelo cume da montanha. Poderíamos dizer também, simplificando, que há os que encaram a educação *a serviço* da sociedade existente e há os que concebem a educação como *transformadora* da sociedade. Conceitualmente, a distinção é precária, mas existe na prática.

O que concluir das muitas ideias sobre educação ao longo da história? Parece haver uma grande diversidade, mas há um ponto em comum: o mestre não pode se substituir ao discípulo, nem este pode tomar o lugar daquele. Nos dois casos, o trabalho de um e outro não pode ser delegado. A educação é sempre uma via de mão dupla, isto é, supõe interação. O mestre não é, nem deve ser, aquele que tem respostas prontas. O discípulo, por sua vez, deve saber que todo ensinamento é provisório: as respostas que recebe, quando recebe, são legados – só se tornam heranças quando são assumidas como tal. Como diz Paulo Freire, com expressividade, os educandos não são “vasilhas” – não são “recipientes a serem ‘enchidos’ pelo educador”<sup>572</sup>. Depositar não é o mesmo que doar. De resto, as doações podem ser rejeitadas, o que acontece com frequência.

Em outras palavras, o aluno deve fazer jus ao professor e vice-versa. O mestre – na melhor das hipóteses – é um guia. “O mestre autêntico é aquele que nunca esquece, qualquer que seja a especialidade ensinada, que é da verdade que se trata”. Bem entendido, “a verdade como procura”.<sup>573</sup> Quanto ao educando, é um *desconhecedor*. Mas é também um *sabedor* – ele já é um aprendiz do existir concreto.<sup>574</sup> E é justamente sobre ele que incide o esforço maior, pois é o principal interessado: um dia terá que pensar

572 Freire, P. – *Pedagogia do Oprimido*, p. 80 (ed. 2011).

573 Gusdorf, Georges – *Professores, para quê?* (1963).

574 Vieira Pinto, Álvaro – *Sete lições para a educação de adultos* (1986), pp. 63-64.

por conta própria. Ora, em princípio, a escola só oferece o saber; esse – por mais atual e abrangente que seja – não esgota o *pensar*.<sup>575</sup>

## VOLTAS E CRISES

A filosofia da educação deu muitas voltas. Hoje, há certo consenso envergonhado de que o conceito de educação está em crise, mais uma vez.<sup>576</sup> Desta feita não há motivo para constrangimento porque a crise é generalizada e a educação teria que estar entre as primeiras vítimas. “A Crise Universitária” é justamente o título do primeiro capítulo do livro de Darcy Ribeiro sobre a matéria: “crise conjuntural, política, estrutural, intelectual e ideológica”.<sup>577</sup> Ele abre o estudo com uma afirmação incisiva: “A tarefa da renovação universitária é, talvez, o mais pungente desafio com que se defrontam os pensadores do mundo moderno”.<sup>578</sup>

O livro citado é de 1975, mas de lá para cá o panorama não mudou muito. Isso porque a crise da Universidade é apenas um sintoma da crise maior da educação, que, por sua vez, é uma crise da cultura. O chamado pós-modernismo não é mais do que um sintoma (e uma confirmação)

---

575 Aqui se coloca um tema nevrálgico da filosofia, desde seu nascedouro, e que foi retomado tanto por John Dewey (*How we think*, 1933), como por Martin Heidegger. *Was heisst Denken?* (1954), tradução francesa *Qu'appelle-t-on penser?* (1959), para dar dois exemplos maiores e em posições opostas.

576 Veja-se a opinião de um Professor que se tornou Presidente: “A escola é a agência fundamental para que a renovação das formas de socialização transcorra democraticamente. [...] E a escola como instituição está em crise, com dificuldades para gerar modelos de conduta. [...] É preciso voltar à concepção da escola como base de socialização democrática, como *locus* privilegiado para o aprendizado das opções culturais e não como máquina de inculcar moldes únicos aos alunos”. Fernando Henrique Cardoso – *A Arte da Política* (2006), p. 680.

577 Ribeiro, Darcy – *A universidade necessária* (1975), p.23. A propósito, poderíamos citar também o livro-desabafo *Universidade em ritmo de barbárie* (1986) do Professor uspiano José Arthur Gianotti. Segundo ele, a universidade – “paraíso da classe média – passou a ser ‘pura embromação’: os estudantes a tomam como um mal necessário, no melhor dos casos, a consomem como produto disponível no mercado” (pp. 46-7).

578 Id. *Ibidem*, p.11.

desse clima de perplexidade.<sup>579</sup> Ora, se o próprio conhecimento é colocado em xeque, onde encontrar um fundamento seguro para a educação? A crise, contudo, vem de mais longe, com o descrédito do humanismo promovido pelos mestres da “suspeita” (Nietzsche e Freud), precedidos por Darwin e por Marx. Se tudo é uma questão de interpretação, o que é a verdade<sup>580</sup>? Já tocamos no tema a propósito do pragmatismo.

A educação tradicional foi forçada a buscar outros caminhos, às vezes tortuosos. Como escreveu Georges Gusdorf no início dos anos 60, “o obscurantismo pedagógico procura asilo e refúgio na tecnicidade”. Em um universo milimetrado, “[o pedagogo] faz figura de feiticeiro laico e obrigatório, manipulador de inteligências sem rosto”.<sup>581</sup> A tecnicidade leva a falsas noções de profissionalização, supostamente para enfrentar “os desafios da sociedade contemporânea”, desafios esses que são entendidos em seu aspecto mais superficial.

Concomitantemente, as “escolas” pedagógicas se multiplicaram. O historiador da educação Franco Cambi oferece um diagnóstico: “A pedagogia entrou em crise como saber unitário ao se tornar cada vez mais tributária de saberes especializados...”.<sup>582</sup> Nem por isso a perplexidade foi eliminada. Isso, por um lado; por outro, sob o prisma de nosso estudo, é o caso de reiterar que a diplomacia tem sido entendida historicamente como a *arte do diálogo* – nada mais natural então que se lhe aplique a

---

579 É pelo menos ociosa a monótona discussão sobre se o *pós-modernismo* corresponde a uma *realidade* – é um debate típico do mundo acadêmico. Quem alimenta a questão já dá provas de uma atitude que não é pós-moderna. Bastaria reconhecer os fatos, sem necessidade do rótulo. Ora, os fatos convergem para a constatação de que o mundo mudou de forma dramática e, com isso, mudou a percepção do mundo. Se quisermos, 1989 poderia servir de divisor de águas, desde que não se pretenda fazer do Muro de Berlim uma entidade ontológica. Nesse sentido, pode-se legitimamente falar em *além-modernidade*, ou mesmo antimodernidade, ainda que não se endosse a categoria do *pós-moderno*.

580 Quase um século depois de Nietzsche, o tema continua em aberto. Em *I Limiti della Interpretazione* (1990), Umberto Eco procura distinguir parâmetros para a interpretação, mas não escapa desse predicamento. Ver também, entre outros títulos, “Além da Interpretação” de Gianni Vattimo, que se situa no campo pós-moderno com sua tese do “pensamento frágil” (*pensiero debole*).

581 Gusdorf, G. – *Professores, para quê?* (1963).

582 Cambi, F. – *Ibidem*, p. 596.

*educação do diálogo*. Existiria aqui uma convergência natural? O que parece natural nem sempre é o que ocorre de fato.

A concepção de que a educação se funda no diálogo – ou na comunicação – é relativamente tardia. Trata-se de uma recuperação (e correção) do impulso iluminista depois desvirtuado pelo êxito inebriante da ciência e da tecnologia que, por sua vez, degenerou na razão instrumental. A filosofia da educação sofreu – e ainda sofre – os efeitos do positivismo generalizado do século XIX. Contra ele reagiram autores contemporâneos do porte de Max Weber, Adorno, Dewey, Habermas, Gadamer, esse inspirado em Heidegger. Eles – ao lado das correntes analíticas ou científicas – deram os fundamentos para uma renovação da pedagogia no século XX.

Em nome de que se deu essa renovação? É imprudente tentar generalizar, mas talvez se possa conjecturar que, como costuma acontecer nesses casos, a renovação veio como consequência natural de um pensamento mais complexo, com a inevitável taxa de perplexidade.<sup>583</sup> Se houve um denominador comum foi a recusa da simplificação e do reducionismo: o *magister dixit* perdeu sua tradicional impunidade. O resultado foi uma pedagogia hostil ao princípio da autoridade e, ao mesmo tempo, mais exigente. O século XX, embora titubeante, seguiu a rota do inconformismo e da liberalidade. Evidência disso foi o fato de que a juventude recuperou seu protagonismo, em contraste com o que ocorreu no século XIX, dominado por homens que timbravam em parecer mais velhos, com suas longas barbas e trajes pesados. Hoje, ser jovem já é em si um valor, pelo menos para os jovens.

Mal ou bem, o século XX – que ainda sobrevive – adotou roupas mais leves: foi um tempo de despojamento em muitos sentidos. Jogou-se ao

---

583 Frederick Eby traça o seguinte pano de fundo para a evolução da filosofia da educação no século XX: “Prevaleceu, em geral, a concepção de que a realidade última é incognoscível e a mente humana precisa contentar-se com um conhecimento do contingente, temporal, mutável e relativo – em uma palavra, com o fenômeno. O fato é que a mente humana é limitada em sua capacidade, e não somente é impossível transcender a experiência, mas é improfícuo tentar fazê-lo. [...] Aqueles que continuaram a sentir a necessidade da Filosofia concluíram que o homem é predominantemente, uma criatura de ação...” – *The Development of Modern Education in Theory, Organization and Practice* (1952); tradução brasileira (1978), p. 547.

mar muita carga inútil. A escola acompanhou essa tendência, mas talvez mais na aparência do que na realidade. A advertência de A. N. Whitehead (1861-1947) ainda permanece válida: “A educação com ideias inertes não é somente inútil; é, acima de tudo, nociva – *corruptio otima, pessima*”.<sup>584</sup> A deterioração do ótimo engendra o péssimo.

As ideias custam a morrer, especialmente as más ideias. Talvez por isso, John Locke (1632-1704) conferia à filosofia a função modesta (mas indispensável) de “remover parte do entulho que atrapalha o avanço do conhecimento”.<sup>585</sup> O filósofo cumpriria, portanto, uma função social – seria um “under-labourer”, uma espécie de *gari da cultura*. Nesse sentido, ao se encarregar da limpeza, teria o papel implícito de reformador. A isso conviria opor um pensamento de Anísio Teixeira: “... um formador vale mil reformadores”.<sup>586</sup>

\*

---

584 Whitehead, A. N. – *The Aims of Education and Other Essays* (1929); tradução brasileira, *Os fins da educação* (1969), p. 13. O livro foi escrito quando o autor inglês era professor em Harvard.

585 “...in clearing the ground a little, and removing some of the rubbish that lies in the way to knowledge”. Locke, J. *Essay Concerning Human Understanding* (1690), Epistle to the Reader. Esse *caveat* é consistente com as teorias de Locke sobre educação (*Some Thoughts Concerning Education*, de 1693, e *Of Study*, 1677) – ele dirá que o *gentleman*, modelo ideal de homem educado, aprende com a experiência e poderia “tranquilamente deixar de lado uma grande parte da cultura, em moda nas escolas da Europa”.

586 Teixeira, A. – “A educação e a sociedade” in *Pequena introdução à filosofia da educação* (1934); p. 105 na edição 2007 já citada.





## 21. O que fica do não dito...

---

### VINHO ANTIGO, FRASCO NOVO

Linhas atrás, lembramos o conselho de Gadamer: é preciso procurar o *não dito*.<sup>587</sup> É quase um convite a um exame de consciência: temo que o *não dito* seja o mais importante.

Não por acaso, a data da criação do IRBr marca o calendário interno do Itamaraty. O *Dia do Diplomata*, 20 de abril, é o aniversário de nascimento do Barão de Rio Branco. A data é de celebração e, ao mesmo tempo, de reflexão. Um ponto de partida para essa reflexão é pensar que o tímido Juca Paranhos, foi – para seu tempo – nada menos do que um revolucionário, senão nas ideias, certamente no agir. Foi, como Bismarck, um “revolucionário branco”.<sup>588</sup> Adiante, haverá mais a dizer sobre o Dia do Diplomata, todo ele evocativo do Barão, cuja figura – como vimos – não se esgota em uma só leitura.

O IRBr tem no seu DNA esse mandato de atualidade: há sempre o que ficou para dizer ou fazer. O *Rio Branco* lida com diplomacia e “diplomacy does not stand still for its portrait”, como escreveu com graça um estudioso do tema.<sup>589</sup> É um ofício poroso a novidades e o Instituto precisa

---

587 “A hermenêutica é isto: o saber do quanto fica, sempre, de não-dito quando se diz algo”.

588 Kissinger, Henry – “The *White Revolutionary*: Reflections on Bismarck” in *Daedalus* (Summer 1968).

589 Neumann, Iver B. – “To be a Diplomat” in *International Studies Perspectives* (2005) 6, pp. 72-93.

manter-se na linha de frente de sua área de *expertise*. Vista por fora, a diplomacia é uma movimentada “área de concentração”, como atestam os *slogans* que brotam como cogumelos no disputado canteiro acadêmico: *techno diplomacy, media diplomacy, digital diplomacy, body language diplomacy, anti-diplomacy, megaphone diplomacy*, até mesmo *facebook diplomacy*...<sup>590</sup> O avanço da tecnologia cria a impressão de que, no futuro, só haverá espaço para uma *diplomacia cibernética*, mas cabe atentar para o fato de que o adjetivo pode variar, enquanto o substantivo permanece.

A rigor, o primeiro modismo desse tipo foi cunhado na Conferência de Versalhes de 1919: o conceito genérico de *new diplomacy*, que não saiu de uso. Mas, afinal, o que é “nova diplomacia”? Cabe reconhecer que as novidades mencionadas representam desde logo um avanço no sentido de maior abertura, já que a definição de Morgenthau reduzia a diplomacia a um mero “symptom of the struggle for power”.<sup>591</sup> Feito o crédito, cabe indagar se as fórmulas em questão não se esgotam no invólucro. Não seria vinho antigo em frasco novo?

Não é o momento de examinar, caso por caso, as inovações citadas, entre outras. A experiência mostra que muda a agenda, muda o formato, muda o estilo – não muda o *núcleo* da diplomacia. É o que testemunham diplomatas bem-sucedidos.<sup>592</sup> É também a conclusão a que chegam aqueles que vão buscar nos clássicos da diplomacia bons conselhos para “altos executivos” do mundo corporativo.<sup>593</sup> Com efeito, tudo somado, a diplomacia continua a ser uma atividade política, cujo exercício recomenda o uso de sabedoria prudencial (a *phronesis* aristotélica).<sup>594</sup> Em termos mais

---

590 Ver, por exemplo, Der Darian, James – *On Diplomacy, a genealogy on Western estrangement* (1987).

591 Morgenthau, Hans – *Politics among nations*, 5<sup>th</sup>. ed. (1978), p. 530. É a ideia de que a diplomacia se presta apenas para magnificar o poder e, ainda assim, de forma de forma muito residual.

592 Cambom, Jules – *Le Diplomate* (1926): “Diplomatie nouvelle, vieille diplomatie, ce sont des mots que ne répondent à rien... parce que la nature humaine ne change pas”, pp. 119-120.

593 Referindo-se ao tratado de 1716 de François de Callières, um especialista em administração de empresas (Charles Handy) observa: “Lendo-o, damo-nos conta de como nossos modismos não passam de redescobertas do antigo bom senso”. (*Introdução à tradução brasileira* da Editora Campus, 2001).

594 “Prudence is not to be confused with mere cleverness or cunning... [it] is highly dependent on experience. For this reason, Aristotle notes, the young may be expert in mathematics or geometry, but

práticos, isso se traduz por “inteligência e tato”, segundo uma autoridade sempre respeitada.<sup>595</sup> Sendo assim, o IRBr não deve se descuidar da tradição, sem que por isso esteja desdenhando o novo. Por tradição, entenda-se o repositório da experiência diplomática brasileira. Mas estar na vanguarda e preservar a retaguarda não seriam posições incompatíveis? É um problema recorrente.

“A melhor tradição é saber renovar-se”, dizia o Ministro Azeredo da Silveira. A frase é repetida com certa singeleza, como se para valorizar um polo fosse preciso subestimar o outro. Não creio que tenha sido essa a intenção do Chanceler, que sabia melhor do que ninguém que a renovação só é possível depois que a tradição foi assumida. Melhor dizendo, só se concebe a renovação a partir da tradição. A prova é que as reformas de fora para dentro acabam sendo artificiais e de vida breve. Coerentemente, o poder da tradição é apenas relativo: ela não é mais do que uma *entrega*, uma passagem de bastão aos mais jovens. Cabe a esses, em última análise, a decisão de receber ou de recusar a responsabilidade. Mas não podem escapar da opção.<sup>596</sup>

Se é verdade que as sociedades existem “more in time than in space”<sup>597</sup>, o IRBr é um posto de observação único dentro do Serviço Exterior brasileiro. Ortega Y Gasset, no início do século XX, separava as gerações por intervalos de 15 anos<sup>598</sup>. A tomar esse critério, puramente convencional, pelo menos quatro gerações de diplomatas brasileiros já foram formadas pelo Instituto. O número será certamente bem maior, se levarmos em conta que – culturalmente falando – as gerações hoje se sucedem com velocidade crescente.

---

necessarily lack prudence as a result of their limited experience of life [Ética a Nicomaco, 6. 5, 7 – 8. 13]” – Leo Strauss in *History of Political Philosophy*, ed. by Leo Strauss and Joseph Cropsey, pp. 130-131.

595 Satow, Ernest – *A Guide to Diplomatic Practice* (1917).

596 “La humanidad no es una especie, sino una tradición... porque el ser del hombre [...] es ser en una tradición. Por supuesto, es indiferente que este o el outro individuo quiera ser tradicionalista o quiera ser revolucionario. Ni más ni menos en uno o outro caso, quiera o no, es una tradición.” – Ortega y Gasset, *Obras Completas*, Tomo VIII, p. 659.

597 Kissinger, Henry – *A World Restored* (1973), p. 331.

598 Ortega y Gasset, J.– “El Método de las Generaciones en Historia” in *En Torno a Galileo*.(1933/34). O autor voltou ao tema em outras oportunidades.

O fato é que seria difícil imaginar a projeção internacional do país – depois de 1945/1946 – sem o Instituto Rio Branco: ele está intrinsecamente ligado à história da política externa do Brasil contemporâneo. Tal ligação não é acidental – é estrutural. O Instituto Rio Branco não é apenas uma peça a mais no complexo organograma da Chancelaria brasileira: ao formar nossos diplomatas, ele é fator constitutivo e crítico da própria política externa.

## BUROCRACIA?

Dentro do organograma do Poder Executivo, o MRE é um estamento burocrático.<sup>599</sup> Naturalmente, deve agir como tal, ao interagir com outros componentes do aparelho de Estado e, com mais razão, no que diz respeito ao exterior. O Itamaraty tem justamente o papel de falar em nome do Governo, o que supõe necessariamente uma legitimidade burocrática. É um funcionalismo especializado. *Intramuros*, contudo, a caracterização não é tão nítida e nos faz recordar o sentido original do conceito.

Em texto clássico, Max Weber define “estamento” como “a organização por ordens” [ou *estados, standisch*] do Antigo Regime, em que o vassalo dispunha dos próprios meios para exercer autoridade no território que lhe era confiado.<sup>600</sup> Aliviado depois de seu ranço patrimonialista, o conceito de *estamento* ganhou uso corrente. Mudou de registro: com Weber e depois de Weber, a academia consagrou o sentido de “estamento” como

---

599 Segundo Raimundo Faoro: “O estamento burocrático comanda o ramo civil e militar da administração e, dessa base, com aparelhamento próprio, invade e dirige a esfera econômica, política e financeira. [ ] Nas suas relações com a sociedade, o estamento diretor provê acerca das oportunidades de ascensão política, ora dispensando prestígio, ora reprimindo transtornos sediciosos, que buscam romper o esquema de controle”. – *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro* (1957); vol.2, pp.738-739, na 5a. ed. (1979).

600 Weber, Max – *A Política como Vocação* (1919), Louvo-me na tradução francesa (Plon, 1959), com prefácio de Raymond Aron.

aparelho de Estado, na burocracia civil como na militar, conforme acima referido. Mas a ideia de burocracia comporta gradações, mesmo em Max Weber. O conceito está predicado sobre a categoria da *racionalidade*. Ora, como distinguir concretamente a racionalidade?

O grande sociólogo explica que “a burocracia é modelada de forma a atender as necessidades previstas e repetidas por meio de uma rotina normal”.<sup>601</sup> Se é assim, a diplomacia – cujo desafio maior é o imprevisto – acomoda-se mal à burocracia. No limite, a diplomacia se esteriliza sob o tãço da burocracia, mas essa é uma conveniência prática, inevitável nos tempos que correm. Em uma Chancelaria, os descendentes de Cabo Frio sempre encontrarão serventia. Não impede que a figura do velho Visconde – senhor da “ordem”, por mais de quatro décadas, na velha Secretaria dos Estrangeiros – tenha sido absorvida pela figura maior do Barão do Rio Branco, cujo comando efetivo se limitou a dez anos. Em perspectiva, as duas vertentes se fundem. Rio Branco mostrou à República que a diplomacia não era necessariamente um instrumento do Império, nem o renegava.

Pode-se conjecturar que isso foi possível porque a Chancelaria se distingue por um metabolismo especial e por uma identidade peculiar. Vem a propósito o fato de que o MRE é o único entre os Ministérios que tem nome próprio: Itamaraty.<sup>602</sup> É verdade que, pelo mundo a fora, as Chancelarias mais tradicionais costumam ter nome próprio (por exemplo – Quai D’Orsay, San Martin), mas no nosso caso a denominação resistiu tranquilamente a um deslocamento de 1500 quilômetros (do Rio para Brasília, em 1970). *Palácio dos Arcos* ficou sendo apenas uma mera descrição para a nova sede do MRE na Capital Federal.

Coloquemos a questão em termos mais amplos. Sem deixar, é claro, de ser uma burocracia administrativa, o Itamaraty é também – e sobretudo

---

601 Max Weber – “A Sociologia da Autoridade Carismática” in *Economia e Sociedade*, parte III, cap. 9.

602 É um privilégio que, em geral, é reservado ao *locus* da Chefia do Estado: Catete, Planalto, Casa Branca, Champs Élysées, Casa Rosada, etc.

– uma burocracia política.<sup>603</sup> Seu compromisso maior é com o Estado brasileiro, hoje predicado na democracia, que se alimenta da liberdade de pensamento. O MRE faz parte da burocracia governamental, mas se afirma justamente na medida em que não se comporta de forma apenas burocrática, pela própria natureza da matéria com que lida. O estilo carismático de Rio Branco é uma boa contraprova. Assim, não deixa de ser inconsistente que o louvor ao Barão, como patrono, seja usado com frequência para fazer a apologia do enquadramento conformista.

O diplomata – *qua* membro de uma instituição permanente – é um burocrata que tem consciência da organização a que pertence por vínculo direto. Esse pertencimento especial se traduz no culto à *Casa*, que é um *estamento*, mais do que um *locus*. Este ponto nos leva a outra reflexão.

A *Casa* não é certamente apenas uma peculiaridade semântica: diz muito, sem dizê-lo de forma específica. É mais continente do que conteúdo. Ainda que isso não seja admitido, a ideia de *Casa* guarda (ou guardava) uma conotação arcaica – a reverência ao passado imperial, uma das heranças do Barão. Os membros deste grupo seletivo não se pretendem uma classe à parte e muito menos uma casta privilegiada, embora haja a suspeita. Se a *Casa* aspira a uma distinção, benigna, é a de constituir por mérito uma elite intelectual, que não deixa de ser uma aristocracia no sentido puro – o poder dos melhores (*aristoi*).

De qualquer forma, uma fórmula consagrada dentro do MRE – “Chefes da Casa” – insinua a ideia de uma nobreza interna e supõe uma distribuição feudal, cuja geografia é sempre observada pelos funcionários do Ministério. Sob outro ângulo, no caso do Itamaraty, a *Casa* pode ser percebida também como uma irmandade ou mesmo como um convento laico. De resto, foi esta talvez a mais resistente fantasia deixada pelo Barão, que fez da Chancelaria uma morada permanente – (“do Ministério para o Cemitério”). O “velho Itamaraty”, onde todos se conheciam, favorecia esse tipo de imagem.

---

603 O Ministro Azevedo da Silveira timbrava em dizer que mesmo as atividades mais modestas dentro do MRE são políticas.

É verdade que o próprio conceito de *Casa* não é estático. Pode variar do solene ao prosaico. Para as novas gerações, a diplomacia está longe de ser vista como um apostolado – é a expectativa de um bom emprego, graças a um Estado ainda paternalista. Nesse sentido, mais modernamente, a *Casa* chega a ser chamada de *Comadre*, algo que soaria como uma heresia em épocas não tão remotas. Já faz tempo que a modernidade colocou em descrédito “as grandes palavras”. Mas a ideia de *Casa* guarda, no mínimo, um sentido funcional.

Mesmo os mais jovens acabam sendo *traídos pela tradução*. Mal ou bem, a *Casa* tem um poder invisível, que – por isso mesmo – é imune a vacinas. O noviço, sabendo ou não, é esculpido por dentro; o prazo de conversão, contudo, é aleatório. No caso dos militares, há um processo de imersão, antes do serviço ativo; além disso, a patente tem um sentido mais impositivo. Na carreira diplomática não é assim: o *Rio Branco*, na melhor das hipóteses, é apenas uma iniciação precária. O curso de preparação (ou que outro nome tenha) é relativamente curto – e cada vez mais curto.

É uma ilusão pensar que a identidade do diplomata está *dada* quando ele sai do IRBr: o grau de maioridade profissional varia muito, como não poderia deixar de ser. Aliás, se houvesse uma medida nesse particular, forneceria uma boa previsão quanto ao êxito futuro em cada caso. Há Secretários que são embaixadores precoces e há Embaixadores com irremediável vocação de secretários – a distinção não é ostensiva, mas é tacitamente reconhecida.

Variam muito os resultados do processo de aprendizagem. A tradicional Cerimônia de Formatura – no Dia do Diplomata – encerra um simbolismo sabidamente relativo. A bem dizer, o estudante de diplomacia não cola grau: não é um tipo de educação que comporte diploma definitivo. Permanente mesmo é o próprio processo de formação. A este relativismo, vale assinalar, veio acrescentar-se um toque de ironia, em calada convivência.

Com as novas Turmas sob o regime do PROFA, a partir de 1996, perdeu-se a aura de “ritual de passagem”, tão importante na mitologia da

*Casa*.<sup>604</sup> O “rito de instituição” (Bourdieu) vem com atraso. Os que agora se “formam” já estão devidamente empossados e estão plenamente integrados na rotina de trabalho. Sendo assim, esses jovens diplomatas não podem evitar a sensação de que o solene evento – ainda que gratificante – é fora de época e redundante. Quanto aos demais funcionários, sabem que os “novos colegas” simplesmente não são novos.

A despeito da defasagem, a encenação continua a se cumprir no mesmo formato.<sup>605</sup> Dado importante: a retórica do batismo (ou da crisma) não pode ser dispensada, o que se explica pela estrutura da instituição.<sup>606</sup> Com efeito, “a constituição de qualquer grupo humano não é um fato físico, mas simbólico” – nos confirma um especialista na matéria.<sup>607</sup> O essencial é a comunicação pois a vida do grupo depende dela e a linguagem tem papel central na formação da identidade. Strauss esclarece: “A comunicação consiste não apenas na transmissão de ideias da mente de uma pessoas para a outra, significa também sentidos compartilhados”.<sup>608</sup>

## CASA E CASAS

O já citado Erving Goffman – autor de um estudo pioneiro sobre o que chamou de “instituições totais” – sustentou a tese de que “toda

---

604 A propósito, ver Patriota de Moura, Cristina (2007), já citada. A autora faz uma análise de cunho fenomenológico tanto da Cerimônia da Ordem de Rio Branco (entrega de condecorações) como da Cerimônia de Formatura do IRBr. A partir de 1970, os dois eventos foram conjugados no Dia do Diplomata, exemplo por excelência do exercício da função simbólica no Itamaraty.

605 A última formatura em *tempo real* foi a da Turma de 1997. Em 1998, a cerimônia *perdeu o dia* – o 20 de abril virou 17 de junho. Em 1999, formaram-se os que ingressaram em 1996.

606 A organização do MRE tem mudado com frequência, mas a estrutura permanece intocada. A sociologia endossa a distinção.

607 Strauss, Alselm L. – *Mirrors and Masks: The Search for Identity* (1997), traduzido com o título *Espelhos e Máscaras* (1999), p.130.

608 Id. *Ibidem*, p. 149.



instituição tem tendência de *fechamento*".<sup>609</sup> O Itamaraty não se qualifica inteiramente como uma "instituição total", mas o simples fato de se auto-denominar *Casa* já confirma a tendência ao fechamento. Em que medida e como se produz este fechamento?

Em se tratando de uma unidade funcional, presume-se que haja uma sintonia de propósitos e de interesses. Mas uns e outros variam com o tempo e com os indivíduos, na prática e também na teoria. Assim, a presunção de unidade pode ser correta, mas não é menos verdade que a estabilidade não fica assegurada.

A suposta homogeneidade também leva a uma analogia com corpo – daí corporação e, figurativamente, espírito *corporativo*, que suscita as noções opostas de união e divisão, fidelidade e rivalidade. No caso do MRE, as comparações procedem, com a ressalva de que são metáforas.

Pode-se especular também que, na intimidade do Itamaraty, nota-se algo como a trama de uma "grande família" e logo se detectam redes de assumido parentesco, obrigações recíprocas, tradições comuns e a disposição para compartilhar benefícios e sacrifícios.<sup>610</sup> Confirmando a suposição, pelo lado contrário, há a ocorrência de casos (não tão raros) em que o diplomata "sem funções" recusa-se a romper o cordão umbilical e perambula pelos "corredores", como se fora um *ronin* (o samurai sem amo) saído dos filmes de Kurosawa (*Akira*). A exceção infeliz confirma a regra benigna da irmandade.

Tudo isso leva a crer que os membros da *Casa* compartilham o mesmo *ethos*, isto é, um código homogêneo. A absorção desse código, para os novos diplomatas, é tão importante quanto as lições que receberam no *Rio Branco*. Não se trata, evidentemente, de regrinhas de procedimento ou de mera sabedoria convencional. É verdade que os que se consideram "mais

---

609 Goffman, Erving – *Asylums – Essays on the social situation of mental patients and other inmates* (1961), traduzido com o título *Manicômios, Prisões e Conventos* (2010), p. 16.

610 Ver Patriota de Moura, Cristina – *Ibidem*. O estudo é precioso ao mapear e ilustrar a problemática do "parentesco" diplomático, com a oportuna ressalva da própria autora de que é a "fotografia de um momento" (no caso concreto, "um período de transição entre o CPCD e o Profa-I").

experientes” gostam de esbanjar conselhos nesse sentido, quando mais não seja como exercícios de exibição ou de autoridade. Esquecem que a experiência é sempre única e cada geração constrói a sua – ou tenta pelo menos. Os “bons conselhos” só valem se são aceitos – não há legados automáticos, especialmente no que diz respeito à disciplina. A sabedoria pode funcionar como herança, mas dificilmente por via direta; ela é assimilada – até inconscientemente – através de uma linguagem comum.

Toda família tem seus problemas e os guarda no regaço doméstico. Para começar, não havendo vínculo de sangue (ou apenas vínculos esporádicos), trata-se de família adotada ou ampliada, o que transfere a questão para o processo de adoção.<sup>611</sup> Isso por um lado. Por outro, se o “parentesco” perde um pouco de sua auréola, isso não elimina a mística da devoção. É um fato que o Itamaraty funciona – e orgulha-se disso – em termos de dedicação pessoal, seja por que motivo for. O MRE é sabidamente uma repartição que trabalha além dos horários de expediente, o que as novas gerações às vezes relutam em aceitar mas acabam se acostumando.

Voltamos à estaca zero? A *Casa* é uma ficção forjada pela conveniência? É uma “tradição inventada”, como é o Dia do Diplomata? A rigor, tudo é inventado – só varia a data. Mas se pode conjecturar que o processo se renova a cada dia, sem prejuízo da bagagem acumulada. Mais do que isso: vista por dentro, a *Casa* comporta várias *casas* – há mais de uma igreja para servir à mesma fé. Os exemplos de disputas internas são muitos – até célebres, ainda que surdos.

É claro que, para efeitos externos, a coesão da *Casa* é ciosamente preservada, o que não impede a constatação objetiva de que o Itamaraty

---

611 Vale lembrar, por pertinente, a obra da antropóloga Chie Nakane ao interpretar a sociedade japonesa a partir do conceito de *ie*, que corresponde a *Family system* ou a “a corporate residential group”. É a família ampliada, no sentido do grupo que está sob o mesmo teto, não necessariamente por vínculos de sangue. O importante, no caso, é a moldura (*ba*, em japonês): “the human relationships within this household group are thought of as more important than all other human relationships”. – Nakane, Chie, *Japanese society* (1970). No dia a dia da vida social japonesa, são evidentes os traços de um comportamento diplomático, a começar pelo código de comunicação fundado na distinção entre fora/ dentro, ostensivo/confidencial. A propósito, ver Reis, Fernando G. – “Japão: Notas de uma passagem” in revista *Política Externa* vol. 10 n.º 3, 2001/2002.

se aproxima muito de uma sociedade vertical. Sob o manto da hierarquia e da disciplina, as relações de trabalho se articulam através de colunas de lealdade, que vão de alto a baixo. Tudo se acomoda em função da grade *superior/inferior* ou *mais antigo/mais novo*. O mérito é reconhecido, mas desde que se ajuste a essa norma fundamental de convivência: a confrontação aberta é mal vista e interpretada como evidente prova de ingenuidade, senão de mau gosto. Há convenções de civilidade a serem respeitadas.

Se toda carreira comporta algum grau de ambivalência, o dilema é mais crítico no caso da diplomacia, onde o pessoal e o oficial se defrontam com frequência. A diplomacia é tanto uma profissão, como um “estilo de vida”, o que cria uma complexidade específica. Significa que o diplomata – sobretudo no exterior – não pode invocar uma divisória protetora entre o particular e o funcional.

Como compensação para os sacrifícios, impostos pela lealdade, espera-se dos Chefes da Casa que se comportem também como *patronos*, protetores ou aliados, além de exercerem liderança. Aliás, o proselitismo é parte do jogo e se faz sentir de forma aguda nas nomeações e promoções. Nessas horas, a despeito dos regulamentos da burocracia racional, emerge a “ordem estamental” subjacente, onde “as honras” precedem os interesses funcionais, como assinalado por Weber ao contrapor a frieza do mercado às práticas antigas.<sup>612</sup>

A filiação não é necessariamente um cálculo de poder, mesmo porque as aproximações podem se dar até aleatoriamente. Mas os vínculos se criam pela força das coisas – ao fim e ao cabo, acabam sendo o nervo oculto da instituição.<sup>613</sup> Há o MRE e há o Itamaraty: há um quadro administrativo perfeitamente organizado, mas subsistem hábitos patriarcais,

---

612 Weber, Max – *Economia e Sociedade*, Parte III, cap. 4. seção “Condições e Efeitos Econômicos da Organização Estamental”.

613 “Nunca fui do grupo do Maurício Nabuco, no sentido estrito, como eram alguns funcionários, como o Henrique Valle e como outros foram do grupo do Ciro [de Freitas-Valle], por exemplo. Nunca fui de grupos.” – *Azaredo da Silveira – um depoimento* (obra citada), p. 331. No começo de sua carreira, Silveira foi ligado ao Ministro Vicente Rao; eventualmente, formou-se um grupo mais jovem em torno dele – os *Silveira boys*, que a imprensa conservadora denominou de “barbudinhos”.

simbolizados justamente pela persistente imagem da *Casa*, com a carga de significado do *oikos*, o reduto doméstico. A tragédia grega nos conta – especialmente através de *Antígona* – que a família arcaica travou uma luta de morte com a *Polis* modernizante.

A esta altura, cabe uma ressalva. Dada a mobilidade da carreira, o sistema não exige uma fidelidade singular e exclusiva. As *allegiances* se deslocam com o tempo, tendo em vista inclusive que o esquema de troca de favores pode comportar decepções. Mas o mecanismo é essencialmente de natureza pessoal. As considerações intelectuais e mesmo políticas são secundárias, embora sirvam de racionalização; eventualmente o fator ideológico pode intervir, mas foge à regra. O que importa é que são relações que se resolvem *dentro* da Casa com código próprio.

As influências de fora ocorrem – são sempre constrangedoras e, às vezes, irresistíveis. Mas, para se tornarem efetivas, têm que passar pelos canais da *Casa*. A reação, no caso, é um bom índice da inteireza da instituição.

## IDENTIDADE FLUTUANTE

Voltando à teoria depois de juntar os elementos de juízo aventados acima, caberia ponderar que os conceitos usuais de *família*, *estamento*, *classe* ou *casta* são insuficientes para descrever a forma de “pertencimento” que tem feito do Itamaraty uma espécie de confraria. Acresce que há um consenso generalizado de que – ressalvado o aspecto organizacional – o sistema se rege em seus momentos decisivos por regras não escritas, só acessíveis aos iniciados. Não fosse assim, a Chancelaria não estaria correspondendo a sua razão de ser: a diplomacia começa naturalmente dentro do próprio lar.

Como já sugerido, a questão se desloca em última análise para o modo de fazer, ou seja, o próprio processo que forja a esperada e desejada coesão da instituição ou do grupo. Naturalmente, esse processo tende a variar com o tempo, talvez para permanecer igual. É graças a uma

*cordialidade* muito própria – e, de resto, bem brasileira – que o Itamaraty tem resistido a uma plena racionalização weberiana. Contudo, o que no começo era uma “elite” rigorosamente selecionada passou a ser um “funcionalismo” de proporções razoáveis, com agregados paradiplomáticos. A inevitável ampliação do Ministério torna mais prementes os imperativos da burocratização impessoal. Sendo assim, o proverbial *amor à Casa* talvez se torne mais raro; haverá certamente uma mudança qualitativa, com saldo incerto.

Mais uma razão para perguntar: o que explica em definitivo o alegado *ethos* da *Casa*? O que permite a impressão de que haja efetivamente um *esprit de corps* no Itamaraty? É, como às vezes se pretende, uma *visão do mundo* com características próprias? Não seria melhor falar em um *modo de percepção* que os diplomatas acabam tendo em comum? Em outras palavras, como o Itamaraty realiza sua renovada autocompreensão?

A resposta já foi sugerida: a *Casa* existe concretamente porque desenvolve uma língua própria – não é fruto de uma abstração. A língua não é determinada; ao contrário, ela determina. Hans-Georg Gadamer – reformulador da hermenêutica – ensina que “a linguagem é o *medium* universal em que se realiza a própria compreensão. A forma de realização da compreensão é a interpretação”.<sup>614</sup> Ora, o trabalho diplomático é um permanente exercício de interpretação; a inflação de palavras – espaço para a divergência – é um problema crônico da Secretaria de Estado. Pela mesma razão, a palavra é o amálgama mais forte da instituição.

Vale observar, a propósito, que o ensino da “linguagem diplomática”, como tal, é presa fácil dessa armadilha, ao tratar o tema como objeto isolado de currículo ou matéria de catálogo. Absorver a linguagem dita diplomática não é apenas aprender a escrever telegramas ou memorandos de forma fiel às práticas convencionais. A língua não é um simples instrumento – é fonte de criação. O papel do *Rio Branco* nesse particular é fundamental. Técnicas de redação podem ser ensinadas, mas desde que fique claro que a tecnicidade não substitui a criatividade – esta é o apanágio

---

614 Gadamer, H-G – *Ibidem*, vol.I [392]; p. 503.

da linguagem, mas é também o seu tormento. Por isso mesmo, como nos lembra Zygmunt Bauman, “a ambivalência não é produto da patologia da linguagem ou do discurso. É, antes, um aspecto normal da prática linguística. [...] ...é o *alter ego* da linguagem”.<sup>615</sup> O dito não esgota o não dito.

Mais uma vez, a Cerimônia de Formatura das turmas do *Rio Branco* é um momento privilegiado para apreciarmos este fenômeno da emergência da linguagem. Formalmente, é o dia em que a *Casa* acolhe seus novos hóspedes, que querem naturalmente causar boa impressão através de seu porta-voz, o orador da Turma. Depois dele, vem a fala do Paraninfo da Turma e, em seguida a do Ministro de Estado como dono da *Casa*. Culminando o evento, será ouvido o Presidente da República. O discurso é o elemento chave de todo o ritual iniciatório e propiciatório. Poderia dizer-se que é o normal nessas ocasiões, exceto pelo fato de que o discurso esteve conspicuamente ausente na cadenciada Cerimônia de Condecorações que tem lugar no mesmo dia no saguão principal do Palácio, bem mais exposto.<sup>616</sup> Nesta última foram admitidas “pessoas de fora”; diferentemente, no auditório do subsolo, a formatura é uma cerimônia mais reservada, em princípio para os convidados dos formandos, além de autoridades. O contraste põe em relevo a palavra e dois modos simbólicos de interação.

A língua é um patrimônio coletivo, mas seu uso é individual. De qualquer forma, é por meio dela que se performa de modo contínuo a filiação dos novatos ao grupo profissional. Por destinação, uma Chancelaria se nutre de um constante processo de diálogo e de negociação. Melhor dizendo, é um “fazer junto” (*doing things together*<sup>617</sup>). O diplomata vive em reuniões ou *por reunião*, face a face ou a distância.

No que chamamos de *fazer diplomático*, a língua – ou sua omissão – é o elemento principal. Mas nem a língua, nem o fazer são dados *a priori* – são produtos históricos. É o que os gregos conceituaram como *eidos*, que literal-

---

615 Bauman, Zygmunt. – *Modernity and Ambivalence* (1991). Ver “Introdução”.

616 Para ser exato, a ausência de discursos não elimina o borburinho do clima festivo. O precário silêncio também é pontuado pelo locutor oficial da cerimônia, mas sua participação é impessoal.

617 Becker, Howard S. – *Doing Things Together* (1986).

mente significa “aspecto ou aparência” e filosoficamente tem o sentido de “forma ou essência”. Por isso mesmo, na medida em que essa língua tende a se imobilizar em *fórmulas*, ela se enfraquece e se esteriliza. Podemos concluir que uma autêntica educação deve ter na linguagem seu foco principal: significa entender que a realidade é uma oferta de possibilidades de sentido. Que nos fixemos em um sentido em determinado momento, não garante absolutamente que este seja o único e muito menos o definitivo.

### “MOÇO DE RECADOS”

Permanece vivo na memória do MRE um episódio momentoso: o desabafo do Embaixador Vasco Leitão da Cunha diante da prepotência de Jânio Quadros. O diplomata declarou na ocasião, em aparente desafio ao Presidente: “O Secretário-Geral do Itamaraty não é um moço de recados”.<sup>618</sup> A Chancelaria transmite mensagens, mas com voz própria – negá-la é negar sua razão de ser. Se o Itamaraty for privado de sua língua, ele deixa de existir. O episódio tem um simbolismo que transcende sua dimensão objetiva. Ao deus Hermes se atribuía a função de emissário, nunca a de *pau mandado*.

Se projetada para dentro do próprio MRE, a reação do Chefe da *Casa* poderia ser entendida como um convite à subversão. Na boca de um Terceiro Secretário, a afirmação de autonomia teria a mesma legitimidade? Qual a linha divisória entre o funcionário e o indivíduo? Max Weber proclamou que a burocracia é o instrumento por excelência do Estado moderno, mas alertou também para “o abismo que separa o burocrata do político”. Com realismo e alguma candura, acrescentou: “O funcionário público deve sacrificar

---

618 Em síntese, o episódio envolveu a presença na Alemanha dividida de duas missões brasileiras de alto nível: João Dantas em Berlim e Walter Moreira Sales/Roberto Campos em Bonn. O Brasil reconhecia a Alemanha Ocidental, que protestou contra a delegação enviada ao lado comunista, à revelia do Itamaraty.

suas convicções às exigências da obediência; o político deve rejeitar publicamente a responsabilidade por ações políticas que se chocam com suas convicções e deve sacrificar seu cargo a essas convicções”.<sup>619</sup> É sob este prisma que caberia analisar o episódio em questão.

É claro que qualquer ato de rebeldia põe em risco a hierarquia, tida como um esteio fundamental da instituição. No caso, o ponto é outro. Na qualidade de Ministro interino, o SG respondeu a uma situação de emergência, que punha em risco a própria credibilidade dos compromissos do Estado brasileiro com a comunidade internacional. Enquanto funcionário do Itamaraty, Leitão da Cunha não pretendeu marcar uma discordância com a política externa do Governo, mas deixou claro que desaprovava o *modus faciendi* do Presidente heterodoxo. Diante da repetida desqualificação da autoridade do Ministério<sup>620</sup>, o Embaixador atuou como devia, em nome da instituição e de sua própria integridade. Em última análise, o indivíduo Dr. Vasco arriscou-se para defender a *Casa*, tratada com desca-so pelo Chefe de Governo, com a complacência do Chanceler titular.<sup>621</sup> Repetiu-se o grande embate de Antígona, mas em palco burocrático.

Leitão da Cunha acabou pedindo afastamento do cargo de confiança e Jânio fez saber que assinou o decreto de demissão “com lágrimas nos olhos”<sup>622</sup> – lágrimas de crocodilo, certamente, já que o Presidente de seis milhões de votos não perdia oportunidade para um gesto teatral. Quanto

---

619 Weber, Max – “Burocracia e Política Externa” in *Parlamentarismo e Governo numa Alemanha Reconstituída* (1918).

620 Durante os sete meses incompletos do Governo de J. Quadros, o Itamaraty foi campeão no recebimento dos famosos “bilhetes” do Presidente: no total calculado de mais de 1500 (entre 23 de fevereiro e 22 de agosto), 411 foram destinados ao MRE, uma média de três por dia. As mensagens – em geral incisivas – continham muitas vezes ordens diretas aos escalões correspondentes, sem passar pela cúpula da Chancelaria. Cf. Leite Barbosa, C.A – *Ibidem*, p. 44. Às dificuldades do dia a dia, acrescente-se que Jânio prejudicou a instituição ao abusar da prerrogativa de nomear Embaixadores de fora da carreira. De forma intempestiva, também reduziu drasticamente a remuneração dos diplomatas no exterior, o que causou sérios problemas pessoais.

621 Ver os reflexos na imprensa in Chagas, Carlos – *O Brasil Sem Retoque 1808-1964*.

622 Cf. Leite Barbosa, C.A. – *Ibidem*, p. 329.



ao Ministro Afonso Arinos – acostumado a se curvar ante as arbitrariedades do imprevisível homem da vassoura – “saiu incólume” do entrevero.<sup>623</sup>

*Moço de recados!* Não quer dizer que o britânico Dr. Vasco (filho, aliás, de mãe inglesa) tenha dito a frase com segundas intenções – era muito elegante para isso. Mas há uma leitura subentendida que se aplica a Afonso Arinos. Preocupado com o juízo da posteridade, o Senador udenista – subitamente aliado a um líder populista – não fez mais do que manter a aparência de que se colocou do lado de seu mais importante (e fiel) colaborador.<sup>624</sup>

Vale aqui um comentário adicional. Afonso Arinos, nas memórias correspondentes a seu tempo de Chanceler (*Planalto*), usa as palavras mais depreciativas com referência às “chefias” e aos “velhos diplomatas” do Itamaraty: “... pessoal esclerosado, em uma diplomacia epicurista, de salões e viagens, de reverências e falsas tradições”. Afirma que “o grupo dominante do Itamaraty” (*sic*) é na verdade herdeiro das “tradições do mordomo do Barão... e nunca do Barão”.

Fugindo ao estilo mineiro, o companheiro de partido de Carlos Lacerda nunca foi tão explícito. Mas deixou uma porta aberta, pois fez uma reserva que é ao mesmo tempo uma intriga: declara que o juízo condenatório não se aplica “à geração moça de diplomatas que, na sua quase totalidade, despreza os chefes”.<sup>625</sup> Nada se compara, porém, em termos negativos, à passagem do livro em que Arinos – depois de fazer referência ao Chanceler nazista Von Ribbentrop – estigmatiza a “escola do fascismo diplomático internacional, inclusive, nos dias de hoje, aqui no Brasil”.<sup>626</sup>

---

623 Chagas, C – *Ibidem*, vol. 2, pp. 823-24.

624 Segundo seu próprio relato, Leitão da Cunha pediu demissão (nobrememente) para que Arinos pudesse se manter no cargo (*Diplomacia em Alto-mar*, p. 223). Não obstante, Arinos parece condenar seu subordinado e se declara injustiçado (*Planalto*, p. 132). Ironicamente, o gesto desassombrado do SG angariou-lhe a simpatia dos militares, o que contribuiu para que seu nome fosse lembrado para Chanceler, consumada a deposição do Governo de João Goulart. Cf. Leitão da Cunha, V. – *Ibidem*, p. 268).

625 Arinos, Afonso – *Planalto (memórias)* vol. 3 – s/d, p. 60, destaque acrescentado. Dr. Vasco dá um depoimento totalmente diferente: “A convivência da Casa com o Ministro [Arinos] foi boa, mas com o Presidente [J.Q.] não foi propriamente harmoniosa. Era um pouco cacofônica...” (*Diplomacia em Alto-mar*, p. 225).

626 Arinos, A. – *Ibidem*, p. 22.

Pela gravidade e pela generalidade, são acusações surpreendentes, tendo em vista, sobretudo que o Chanceler de J. Q. teve assessores imediatos irrepreensíveis como Mário Gibson Barboza (Chefe de Gabinete), sem falar no próprio Leitão da Cunha (Secretário-Geral).

Curiosamente, não terminou aí o controvertido episódio. Pouco mais tarde, o Presidente deu instruções a San Tiago Dantas – designado como Embaixador na ONU – para que “preparasse” a candidatura de Leitão da Cunha, então sob licença, ao cargo de Secretário-Geral das Nações Unidas. Tratava-se, nada menos, de pleitear o posto que tinha sido ocupado por Dag Hammarskjöld.<sup>627</sup> Três dias depois, com o anúncio da renúncia de Jânio, tudo desabou como um castelo de cartas montado na areia. Sintomaticamente, Arinos não se pronunciou sobre o desmonte, início de uma longa crise; o memorialista limita-se a contar que enviou um telex recomendando que o Congresso recusasse a renúncia do Chefe do Governo – simples assim.<sup>628</sup> Vejamos a sequência.

## TROCA DE GUARDAS

A geração que ingressou no Itamaraty por volta de 1960 sofreu grandes percalços, marcada que foi tanto pelo entusiasmo como pela frustração. Os “tempos sombrios” – para lembrar o poema de Brecht dedicado à posteridade – são dolorosos, mas são também instrutivos.<sup>629</sup> Fundamentalmente, a obscuridade – ruptura da confiança e da credibilidade – é testemunho de crise, como fonte e como fruto. Sob esse prisma, com o risco de algumas digressões, é forçoso nos determos em uma das fases

---

627 Leitão da Cunha, V. – Ibidem, p. 224. A informação foi confidenciada – por San Tiago a Leitão da Cunha pouco antes da fatídica renúncia de Jânio. Tanto a remoção de Dantas, como a projetada candidatura do Dr. Vasco, foram automaticamente arquivadas.

628 Arinos, A – Ibidem, p. 168 e seg., (entrada de “30 de dezembro” [1967] nas *Memórias*).

629 Vale citar o livro de Hannah Arendt dedicado ao tema: *Men in Dark Times* (1955).

mais críticas da evolução política brasileira. Nesse período, foram ignoradas as conquistas de mais de um século de lento processo civilizatório e a própria identidade do país foi posta a prova de maneira radical.

A renúncia de Jânio Quadros foi o sinal verde para o início da conspiração que culminaria no golpe militar de março/abril de 1964. Não há, contudo, feitiço humano que prevaleça contra a história, tenha o nome de Napoleão, Hitler ou Império Romano. No Brasil, a quartelada de 1964 não poderia ser exceção: aos 31 de março seguiu-se, inevitavelmente, o Primeiro de Abril, o chamado *dia dos tolos*.<sup>630</sup>

Para começar por um traço de época, não é fora de propósito conjecturar que – para os brasileiros em geral – a Guerra Fria talvez tivesse permanecido como algo relativamente distante, a despeito do impacto decorrente da revolução cubana e de seus desdobramentos. Contudo, através de uma teoria importada, o conceito foi injetado na equação política interna – disso se encarregou a famosa Escola Superior de Guerra. Dos 102 generais da ativa em 1964, dez foram professores na ESG, além de outras características comuns: era o chamado “Grupo da Sorbonne”.<sup>631</sup>

A gênese do grupo ilustra um encadeamento histórico. Na seqüela da participação militar brasileira na II Guerra, militares brasileiros foram convidados a visitar os EUA e lá se encantaram com o *Superior War College*.<sup>632</sup> Estava dada a matriz para a nova ESG e para o ideário que prevaleceu depois de 1964. Na década dos '50, Golbery do Couto e Silva (1911-87) foi instrutor na Escola, onde desenvolveu a doutrina da segurança nacional.<sup>633</sup>

---

630 Segundo o historiador Hélio Silva, “há uma singularidade nas revoluções brasileiras. Elas acontecem na véspera”. (1926: *a Grande Marcha – a Coluna Prestes*, frase de abertura). Sendo assim, a data efetiva da Revolução de 1964 seria Primeiro de Abril, dia em que a mentira é consensualmente permitida.

631 Cf. Stepan, Alfred. – *The Military in politics – Changing Patterns in Brazil*, (1971), pp. 237-240.

632 Em 1968, em entrevista ao *brazilianista* Alfred Stepan, acima citado, o General Golbery declarou: “The FEB was not only important because of going to Italy. Possibly even more important, the FEB members went to the United States and saw at first hand a great democratic industrial power. It was an opening of horizons. Id. *Ibidem*, p. 243. O primeiro diretor da ESG foi o General Cordeiro de Farias, prestigiado chefe de artilharia na FEB, que ascendeu a General-de-Brigada em 1942; ele completou 25 anos de generalato, treze no mais alto nível.

633 Data de 1955, seu livro *Planejamento Estratégico*; em 1966, publicou *Geopolítica do Brasil*.

Desligando-se do serviço ativo do Exército em 1961, o então Coronel Golbery foi promovido automaticamente a General (de pijama) e dedicou-se a um proselitismo mais intenso e mais amplo. Para ilustrar o clima da época, vale recordar que – logo depois da renúncia de Jânio Quadros – Golbery fundou o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais – IPES. Era um Instituto de fachada que atuava como uma organização “ironicamente muito semelhante ao Partido Comunista”.<sup>634</sup> “Nos bastidores, sempre nos bastidores”, o IPES agia por intermédio de tentáculos que se tornariam penosamente notórios: o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e os Comandos de Caça aos Comunistas.<sup>635</sup> O coroamento desse trabalho “pedagógico” foi dado pelas estridentes “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”; em São Paulo, o movimento chegou a reunir 200 mil pessoas, mas a presença de Deus não foi confirmada.

Curiosamente, a linha seguida por Golbery corresponde à do “intelectual orgânico”, conforme a prescrição formulada pelo marxista Antonio Gramsci. Vale dizer que o mítico Dr. Gô foi instrumental para a construção de uma nova “hegemonia”, partindo da premissa de que “sem manifestações inequívocas da opinião pública, as Forças Armadas jamais se disporiam a intervir no processo político”. A disposição existia, graças a ESG; faltava a mobilização do “bloco histórico”, para o que deveriam contribuir os meios de comunicação, devidamente sensibilizados e fartamente financiados por fontes norte-americanas. Para tanto, o Embaixador Lincoln Gordon teve uma participação decisiva<sup>636</sup>; como diplomata, o ex-professor de Harvard correspondeu à mais abominável tradição de Bizâncio: usou convictamente da fraude e da intriga.<sup>637</sup>

---

634 Chagas, Carlos – *O Brasil sem retoque 1808-1964 – A História contada por jornais e revistas* (2001), volume 2, pp.1023-25.

635 Ver a propósito a ampla pesquisa do Professor René Dreifuss. *1964 – A Conquista do Estado* (1981).

636 Ver, a propósito, *O Dia que durou 21 Anos*, documentário de Camilo Tavares (2012). O filme se beneficiou de amplo material recentemente liberado pelo Departamento de Estado.

637 “The chief occupation of envoys dispatched by Constantinople was not to foster peace and friendship but to foment feuds and rivalries between the tribes on the outer borders of the empire.” Thayer, Charles W. *Diplomat* (1959), p.42.

Vitoriosa a conspiração militar, Golbery pode encaminhar um projeto longamente acalentado: a criação do Serviço Nacional de Informações foi aprovada por lei em julho de 1964. Golbery definiu-o como um “órgão introvertido”: era o mesmo que dizer que o Serviço deveria ser invulnerável e impenetrável.<sup>638</sup> Com efeito, o SNI só prestaria contas ao Chefe do Governo; gozaria, assim, de mais imunidade do que sua congênere americana, a *Central Intelligence Agency* (CIA), que não escapa do controle do Congresso. Até a KGB soviética – dependente do Partido – não dispunha de tanta autonomia.<sup>639</sup> O SNI emplacou dois Presidentes (Médici e Figueiredo<sup>640</sup>) e, com o tempo, passou a ameaçar o próprio Estado, depois de haver feito da sociedade civil um constante objeto de presa, sob o pretexto de protegê-la. “Criei um monstro” – Golbery (já então indisposto com o sucessor de Geisel) reconheceu com surpreendente cândura e sem a devida autocrítica. Três palavras não bastam para eludir a responsabilidade por uma das maiores aberrações da história nacional. O fato é que a violência estava no gene da *Revolução*, que pretendia ser redentora, mas que – segundo seu principal líder – não era para ser nem mesmo uma *revolução*.<sup>641</sup>

O regime alimentou outros vícios de origem. Passada a crise dos mísseis em Cuba (outubro de 1962), vieram sinais inequívocos de que os EUA e a URSS estavam costurando um modo de convivência, mas o pensamento defasado da Escola da *Praia Vermelha* – irônica geografia – se aferava à premissa da intransponível cisão entre o Leste e o Oeste. A partir

---

638 “O exercício desta autonomia fez com que estes órgãos [de segurança] definissem, eles mesmos, no quadro de sua privacidade secreta, as suas regras... não apenas da preservação da segurança, mas, também, da definição da legitimidade, estipulando *moto proprio*, para cada situação, o grau de coerção que reputam necessário”. Lafer, Celso. *O Sistema Político Brasileiro* (1978), pp. 118-19.

639 A pertinente comparação foi feita por Gaspari, E. *Ibidem*, p. 156.

640 Na administração Figueiredo, contando o próprio Presidente, eram oito os egressos do serviço secreto – alguns pioneiros – que compunham a cúpula do Governo.

641 “Castello queria um ato institucional que durasse só três meses. Assinou três. Queria que as cassações se limitassem a uma ou duas dezenas de dirigentes do regime deposto. Cassou cerca de quinhentas pessoas e demitiu 2 mil. Seu governo durou 32 meses, 23 dos quais sob a vigência de outros 37 atos complementares, seis deles associados aos poderes de barão e cutelo do Executivo”. *Id. Ibidem*, p. 137. Segundo Roberto Campos, o Ato Institucional nº 2 (out. 1965) – que foi uma rendição à linha dura – representa a “autocassação” de Castello. Campos R. *Ibidem*, p. 777.

daí, elaborou-se uma parafernália de conceitos muito convenientes para uma política de fechamento autoritário: segurança coletiva, soberania limitada, fronteiras ideológicas, Movimento Comunista Internacional (MCI), hegemonia necessária, repartição internacional de tarefas, defesa integral, sub-liderança regional, preferências hemisféricas, etc. Na época, essas fórmulas mágicas equivaliam à verdade revelada ou à sabedoria infusa: eram repetidas à exaustão pelos porta-vozes da autointitulada *Revolução*.

Acrescente-se a esse caldo de mantras uma cândida confiança na solidariedade interamericana: estava pronta assim a doutrina dos “círculos concêntricos”, obra-prima da subserviência cultural, a que já nos referimos.<sup>642</sup> O círculo maior, o Ocidente, detinha “as relações prioritárias”; a estreiteza da concepção era tal que não sobrou espaço nem para a África, nem para o Oriente. Na época, um ilustre historiador – que havia sido professor no *Rio Branco* por muitos anos – qualificou a chamada *política da interdependência* como “ideologia do suicídio nacional”.<sup>643</sup>

Tudo isso, hoje, faz parte do entulho da história, mas a recordação é válida como o exemplo acabado das piruetas de que é capaz a razão quando parte de “ideias” que, por assim dizer, se *descolam* mais e mais da experiência concreta. O caso de Golbery é exemplar: o *Bruxo* foi o grande mentor intelectual do golpe de 1964, como foi – dez anos depois – o mentor da retirada militar (chamada de “abertura”) iniciada no Governo de Geisel.<sup>644</sup>

Como se explica esta reversão? Aconteceu o que era para acontecer: os mentores intelectuais do movimento – que pretendiam regenerar o

---

642 Em estilo característico, o General Sylvio Frota afirma que essa “diretriz magnífica” foi “apedrejada pelos fariseus do século por contrapor-se às idéias alienígenas dos nacionalistas de Moscou e seus inocentes comparsas...” – *Ideais Traídos* (2006), p. 649.

643 Rodrigues, José Honório. *Interesse Nacional e Política Externa* (1966), p. 7.

644 Além de conspirador contumaz, Golbery tinha um inegável talento diplomático: distinguiu-se por conviver com o poder sem se expor ao poder. Criador e chefe do SNI, ele se autodefiniu como *Ministro do Silêncio*, o que contribuiu para sua longevidade política. Roberto Campos deu o seguinte testemunho sobre o “mago”: “O poder que queria era o de Fouché, o poder atrás do trono, e não o exibicionismo estratégico de Richelieu”. Na verdade, Golbery foi Père Joseph e Richelieu ao mesmo tempo: mostrou-se um operador político sempre de prontidão e sempre como “eminência parda”. Seria difícil conceber um tal personagem em um ambiente de plena democracia.

país – logo perderam o domínio das próprias bases. Diz o cronista: “... a obsessão pela ordem pública e a desordem nos quartéis conviveram esquizofrenicamente”.<sup>645</sup> O desdobramento era previsível a partir do momento em que a teoria teve que passar pelo teste da práxis, ou seja, o exercício miúdo do poder. Guardadas as proporções, é o caso de lembrar que – na Revolução Francesa – a Convenção Nacional, minada por divisões internas, gerou o Terror sangrento; depois veio o cinismo cansado do Diretório; finalmente, a entrega do poder ao Consulado personalista.

Em um processo fora da lei como o iniciado em 1964, era inevitável que os “intelectuais” fossem ultrapassados pelos “zurrapas”, como Ernesto Geisel definia os jacobinos verde-oliva e associados de direita. O “lacerdismo” moralista, antes de ser igualmente descartado, serviu de acicate para a caça indiscriminada aos corruptos e aos “subversivos”. A facção dos “fervorosos” não custaria a emergir da mesma estufa teórica dos “moderados” – eram plantas da mesma semente autoritária, ungida pela verdade messiânica e, portanto, com isenção plenária. A diferença entre Golbery e Sylvio Frota é apenas de grau – aquele acrescentou a astúcia ao primarismo.<sup>646</sup> Astúcia também não faltou a Costa Silva, que “se orgulhava de só ler palavras cruzadas”.<sup>647</sup>

Já no fim de seu mandato, Castello Branco se rejubilou com “a antecipação das ideias” promovida pela ESG. Quanto a *ideias*, a reivindicação seria até compreensível, mas quanto à *práxis* – que é o que conta em política – não houve antecipação. Segundo o primeiro líder da *Revolução*, a “doutrina” da Escola havia sido incorporada à moldura institucional do país. Acontece

645 Gaspari, Elio. *A Ditadura Envergonhada* (2002), p. 140.

646 Abstraindo-se o inequívoco aspecto ideológico, o nível intelectual do Gal. Frota se evidencia desde logo pelas citações pedantes e primárias que entremeiam o texto de *Ideais Traídos*, já citado. Um exemplo: com referência ao hoje comprovado assassinato de Wladimir Herzog nas dependências do DOI/CODI do II Exército, a autor recorre ao “famoso filósofo” (*sic*) Wiil Durant para comentar a exclamação de Pilatos (“– Mas o que é a verdade?). Arremata sua defesa dos torturadores com esta pérola de má fé: “Nesse entrechoque de versões capciosas com corretas descrições, muitas vezes encontrá-la [a verdade] é versão afanosa. Os acontecimentos de São Paulo, para muitos, ainda a têm encabuçada, na revoltante insinuação de que as autoridades militares estão a escondê-la. As instituições como o Exército estão acima dos homens e nunca poderão ser atingidas ou maculadas por atos condenáveis que estes pratiquem”. *Ibidem*, p. 235. Com efeito, a verdade estava “encabuçada”.

647 Cf. Gaspari, Elio. *Ibidem*, p. 139.

que essa moldura seria cada vez menos a de um Estado de direito. Em 1968, Costa e Silva rasgou a fresca Constituição do ano anterior; para tanto, teve a prestimosa colaboração do Ministro da Justiça, Gama Filho, “uma personagem de comédia extraviada num drama”.<sup>648</sup> A ditadura prescindiu da máscara – bastava-lhe a ilusão salvacionista, ou seja, a “consagração do arbítrio” que Castello Branco lutou para ceifar em seus mil dias de governo.

## MINISTÉRIO DO SILÊNCIO?

Com humor britânico, o Embaixador Vasco Leitão da Cunha definiu o predicamento fundamental de uma instituição como o MRE: “... somos um ministério desarmado. O nosso espadim é para fazer cócegas...”<sup>649</sup> Desarmado ou não, o Itamaraty iria absorver o choque da ruptura constitucional de 1964, a despeito de algumas escoriações lamentáveis. Nesse transe, foi decisiva – de imediato – a autoridade moral do próprio Dr. Vasco, talvez o derradeiro representante da chamada “velha guarda”.<sup>650</sup>

Por vinte anos, o Itamaraty conseguiu ficar relativamente imune ao regime autoritário. Foi uma exceção dentro de um quadro desolador de expurgos, cassações, perseguições, torturas e banimentos. O MRE não escapou da sanha de depuração revolucionária, mas foi uma autodepuração de proporções mínimas. Assim, manteve-se a aparência e, sobretudo, evitaram-se excessos. Isso quanto à integridade orgânica do Itamaraty. Nem por isso, em termos institucionais ou individuais, o MRE ficou isento de participação

---

648 O perfil foi traçado pelo conceituado Carlos Castello Branco em sua coluna no extinto *Jornal do Brasil*.

649 Leitão da Cunha, V. – *Ibidem*, p. 174.

650 Ver a propósito o depoimento do próprio Leitão da Cunha (*Ibidem*, p. 39; p. 275 e seguintes). Em um momento crítico para o Itamaraty, Dr. Vasco acabou personificando a face mais tradicional de sua geração, mas em sentido positivo. Com coragem, ele protegeu a Casa da sanha indiscriminada dos “revolucionários” de 1964: “Entrem aqui para verem o que acontece! Vão para o pau!”. Daí o epíteto de “Chanceler da trincheira”.



na política repressiva dos Governos de exceção. Essa convivência pode ter sido “relutante” ou “recalcitrante”<sup>651</sup> – em retrospectiva, isso não a torna menos nefasta, pelo que se sabe ou não se sabe, já que o tema ainda não foi esclarecido, a bem da verdade. O que se pode afirmar é que o Centro de Informações do Exterior – *escondido* no organograma do MRE, com siglas de fachada – estava resguardado por arquivo próprio, fora da rede regular da Casa. Mas o CIEX deixou rastros, inclusive porque tinha papel timbrado. Em 2007, ressurgiram denúncias na imprensa, com destaque.<sup>652</sup>

Por igual, vale assinalar que o entrosamento da diplomacia brasileira com a chamada *comunidade de informações* foi singular, sob mais de um aspecto. Em um livro fartamente documentado de 2005, pode-se ler: “Se a *comunidade* tinha um órgão de excelência, este era o serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores... Um caso raro de serviço de fato secreto... Os espíões de punhos de renda se mostraram mais espertos que seus colegas fardados”.<sup>653</sup> A excelência, nesse caso, não é motivo de orgulho, nem pode ser atribuída a simples má fé. Também não é produto do acaso.

Em tempos tão funestos, a independência mantida pelo MRE se deveu à couraça de sua reputação? Em um primeiro momento, sim. Como mencionado acima, o Itamaraty foi salvo do ímpeto da devassa graças à reserva de autoridade da Casa de Rio Branco, o que ficou gravado no gesto desasombroso de Leitão da Cunha, parando o impetuoso General Taurino nos portões do Palácio da Rua Larga.

Mas há quem sustente, com abundância de citações, uma interpretação distinta: o Itamaraty não precisaria ser controlado porque a própria instituição exerceria instintivamente seu autocontrole, sempre em

---

651 Ver Almeida, Paulo Roberto de. “Do alinhamento recalcitrante à colaboração relutante: o Itamaraty em tempos de AI-5” in *Tempo Negro, temperatura sufocante* (vários autores, 2008).

652 Em 2007, o jornalista Cláudio Dantas Sequeira publicou várias reportagens no *Correio Braziliense* sobre o chamado *Centro de Informações do Exterior* (CIEX), que no MRE teve os nomes anódinos de *Assessoria de Documentação de Política Exterior* (ADOC) e de *Secretaria de Documentação Política Exterior* (SEDOC). Indagado oportunamente sobre a matéria publicada, o então Chanceler Celso Amorim declarou não ter comentários a fazer, segundo o jornal *O Globo*, em 15 de dezembro de 2007.

653 Figueiredo, Lucas. *Ministério do Silêncio – A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula 1927-2005* (2007), pp. 275-78.

conformidade com o poder de turno.<sup>654</sup> A tese a que me refiro merece registro porque, entre nós, é um dos poucos estudos que procura desvendar o que chama de “configuração do *homo diplomaticus*”.<sup>655</sup> Para tanto, o autor recorre a Pierre Bourdieu (1930-2002), sobretudo ao conceito de *habitus* do sociólogo francês: o agir diplomático seria um comportamento internalizado tendente a criar uma espécie de “blindagem, em todos os casos, em qualquer tempo e a qualquer custo”.<sup>656</sup> Dessa forma, o agente defenderia e preservaria a instituição.

A tese não explica como o dito *habitus* (outro nome para repetição) é compatível com um talento especial para a “acomodação”, o que obviamente envolve criatividade. A teoria dá como certo exatamente o que se propõe a demonstrar. A sugestiva monografia chega a comparar o *habitus* (diplomático) a “disposições como que atávicas”, tudo “em prol do ambiente profissional”.<sup>657</sup> Assim, o diplomata é descrito como um ser adaptável a qualquer contexto, não importa se ditatorial ou democrático – mas “por razões estruturais”, cujo metabolismo não é posto em questão. Nessa linha, chega a ser feita uma analogia com o *apparatchik* russo, entendendo-se que a ênfase não é posta na fidelidade ideológica. De qualquer forma, o diplomata seria um disciplinado instrumento do Estado, pouco sensível e mesmo refratário a “exames fundamentados em teor ético”.<sup>658</sup>

Diante da ameaça de interferência de fora – segue o argumento – o Itamaraty estaria aparelhado para reagir de forma fria e operacional. Com a democratização de 1984, o camaleão teria mudado novamente de pele, com igual naturalidade. Mas manteve um inaceitável silêncio sobre

---

654 Ver Batista, David do Nascimento – *Habitus Diplomático – Um estudo do Itamaraty em tempos de regime militar (1964-1985)*; UFPE, 2010.

655 “... os diplomatas não orientam suas ações por ideologias; aspecto esse que paulatinamente leva a desenvolver um senso de proporção e de equilíbrio capazes de lhes permitir operar com precisão cirúrgica a discriminação entre as esferas de Estado e de Governo, tornando-os infensos a representar o papel de caudatários de acontecimentos e/ou de visionários voluntaristas...” – Id. *Ibidem*, p.23.

656 Id. *Ibidem*, p. 37.

657 Id. *Ibidem*, p. 278.

658 Id. *Ibidem*, p. 291.

os pecados cometidos em “um passado que felizmente deixou de existir”, segundo um porta-voz do Ministério.

Ora, a única coisa certa é que o *passado*, como tal, não se apaga. E não convém que seja esquecido, sob pena de que haja indesejável reincidência. Essa é a denúncia da tese, provocante sob muitos aspectos e válida em sua intenção. Nessa linha, o autor arremata com uma teoria extraída dos supostos “radicais sociológicos” academicamente invocados:

*... ontem, como hoje, o Itamaraty permanece em seu elemento: não ser o que é. Esse o seu segredo e a sua virtude: a capacidade de ser e de não ser; de definir-se provisoriamente, mediante uma habil e oscilante postura de indefinições, diante dos fatos.*<sup>659</sup>

Embora fale ironicamente em virtude, este juízo tem um sinal obviamente negativo. O estudo sustenta que – em 1889, 1930, 1937, 1964 – o Itamaraty fez o reincidente papel de “curinga”, um ser sem personalidade própria e que nessa indefinição tinha sua serventia, isto é, sabia acomodar-se a qualquer situação e dela tirar partido.<sup>660</sup> Moralmente falando, a ambiguidade implicaria falta de espinha dorsal.

O curioso é que, no estudo citado, o crítico do Itamaraty acerta, mas querendo provar o contrário. Ao passar insensivelmente da sociologia à ontologia, ele valoriza justamente o argumento oposto. Ambiguidade não é o mesmo que disfarce, “pragmatismo”, engodo, descompromisso, traição, etc; pode ser tudo isso, mas não é necessariamente *isso*. Recordemos um personagem que já nos é familiar: sem ser crédulo, o Conselheiro Aires “professava virtualmente todas as crenças deste mundo”<sup>661</sup>. Para Machado de Assis, esse seria provavelmente o diplomata ideal.

---

659 Id. *Ibidem*, p. 291. Vale a pena comparar com a seguinte confissão de um renomado diplomata, Aristide Briand (1862-1932), conhecido como “o apóstolo da paz” “... je n'ai aucun parti pris. Je regarde les événements et je tache de m'y adapter. En politique, on ne peut négliger aucun élément humain. Sur lechiquier, un bon joueur se sert avec le même soin du fou et du roi”.

660 Id. *Ibidem*, p. 285.

661 Machado de Assis. *Esau e Jacó*, Cap. XXXVIII (“Chegada a Propósito”).

Na diplomacia, a ambiguidade é uma arma funcional, o que não quer dizer absolutamente que a mentira esteja liberada.<sup>662</sup> De resto, o compromisso com a verdade comporta uma dose permanente de relativismo ou de *falibilismo* – o nome pode variar, mas significa o mesmo: a certeza não é um dado, é uma construção do homem entre outros homens.

Se há um *habitus* diplomático é o da convivência diária com a volubilidade dos fatos. A diplomacia se distingue por um característico *modo de fazer*, o que não se deve confundir com *hábito de ser*, conceito substancialista que conduz a uma petição de princípio. A conjectura de que a existência precede a essência vale certamente para a política e, com mais razão, para a diplomacia. De resto, uma realidade anárquica – como se diz que é a das relações internacionais – conspira para que o agente se comporte de forma anárquica ou aparentemente anárquica. Uma reflexão um pouco mais abrangente vai levar à conclusão de que a realidade é em si mesma dissimulada: a ambiguidade é inerente à própria existência.<sup>663</sup> Lévi-Strauss expressou isso com elegância em um livro que teve o Brasil profundo como inspiração: “La nature du vrai transparait déjà dans le soin qu’il met à se dérober”<sup>664</sup> Além das lições dadas pela história, a filosofia contemporânea mostra à sociedade que o *sujeito* não é – ele se *faz*.<sup>665</sup>

No caso concreto, o alegado passivo – a rendição perversa ao *status quo* – deve ser confrontado com o ativo político, tendente à regeneração. As duas faces se contrapõem, mas estão coladas. Não cabem aqui interpretações fragmentadas – antes se confirma que a diplomacia vê a política sob uma ótica própria. Se o Itamaraty foi conivente com os abusos do regime

---

662 É o sentido da frase de Gibson citada no texto: “O agente diplomático pode até mentir... mas não pode mentir pensando estar falando a verdade” – Barboza, M. G. *Na diplomacia o traço todo da vida* (1992), p. 142.

663 A propósito, Ortega Y Gasset gostava de citar Heráclito: “La realidad se complace en ocultar-se. El universo es, por lo pronto, un constante carnaval. Mascaras nos rodean...” Ver *Apuntes sobre el Pensamiento* (1941).

664 Lévi-Strauss, Claude. *Tristes Tropiques*. cap.VI.

665 O pensamento do próprio Pierre Bourdieu, tão citado na monografia de Batista, converge desde cedo para uma ontologia da ação. Ver *Razões práticas – Sobre a Teoria da Ação* (1994).

(de forma dolosa ou culposa), também contrariou a *Revolução* em postulados que aparentemente eram intocáveis.<sup>666</sup> Com efeito, a primeira correção de rumo do ideário de 1964 se deu na esfera diplomática. Não foi uma retificação marginal, nem seus efeitos foram efêmeros. Operada a revisão, ainda que a trajetória posterior tenha sido sinuosa, não se voltou atrás.

A matriz esguiana foi bem nítida na política externa do Governo inaugural da *Revolução*. Com a forçada troca de guardas e o afastamento do grupo castellista, abriu-se a perspectiva de rever uma doutrina que já nasceu anacrônica. Por um lado, o que, em 1963, ainda eram sinais de distensão, em 1967, já era uma reconhecida *détente*, eufemismo para a construção de um condomínio de poder entre as Superpotências. Por outro lado, no que dizia respeito ao Brasil, a “interdependência” provou-se uma grande ilusão – era uma escusa para a dependência, que não trouxe os dividendos ingenuamente esperados. “Primeiro sejamos independentes; depois, sejamos interdependentes” – irá comentar, não sem sarcasmo, o Embaixador Araújo Castro em 1971.

A visão internacional proposta pela Escola Superior de Guerra era um fator de legitimação para o golpe de força de '64. Vale dizer que a *Revolução* se fundamentou em uma “verdade” válida enquanto conveniente. Deixou de ser conveniente quando se constatou que interesses concretos do país seriam bloqueados pelo alinhamento sistemático e gracioso, como no caso da energia nuclear para fins pacíficos. Internamente mais duro, o Governo Costa e Silva permitiu uma abertura no setor externo. De certa forma, a “lógica” do regime se inverteu. Foi a primeira (mas não a última) reviravolta de um processo de sístole e diástole. Mas em 1967, o clima

---

666 Em abono dessa avaliação, vale lembrar que a área externa (nominalmente o Chanceler Azeredo da Silveira) foi um dos principais alvos – senão o principal – do livro-depoimento do General Sylvio Frota, Ministro do Exército de 1974 a 1977, quando foi exonerado por Geisel. O título da obra fala por si mesmo: *Ideais Traídos* (2006). Poderia ter como epígrafe uma citação de Jean-Paul Sartre: “Le véritable problème de la mauvaise foi vient évidemment de ce que la mauvaise foi est *foi*” – *L'Être et le Néant* (1943), p. 108; ed. 1968.

ainda impunha ambiguidade.<sup>667</sup> Os frutos imediatos foram escassos, mas o Itamaraty recuperou margem de manobra, que foi usada até com algum desembaraço no ano seguinte, na II Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD II é a sigla inglesa).<sup>668</sup>

Da mesma forma como Castello havia confiado o comando da economia a um civil, os militares acabaram entregando a diplomatas a condução direta da política externa. Naquele caso, não parecia haver muita opção; quanto ao Itamaraty, houve autonomia, mas consentida e vigiada. Era um setor sensível, pois a imprensa internacional – além da censura do regime – podia incomodar. Referindo-se justamente aos três últimos Chanceleres do período militar, escreveu o principal comentarista da época: “Foram quinze anos de uma política continuada e coerente, toda ela concebida na Casa e executada pela equipe da Casa”.<sup>669</sup> Essa avaliação não é circunstancial – em última análise, ela põe em relevo a natureza do próprio ofício diplomático, que não subsiste se não tiver latitude de ação.

O mesmo agente institucional que compactuou com a repressão, desafiou os tabus revolucionários da primeira hora. De resto, para os militares mais fervorosos, o Itamaraty continuava um a ser um perigoso reduto da esquerda, que – em dado momento – acabou sendo manipulado por uns tantos “barbudinhos” admiradores de Fidel Castro. Já no início do governo Geisel, em abril-maio de 1974, esse confronto iria se tornar explícito na polarização entre o Ministro Silveira e o General Sylvio Frota

---

667 Em seu *Depoimento*, Silveira – que preparou e presidiu, em 1967, a Reunião em Argel do Grupo dos 77 (países em desenvolvimento) – revela: “O Itamaraty tinha tanto medo de admitir que estava de acordo com essa política [que] me mandava recados apenas verbais – não tinha coragem de deixá-los por escritos”. – Obra citada, p. 55.

668 Ver a propósito Martins, Carlos Estevam – “A Evolução da Política Externa Brasileira na Década 1964/1974” in *Estudos CEBRAP* 12 (1975). O autor menciona que na UNCTAD II (Nova Délhi, 1968), a delegação brasileira recebeu instruções para “virar a mesa” e denunciar o fracasso do exercício. Em 1964, era justamente essa a intenção do Embaixador Jayme Azevedo Rodrigues, principal delegado brasileiro até ser afastado pela *Revolução*, que eclodiu justamente quando a Conferência se iniciava em Genebra. A UNCTAD sobrevive até hoje, mas como um foro rotineiro da ONU, em flagrante contraste com as expectativas depositadas na convocação do primeiro encontro.

669 Carlos Castello Branco, “A política externa segundo Mário Gibson” in *Jornal do Brasil*, 13 de novembro de 1992.

quanto ao reconhecimento da República Popular da China em detrimento de Formosa.<sup>670</sup> O argumento mais objetivo do patriótico militar era justamente o de que o Brasil não tiraria qualquer proveito no relacionamento com Pequim – decorridas algumas décadas, é difícil de acreditar.

Para os Ministros da carreira havia uma preocupação natural de restituir um papel condigno à diplomacia, sabendo que o vetor externo exerce um efeito de demonstração. Em última análise, foi o argumento que o Chanceler Mario Gibson fez valer diante do problema dos sucessivos sequestros de diplomatas estrangeiros, ocorridos durante sua gestão (1969/1974).<sup>671</sup> Foram quatro em um curto período de nove meses, sendo que Gibson ainda era Embaixador em Washington quando ocorreu o sequestro do Embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick, em 4 de setembro de 1969. Logo no início de sua gestão, em março de 1970, o Chanceler teve voz preponderante – como relata com detalhes – no caso do sequestro do Cônsul Geral do Japão em São Paulo, o que definiu a política do Governo Médici em uma matéria que suscitava divisões internas. Hostis a quaisquer concessões, os Ministros militares se curvaram à decisão do Presidente, que acolheu a posição do Itamaraty. Para Gibson, foi certamente um batismo de fogo, não isento de riscos. Com isso, ele deu credibilidade à escolha de um Chanceler da carreira, prática que prevaleceu até o fim do regime militar.

O pêndulo da política externa voltaria a oscilar. De repente, o Brasil subdesenvolvido passaria a ter delírios de Grande Potência, graças a uma conjuntura econômica favorável entre 1969 e 1973 – o “milagre brasileiro”, como se apregoava na época. A aparente prosperidade coincidiu com o auge da repressão, mas o Brasil – deslumbrado – se julgou no umbral

---

670 Sobre a posição discordante e desafiadora do então Chefe do Estado Maior do Exército, ver o já citado *Ideais Traídos* (2006), Capítulo 8. No Aviso que dirigiu ao Presidente Geisel sobre o assunto, Frota aproveita para referir-se ao Movimento Comunista Internacional, cuja ideologia “propaga a necessidade de, mesmo a longo prazo, arruinar e destruir, até o último vestígio, a sociedade humana, tal como a entendemos.” – p. 106.

671 Cf. Barboza, Mario Gibson. *Ibidem*, Capítulo 8.

do Primeiro Mundo.<sup>672</sup> O chamado “interesse nacional” foi mais uma vez redefinido. Com isso, deu-se a ascensão de uma nova classe – a confiante burocracia estatal, agora liderada pelo ministro Delfim Netto. Essa corporação esotérica se encarregou de acumular uma dívida externa que se tornaria sufocante. Para restabelecer a sintonia com a realidade, foi necessária a turbulência da ordem mundial, notadamente as crises do petróleo, que evidenciaram a vulnerabilidade do país. O absurdo gera novos absurdos.

A essa altura, Geisel e Golbery concluíram que o equilíbrio só seria restabelecido com o fim do ciclo de exceção, cuja desativação – mesmo gradual – era inaceitável para setores ainda influentes e poderosos dentro do sistema.<sup>673</sup> Mas a linha dura teve que se curvar diante da autoridade do quarto Presidente-General, que não hesitou – tomadas as devidas cautelas – em demitir o intratável General Sylvio Frota, Ministro da Guerra. Depois ainda houve avanços e recuos, até gestos desesperados, como prova final do obscurantismo que marcou o processo repressivo.<sup>674</sup> Mas o empurrão para a volta à sanidade política estava dado e a sociedade civil completou o trabalho.

De toda essa história tortuosa, poderíamos singularizar uma lição, a que já nos referimos: a democracia não admite atalhos (a palavra em inglês é expressiva: *short-cuts*). Nem atalhos, nem custódias. Infelizmente isso não constava dos manuais da *Sorbonne* brasileira. Também não constava o reverso da medalha: em geral, os regimes de exceção estão fadados ao fracasso por força de sua própria dinâmica interna. É uma constância histórica: instaurado o processo, os líderes de turno acabam sendo depostos por seus colegas de farda. Passado o ímpeto inicial, o gene conspiratório atua dentro da própria espiral revolucionária, não necessariamente por traição,

---

672 No ambicioso *Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo*, divulgado em 1970, “o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido” foi previsto como objetivo-síntese “até o final do século”.

673 “A doutrina criada na ESG girara 360 graus e começava a comer o próprio rabo. Não por acaso, até o criador do SNI entrara na mira daqueles que queriam perpetuar os poderes do porão.” – Figueiredo, Lucas, id. *Ibidem*, p. 259.

674 O atentado do *Rio Centro*, na noite de 30 de abril de 1981, foi a prova mais gritante da irracionalidade em que o regime havia afundado: minado por divisões internas, o aparelho de Estado se tornou subversivo. Não é de espantar que o ato terrorista, entre outros, tenha sido acobertado.



mas pela tendência natural à divisão quando os problemas começam a surgir. Ao contrário do que pode parecer, os grupos militares são particularmente sujeitos ao facciosismo: se a ordem constituída é violentada uma vez, pode ser rompida outras vezes.<sup>675</sup>

Na área externa, restaurado o Estado de direito, o discurso ganhou naturalmente uma retórica distinta, mas a linha dominante foi mais de continuidade do que de correção de rumos. Afinal, a *Casa* não tinha perdido o comando da diplomacia. Houve, por assim dizer, uma ponte, não necessariamente na plataforma de política externa, mas na forma de fazê-la.

## ANTECEDENTES NÃO MUITO ANIMADORES

Falamos do *homo diplomaticus*, citando um estudo acadêmico. Cabe indagar: no âmbito do próprio IRBr, articulou-se algum pensamento sobre a diplomacia em si?

Percorrendo os *Anuários do Instituto Rio Branco*<sup>676</sup>, no que diz respeito aos programas do Curso de Formação, não se encontra qualquer referência mais específica ao estudo da diplomacia, enquanto tal, e menos ainda ao *fazer diplomático*. Dá-se o tema *por descontado*, como se todos soubessem do que se trata. Mais curioso ainda é que a lacuna não parece despertar qualquer perplexidade. No entanto, seria natural perguntar: afinal, o que faz com que a diplomacia seja diplomacia, além da rotina conhecida?

Para ser exato, o “conceito de diplomacia” costuma figurar sem ênfase como um dos múltiplos itens dos programas de Direito Internacional Público, o que – convenhamos – não atende ao propósito desejado. Com

---

675 Essa tese foi retomada por Alfred Stepan, justamente a propósito do movimento de 1964 – *The Military in Politics*, p. 253. Sobre as divisões que se geraram – logo depois do golpe de 1964 – ver o testemunho (insuspeito neste particular) de Frota, Sylvio, *Ibidem*. Em 1969, já estavam consolidados tres grupos rivais (p. 647), divisão que iria se agravar.

676 Salvo engano, os *Anuários* foram regularmente publicados até 1990 (ano letivo 1989-90).

efeito, quando se dá atenção ao assunto-objeto que deveria ser central para a formação do diplomata, o enfoque é funcional – ensina-se *prática diplomática*, ou seja, a rotina operacional. A arte da diplomacia fica como *não dito*, falha curricular que não é mero acidente: é reveladora de uma falência diante da própria dificuldade do tema.

Nessa proverbial negligência quanto ao que seria a própria *essência* do ofício diplomático – o seu artesanato, por assim dizer –, há um período de exceção que confirma a regra. Começando em 1947 e no correr dos anos 50, houve uma disciplina regular chamada *Prática Diplomática*, dentro do variado currículo do antigo CAD (*Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas*), previsto no art. 3º do Decreto-Lei fundacional (nº 9.032, de 6 de março de 1946).<sup>677</sup> O extenso programa, em seu item inicial, estipula: “Gênese e evolução da diplomacia. Diversas acepções. Definições.” Segue-se um tratamento puramente histórico da matéria, calcado provavelmente nos manuais disponíveis na época.<sup>678</sup> É tudo.

A sensibilidade para o tema pode ser aferida pela breve referência que, em suas Memórias, o Embaixador Manoel Pio Corrêa faz a sua designação em 1951 para ser o responsável pelo ensino de *Prática Diplomática* no Rio Branco. Sintomaticamente, o único parágrafo dedicado ao assunto não se refere ao significado da disciplina, mas à nomeação em si.<sup>679</sup> Pio Corrêa declara que sentiu “grande prazer e algum orgulho” por ter o ensejo de “contribuir para a formação profissional e moral” dos mais jovens, “incutindo-lhes os

---

677 Nos *Anuários* do IRBr, podem ser encontrados entre os membros do Corpo Docente os responsáveis pelo ensino da disciplina: Ministro Helio Lobo (1947); Ministro João Severiano da Fonseca Hermes (1948/1950); Ministro Manoel Pio Corrêa Junior (1951/1952); Ministro Henrique de Souza Gomes (1954); e ministro Jayme Azevedo Rodrigues (1960). Salvo engano, a partir de então não há mais referência à disciplina.

678 Ver por exemplo o *Anuário de 1958*, mais explícito.

679 A distinção se explica: na época, Pio Corrêa – então Ministro de Segunda Classe – trabalhava com o Chefe do Gabinete Civil do Presidente Getúlio Vargas, o jornalista Lourival Fontes, que ficou conhecido como o “Goebbels brasileiro” por controlar os serviços de propaganda durante a Ditadura.

princípios da boa prática da profissão, e também os usos, as tradições, as doutrinas diplomáticas do Itamaraty, e a ética da Carreira”.<sup>680</sup>

Pena que o parágrafo citado não explicita cada um dos muitos (e gordos) conceitos invocados, mas o método pedagógico fica claro através do verbo *incutir*, particularmente inapropriado quando se trata de ensinar ética. Aliás, seria o caso de perguntar: *que* ética? Em qualquer hipótese, a intenção de Pio Corrêa não seria de convidar a pensar, mas de doutrinar, receita certa para alimentar o conformismo e, com certeza, para estimular o servilismo. A ideia de *formação* que transparece do texto, a despeito dos nobres propósitos enunciados, está bem longe da *paideia* grega. Para o bem informado mestre, educar consistia em fazer valer a tradição, isto é, fazer com que as novas gerações incorporassem as práticas consagradas, se possível de forma automática.

Uma reflexão um pouco mais madura sobre o que é educação teria evitado pela raiz esse tipo de confusão dogmática. Em termos mais genéricos, poderíamos dizer que a “instrução” se presta com frequência a ser uma forma de *simular* a educação. Essa é uma construção permanente; aquela é um simples empréstimo, malgrado todos os disfarces. A distância entre uma e outra é a mesma que existe entre a liberdade e a repetição. Ou, no limite, entre a liberdade e a opressão.<sup>681</sup>

Voltaremos ao tema mais adiante, mas aqui vem a propósito recordar uma das lições de John Dewey: a educação ética vem do desenvolvimento da compreensão e não de “algum tipo de instrução catequética ou de lições de conduta moral”.<sup>682</sup> Os conceitos renovadores da *pedagogia ativa* (ou “progressiva”, segundo a expressão cunhada por Georges Snyders, em 1916) já eram conhecidos entre nós na década dos 50. Em sua campanha –

---

680 Pio Corrêa, M. – *Ibidem*, p. 355 (grifo acrescentado). Louis Althusser (1918-90) encontraria aqui uma boa exemplificação de seu conceito de “aparato ideológico do Estado”, que vê a escola como uma correia de transmissão de concepções do mundo, numa operação supostamente abstrata e neutra, mas que na verdade atende a interesses hegemônicos.

681 Ver mais acima a seção “Opressão da Pedagogia” no Capítulo 15.

682 Dewey, John – *Democracy and Education* (1916), cap. 26 (“Teorias da conduta moral”).

desde os anos 30 – pela renovação do sistema educacional brasileiro, Anísio Teixeira havia difundido as ideias de Dewey.<sup>683</sup>

## FUTEBOL E SABEDORIA CASEIRA

A iniciativa de promover no *Rio Branco* um curso de orientação profissional – se bem entendido o objeto da disciplina – poderia ter sido um avanço importante. Afinal, é sempre bom tratar da “boa prática da profissão”, desde que haja humildade intelectual para tanto. A disciplina não vingou, a crer nos *Anuários*. A diplomacia – como tal – continuou órfã na própria Academia diplomática: no máximo, era tratada tangencialmente pelo viés do Direito e da História. Ou então, como já mencionado, a título de Prática Diplomática, ou seja, como aprendizado operacional (regras de protocolo e serviço consular, por exemplo). Este é, sem dúvida, um treinamento útil, mas oferece – na melhor das hipóteses – uma solução minimalista para o problema aqui colocado, que também não é contornável por meio do chamado *in job training*, se concebido como simples panaceia. Trabalho e educação se exigem mutuamente, mas também se anulam, se são vistos de forma compartimentada.

Até a literatura sobre relações internacionais é, em geral, omissa quanto ao papel próprio e insubstituível da diplomacia, filha enfeitada da invasiva Teoria das Relações Internacionais.<sup>684</sup> Digo insubstituível porque, afinal, há uma distância entre a pedra de Carrara e o Moisés de Michelangelo: não se extrai a estátua do mármore sem a intervenção do artista.

---

683 Teixeira, Anísio – “Reacionários e renovadores” in *Pequena Introdução à Filosofia da Educação: a escola progressiva ou a transformação da escola* (1934); ed. UFRJ 2007, p.30.

684 A cadeira universitária instalada na Inglaterra em 1919 foi absorvida pela “American Social Science”, como denunciou Stanley Hoffman “Born and raised in America, the discipline of international relations is, so to speak, too close to the fire” (*Janus and Minerva*, 1987, p.23). Com seu prestígio, o polo hegemônico iria conferir à TRI o *status* de ciência, apesar dos alertas de Raymond Aron e de Martin Wight, ainda nos anos '60. A teoria obscureceu a prática.

Pois, pelos olhos da teoria, fica-se com a impressão de que a diplomacia não é mais do que um simples acabamento estético da política externa, acrescentando-lhe – se bem conduzida – o toque da boa letra e das boas maneiras. A contribuição do diplomata se mediria tão somente pelo *desempenho*, como se este – por si mesmo – já não fosse criativo.

É seguramente um tema de magno interesse e com aspectos curiosos. No caso do Brasil, a política externa muitas vezes tem despertado críticas e polêmicas, malévolas muitas vezes. Discute-se política externa – na imprensa e na Academia – como se ela não dependesse do fazer diplomático, sujeito a fatores aleatórios e nem sempre visíveis. Acontece, com frequência, que a política é condenada, mas – paradoxalmente – a diplomacia é poupada, na mesma proporção aliás em que os êxitos não são reconhecidos. Tudo se passa como se o agente diplomático – responsável pelo *produto final* da política externa – fosse um fator neutro. Mais uma vez, ocorre uma confusão entre *pensar* e *fazer*.

É verdade que a ação diplomática é exercitada dentro de um universo de condicionamentos, sobre os quais o agente tem uma influência apenas relativa.<sup>685</sup> Damos por descontado este ponto, que vale tanto para a prática, como para a teoria. Isso posto, cabe reafirmar aquilo que todo diplomata descobre logo que se defronta com as *circunstâncias*: a despeito da mistura semântica, política externa e diplomacia não são a mesma coisa. Mas devem andar juntas.

A *diferença* acima – desatendida no uso corrente – pode ser mais facilmente percebida pela comparação com outros campos de atividades. Por exemplo: as leis estão no código, mas o magistrado não deve (nem pode) aplicá-las automaticamente. Ou então – a política de qualquer time de futebol só pode ser uma: ganhar o jogo; para isso o clube faz investimentos,

---

685 Nesse sentido, cabe lembrar o postulado de Marx: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha...” – *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, I (1852). Ou, no limite: “Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência.” – *A ideologia alemã* (1845). A própria evolução do pensamento de Marx mostra que esta é uma relação complexa (ver, por exemplo, Aron, Raymond. *Le Marxisme de Marx* [2002], com base em curso na Sorbonne em 1962).

os jogadores são treinados e os técnicos dão instruções. Mas falta o principal, que é *fazer o gol* – é uma *arte* que depende do jogador *no campo*. “Pensar é fácil, agir é difícil; agora, agir de acordo com o pensar é o mais difícil” – talvez Goethe estivesse assistindo a um evento esportivo quando anotou essa reflexão.<sup>686</sup> Tem a autenticidade da sabedoria caseira, que não teme o lugar-comum.

## A RECEITA E O BOLO

É forçoso reconhecer que há uma distância entre a receita do bolo e a preparação do bolo, entre a doença e o doente, entre o político (o permanente) e a política (o contingente) – enfim, entre a teoria e a prática. Mais difícil é reconhecer que essa distância não é aquela que se presume existir entre o geral e o particular. Não se trata simplesmente de submeter o fato imediato ao império do princípio abrangente. É justo o contrário: na hora da decisão, é o particular que conta. Em política, a diretriz geral – se existe – é uma abstração a ser confirmada *a posteriori*, o que não muda o tratamento caso a caso. Os que lidam com a realidade sabem que o diabo costuma estar nos detalhes, como diz o dito popular, cujo sentido foi aprofundado pelo metódico Alfred North Whitehead: “We think in generalities, but we live in detail”.

O tema tem outras implicações. Winston Churchill comentou britanicamente que “in time of great danger it is permitted to walk with the devil until you have crossed the bridge”. Em outras palavras, diplomacia é uma questão de *relacionamento*. Em situações extremas, o relacionamento pode ser até com o *diabo*, que assume é claro as formas mais imprevistas. Em

---

686 Em Ibn Khaldun (1332-1406), sob várias formas, encontramos a mesma reflexão, talvez inspirada em Aristóteles: “... conocer las reglas de la sintaxis árabe, es saber como hay que hacer, mas eso no es saber hacer”. A citação está no *Discurso sobre a História Universal*, Livro 6, cap. XLI, p. 1043 (ed. do Fondo de Cultura Económica, México, 1977).

outro tom, vamos encontrar o mesmo comentário em Hedley Bull (e é significativo que ele seja feito por um *scholar*). Em resumo, Bull afirma que o diplomata profissional é...

*... uniquely skilled in gathering a particular kind of information about the views and policies of a country's political leadership, now and in the near future... It is knowledge of personalities... knowledge of current situation ... It derives from day-to-day personal dealings with the leading political strata in the country...*<sup>687</sup>

Fica aqui identificado o objeto da atividade diária do diplomata: “o conhecimento da situação corrente”. Mas agora vem a questão principal: como se articula este conhecimento? Há uma operação intelectual própria para captar a *situação* (política)? Como o sujeito pensante lida com o *aqui e agora*? Vejamos: foi examinando a contingência da obra de arte – na “Crítica do Juízo” (ou *Crítica do Gosto*, título preliminar e elucidativo) – que Kant formulou o conceito de *juízo reflexivo*.<sup>688</sup> Ora, o fato político tem algo em comum com a experiência estética, que é sempre única e singular, a despeito de todas as eventuais associações: “Belo é o que agrada sem interesse”, isto é, através de um canal livre e direto de percepção. Por isso, a faculdade de julgar que se aplica ao gosto também se aplica ao *fazer político* e, por extensão, ao *fazer diplomático*. Talvez seja esse o sentido último daquela inesperada observação de Max Weber, que recebeu em sua formação intelectual uma forte influência neokantiana: “A política é feita, sem dúvida, com a cabeça, mas certamente não é feita apenas com a cabeça”.<sup>689</sup>

---

687 Hedley Bull, *The Anarchical Society* (1977), p. 181 [p. 208 na tradução brasileira, ed. IPRI, 2002].

688 “Definindo em geral o juízo como ‘faculdade de pensar o particular no geral’, Kant considera que no juízo *determinante* é dado o geral (a regra, o princípio, a lei), cabendo subsumir-lhe o particular (o múltiplo sensível), enquanto no juízo *reflexivo* é dado o particular (as coisas naturais), cabendo encontrar o geral ao qual ele está subsumido, ou seja, o fim no qual as coisas são reintegráveis mediante um conceito (juízo teleológico) ou imediatamente, sem conceito (juízo estético)”. Nicola Abbagnano, “Dicionário de Filosofia”, 2003, p. 593. O juízo político, não referido diretamente por Kant, se enquadra no juízo teleológico, que se refere a fins. O texto pertinente está na “Crítica do Juízo”, *Introdução*, §IV.

689 Weber, Max – *A Política como Vocação* (1919). Certamente inspirado nessa fonte, Raymundo Faoro escreveu: “O *logos* político é não o prefácio, mas o pós-escrito da atividade política, como experiência”. – *Existe um pensamento político brasileiro?* (1994), p. 15.

Mas há algo mais e esse *mais* é importante: um fato (*único e singular*, já vimos) se torna político porque suscita uma opção entre as várias possíveis. Melhor dizendo: só percebemos realmente os fatos quando se tornam problemas e provocam assim uma tomada de posição. Tomar decisões é a função do homem político e Tucídides já se referia a essa responsabilidade como “a coisa mais assustadora”. O *fazer* é sempre transitivo e a atividade política é um permanente confronto com a realidade, que tem limites, nem sempre contornáveis. Assim, o desafio do político é o de buscar um compromisso entre “os ideais e a rude matéria” – *gli ideali e la rozza materia* – na expressiva dualidade de Bobbio.<sup>690</sup> O mesmo se aplica – até com mais intensidade – à diplomacia, que é a política levada às últimas consequências, entre outras razões, porque é a política exercitada numa “sociedade anárquica”, conforme a voz corrente.

Acontece que o caos tem seu método. Com efeito, até no universo casuístico da política, há uma ordem. Assim, podemos considerar válida, também para a diplomacia, a máxima paradoxal do psicólogo Kurt Levin (*There is nothing as practical as a good theory*), sob a condição de entendermos que a última palavra fica com a prática. Por quê? Porque a prática vai onde a teoria não pode chegar: ela não se limita ao que é – é capaz de desvendar também o que *não* é, ou seja, o avesso da verdade.

Às vezes, é justamente aí – no avesso da verdade – que o *outro* pode ser encontrado e a função da diplomacia é buscar o consentimento do outro. Sua essência é o diálogo, “designed to transcend the dispute and to bring in a new element that makes a wider agreement palatable to both sides”.<sup>691</sup> A isso se chama *persuadir*: não é provar que a razão está do

---

690 Bobbio, Norberto – *O Futuro da democracia*, 1984, p. 21. Ainda sobre o tema, vale citar passagem das “Lembranças” do Embaixador Saraiva Guerreiro em que o autor reflete sobre o ofício do diplomata e enfrenta a seu modo “a insolúvel questão da contradição entre os princípios e a prática política”. E acrescenta em seguida: “Não se trata de uma fácil coerência, só possível num modelo abstrato e acadêmico. Trata-se de, à primeira vista de uma cena mutante, de um caleidoscópio de todas as cores, nem ficar zozno, nem para obter um falso sossego, ignorar o que nessa constante mutação, obriga a um esforço de adaptação da inteligência e da vontade”.

691 Adam Watson, *The evolution of international society* (1991), p. 69. Na esteira de Martin Wight, note-se a contribuição solitária de Adams (*Diplomacy, The Dialogue between States*, 1982/1984) para o estudo das relações internacionais na perspectiva prática da diplomacia.



seu lado, mas demonstrar que a razão é um ponto de convergência a ser buscado. A rigor, persuadir também não é *convencer* – os interlocutores podem simplesmente concordar em discordar. Um diálogo, por definição, não tem ponto de chegada pré-determinado: ele supõe, ao menos em tese, que os interesses particulares (ou nacionais) sejam colocados temporariamente entre parênteses – a redução é *a posteriori*.

Talvez pudéssemos resumir o argumento parodiando a fórmula kantiana sobre a relação entre forma e conteúdo: a diplomacia sem a política externa é vazia; a política externa sem a diplomacia é cega.

A vantagem da equação kantiana é que tem mão dupla, mas talvez possa ser traduzida em termos mais triviais, com o risco de um certo simplismo. Toda projeção externa não escapa a um misto de *principismo* e de *artesanato*: a vertente *macro* (que pode ser genérica) e a vertente *micro* (necessariamente individualizada). De um lado da moeda, o sistema, a diplomacia como instituição; de outro, o agente, a diplomacia como arte. O que às vezes não é tão simples é perceber o peso relativo de cada uma das faces de Janus, a deusa da transição, voltada tanto para o passado como para o futuro. O ritmo – ou a dosagem – é da essência do movimento. Vem a propósito o que costumava dizer o Embaixador Vasco Leitão da Cunha: “A diplomacia é feita de sutilezas”. Sutileza aqui equivale a hermenêutica: saber interpretar os sinais. Se o diplomata é “um especialista em generalidade”, é exatamente nesse sentido.

Na mesma linha, acrescento dois testemunhos fundados em longa experiência. O primeiro fala do trabalho sob pressão: “A cada instante, o diplomata precisa dar expressão concreta ao difícil exercício de achar a justa medida entre interesses permanentes e demandas no tempo imediato. A boa diplomacia é a que for capaz de equilibrar a urgência do presente com o inadiável do futuro”.<sup>692</sup> O segundo resgata a importância do lúdico: “A diplomacia é, em primeiro lugar, a arte de identificar matizes e de *jogar com eles*”.<sup>693</sup>

---

692 Flecha de Lima, Paulo Tarso – *Caminhos Diplomáticos* (1997), p. 17.

693 Baena Soares, J. C. – *Sem medo da diplomacia* (2006), p. 119.

Curiosamente, a vertente artesanal – que transparece tão claramente dos depoimentos citados acima – não tem sido suficientemente valorizada por teóricos e historiadores de nossa política externa. Claro que não cabe ignorar estudos mais recentes sobre o processo de decisão.<sup>694</sup> Em geral, contudo, essa perspectiva privilegia o resultado final, na presunção de que se pode isolá-lo (ou seja, é tomado como *dado*, e não como *fieri*). É claro que há sempre interesse em saber *o que* se decide e *quem* decide – mais difícil é conhecer *como* se decide.<sup>695</sup> É justamente o que falta, como já observado, no currículo das Academias diplomáticas. Supõe-se que a inefável vocação pode dispensar a custosa formação. Assim, já por ser discreta, a diplomacia tem seu papel subestimado, da mesma forma que a reflexão pedagógica. Nesse vácuo, o falso *pragmatismo* – a que já nos referimos – serviu frequentemente de álibi.

### “TRABALHADOR NÃO QUALIFICADO”

O diplomata brasileiro é um empregado do Itamaraty, como dizia com orgulho o Embaixador Freitas-Valle; isso não significa que a diplomacia seja um emprego – é uma carreira. Se o diplomata é um especialista, ele o é em sentido muito especial, já que a política externa comporta várias ramificações. Pode limitar-se a ser um burocrata, mas não se enquadra naturalmente no perfil do tecnocrata.<sup>696</sup> Seu universo de trabalho não se presta

---

694 Remontam aos anos cinquenta os primeiros estudos da matéria. Ver a coletânea *Foreign Policy Decision-Making* (1962) ed. by Snyder, Bruck, Sapin.

695 A ação do Itamaraty durante o regime militar se presta particularmente a essa análise: aos poucos, o *fazer diplomático* – valendo-se do desempenho e da competência – foi-se afirmando para superar as amarras ideológicas da teoria dos três círculos concêntricos (não bastava um!) e da Doutrina (*sic*) da Segurança Nacional. É um bom exemplo da distância entre a diplomacia e a política externa oficial. De certa forma, esse processo de liberação atingiu sua culminância graças à relação de confiança estabelecida entre o General Geisel e o Chanceler Silveira.

696 Para uma interessante distinção dessas categorias, ver Martins, Carlos Estevan. “Tecnocracia e Burocracia” in *Estudos CEBRAP* 2 (outubro 1972).

a isso e, quando se presta, é por acidente ou porque há uma distorção da diplomacia. Há naturalmente a hipótese de infidelidade deliberada, como vimos no caso de Roberto Campos.

A carreira diplomática é uma *carreira de Estado* e, portanto, um estamento burocrático. Deve preencher aquelas características consagradas por Max Weber para distinguir as burocracias modernas: racionalidade, profissionalização, mérito, prova de aptidão, etc. Tudo dentro dos pressupostos da eficiência e da previsibilidade.

Os diplomatas, como os militares, são essencialmente servidores do Estado; são servidores do Governo por acréscimo – já assinalamos este ponto. O Barão do Rio Branco, para começar, deixou isso muito claro. Paradoxalmente, os diplomatas correm o risco de se tornar mais burocratas do que outros burocratas institucionalmente menos estáveis. Isso implica em uma dose maior de fidelidade e, ao mesmo tempo, de independência. No caso do diplomata, afastado de sua sede, essa independência já foi historicamente mais notável, mas ainda é muito grande. Frequentemente, com os riscos inerentes, o diplomata é obrigado a agir sem instruções, ou com instruções precárias.

Já tivemos oportunidade de lembrar que, para Locke, o papel do filósofo seria o de um “under-labourer”, um empregado menor, cuja função precípua seria a de remover o lixo do pensamento. O diplomata, por sua vez, é *pau para toda obra*. Basta lembrar que, em tempos recentes, diplomatas ilustres já ocuparam o posto de Ministro da Fazenda, do Planejamento, da Cultura, da Defesa, na chefia da então chamada Casa Civil da Presidência da República, etc. Isso para não falar na presença constante de diplomatas, em diferentes níveis, em vários ramos da administração pública brasileira.

Um *trabalhador não qualificado* não implica necessariamente um juízo negativo – pode significar um trabalhador apto para qualquer tarefa, como acima sugerido. Esse o sentido da associação entre filosofia e diplomacia: nos dois casos, o determinante não é *o que se faz*, mas a forma *como se faz*. Adorno chegou à conclusão de que “a filosofia só faz jus a si mesma

quando é mais do que uma disciplina específica”.<sup>697</sup> O mesmo vale para a atividade diplomática.

Usemos outra imagem talvez mais trivial: o diplomata é um corretor, abstraído o sentido mercantil do conceito. É um corretor – um agente de aproximações, um ativador de metabolismos – que não atua apenas no mercado dos “interesses nacionais” ou dos “interesses consagrados”. Além de outros desafios, terá que intervir em um mercado mais complexo: o do conflito (nem sempre declarado) entre gerações. Nesse caso, a oferta e a procura não são tão evidentes e o agente tem que navegar em meio à querela recorrente entre antigos e modernos. Isso é importante: um sábio cientista concluiu que os problemas ditos insolúveis são superados não porque se encontre uma resposta satisfatória, mas porque as gerações se sucedem e os problemas mudam.<sup>698</sup> O Itamaraty ilustra bem essa tese, embora de maneira peculiar, isto é, à moda diplomática, como tentamos assinalar ao longo desta exposição.

“O homem é um animal extremamente educável, quiçá o mais educável e o único verdadeiramente educável”, pensava Anísio Teixeira com certo otimismo.<sup>699</sup> Pode ser de fato assim, contanto que a educação cumpra seu papel. Nesse ponto, Paulo Freire agregaria que é preciso substituir repetição por criatividade.

Cabe, então, considerar de forma mais objetiva como exercer essa criatividade no trabalho de formação a ser cumprido por uma Academia diplomática. O tratamento desse tema serviria de conclusão prática para nosso exercício. Em princípio, a exposição que se segue (Parte IV) interessaria, sobretudo, aos profissionais da carreira, mas espero que possa servir também como estudo de caso.

\*

---

697 Adorno, Theodor W. – “A Filosofia e os Professores” in *Educação e Emancipação* (1971); Ed. Paz e Terra (2001), p. 53.

698 Planck, Max – *Autobiography and Other Papers* (1949), já citado.

699 Teixeira, A. – *Educação e o mundo moderno* (1969); p. 254 na edição de 2006.

## PARTE IV – CONCLUSÃO<sup>700</sup>

*“A teoria – em si e por si – não serve para nada, a não ser na medida em que nos faz acreditar na conexão dos fenômenos”.*

Goethe

---

<sup>700</sup> Considerando que esta Parte pode ser lida de forma autônoma, permiti-me reiterar alguns conceitos que constam do texto anterior.



## 22. Por uma Academia renovada: esboço de proposta

---

### FANTASMA NA MÁQUINA

Ocorre-me que poderíamos ter usado a conhecida imagem do *ghost in the machine* para descrever a diplomacia.<sup>701</sup> Convencionalmente, um fantasma costuma ser invisível, volátil e caprichoso, podendo mesmo ser arteiro e até *moleque*. É o caso célebre do *génie malin* concebido por Descartes, aquele *espírito travesso* que estaria empenhado em nos enganar, fazendo-nos crer que o mundo realmente existe, independentemente de nós. Gênio ou fantasma, o que importa é que guarde alguma coerência, ou não teríamos formado uma imagem e mesmo um mito. Quanto à “máquina”, podemos associá-la à política externa, que é previsível, na medida em que é programada e declarada. Em compensação, a diplomacia não se diz – faz-se no momento.

Na nossa hipótese dualista, o fantasma é como se fosse um *espírito* contido dentro de um *corpo*: ele está limitado pela matéria, mas sabe muito pouco sobre a matéria, isto é, sobre a *máquina* em que está contido. A rigor, não sabe que está dentro da *máquina*. Acontece que – como o gênio da lâmpada na história de Aladim – o *ghost* em questão aspira à

---

701 A fórmula “the dogma of the Ghost in the Machine” foi usada por Gilbert Ryle para contestar a “doutrina oficial” do “espírito” (*mind*) de inspiração cartesiana.–*The Concept of the Mind* (1949), p. 15.

liberdade. Suponhamos então que, um belo dia, ele escapa de sua reclusão, embora não esteja preparado para enfrentar o *mundo lá fora*. Isso, contudo, não chega a ser problema – os espíritos também evoluem.

Agora, se concordamos que a função da educação é fazer *crescer*, vamos imaginar como seria a educação de um *espírito* nessas condições. Mesmo em se tratando de um fantasma, melhor começar por ideias simples, lembrando o que ensinava Locke: “Simple ideas come exclusively through experience”. Antes de mais nada, recém-saído da prisão, o *fantasminha* deveria tomar um banho de realidade. No caso, significa abrir-se ao contato com as aparências, o que logo se converte em uma lição: não se deixar iludir por abstrações. Prática e teoria andam juntas, mas aquela tem a palavra final. “Efficient practice precedes the theory of it” – escreveu Ryle em um livro dedicado exatamente a desvendar os segredos do espírito (*mind*).

A esta altura, nosso gênio aprendiz – pouco familiarizado ainda com as coisas mundanas – talvez estivesse um pouco perplexo, perdido em particularidades e casuísmos. A educação começa pelo particular, mas não haveria uma regra geral a que a se ater? Esse seria um momento muito delicado do processo pedagógico: virtualmente, nosso educando teria descoberto o *logos*. Deslumbrado, ele estaria prestes a se deixar seduzir pela aspiração à *verdade*. Tardaria um pouco, talvez, para que ele se desse conta de que verdade é apenas um nome: supostamente, é uma cópia da realidade; não substitui a realidade.

Mais e mais, o fantasma perceberia que a realidade também não existe como tal – o que os homens sabem dela é o que *dizem* sobre ela. Sendo assim, o espírito visitante certamente encontraria sentido no desabafo de Gadamer: “Ser que pode ser compreendido é linguagem”.<sup>702</sup> A linguagem é uma abertura e... um limite. Nesse ponto, nosso fantasma traria conhecimento com a finitude humana e poderia considerar-se basicamente educado para as lides terrestres. O mais provável, contudo, é que preferisse reassumir a condição de *ghost in the machine*. Caverna por caverna, melhor

---

702 Gadamer, H.-G.– Ibidem, vol. I [478]; p. 612.



a que já conhecemos. Mas nosso herói não será mais o mesmo – agora, ele sabe que não é a *máquina*.

Gostaria de presumir que essa alegoria improvisada faz alusão a tudo que dissemos até agora, o que me dispensa de tentar fazer um resumo. De qualquer forma, contudo, é natural a esta altura que o leitor espere alguma conclusão mais consequente em termos práticos. Hesito em atender a essa possível expectativa, sabendo que a intenção de ser prático envolve sempre o risco de parecer pedestre. Mas devo assumir o risco ou nosso exercício terá terminado na praia, o que também não é de todo mau.

## PREMISSAS

A liberdade vive de par com a verdade: ambas resistem ao cárcere privado. Ninguém é dono da verdade e, menos ainda, da liberdade. Por isso, mesmo o conhecimento não pode ser concebido como um processo fechado.

A pedagogia nunca está pronta; aliás, se existisse uma pedagogia pronta, seria inútil. Etimologicamente, pedagogia (*paidos agogos*) significa “como conduzir a criança à escola”.<sup>703</sup> Na verdade, levar a criança à escola é apenas o começo da obrigação de educar; igualmente importante é fazer com que o educando descubra ele próprio o caminho da escola e que o adulto continue *frequentando a escola*, por assim dizer. Isso porque o aprender – como tal – não tem limites. Aliás, a ideia de *formatura* – tão celebrada na nossa cultura, a ponto de merecer um ritual – é inconsistente com *formação*, que é um processo contínuo.<sup>704</sup> Por natureza, a educação é sempre inacabada, porque sua matéria é a vida e a vida continua depois

---

703 Na Antiguidade, pedagogo era o escravo que levava ao mestre de ensino o filho de seu senhor. No sentido atual, a palavra aparece no final do século XV; Calvino a emprega em 1536.

704 “Education has been traditionally thought of as preparation... it ends when the young have arrived at emancipation from social dependence. [...] These two ideas contravene the conception that growing, or the continuous reconstruction of experience, is the only end”. Dewey, J. – *Reconstruction in Philosophy* (1920), pp.145/146 (ed. A Mentor Book, 1955).

do tempo de escola. Não é um exercício linear; antes, ele é rítmico, entre a liberdade e a disciplina. O que é certo é que só se interrompe quando a própria existência se interrompe.

Ao considerar o caso do Instituto Rio Branco e de sua desejável renovação, é legítimo presumir que a *matéria* própria das Academias diplomáticas é a diplomacia. Parece um truísmo, mas na prática não o é, como já constatamos. Dentro das mesmas Academias, a diplomacia – enquanto tal – é *dada por suposto*, como um subproduto incluído no pacote. Presume-se aparentemente que o candidato a praticante já sabe do que se trata ou, em último caso, aprenderá com o suor do próprio rosto.

Para contornar o problema, não bastaria simplesmente colocar *Diplomacia* no currículo da Academia. É uma providência necessária, mas não suficiente. Seria uma solução fácil, mas sujeita a rápido desgaste, pois – mais uma vez – estaríamos correndo o risco de atender à letra com sacrifício do espírito. Não se trata de criar mais uma disciplina, mas de fazer com que todas as disciplinas possam convergir para o objeto por excelência de uma Academia diplomática. Em termos mais práticos, seria o caso pensar o programa da Academia em termos de uma educação diplomática, sendo que programa aqui tem quase o sentido de antiprograma.<sup>705</sup>

*Antiprograma* pode parecer um conceito chocante, mas é preciso manter vivo pelo menos o alerta de que a realidade não cabe dentro de um currículo, chamado sintomaticamente de “grade”. O que conta, em termos amplos, é explorar permanentemente a “relação íntima e necessária entre os processos de nossa experiência real e a educação”, como escreveu John Dewey em seus *Later Works*.<sup>706</sup> É um exercício que não termina e que pode ser aprimorado a cada dia.

---

705 Teixeira, Anísio – depois de lembrar a superada escola da palmatória, não tão distante – profetiza: “A orientação da educação leva a crer que, dentro de dez ou vinte anos, ninguém mais tentará o ensino por lições, nem a organização do currículo em matérias escolares, nem a coação intelectual de hoje” – “Diretrizes da educação e elementos de sua técnica” in *Pequena introdução à filosofia da educação* (1934); pp. 84-5 (ed. 2007).

706 Dewey, J. – *Experience and Education* (1938).

Acresce que a diplomacia – como *modo de fazer* – é uma entidade abstrata, sujeita a variações históricas e passível de interpretações ou ênfases muito distintas. Trata-se, já sabemos, de uma atividade que lida com o contingente, o particular, o inesperado – a rigor, não se pode falar em *essência* da diplomacia, a não ser em sentido lato ou figurado.<sup>707</sup> Sendo assim, a educação recomendada para o diplomata não parece ser a da razão monológica, baseada em apriorismos conceituais. Em seu lugar, coloquemos a razão dialógica – essa se constrói experimentalmente por meio do diálogo.

Presumivelmente a política externa é construída a partir do que se convencionou chamar de *interesse*, o que já é por si uma configuração abstrata. A diplomacia, por sua vez, trabalha com interlocutores no diálogo ao vivo,<sup>708</sup> o que supõe um encontro, isto é, um espaço inesperado ou não inteiramente calculado. De outra forma, a diplomacia é estéril, ainda que possa colher vitórias temporárias e sempre precárias. Não se trata de uma visão idealista – é uma constatação hermenêutica.

Se usarmos o conceito de *fazer diplomático*, estaremos bem mais perto da “natureza” da diplomacia, ou pelo menos, poderemos trabalhar com algo próximo do concreto e do objetivo. Eis uma noção que não contraria o bom senso e que está livre de qualquer mistificação ou ideologia. O *fazer* implica em uma permanente *leitura* da realidade. O que isso significa? O diplomata precisa saber *ler*, não só textos – que é uma função rotineira – mas fatos, pessoas, conjunturas, etc. O deus Hermes não era um simples funcionário do correio olímpico – para transmitir suas mensagens com fidelidade, ele tinha que compreendê-las.

Primeiro, tenhamos em mente que “fazer diplomacia” é *fazer*. Segundo, que diplomacia é *forma*, um *modo de experiência*. Terceiro, que esse modo de fazer tem na língua seu principal ativo e, sendo assim, desenvolve

---

707 *Essence of Diplomacy* (2005) é, por exemplo, o título do estudo assinado por Christer Jönsson e Martin Hall.

708 No Fedro, Platão nos fala da *techné dialektiké*, o discurso ao vivo de que a palavra escrita é apenas uma pálida imagem. Ver a propósito, Arendt, Hannah – “Thinking”, II, 13 in *The Life of the Mind* (1971).

um código.<sup>709</sup> Essas três premissas nos devolvem ao deus Hermes e nos remetem a uma postura *hermenêutica*.

O diplomata não gosta de ser apanhado desprevenido – ele não pode *vacilar*, no sentido expressivo que o verbo adquiriu no falar atual dos jovens. Mas para não “vacilar”, é preciso compreender/interpretar a realidade. Ora, a diplomacia compreende e interpreta o mundo em um *modo* peculiar: sob o prisma da prudência, da sabedoria prática, da *phrónesis* aristotélica. É o prisma de quem pretende *agir* sobre a realidade e não apenas contemplá-la.

Como traduzir tudo isso em termos operacionais, sem resvalar para o meramente pontual?

## SOB AMEAÇA

Antes de propor uma terapia, seria preciso precisar o diagnóstico.

Por que é preciso renovar o *Rio Branco*? Porque a Academia diplomática brasileira vem sofrendo um processo de desgaste, não propriamente em função de desafios externos (que também existem e não são desprezíveis), mas sobretudo por razões internas. Sejam objetivos: o IRBr está ameaçado de extinção. Como assim? Isso seria um atentado contra o que é quase um patrimônio nacional! Obviamente, não é uma ameaça declarada, mas ela está inscrita nos fatos. Um Ministro da *Casa* – esperemos – não se atreveria a dar o golpe mortal, mas um Chanceler político certamente não se sentiria tolhido – teria condições legais para tanto.

Já comentamos que a criação do PROFA-I representou na prática a institucionalização do *ingresso direto* na carreira.<sup>710</sup> O CPCD foi então aposentado

---

709 Com duas dezenas de letra, podemos escrever qualquer coisa; com dez algarismos, fazer todas as contas; com pouco mais de uma centena de elementos químicos, decifrar o íntimo da matéria, não importa qual seja. Tudo isso, sem que o símbolo se torne cativo do objeto.

710 Decreto de 14 de setembro de 1995 e Portarias de 1 de novembro de 1995 e 10 de novembro de 1995.

sem aviso prévio. Foi uma violência institucional, pois o *concurso direto* foi concebido como exceção e não como regra.<sup>711</sup> Nas ocasiões em que foi acionado, constituiu um expediente para sanar *deficits* mais prementes de lotação. Supostamente, o “direto” deveria ser um exame mais abrangente e mais rigoroso, justamente porque a sua realização contornava na prática a *passagem pelo Rio Branco* e permitia a posse imediata dos concursados.

Como já lembrado, houve sete Concursos Diretos e os aprovados entraram logo em funções, sem que houvesse aparentemente qualquer prejuízo mais sensível quanto ao desempenho esperado. Vale dizer que, na prática, o *Rio Branco* poderia conviver sem problemas com o *concurso direto* esporádico. Acontece que a revisão *ex abrupto* de 1995 criou uma situação esdrúxula: o Curso do *Rio Branco* se tornou expletivo do ponto de vista administrativo. Híbridamente, o Curso foi mantido, agora com o nome (aparentemente mais modesto) de Programa.<sup>712</sup> Quanto à indispensabilidade do *Rio Branco*, ficou dependurada em um vínculo relativamente frágil: a aprovação no PROFA-I foi declarada “condição essencial” para a *confirmação*, requisito normal para ingresso no serviço público.<sup>713</sup> Ora, não há notícia de que a exigência tenha sido aplicada com maior rigor no Itamaraty, uma vez cumprida a etapa do *Rio Branco*. Convenhamos que não faz sentido para o Estado realizar um investimento dessa proporção para depois rejeitar o funcionário. A ameaça de uma reprovação foi praticamente abolida.

Com a metamorfose do CPCD em PROFA-I, o Instituto sofreu uma meia *anamorfose* para lembrar o desenho enigmático do quadro de Holbein que mencionamos no *Prefácio/Convite*. Melhor dizendo, o IRBr foi reduzido a sua expressão mais simples: continuou a emprestar seu nome e prestígio ao exame de admissão, mas o Curso em si perdeu valor classificatório. Na prática, a medalha Lafayette de Carvalho e Silva (conferida aos dois

711 O último Concurso Direto foi em 1978. Sua convocação, prevista em lei, não configurou mudança da norma geral.

712 A Portaria No. 336, de 30 de maio de 2003, iria restabelecer a denominação “Curso de Formação”.

713 O Regulamento do IRBr (aprovado pela Portaria de 20 de novembro de 1998) reza em seu art. 13º: “A aprovação no Profa-I constitui condição essencial para confirmação no Serviço Exterior, nos termos do Decreto de 14 de setembro de 1995”.

primeiros colocados no processo de admissão) ganhou precedência sobre o prêmio que leva o nome do próprio patrono da carreira, reservada aos dois alunos melhor situados ao término do Curso regular.

Poderia até ser dito que o Instituto se tornou uma espécie de limbo acadêmico, onde os novos diplomatas – já empossados – ficariam retidos. Posteriormente, com a evolução do PROFA-I para o *Curso de Pós-Graduação em Diplomacia em nível de Mestrado*, a *retenção* ganhou uma justificativa mais palpável: a produção de uma “dissertação de mestrado”, cuja conclusão confere um título (de *Mestre*), mantida a exigência da “confirmação”. Assim, o Curso mudou novamente de nome. Academicamente falando, o IRBr subiu de nível, mas ficou refém de uma avaliação externa, pouco sensível às particularidades da formação diplomática.

Como já referido, em abril de 2011, o Mestrado foi sumariamente “cancelado”, por decisão do próprio Itamaraty. Pela leitura dos expedientes pertinentes, depreende-se que foi basicamente uma medida de auto-proteção diante do “risco de descredenciamento”, cuja iniciativa – que não houve – teria que caber à CAPES. Nessa eventualidade o Itamaraty sofreria um *capitis diminutio* intolerável. Não faltam, por outro lado, boas razões para concluir que os critérios de aferição do MEC não se ajustam a “uma carreira tão peculiar como a diplomacia”. Isso não é de surpreender já que o próprio *Rio Branco* se debate com o problema de sua identidade. De qualquer forma, a associação com a CAPES – no fundo por razões de prestígio acadêmico – foi um erro de rota. Não é, contudo, um assunto a ser esquecido – há um ensinamento a ser recolhido.

Pondo de lado a relação com a CAPES, é preciso reconhecer que o *Mestrado em Diplomacia* deixou o saldo positivo de mais de duas centenas de dissertações. Em muitos casos, elas são de indiscutível valor, com o mérito adicional de que foram trabalhos concluídos à custa de grande esforço, sob pressão do tempo e em condições regimentais pouco favoráveis. Para começar, o conceito de “áreas de concentração” representa uma imposição artificial para o desenvolvimento de uma percepção propriamente diplomática, que é abrangente por natureza.

O fato é que o exercício não foi pensado do ponto de vista dos formandos. Dentro dos parâmetros da modalidade de pós-graduação *stricto sensu*, pode-se presumir que o Mestrado do *Rio Branco* se inspirou domesticamente no modelo do Curso de Altos Estudos. Seria uma versão menos ambiciosa do CAE, mas um projeto igualmente destinado à “produção de conhecimentos”, de acordo com a meta fixada genericamente pelo Conselho Federal de Educação.<sup>714</sup> No nosso caso, a equiparação negligenciou o fato de que a situação do noviço é totalmente distinta daquela de quem já está pelo menos no meio da carreira. O que está em jogo no CAE é a qualificação para *funções* de maior responsabilidade; no que diz respeito aos jovens discentes do *Rio Branco*, é a formação da *pessoa*. Para corresponder a essa perspectiva, o Mestrado profissionalizante deveria pautar-se pela *situação* dos candidatos. Mais uma vez, o que se constata é a carência de uma filosofia pedagógica.

A extinção do Mestrado não significa que a pesquisa – sob outras formas – deva ser negligenciada no *Rio Branco*. É hora de voltar a mencionar o *Núcleo de Pesquisa em Diplomacia do Instituto Rio Branco*, que poderá desempenhar uma função nevrálgica na reformulação aqui cogitada.<sup>715</sup> O nome da unidade já é indicativo: a ênfase está na diplomacia, não como sinônimo de política externa, mas com referência ao *fazer diplomático*. Ao atender a essa preocupação específica, o NPD/IRBr se distinguiria de outras entidades congêneres. A razão de ser do Núcleo é a seguinte:

*Definição e aprofundamento de linhas de pesquisa, em consonância com a vocação do Instituto Rio Branco e com patrimônio documental à disposição do Ministério das Relações Exteriores.*

Como se vê, fica em evidência o tema de que tratamos ao longo deste ensaio: a *vocação* do IRBr. Consistentemente, o *Núcleo* aponta de imediato um caminho preferencial para a pesquisa dos jovens diplomatas – o “patrimônio documental” (atual ou consolidado) do MRE. Nada mais natural do

---

714 Resolução n°. 5, de 10 de março de 1983, do Conselho Federal de Educação, Art. 1º, V.

715 Vide Anexo F – Portaria n°. 701, de 28 de outubro de 2009.

que direcionar a pesquisa dos estudantes de diplomacia para a experiência acumulada no próprio Itamaraty, sem prejuízo da experiência funcional de cada um. Nesse sentido, o Núcleo não teria de modo algum um papel acessório ou marginal; idealmente, ele poderá contribuir decisivamente para a “formação” dos novos funcionários, certamente desejosos de saber como a diplomacia funciona efetivamente, caso por caso. O Arquivo, embora um pouco esquecido, guarda uma vitalidade insuspeitada. A eventual produção do Núcleo poderia ser aproveitada como material de classe nas aulas do Instituto. Dessa forma, seria criado mais um vínculo entre a Academia e a Chancelaria – um vínculo prático e não teórico.

## AJUSTE DE FOCO

Superada a mística do Mestrado, o *Rio Branco* é devolvido à realidade e volta a se defrontar com a incógnita de sua verdadeira vocação.

Aqui estamos diante de algo paradoxal: o IRBr é uma instituição exitosa (afinal, nosso Serviço Exterior é mundialmente respeitado), mas nos últimos quinze anos vem questionando seus métodos. Depois da longa vigência do CPCD (cerca de 50 anos), o PROFA-I não teve continuidade e o Mestrado foi desativado, sem maiores explicações e sem peça de reposição. É o caso de indagar se existe, pelo lado negativo, alguma relação entre estas sucessivas experiências. Há algum vício comum que não foi extirpado?

Ao longo de todo o processo, uma queixa frequente dos formandos é a de que o *Rio Branco* é pleonástico: o currículo do Curso lhes parece uma disfarçada repetição de matérias já estudadas para o Concurso de Admissão. Na época do CPCD, esta crítica era talvez mais intensa. Mas havia professores de grande renome, havia o temor reverencial, havia o coleguismo – todos se submetiam, é claro, porque a aprovação no Curso era condição para o efetivo ingresso na carreira. Agora, contudo, o Concurso é *direto* – o Curso se tornou perfunctório para os alunos e supérfluo para



a administração. Premida por problemas de falta de pessoal, a Chefia da *Casa* se sente tentada a comprimir o período dito de *formação*.<sup>716</sup>

Para os que acabaram de enfrentar um Concurso difícil, o que poderia ser um momento esplêndido – em termos de reflexão e de realização – é marcado por uma taxa extra de sacrifício pessoal. Os aprovados são submetidos a novas provas, sem peso funcional diante da já fixada Lista de Antiguidade. É uma situação de fato – inútil tentar revertê-la. Isso não nos impede de constatar, como já fizemos, que o mecanismo atual é híbrido. Tecnicamente, temos um Concurso direto que, na prática, não é *direto*, pois foi introduzida uma etapa adicional concebida inicialmente como curso profissionalizante. O rótulo se justificaria pela inserção no processo do mencionado estágio funcional. Em consequência, o IRBr comprometeu sua dimensão acadêmica, sem que tenha se tornado verdadeiramente *profissionalizante*.

Por força do estágio funcional, o tempo de dedicação integral dos jovens diplomatas ao *Rio Branco* foi progressivamente reduzido. Mais do que isso: a partir do momento em que os alunos começam a trabalhar, sua atenção fica dividida e a frequência ao IRBr é apenas tolerada, a não ser pelo ambiente amistoso e pela convivência agradável com os colegas de Turma. É verdade que os estagiários ainda permanecem ligados ao Instituto, mas o vínculo é precário. A passagem pelo *Rio Branco* se tornou, de fato, uma imposição ou uma formalidade.

Disso resulta um efeito psicológico importante: na conjuntura atual, o diplomata já empossado não sabe mais se é um estudante ou um funcionário – acaba não sendo nem um, nem outro. Enquanto isso, a *Casa* – sedenta de mão de obra – se irrita com a demora no recebimento de reforço. Criou-se, assim, uma inusitada tensão pela posse dos recém-chegados. O triste resultado tem sido este: estudo e lotação não se conjugam, embora sejam obrigados a conviver.

---

716 A avaliação trienal do Mestrado pela CAPES chegou a servir de anteparo à tentativa de reduzir ao mínimo o tempo do *Rio Branco*. Pela legislação pertinente (Resolução n.º 5, de 10/13/83, do Conselho Federal de Educação), o Curso de Mestrado deve ter a “duração mínima” de um ano (Art.10, §5º). Com a desativação do Mestrado, deixou de existir esta proteção artificial.

Eis aí a origem do problema: o aprendizado ministrado pelo IRBr tem sido concebido como uma preparação e não como uma vivência. O *vírus* bacharelesco do antigo CPCD não foi eliminado e o que deveria ser uma Academia continua a ser um “colégio”. No limite, há um efeito de “infantilização”, isto é, os alunos se sentem objetos e não sujeitos do processo. O ideal seria que desde cedo lhes fosse conferida maior responsabilidade, inclusive no diz respeito a sua própria formação. Nas decisões programáticas do *Rio Branco* – e o mesmo deve acontecer com outras instituições de ensino – a perspectiva dos discentes tende a ser negligenciada, na falta de uma necessária reflexão sobre filosofia da educação. Adiante, tentaremos ensaiar essa reflexão.

Por ora, cabe deixar claro que os novos funcionários diplomáticos pertencem ao Ministério, cujo arbítrio é soberano. Isso está fora de questão, mas é recomendável – para o bem da *Casa* – que os recém-chegados recebam uma preparação adequada. Seria um atentado às novas gerações se assim não fosse. Por que negar aos jovens de hoje um prazo adequado de *formação*, quando os mais velhos – hoje no comando – puderam desfrutar desse benefício sem maiores atropelos? Em termos gerais, é verdade que o ritmo da história mudou, mas o ser humano continua o mesmo. Se os tempos se aceleraram, a educação – em sentido autêntico e não subserviente – se tornou mais indispensável. Para usar a imagem profética de H. G. Wells, ainda na primeira metade do século passado, assistimos no mundo de hoje a uma corrida de vida ou morte – ou vence a educação, ou teremos uma catástrofe iminente da civilização.

Não faz sentido a surda disputa entre o IRBr e o resto da Secretaria de Estado pela *posse* dos diplomatas noviços. Por um lado, para a *Casa*, a carência de braços é aflitiva<sup>717</sup>; por outro, o *tempo* do *Rio Branco* deveria

---

717 Conviria mencionar a esta altura, até para esclarecimento, um fato que ilustra a evolução do MRE. Na (segunda) gestão do Ministro Celso Amorim, a carência de funcionários chegou a um ponto crítico. Para fazer face a tal situação, foi adotada uma solução corajosa: os cargos da carreira de diplomata foram ampliados de 998 para 1.398. Isso representava um contingente de 400 vagas novas, que foram preenchidas em quatro concursos anuais, sucessivamente, com um mínimo de cem candidatos aprovados a cada ano, além das vagas vegetativas. Graças a essas e ao amparo da lei, ainda

ser intocável. Reconhecida a legitimidade das razões dos dois lados, estamos diante de um impasse, que não é menos real quando fica latente. O que importa, porém, não é mais o problema e, sim, o que faremos com ele. No caso, a solução deve ser buscada no próprio impasse: está em integrar o estágio/trabalho com o estudo/formação. Não se trata de justapor artificialmente uma atividade à outra – trata-se de estabelecer um vínculo real entre as duas vertentes.<sup>718</sup>

Na equação do problema, deve-se buscar a renovação da Academia, atendendo ao mesmo tempo às necessidades funcionais da Secretaria de Estado.

## APRENDER FAZENDO

Se o foco da questão – como acima esboçado – está correto, o problema apontado pode ser sanado com um expediente relativamente simples: sincronizar Academia e estágio, compatibilizar educação e serviço, entrosar ofício e carreira. Dessa forma, o tempo não será dividido; será multiplicado. Como?

As notas que se seguem são um esboço de um projeto de renovação e não de reforma. A ideia básica é a de que os aprovados no Concurso comecem seus estágios tão logo possível – é esta sua compreensível

---

foi possível realizar um quinto concurso com acesso ampliado, em 2010. Assim, em curto espaço de tempo, a lotação do Itamaraty rejuvenesceu, fenômeno gratificante que pode ser constatado facilmente andando pelos corredores da Casa, onde os rostos mais jovens passaram a ser esmagadora maioria. Toda essa operação foi levada a cabo sem qualquer prejuízo para os padrões de exigência do Concurso. Ela permitiu ao fim e ao cabo um aumento de cerca de 50% no quadro de diplomatas, considerado o patamar de 2006. Sem esse oportuno reforço, o funcionamento do MRE estaria hoje seriamente comprometido, dado o incremento exponencial de suas atividades, seja por iniciativa própria, seja em resposta a solicitações de fora. Contudo, só a médio prazo serão sentidos os efeitos mais profundos – e certamente benéficos – dessa aceleração do ritmo generacional.

718 Não se busca aqui uma solução simplesmente conciliatória, ditada por considerações abstratas. Exceto para efeitos retóricos, não existe um *Itamaraty ideal* – quando se parte desse ponto de vista, prevalece na realidade um enfoque de *fora para dentro*, que trai a essência da questão.

aspiração e é esta a expectativa da *Casa*. Todos felizes, caberia firmar um compromisso tácito de que o estágio estará vinculado ao processo de formação em andamento. A ligação se fará de diferentes maneiras, a começar por uma nova concepção pedagógica.

Por um lado, o trabalho efetivo deixaria de ser uma mera atividade adicional, mais ou menos solta, para se tornar a *grade* (agora legítima e natural) do aprendizado acadêmico; esse, por outro lado, ganharia seu verdadeiro sentido por meio do que Dewey chamou de *lógica da experiência*. Entenda-se por esse último conceito “o método imemorial de observar e manipular as coisas, a fim de ver o que se pode fazer com elas”.<sup>719</sup> Ora, o Instituto e a Chancelaria não são compartimentos estanques. O ideal seria que o *Rio Branco* fosse de fato uma *miniatura* da comunidade corporativa maior, que é o próprio MRE. Estaríamos aplicando aqui a lição de Kilpatrick (1871-1965), que deu operacionalidade às ideias de Dewey: “Devemos desejar que a escola seja ‘semelhante à vida’ [...] Por todas as razões, e ainda no interesse da melhor aprendizagem, é necessário que haja *vida real* na escola”.<sup>720</sup> O que for ensinado será ensinado porque tem uso e função além dos muros da Academia. “O que se aprende ‘isoladamente’ de fato não se aprende”.<sup>721</sup> Ou para dizer o mesmo: “Não se aprende senão aquilo que se pratica”.<sup>722</sup>

O conhecimento é um *potencial* que só ganha sentido pleno ao ser *atualizado*. Dewey definiu o conhecimento como “uma disposição para lidar com o que ainda está por vir a ser”.<sup>723</sup> Quase ao mesmo tempo, Whitehead escreveu que “educação é a aquisição da arte de utilizar os

---

719 Teixeira, A. “Filosofia e Educação” in *Educação e o Mundo Moderno* (1969), p. 35 (ed. 2006).

720 Kilpatrick, W. H. *Education for a Changing Civilization* (1926); p. 71 na tradução brasileira, *Educação para uma Civilização em Mudança* (14ª. edição).

721 Teixeira, A. “A pedagogia de Dewey (Esboço de uma teoria da Educação de John Dewey)” in *Vida e Educação* (1930). Cito o texto reproduzido em *John Dewey* da Coleção EDUCADORES MEC (p. 60), que se louva por sua vez na 7ª edição (1971; pp. 13-41) do livro organizado por Anísio (com textos de Dewey) e para o qual escreveu o estudo introdutório referido.

722 Teixeira, A. “A transformação da escola” in *Pequena Introdução à filosofia da educação* (1934), p. 51 na edição de 2007 (ed. UFRJ).

723 Dewey, J. *Democracy and Education*, Cap. 25.

conhecimentos”. Veja-se bem: ele diz *arte*.<sup>724</sup> Em termos mais concretos, conhecer é aproveitar uma experiência passada em uma experiência atual, é aplicar o já-sabido ao não-sabido. Mas como decidir *o que se aplica a quê?* Como construir a ponte certa entre o conhecido e o desconhecido? Em última análise, só por meio de sucessivas experiências.

De sobra, o conhecimento perderia seu ranço livresco e erudito, provando-se verdadeiro, porque útil. É preciso reconhecer que o livro perdeu sua primazia como fonte de informação, embora não tenha perdido sua majestade. É um fato que a corrida do conhecimento não admite retardatários. Neste mundo da Internet, uma escola livresca é uma escola arcaica. Aos olhos dos jovens, o que não é instantâneo já ficou velho, sem que se atente devidamente para um perigo maior: a aparente inocência do saber *em rede*. Na gratuidade da *net*, há um imposto invisível.

É muito cômodo ter o saber estocado em um aparato móvel, de fácil acesso. Mas é um saber de segunda mão – artificial e fragmentado. A “cultura cibernética” é a versão contemporânea da erudição.<sup>725</sup> Lembremos, a propósito, o personagem de ficção que Sartre que chamou de “Autodidata” em *A Náusea* – ele se sentiria realizado em uma biblioteca virtual.<sup>726</sup> O conhecimento se difundiu, mas é um conhecimento *ad hoc*: produz até uma multidão de *bem informados*, mas dificilmente ensaja alguma sabedoria. A caricatura de 1943 ganhou uma inesperada atualidade.

Tudo considerado, a escola deve encontrar um novo perfil? É uma questão recorrente, embora os desafios mudem de roupagem.<sup>727</sup> O que

---

724 Whitehead, A. N. – *Ibidem*, p. 16.

725 “O que o mundo erudito tende a oferecer são fragmentos de informações de segunda mão derivados de outros fragmentos de segunda mão. Esse estudo de segunda mão do mundo erudito constitui o segredo de sua mediocridade”. Whitehead, A. N. – *Ibidem*, p. 63.

726 Em *A Náusea*, o Autodidata “se instrui por ordem alfabética...” Sua leitura segue rigorosamente a sequência em que os livros estão classificados nas estantes: “K depois de J, L depois de K. Passou brutalmente do estudo dos coleópteros à teoria dos quanta, de uma obra sobre Tamerlão a um panfleto católico contra o darwinismo: não se desviou um só momento. Leu tudo...” – *La Nausée* (1938), pp. 46-7, ed. 1957.

727 Ao tratar da “ciência como vocação”, em texto famoso (*Wissenschaft als Beruf*, 1911), Max Weber discute em última análise o papel da universidade alemã diante da “juventude moderna”, “hostil ao

estamos contemplando aqui, no caso do *Rio Branco*, é uma alternativa ao aprendizado puramente informativo, seja o convencional, seja o eletrônico. O IRBr acomodou-se ao padrão da “velha escola de ouvir”<sup>728</sup>, em que prevalece uma educação formalista. Talvez isso se deva a uma fixação arcaica no estilo dos cursos jurídicos, que gozaram no Brasil de tanto prestígio. Nessa forma de aprendizado tradicional, a memória tem mais importância do que o discernimento. O fato é que os alunos são constrangidos a uma atitude passiva, poucos se atrevendo sequer a fazer perguntas. Quanto a contestar os mestres, só em absoluta surdina. Não é uma mera questão de descaso ou de retraimento – insisto que é falta de motivação, que é por sua vez um subproduto de uma visão falsamente pragmática.

Os homens que iniciaram a modernização da educação no Brasil, na década de 1930, pugnavam pela “escola da atividade e do trabalho”. É preciso usar o que se aprende, a começar pelo professor, que aprende ao ensinar. Esse diagnóstico – e a terapia consequente – conservam sua vigência: nos últimos noventa anos, houve progressos, mas em boa medida subsiste na educação dominante o formato jesuítico ou parajesuítico, que deixou marca no próprio Anísio Teixeira.<sup>729</sup>

John Dewey atribui o “estigma da prática” a uma tradição subliminar, herança da Grécia clássica, em que o lazer era dignificado e o trabalho, discriminado. Aquele corresponderia a interesses ideais e superiores; esse, a interesses materiais e inferiores. Na verdade, a categorização seria o “reflexo” da divisão social entre os homens livres e a massa servil. Estaria aí, ademais, o precedente da distinção entre educação liberal (elitista) e a educação profissional (tecnicista)<sup>730</sup>, com a ressalva de que isso não invalida nem compromete a lição que os gregos nos transmitiram sobre a *paideia*.

---

intelectualismo”. Segundo o professor e sociólogo, aos olhos da nova geração a ciência constitui “um reino irreal de abstrações artificiais” incapaz de recolher “o sangue e a seiva da vida real”.

728 A expressão é de Anísio Teixeira – “A transformação da escola” in *Pequena Introdução à filosofia da educação* (1934), p. 55 (ed. 2007).

729 “A indiferença inaciana, extremamente ativa e vigorosa nele, foi colocada a serviço da causa pública...” – Clarice Nunes, *Anísio Teixeira*, Coleção Educadores MEC (2010), p. 30.

730 Dewey, J. *Democracy and Education*, Cap. 19.

Numa passagem famosa, enigmática como sempre, Hegel estabelece a relação entre “consciência-de-si-mesmo” e “atividade formativa”, vale dizer, entre identidade e trabalho<sup>731</sup>. Nessa ótica, o filósofo analisa o que seria a disputa entre o *Senhor* e o *Escravo* – é uma disputa por reconhecimento, surda, mas implacável. Resumindo: contra as expectativas, o *Escravo* acaba prevalecendo. Como? Segundo Hegel, graças ao trabalho, que “dá forma (*bildet*) ao objeto”. O *Escravo* triunfa porque se “exterioriza”, enquanto o *Senhor* permanece encerrado em si mesmo.

A antinomia vale para a relação entre o educador e o educando. Aquele se identifica com o *Senhor*, na medida em que faz da ignorância do educando sua própria razão de ser; o *Escravo*, por sua vez, tira partido da dependência do *Senhor*. Da mesma forma, o educando pode se tornar educador, por meio do trabalho, que tem o potencial de fazer crescer.<sup>732</sup>

Em outras palavras, a oposição entre lazer e trabalho não deveria valer no campo da educação. Por vias diversas, Marx e Dewey estão de acordo com a premissa de que a prática tem precedência. Não por acaso, os dois pensadores tiveram a influência comum de Hegel e a convergência no caso é relevante, pois estamos falando de duas figuras antitéticas: o pai do comunismo e um dos campeões do liberalismo.<sup>733</sup>

---

731 Hegel, G.W.F. *Fenomenologia do Espírito* (1805), B. IV.A. (especialmente parágrafos 194 a 196).

732 Comentado a dialética hegeliana nesse caso, Paulo Freire propõe que a “educação libertadora” promova justamente a “superação da contradição educador-educando, de tal maneira que se façam ambos, simultaneamente, educadores e educandos” – *Pedagogia do Oprimido*, p. 82 (ed. 2011). E ainda, em uma fórmula redonda: “... o educador não é o que apenas educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa”. – *Id. Ibidem*, pp. 95-6.

733 Dewey não foi um liberal clássico, mas foi um liberal autêntico por sua defesa irrestrita da liberdade, concebida fundamentalmente como capacidade de crescer. Não impede que tenha sido um crítico contundente do sistema, a ponto de ser acusado de comunista. Acontece que Dewey foi um apóstolo da democracia e, ao mesmo tempo, um censor exigente da mesma democracia. Considerava que a *revolução democrática* não estava completa. Assim, condenou as injustiças do *laissez-faire* e chegou a propor medidas de socialização. Foi um ardoroso defensor do *New Deal* e um juiz severo do imperialismo – fosse britânico, japonês ou americano. Visitou vários países, inclusive a então República da China, onde foi acolhido em 1919 pelos intelectuais locais como portador de uma mensagem de modernidade. É sintomático que um autor de esquerda, como Perry Anderson, tenha valorizado esses aspectos na obra e no ativismo de Dewey, cujo entendimento quanto ao papel do intelectual o aproxima de John Stuart Mill e de Bertrand Russel.

Sendo assim, temos desde logo um reforço poderoso à tese da interação entre educação e trabalho. Em outras palavras, a *práxis* consiste em saber o que se pode fazer com o (suposto) conhecimento; ela submete a teoria ao teste da realidade. Mas se a prática tem a última palavra, não quer dizer que o mundo da ação histórica seja menos opaco ou complexo. Sartre dizia que a *práxis* “est um maquis ou un taillis” – uma mata cerrada ou um bosque fechado. Numa hipótese ou outra, o que conta é saber lidar com a *situação*.

Entre nós, Anísio Teixeira – interpretando Dewey e Kilpatrick, seus mestres na *Columbia University* – defendeu explicitamente a *educação pelo trabalho*, o que significa *partir* do concreto ou *voltar* ao concreto. É óbvio que o educador não estava fazendo um endosso indiscriminado ao ensino técnico.<sup>734</sup> O ponto é outro: o trabalho aliado à educação desperta e alimenta o interesse do educando, pois “aprender significa ganhar um modo de agir”. Assim, “a finalidade da educação se confunde com a finalidade da vida” e a vida vivida – já foi assinalado – é a matéria por excelência da educação.

O IRBr não escapou inteiramente ao modelo passadista: como numa escola medieval, os alunos passam horas a *escutar* os professores e serão avaliados em consequência, por meio da “ultrapassada parafernália de recompensas e punições”, para usar a expressão de Dewey.<sup>735</sup> Uma ilustração extrema desse equívoco é o teste *imediato* aplicado aos ouvintes depois de cada aula, o jogo marcado de perguntas e respostas. É um recurso extremo para exigir atenção, mas é um recurso pernicioso: deforma e embrutece o conhecimento. Felizmente, nem todos adotam essa prática, de viés dogmático e autoritário.

---

734 Essa questão se tornou o pomo da discórdia entre os chamados liberais e os pedagogos de esquerda; para esses, o ensino técnico seria uma rendição ao capitalismo. Não sei se o argumento se sustenta, depois que um torneiro-mecânico se tornou Presidente da República do Brasil. É prova, pelo menos, de que a questão estava mal colocada.

735 Dewey, J. – *Democracia e educação*, Cap. 25; p. 93, ed. citada.



## DANÇA DE CADEIRAS

Em uma academia diplomática consciente de seu propósito, a *matéria* curricular deveria inspirar-se na própria atividade profissional, ou seja, no *ofício* diplomático. Nesse contexto, não se justifica que uma disciplina singular seja tratada como uma unidade independente, por seu próprio mérito. É o caso do estudo do Direito, da Economia, dos eventos correntes e até das línguas estrangeiras. Como já lembrado, Anísio Teixeira advertia, oito ou nove décadas atrás: “... dentro de dez ou vinte anos ninguém mais tentará o ensino por lições, nem a organização do currículo em matérias escolares...”<sup>736</sup> Não há dúvida de que é preciso estudar as árvores, mas sem esquecer que fazem parte da floresta.

Convenhamos que é uma concepção totalmente distinta da obrigação tradicional que se atribui ao professor no sentido de *dar a matéria*, ou seja, de livrar-se de uma carga ao cumprir o programa. A divisão temática é válida se mantida a *Gestalt*, a visão de conjunto, ou seja, a percepção da finalidade precípua de uma Academia diplomática. Por que submetê-la a um programa convencional? O programa de estudos deve ser induzido pelos alunos, no ritmo em que as questões surjam no estágio cumprido pelos novos diplomatas. Com certeza as questões surgirão e a tarefa dos professores – acostumados a programas pré-fixados – talvez se torne mais árdua. Mas o desafio traria recompensas – nas horas difíceis, o professor certamente se lembrará das palavras de um pedagogo dos pedagogos:

*O mestre é aquele que ultrapassou a concepção de uma verdade como fórmula universal, solução e resolução do ser humano, para se elevar à ideia de uma verdade como procura. [...] Não há mestre.*<sup>737</sup>

O papel do mestre poderá ser melhor esclarecido se retornarmos à experiência havida com o Mestrado do IRBr, que foi concebido genericamente

---

736 Teixeira, A. “Diretrizes da educação e elementos de sua técnica” in *Pequena introdução à filosofia da educação* (1934), pp. 84-85 (ed. UFRJ, 2007).

737 Gusdorf, Georges. *Professores, para quê?* (1963); destaque acrescentado.

como um *exercício de pesquisa* e não precipuamente *para* o exercício da profissão. Há uma enorme diferença. Acresce que a pesquisa em questão era assumidamente bibliográfica, isto é, teórica. O fato de incorporar eventuais entrevistas diretas não alterava o caráter passivo do exercício. Ora, esta não é a única forma de pesquisa possível, nem a trabalhosa dissertação (em torno de 120 páginas) era a melhor forma de apresentá-la.

Dentro de nosso propósito de vincular o estágio com o estudo, a dissertação poderia ser substituída pela prática de encomendar aos alunos *papers* periódicos sobre os serviços que estão sendo chamados a prestar e/ou sobre *como* estão tratando os temas que lhes foram confiados – o grifo é da essência da questão. Como sinalizações de um *work in progress*, os papéis servirão de material de classe, a ser compartilhado entre os colegas para análise e debate. Isso concorrerá para o desenvolvimento de um espírito de equipe, que é indispensável na lide diplomática.<sup>738</sup> Servirá também para uma compreensão compartilhada do *ethos* da *Casa*, cuja importância já foi salientada.

O grau de cobrança, bem como a sintonia com o objetivo visado, poderá ser regulado experimentalmente. A expectativa é de que estes textos sejam depoimentos pessoais e não relatórios burocráticos. Em se tratando de funcionários praticamente inexperientes, não seria justo esperar que os *papers* encerrem grandes contribuições substantivas, mesmo porque o que se deseja aferir, sem maiores distorções, é a própria experiência. A continuidade do exercício contribuirá certamente para seu aprimoramento. Passível de ajustes, o procedimento teria desde logo duas vantagens, além da economia do tempo que seria exigido para preparar uma longa dissertação de Mestrado: primeiro, como assinalado, o benefício inestimável da motivação direta, com a frescura da experiência ao vivo; segundo, a fidelidade à verdade da contingência, sem o equivocado compromisso com “algo conclusivo” a que aspira, de uma forma ou outra, uma tese de mestrado.

---

738 Com o mesmo enfoque poderiam ser aproveitados eventuais trabalhos desenvolvidos no âmbito do Núcleo de Pesquisa em Diplomacia, como já aventado. É óbvio que não caberia qualquer exclusividade neste particular.

A ideia subjacente é a de eliminar a ruptura entre prática e teoria. Da mesma forma, poderá ser melhor compreendida a diferença entre interesse pessoal e dever funcional. Outros benefícios serão desvelados pelo próprio exercício, como o estímulo ao trabalho em conjunto.

A interação entre a *Casa* e a *Academia* é a chave da permanente renovação do IRBr e ela começa pela interação entre os estudantes, de modo a compartilhar experiências. Ao professor cabe um papel catalítico e aglutinador, em detrimento do papel “professoral”, conforme a advertência de Gusdorf.

Caberia examinar uma outra possibilidade: conceber para o IRBr um currículo que correspondesse ao próprio organograma da Secretaria de Estado, cuja constante revisão é um bom índice não só da evolução da agenda internacional, mas também do próprio universo do conhecimento contemporâneo sob a ótica diplomática. Seria coerente que a pauta do IRBr se ajustasse a essa perspectiva dinâmica. Em vez das *epistemes* tradicionais (em crise por sinal), teríamos disciplinas operacionais, modeladas com atualidade pelas grandes faixas de interesse da Chancelaria brasileira. Nada impede que essa revisão seja feita em bases experimentais – a premissa inovadora é justamente a flexibilidade. Assim, teríamos um “programa” de estudo que incluiria, qualitativamente, a própria agenda de trabalho do MRE.

Dito isso, o principal não é tanto a eleição do *conteúdo*, mas a percepção da *forma* que é própria ao ofício diplomático. Desde que o *Rio Branco* foi criado, os programas seguem o mesmo padrão, como se elaborados *sub specie aeternitatis*, quando na verdade estamos lidando com uma matéria a ser vista necessariamente no *modo da contingência*. O fato é que a realidade é uma permanente dança de cadeiras. Em suma, todo o processo educativo do aspirante à carreira deveria convergir para o *fazer diplomático*. Trata-se, em última análise, de instilar no profissional ainda-por-ser a intuição, senão a consciência, do que sua carreira tem de peculiar. Não é tarefa que se resolva por meio de manuais.

Agora, convém esclarecer que o “trabalho diplomático”, aqui referido, também se confunde com a atividade burocrática inerente à profissão.

Essa distinção nos leva a ponderar, de imediato, que o “aprenda fazendo” da pedagogia *escolanovista* não é uma fórmula mágica. Aliás, não se pretende que essa seja a última palavra em matéria de filosofia da educação. O que se pretende mostrar, sim, é que essa e outras escolas têm ensinamentos úteis para a Academia diplomática. De resto, o *learning by doing* parece simples, mas as coisas simples são às vezes as mais difíceis na prática: sem serem complicadas, podem ser complexas.

Isso nos leva a acrescentar que – assim como a guerra é um assunto muito importante para ser confiado apenas aos generais – o ensino da arte da diplomacia é muito sério para ser confiado apenas a uma instituição, ainda que a mesma tenha sido concebida para tanto. É uma tarefa coletiva, que compete à Chancelaria como um todo. O IRBr faz parte desse todo, mas com um *status* que até hoje tem um caráter de “anexo”. Já é tempo de trazer o anexo para dentro da *Casa* ou a *Casa* para dentro do anexo – o conjunto se enriqueceria ao cumprir a função ideal de uma grande escola.

### “PEQUENINOS SÓCRATES”

Para ser verdadeiro, um ajuste nos moldes propostos supõe uma perspectiva distinta, não só do ponto de vista pedagógico. Envolve decisão política. Para começar, seria necessária uma nova postura não só dos alunos, mas também – e talvez principalmente – dos professores e dos chefes da *Casa*. A dimensão do que seja essa postura distinta é dada pela expectativa expressa no arroubo retórico de Anísio Teixeira:

*“Em vez de bacharéis, queremos pedir à escola a formação em série de pequeninos Sócrates”.*<sup>739</sup>

Muitos, muitos Sócrates em miniatura – nada simples. Anísio pensava a partir da escola primária, mas seu apelo se aplica com mais razão ao

---

739 Teixeira, A. “A educação e a sociedade” in *Pequena introdução à filosofia da educação*, p. 104 (ed. 2007).

nível superior. O voto é quase utópico e – se posto em prática – é de se prever que possa provocar grandes resistências, a começar pelo ceticismo. Mas, por enquanto, deixemos isso de lado e olhemos para os benefícios imediatos de um entrosamento autêntico entre o aprendizado acadêmico da diplomacia e o exercício efetivo da profissão.

A primeira vantagem, entre tantas, vem pelo reverso: aprender a desconfiar do canto de sereia da teoria. Quero dizer que o contato com os problemas vivos é o melhor remédio contra as “ideias feitas”; talvez até tenha o efeito de um antídoto em longo prazo.

Observemos, nesse sentido, uma situação particular que vai se tornando frequente. Ocorre que uma parcela crescente de candidatos à carreira é formada por egressos dos cursos (hoje tão em voga) de Relações Internacionais, nos quais o prato forte do cardápio – penoso sinal de colonialismo mental – é a notória TRI (*Teoria das Relações Internacionais*), cujo grande centro de produção (ou pelo menos de propagação) tem sido a universidade norte-americana.

A teoria, no caso, é o que o nome diz – uma *teoria*. Na verdade, são muitas teorias, numa multiplicação indigesta e ociosa. O que realmente não é benigno é o vício da teorização em si mesma. A TRI convida a pensar em circuito fechado e se presta à complacência intelectual: os mais incautos tendem a confundir teoria e racionalidade, o que pode ser grave. Sendo assim, a terapêutica adequada consiste na volta ao concreto, como fez a filosofia contemporânea. Nisso, ela não foi acompanhada pela TRI, disciplina adolescente.

O mergulho na prática enseja também um exercício de humildade, se o paciente não estiver irremediavelmente infectado pelo vírus dos “paradigmas”. Se estiver, ele dirá que o *erro* é dos fatos, quando os fatos não se conformam com o modelo pré-fixado. Aliás, o viés acadêmico conduz ao paradoxo de pensar que os fatos em si não têm o menor atrativo, exceto quando subservientes à soberana teoria.

Desconfiar da teoria tem como recíproca a confiança na prática, desde que isso não se transforme em mais uma teoria.<sup>740</sup> Anísio Teixeira indicou a medida certa: “Todo saber é uma ‘experiência’ do saber”.<sup>741</sup> O conhecimento não apenas nasce da experiência – ele é, em si mesmo, uma *experiência*. Vale repetir a citação de Dewey: “... aprender significa alguma coisa que o indivíduo faz enquanto estuda. É uma relação ativa, conduzida pessoalmente”.<sup>742</sup> Para um estudante de diplomacia, podemos inferir, o mais importante seria descobrir as perguntas e não encontrar as respostas prontas.

A prática é ao mesmo tempo matéria prima indispensável e teste legitimador. Já falamos sobre isso e não seria o caso de insistir, exceto para acrescentar algo que ainda não foi devidamente salientado: o conhecimento se situa no presente. “O presente contém tudo que existe. É solo sagrado, pois é o passado e também o futuro”.<sup>743</sup> Isso não significa viver só para o momento imediato – significa que o imediato já é por si uma confluência.

Mais relevante agora é precisar a virtude da experiência para o nosso limitado propósito: além de desmanchar “ideias feitas”, ela é suposta dar ao educando uma percepção mais clara sobre a *natureza* da diplomacia. Em consequência, a própria política externa será vista além de sua mera apresentação puramente discursiva. Os aspirantes a profissionais verão que não basta ter boas ideias – é preciso aprender como dar-lhes vida. Essa – e não outra – é a função de uma Academia diplomática prevenida contra abstrações. Vale dizer, que o estágio vai familiarizar o funcionário iniciante com o *fazer diplomático*, ainda que o candidato a diplomata esteja executando um trabalho setorial. Aqui, cabe recordar que qualquer função que se exerça dentro do Itamaraty é política – é o que gostava de repetir

---

740 Para o provável espanto de seus ouvintes, Ortega y Gasset iniciou um de seus cursos universitários dizendo: “... vamos a estudiar Metafísica, y eso que vamos a hacer es, por lo pronto, una falsedad”. Por essa “enormidad pedagógica”, ele queria sublinhar que “una ciencia no es tal ciencia sino para quien la busca afanoso”. Generalizando, o conhecimento se presta à *falsificação* uma vez divorciado da condição existencial que o gerou. Para saber, é preciso *querer* saber.

741 Teixeira, A. *Educação e o mundo moderno* (1969); p.186 (ed.2007).

742 Dewey, J. *Ibidem*, Cap. 25; pp. 91-92.

743 Whitehead, A. N. – *Ibidem*, pp. 14-15.

o Embaixador Azeredo da Silveira, que fez boa parte de sua carreira na administração, que é uma atividade-meio.

Para identificar o *fazer diplomático* em cada caso – e aprofundá-lo, como desejável – será necessária uma interação permanente entre Chancelaria e Academia. É indispensável o envolvimento ativo do Ministério em seu conjunto, sobretudo, por parte dos funcionários mais experientes. Esses devem ser estimulados a ter uma presença assídua no Instituto, para benefício mútuo – da *Casa mater* e da *Casa Grande*. Trata-se de valorizar – de forma menos esporádica ou circunstancial – o exercício da *tradição oral* do Itamaraty. No MRE, o *Rio Branco* é o *locus* para cultivar essa tradição, que envolve regras de comportamento *não escritas* que os livros e manuais dificilmente conseguem captar.

Assim, os que têm função de chefia – não apenas no nível mais alto – devem contribuir para o processo de formação, seja pela ação direta nas unidades de trabalho, seja por meio de palestras para o público do IRBr. É uma prática que já existe, mas caberia dar-lhe um sentido pedagógico mais preciso ou menos aleatório. Por exemplo: o enfoque dessas palestras deveria ser antes sobre o *know how* do que sobre *know that*, para lembrar a distinção já citada se Gilbert Ryle. Em outras palavras, caberia privilegiar concretamente o que poderíamos chamar de *artesanato diplomático* na área da competência respectiva do palestrante. A experiência pessoal é única, enquanto os conceitos genéricos – mesmo que contestados ou discutíveis – são de propriedade coletiva.

Dispomos felizmente de uma ilustração recente do procedimento desejável neste caso – e é uma ilustração magnífica. Ao longo dos oito anos em que foi Chanceler do Presidente Lula, o Embaixador Celso Amorim acedeu prazerosamente em dar palestras regulares para os alunos do IRBr, palestras que foram reunidas e publicadas em 2011.<sup>744</sup> O estilo dessas falas não é absolutamente o do *magister dixit*, como costuma acontecer nessas ocasiões. Ao contrário, o tom da informalidade foi sempre mantido,

---

744 Amorim, Celso. *Conversas com jovens diplomatas* (2011). As palestras foram proferidas entre 2005 e 2010.

permitida também a digressão, sem perder o fio da meada. Isso porque o ânimo do então Ministro de Estado não era o de construir teses, mas o de compartilhar vivências profissionais – e “quase em tempo real”. Isso confere às “conversas” uma autenticidade singular; há até, por parte do palestrante um sinal de surpresa, ao desencavar lembranças e formar percepções, no ritmo da própria exposição.

Em suma, mais além de seu interesse intrínseco, como informação e depoimento, o que distingue essas exposições fluidas é a ênfase especial nos “processos decisórios” – o tratamento da política externa do ponto de vista da diplomacia, isto é, “no dia-a-dia”, “em se fazendo”.<sup>745</sup>

Esta perspectiva é de certa forma anunciada (e confirmada) pela escolha da epígrafe do livro – uma passagem das *Cartas a um Jovem Poeta*, obra póstuma (1929) de Rainer Maria Rilke (1875-1926). Naturalmente, a citação foi selecionada por sua mensagem de confiança. Mas não deixa de ser significativo que a preferência tenha recaído sobre aquele que foi, em linguagem poética, um reconhecido e imediato precursor da filosofia da existência.<sup>746</sup> De resto, isso se reflete no texto de Amorim, o que nos leva a reiterar a conclusão de que a diplomacia, antes de ser uma experiência política, é uma aventura personalíssima.

## OBJEÇÕES E SOLUÇÕES

Diante das adaptações propostas, pode-se argumentar: tudo muito bonito e redondo, mas quem se responsabiliza por aquelas *coisas* – em matéria de Direito e de Economia, por exemplo – que um diplomata não pode

---

745 Id. *Ibidem*, pp. 13 e 34-35, respectivamente.

746 “Ordenar la obra de Rilke en la misma conexión expresada filosoficamente por la filosofía de la existencia es el mejor camino para llegar a entender su posición histórico-espiritual.” – Bollnow, Otto F. – *Rilke* (1956); versão em espanhol de 1963, p. 28. Ver também do mesmo autor, *Filosofia de la Existencia* (Revista de Occidente, 1954).



deixar de saber? Como fica a *instrução* propriamente dita? A resposta simples é esta: não fica. Ou melhor, fica, mas sob outra luz, depois que for desfeito um equívoco renitente, herdado da escola tradicional. O erro está em privilegiar uma lógica formal e antiquada que separa os campos do saber. Seria preciso aplicar uma lógica que evite esta compartimentação, pois a realidade com a qual o diplomata se defrontará não é dividida em escaninhos.

Para ser diplomata, é preciso... *ser diplomata*, e não advogado, nem economista. Pela mesma razão, um diplomata não precisa ser um especialista em vinhos, para recorrermos a mais uma comparação, perfeitamente pertinente, como sabem os que – por dever de ofício – são obrigados a frequentar as mesas mais variadas. Tais saberes podem ajudar, e muito, mas não é este o cerne da questão. Se o candidato ao ofício diplomático for também formado em Direito, Economia, ou Enologia, tanto melhor, mas não é *por isso* que ele se qualifica. Tanto é assim que, uma vez aprovado no Concurso, para tomar posse, o candidato exitoso deve comprovar que completou *um* curso universitário, qualquer um. Aliás, na prática, há de tudo entre os diplomatas das gerações mais recentes, desde os formados nas disciplinas mais comuns até os que têm – como já assinalado – diplomas em teologia, música, educação física, informática, etc. Isso é bom.

Com efeito, nunca se questionou esse critério amplo. E com sobrada razão – um médico, ou um teólogo, se é *bom* no que faz, é porque sabe pensar bem, seja pela intuição, pela lógica ou pela experiência acumulada; terá assim condições de ser também um *bom* diplomata, desde que continue a *pensar bem*, embora o objeto no caso seja distinto. O mesmo vale para qualquer outra formação – o que conta, em definitivo, é a *forma* de pensar e não a matéria-prima, ou seja, o *conteúdo* da respectiva formação. O inverso seria incidir nos vícios da anacrônica “educação bancária”. O que um diplomata precisa saber é onde *situar*, em caso de necessidade, o Direito, a Economia, ou o que seja – é o que importa essencialmente, sem prejuízo de recorrer aos *experts* (que não faltam) das disciplinas ancilares. É obvio que haverá um ganho, se – por talento próprio – o diplomata puder prescindir do especialista. Mas a recíproca não está dada:

o especialista, enquanto tal, não substitui a contento o diplomata. A política é especializada em... política. Política não é uma matéria *per se* – são todas.

Nada impede que os aprovados no Concurso – que já inclui provas abrangentes de Direito e de Economia, além do elenco de ciências humanas e, naturalmente, línguas – nada impede, repito, que exames suplementares sejam realizados no início do Curso, para detectar eventuais lacunas de formação, bem como naturais desníveis dentro de cada leva de aprovados. Isso, cabe lembrar, já é feito sistematicamente, sobretudo no caso das línguas. Conforme o resultado, podem ser previstas “aulas de reforço” até que o nível satisfatório seja atingido, espera que pode ser qualificada – sem configurar uma punição – com algum tipo de condicionamento funcional ou administrativo.<sup>747</sup> A “reserva”, no caso, deve ser um estímulo para a recuperação do estudante eventualmente *sub judice*.

Em sentido inverso, quando um educando se destacar dentro do espírito do novo currículo, seria justo que seu êxito revertesse também em algum reconhecimento para os colegas e chefes que lhe prestaram assistência no estágio. De modo geral, deveriam ser bem acolhidos todos os meios que contribuísssem para uma ligação mais íntima entre o IRBr e a Secretaria de Estado em seu conjunto.

De qualquer maneira – voltando ao tema da instrução básica – as disciplinas clássicas (Política, Direito, Economia ou o que – eventualmente – passar a ser considerado básico) não deixarão de ser estudadas, mas não sob a ótica de um programa abstrato, repetido ano a ano, como algo estático e, convenhamos, sem qualquer estímulo profissional, a não ser o de cumprir mais um requisito. Uma filosofia curricular inovadora seria inspirada e motivada, como já assinalado, por interesses concretos e presentes, a partir da concomitante experiência de trabalho dos novos diplomatas. Era o que Kilpatrick já antecipava, falando naturalmente em termos

---

747 Os submetidos a reforço poderiam passar para o fim da lista na escolha dos estágios, mas de qualquer forma essa não deveria ser uma condição suspensiva.

gerais: “O novo programa consiste em *experiências*. Usa as matérias, mas não consiste em matérias pré-estabelecidas...”<sup>748</sup>

Dentro dessa sistemática, um aspecto importante seria um monitoramento mais próximo por parte da Direção do Instituto, talvez através de um encarregado direto da coordenação do Curso. Esta tarefa que se torna imprescindível, tendo em vista a nova natureza do currículo. Seria assim altamente conveniente que os Registros de Aula, por parte dos Professores, estivessem adaptados ao tipo de pedagogia aqui esboçado, uma vez que não se trata meramente de anotar no formulário pertinente o ponto do programa objeto da aula. Uma informação precisa sobre a participação ativa do corpo discente seria indispensável para medir o êxito dos estágios paralelos, com eventual *feedback* para os órgãos da Secretaria de Estado onde os alunos estão lotados. O trabalho de coordenação adquire assim outra dimensão, no processo de interação entre a Escola e a Chancelaria.

## CORAÇÃO DA MATÉRIA

A motivação dos alunos – seres de carne e osso, convém não esquecer – é o ponto nevrálgico da educação. Trata-se de fazer justiça a Kant, que foi professor a vida toda; ele proclamava que o homem não deveria ser transformado em meio para fins a ele alheios. Em tese, ninguém se atreve a contestar o aforismo, mas na prática não é o que acontece. Sabemos que a *racionalidade instrumental* – ainda que fartamente denunciada – foi triunfante na sociedade contemporânea, mas isso não nos impede de impor-lhe limites ao menos na educação. É esta nitidamente a preocupação da pedagogia mais esclarecida: não desvirtuar a escola.

A motivação não é simplesmente algo desejável que se possa substituir pela imposição ou mesmo pela coerção. Para começar, ela é indispensável

---

<sup>748</sup> Kilpatrick, W. H. – *Educação para uma civilização em mudança*, p. 85 (14ª edição brasileira – 1977).

para garantir a eficiência, mas não se justifica apenas em termos operacionais. Junto com a motivação, vem uma percepção mais clara do valor do conhecimento. Não falo do valor nominal e abstrato, mas do valor real e concreto, ou seja, o movimento de “andare dreto alla verità effettuale della cosa”.<sup>749</sup> A esta altura, podemos referir a fórmula de Maquiavel ao conceito contemporâneo de “verdade contingente”.<sup>750</sup>

O desejo de saber é natural no homem, nos diz Aristóteles na frase de abertura da *Metafísica*.<sup>751</sup> Mas é um desejo despertado pela necessidade e sob diferentes formas. A necessidade mais efetiva é a pessoal, entendendo-se como aquela que não é ditada *de fora*, seja pelo saber convencional, seja para atender a uma exigência curricular, seja para cumprir uma função específica, seja pela moda, seja por qualquer outra hipótese de circunstância externa. A necessidade pessoal, no caso do saber, emana de uma autêntica curiosidade (do latim *cura*, cuidado, preocupação). Não sendo assim, o conhecimento tem sempre algo de postizo – é esquecido com a mesma facilidade com que é recebido. Acrescente-se que – ao fazer a distinção entre experiência e *techné* – o mesmo Aristóteles adverte que “conhecer o universal e ignorar o particular nele incluído” (ou seja, a teoria sem a prática) conduz com frequência a “erros de tratamento”.<sup>752</sup>

Ortega y Gasset resumiu a questão: “... una verdad no existe propriamente sino para quien la ha menester”.<sup>753</sup> Sem essa carência (“menester”), que é individualizada, o conhecimento não se move. Os que inovaram a ciência tinham afã de saber, mesmo correndo riscos – há exemplos célebres, como o de Galileu. “Such is the *personal participation* of the knower

---

749 Maquiavel, N. *Il Principe*, Cap. XV, já citado. Sobre o tema correlato do pragmatismo, ver acima o capítulo 15.

750 Embora não use essa fórmula, nem cite Maquiavel, a filosofia antirrepresentacionista de Richard Rorty gira em torno desse conceito. *Contingency, Irony and Solidarity* (1989) é o título de uma coletânea de ensaios do autor. Para uma discussão das ideias de Rorty, ver seu debate com o Professor Pascal Engel (da Sorbone/Paris) in *À quoi bon la vérité?* (2005).

751 Aristóteles, *Metafísica*, Livro I, capítulo 1.

752 Id. *Ibidem*, Livro I, capítulo 2.

753 Ortega y Gasset, J. –. *Unas lecciones de Metafísica* (1932/1933). Lección I.

in all acts of understanding. But this does not make our understanding *subjective*”, para usar a formulação de um outro autor que se debruçou sobre o problema.<sup>754</sup>

O essencial – ao preparar futuros agentes de uma profissão que lida com a instabilidade da história – é formar mentes ativas e não “cérebros enfaixados”.<sup>755</sup> Isso tem a ver, é claro, com uma saudável formação ética, “sem apelo a considerações estranhas revestidas de um título nobre”.<sup>756</sup> A propósito, vale lembrar a censura que Dewey faz da moralidade orgulhosa, que “insiste em seguir o próprio caminho, sem aprender o melhor caminho por meio da experiência”.<sup>757</sup> Essa experiência não é, nem poderia ser, solitária – nisso a escola tem um papel decisivo a desempenhar, ainda que não manifesto. O grande mestre norte-americano sustentava, como já lembrado, que “a *identidade* ativa, ou em movimento” deve se contrapor à “instrução catequética”. Vale dizer que a verdadeira ética profissional é assimilada com a vivência. O ponto é suficientemente relevante para justificar mais uma citação:

*Agir conforme um princípio em uma emergência não é agir segundo um princípio abstrato ou um dever genérico; é agir de acordo o princípio de um curso de ação... O princípio da conduta de um médico é o que inspira seu objetivo e seu espírito – cuidar do doente.*<sup>758</sup>

Hoje, passados quase cem anos, essa filosofia já está inserida nos costumes; ainda assim, não se extraíram dela todas as consequências pedagógicas. Ainda há quem pretenda, de forma mais ou menos consciente, que a *ética* pode ser tratada como algo a ser ensinado, como uma *matéria* a

---

754 Polanyi, Michael. – *Personal Knowledge* (1958), p. vii. Ao tratar da revolução que rejeitou a cosmogonia da Bíblia, o autor pondera: “Why did Copernicus exchange his actual terrestrial station for an imaginary solar standpoint? The only justification for this lay in the greater intellectual satisfaction he derived from the celestial panoramas seen from the sun instead of the earth.” – p. 3.

755 Teixeira, A. – “Diretrizes da educação e elementos de sua técnica” in *Pequena introdução à filosofia da educação*, p.62 (ed. 2007).

756 Dewey, J. – *Democracy and education*, Cap. 26.

757 Id. *Ibidem*.

758 Id. *Ibidem*.

mais, quando ela só é efetiva se absorvida no dia a dia, no “reajustamento contínuo” da convivência social. Por isso mesmo, educação e democracia andam juntas, ou deveriam andar.

“A escola é o retrato da sociedade a que serve” – insistia Anísio Teixeira, com realismo<sup>759</sup>. As injunções atuais são compreensíveis, mas permanece o dado de que há um *déficit* de motivação autêntica. Suprir essa carência não será conseguido por meio de um ensino tradicional distante das condições de vida dos educandos. Aqui também vale para o adulto o que se postula para o aprendizado das crianças: não há educação se não houver *interesse*. Para que haja, a escola não pode se dar ao luxo de ficar desvinculada do mundo *lá fora*. Sobretudo, ela não pode transmutar-se – não por muito tempo – em uma *ilha da fantasia*, por meio do isolamento; também não pode ser sentida como um fardo ou uma obrigação.

Em uma sociedade em que pululam os “cursinhos” e os “concurseiros”, não é novidade para ninguém que muitos se interessem pelo serviço exterior como um emprego atraente e não propriamente pelo desafio da carreira, que é um sacerdócio leigo em boa medida. Os tempos são outros e, a rigor, não há incompatibilidade entre recompensa e devoção. Mas devoção não se ensina – no máximo, pode ser assimilada. A assimilação começa pelo exemplo, não pela teoria.

A renovação aqui proposta teria que ser casada com a consequente revisão da “grade” curricular do IRBr, ou nos moldes já mencionados ou em outros que melhor atendam ao objetivo contemplado. Em síntese, o que se pretende é dar ao trabalho escolar seu pleno sentido e, para tanto, é preciso vinculá-lo ao trabalho funcional. Esse, por sua vez, ganharia novo estímulo, ao gerar o que William Kilpatrick chamou de *interesse ativo*. É um conceito clássico, também utilizado por Edouard Claparède na primeira metade do século passado.<sup>760</sup> A referência ao pedagogo e psicólogo suíço vem a propósito: junto com Dewey, a escola da “educação funcional e

---

759 Teixeira, A. – “A transformação da escola” in *Pequena Introdução à filosofia da educação*, p. 45.

760 Claparède, E. – Dewey, J. – *L'École et l'Enfant* (1967), Prefácio.

diferenciada” de Claparède tem muito a nos ensinar.<sup>761</sup> Ele postulou que o segredo de um aprendizado exitoso é o *interesse através da ação*. Seu conceito de “escola sob medida”, pensado originalmente para crianças, resgata – como fez Rousseau – as aptidões individuais, o que se ajusta perfeitamente ao IRBr.

Podemos concluir com um breve resumo. Por um lado, o trabalho – como investimento existencial – é uma fonte ideal de motivação; por outro, o *Rio Branco* oferece condições excepcionais para uma solução nesse sentido. Até agora, o estágio funcional tem sido uma espécie de *bicho-papão* para a integridade do IRBr: com a anuência do poder, os recrutas da Academia diplomática – arduamente amealhados – são *cooptados* para o serviço ativo, não conectado com a atividade escolar. O *Rio Branco* passa, então, a ser secundário, quando não um estorvo. Mas não há razão para que seja assim: o trabalho-estágio é um aliado da Academia e não seu adversário ou até algoz.

No caso do IRBr – por sua natureza – existe a possibilidade concreta de fazer da vivência profissional o cerne da matéria curricular. Basta que o aluno deixe de ser *objeto* e se torne *sujeito* do processo, como deve ser. Na medida de sua iniciação funcional, caberá a ele a responsabilidade de indicar suas prioridades. Ao professor, incumbirá a delicada tarefa de fazer aflorar – e identificar – os pontos de real preocupação dos jovens diplomatas, sem prejuízo de dar eventualmente uma organicidade mais doutrinária a essa problemática. O que importa de imediato é que a descoberta (*aletheia*, gr. – verdade, desvendamento) parta dos próprios educandos. Dessa forma, estarão assumindo o perfil de “pequeninos Sócrates”, como almejava Anísio Teixeira. Dentro da analogia, caberia ao professor o papel clássico de *parteiro* – aquele que provoca e orienta a maiêutica, em cada caso.

Como a onda na praia, a vivência sempre se renova; a memória a retém, mas não a esgota. É nesse poço sem fundo que a educação diplomática pode

---

761 Claparède (1873-1940) foi o fundador do *Instituto de Ciências Educativas Jean-Jacques Rousseau*, em Genebra, onde Jean Piaget iria se distinguir.

encontrar sua fonte mais rica. A Academia não é um depósito de saber – é uma renovadora do saber. Nessa perspectiva, o mestre não é um ser mítico e onisciente, que fala *ex-cathedra*. De resto, como dizia o Riobaldo de Guimarães Rosa: “Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende”.

\*



# ANEXOS



*Anexo A* <sup>762</sup>

---

DECRETO-LEI N° 7.473, DE 18 DE ABRIL DE 1945

---

762 Referido nas pp. 13, 21 e 22.

DECRETO-LEI Nº 14/1945 DE 18 DE ABRIL DE 1945.

Dispõe sobre a criação do Instituto Rio Branco e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º - Fica criado, no Ministério das Relações Exteriores, um centro de investigações e ensino, denominado Instituto Rio Branco.

Art. 2º - O Instituto Rio Branco terá por finalidade:

- a) a formação, o aperfeiçoamento e a especialização de funcionários do Ministério das Relações Exteriores;
- b) o preparo de candidatos ao concurso para a carreira de "Diplomata";
- c) a realização, por iniciativa própria, ou em mandato universitário, de cursos especiais dentro do âmbito dos seus objetivos;
- d) a difusão, mediante ciclos de conferências e cursos de extensão, de conhecimentos relativos aos grandes problemas nacionais e internacionais;
- e) a sistematização de dados e documentos e realização de pesquisas sobre história política e diplomática.

Parágrafo único - O Instituto poderá também servir de órgão de informação geral, para funcionários do Governo federal, ou para delegados a congressos e reuniões no exterior.

19/45  
19/45

- 2 -

exterior.

Art. 3º - A estrutura e o funcionamento do Instituto serão estabelecidos em regulamento próprio, a ser baixado dentro de sessenta dias a contar da publicação deste Decreto-lei.

Parágrafo único - O Ministro de Estado das Relações Exteriores nomeará uma comissão para elaborar o referido regulamento e os planos de trabalho do Instituto nos cinco primeiros anos do seu funcionamento.

Art. 4º - Para atender, no presente exercício, às despesas decorrentes deste Decreto-lei, fica aberto, no Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de Cr\$ 200.000,00.

Art. 5º - Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1945, 134ª da Independência e 57ª da República.

*J. R. int. J. Roberto de Maciel Filho*  
F



## Anexo B <sup>763</sup>

---

### VELHOS SOLDADOS NÃO MORREM<sup>764</sup>

“Old diplomats never die; they just fold in the wings” – é um dito antigo. Os velhos diplomatas não desaparecem, eles se ocultam – será mesmo? A impressão que se tem é que, quando muito, sobra uma foto esquecida em meio a uma galeria de retratos, ornamento reservado à antessala dos gabinetes. Ou será que, além do conhecimento erudito dos especialistas, há uma memória difusa que permanece nos bastidores?

A indagação não é ociosa. Tem a ver com o fenômeno do encadeamento de gerações, uma química às vezes sutil, mas muito presente na carreira diplomática. A propósito, vamos lembrar sumariamente duas figuras representativas da chamada “velha guarda”: Luiz Martins de Souza Dantas (1876-1954) e Cyro de Freitas-Valle (1896-1969). O primeiro era vinte anos mais moço – respeitemos então a precedência da antiguidade.

O Embaixador Souza Dantas teve um currículo invejável: Ministro de Estado interino por duas vezes; delegado junto a Liga das Nações; depois de ter sido Embaixador em Roma, foi nosso representante na França (Paris/Vichy) por mais de vinte anos (desde 1922), para inveja de muitos. Já aposentado, chefiou a Delegação brasileira à histórica I Sessão ordinária

---

<sup>763</sup> Referido nas pp. 35, 93 e 149.

<sup>764</sup> Uma canção inglesa do tempo da I Guerra Mundial dizia: “Old soldiers never die”.

da Assembleia Geral das Nações Unidas em Londres; coube-lhe assim a honra de inaugurar a prática que confere ao Brasil o privilégio de abrir o debate geral naquele foro.

A suas virtudes profissionais, Dantas aliou a extrema sofisticação do homem de sociedade. Nos postos em que serviu, teve os amigos mais influentes, dentro e fora do governo. Em Paris, gozou de um prestígio talvez sem comparação na época, com reiteradas provas de reconhecimento. A bonomia era o traço dominante de uma personalidade complexa. Foi, em suma, um homem do mundo, com gestos frequentes de generosidade, imaculadamente discretos.

Como Rio Branco, Souza Dantas era descendente de família baiana e, fiel a suas origens, tinha a bravura do sertanejo. Quando Embaixador na França ocupada, não hesitou em reagir aos abusos das autoridades nazistas – foi feito prisioneiro e internado na Alemanha. Mais jovem, como Ministro interino em 1916, enfrentou Rui Barbosa “com um destemor de tigre assanhado”, na descrição de Assis Chateaubriand; isso porque Rui – no exercício de missão oficial a Buenos Aires – manifestou-se inequivocamente contra a posição de neutralidade que o Governo brasileiro ainda mantinha diante da guerra na Europa.

A ação humanitária de Souza Dantas, agora resgatada, por muitos anos foi ignorada ou esquecida. Por “concessão de vistos irregulares” – vistos que salvaram a vida de muitos judeus perseguidos<sup>765</sup> – foi submetido a um inquérito administrativo, em fins de 1941. A propósito, Souza Dantas é mencionado com simpatia nos *Tristes Trópicos* de Claude Lévi-Strauss. O antropólogo recorda uma cena que ele não hesitou em qualificar de “trágica”. Em 1941, querendo voltar ao Brasil, o francês com nome judaico teve seu visto recusado, a despeito da boa vontade do Embaixador, impedido na última hora de carimbar o passaporte que lhe foi apresentado. O responsável por isso, segundo o memorialista, foi um Conselheiro “dékérent

---

765 A propósito, ver o rico estudo biográfico de Fabio Koifman, com título expressivo: *Quixote nas trevas – o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo* (2002).



et glacial”, que recordou ao chefe obsequioso “instruções recentes”, que lhe retiravam o poder da concessão.<sup>766</sup>

Souza Dantas foi um extraordinário diplomata e ser humano. A Turma de 2005-07 do IRBr homenageou-o como patrono.

O Embaixador Cyro de Freitas-Valle tem também uma folha de serviços respeitável. Recém-promovido a Embaixador, Cyro foi Secretário-Geral em 1939 (no início da gestão de Oswaldo Aranha, com quem tinha laços de família) e novamente de 1949 a 1951, quando Raul Fernandes foi Ministro pela primeira vez. Quando o Brasil declarou guerra ao Terceiro Reich, Cyro era Embaixador em Berlim; os nazistas o mantiveram internado em Baden-Baden, de janeiro a outubro de 1942. Firmou a Carta de São Francisco pelo Brasil e participou das assembleias fundadoras da nova Organização.

Por sua fama de severidade, quando Secretário-Geral, Freitas-Valle recebeu o cognome de *Dragão da Rua Larga*, alusão à antiga loja de múltiplas utilidades (*O Dragão*) próxima ao velho Palácio do Itamaraty. Para o chefe envaidecido, era uma “alcunha graciosa”, como ele mesmo escreveu depois. Severo ou não, o Embaixador era admirado por seus colaboradores e lembrado como um mestre da arte da diplomacia. Já afastado das lides diplomáticas, Cyro foi homenageado como paraninfo da Turma de 1962 do Instituto Rio Branco.

Cyro aposentou-se como Embaixador na ONU em 1961. No mesmo ano, o então Chanceler Araújo Castro fez o sempre lembrado discurso dos 3 Ds na Assembleia Geral das Nações Unidas. A coincidência não poderia ser mais simbólica: uma nova geração se apresentava oficialmente para assumir a guarda...

Já nos referimos ao comovido tributo que o Embaixador Marcos de Azambuja presta ao ex-chefe na “Apresentação” de *Vale Dico*, que reúne a série de mensagens com que Freitas-Valle se despediu da carreira, ao deixar o posto em Nova York.<sup>767</sup> Nada de grandioso nesse testamento, de

---

766 Lévi-Strauss, Claude. – *Tristes Tropiques* (1955), Première Partie, II.

767 Freitas-Valle, Cyro de – *Vale Vico – Despedida do Itamaraty* (2001) – Apresentação de Marcos Castrioto de Azambuja.

cunho deliberadamente doméstico – a preocupação é com a boa ordem da *Casa* e de modo algum com a política internacional. Em meio a sugestões de medidas administrativas, o veterano Embaixador faz questão de deixar claro apenas um ponto: desfrutou da amizade dos homens mais influentes no meio diplomático de seu tempo, como Dag Hammarskjöld, Spaak, Lester Pearson, Adlai Stevenson, Gromiko... A lista é longa.<sup>768</sup> Quem sabe fazer amigos é porque é um bom diplomata.

Dantas e Cyro trabalharam juntos em mais de uma ocasião e ascenderam à mais alta hierarquia funcional do Itamaraty – mais do que isso, viraram lenda em seu próprio tempo. Ambos se encaixam na definição do arguto Daniele Varè: “Prestige is not action, but irradiation”.<sup>769</sup> Eles integram a galeria dos ícones da *Casa*, tendo perfis quase opostos. Souza Dantas serviu a seu país com autenticidade e independência; Cyro primou pela fidelidade à instituição, da qual se julgava um simples “empregado”.<sup>770</sup> Por força da personalidade, ambos foram conservadoramente rebeldes: não hesitaram em desafiar instruções recebidas quando essas colidiam com suas convicções.

A diplomacia aceita diferentes estilos, desde que haja estilo. Sob esse ângulo, digamos apenas que Souza Dantas teve sua proverbial amabilidade reconhecida até por Gilberto Amado<sup>771</sup>, enquanto Assis Chateaubriand louvou sua bravura, lembrando a propósito supostas origens jagunças da família do Embaixador brasileiro que mais se identificou com a vida parisiense.<sup>772</sup> Quanto a Cyro, Roberto Campos nos beneficia com uma breve reminiscência (maliciosa para variar): “... era uma vigorosa personalidade.

---

768 Id, *Ibidem*, p. 27-8. Antes, o autor explica: “...por culpa de meus pais, acostumei a falar com naturalidade aos grandes e, assim, a carreira não me foi difícil.”

769 Varè, Daniele. – *Laughing Diplomat*, p.79.

770 A pequena obra-prima que nos deixou o ex-Chanceler Saraiva Guerreiro tem o título modesto – e significativo – de *Lembranças de um Empregado do Itamaraty* (1992). Foi uma homenagem do autor a seu ex-chefe, que costumava se identificar, honrosamente, como “um empregado do Itamaraty”.

771 “Quem nunca conviveu com Souza Dantas não sabe o que é receber um agrado.” Amado, Gilberto – *Presença na Política* (1958), p. 189.

772 “Havia, dentro de Luiz de Souza Dantas, dois Dantas inteiramente estanques. Um era o jagunço de Vaza-Barris. Outro o diplomata *carrière*.” Chateaubriand, Assis – *O Jornal* (1954).

Bem apessoado, bom gourmet e cultor inveterado do whisky [...] Detonou algumas paixões femininas...”<sup>773</sup> Cyro foi mais do que isso: “tinha pela Casa uma devoção exemplar”<sup>774</sup> e invejável prestígio fora dela.

Por essa breve descrição, é fácil perceber que estamos lidando com figuras carismáticas, isto é, capazes de exercer proselitismo. Do ponto de vista institucional, sua fama é justificada ou tem algo de uma ilusão ótica? Cabe uma qualificação: nem Cyro, nem Dantas foram formuladores de política – foram operadores. Não deixaram escritos, nem mesmo memórias, mas são lembrados por sua maneira de agir. Assim que não se distinguem por *uma* obra, mas pela obra em si – sua vida. Em suma, foram diplomatas, não foram estadistas.

A qualificação vem junto com uma atenuante: Cyro e Dantas pertencem a uma geração que, além de sacrificada por uma época turbulenta, viveu à sombra do segundo Rio Branco – já nos referimos à *síndrome* do Barão. Vasco Leitão da Cunha considera que os sucessores diretos do grande Chanceler foram “ofuscados” pelo mestre desaparecido<sup>775</sup>; quase se pode dizer que se contentaram em assumir o papel de curadores da herança do *Deus Terminus*, que pairou como um fantasma sobre o Itamaraty depois de 1912. O molde era poderoso e a circunstância histórica era menos favorável. O “ofuscamento” no caso tem duplo sentido: por comparação e por inibição.

É preciso que os herdeiros estejam à altura da herança – quando isso não ocorre, a imitação pura e simples é sempre o expediente mais fácil. Depois de tanto esforço, o Barão terá gerado uma coleção de Cabos Frios? Se Rio Branco é o símbolo da renovação, Joaquim Tomás do Amaral pode ser tomado como o arquétipo do continuísmo. O Visconde foi Diretor-Geral da Secretaria dos Negócios Estrangeiros de 1865 até 1907,

---

773 Campos, R. – *Ibidem*, p. 92.

774 Freitas-Valle, C. – *Ibidem*, p. 19.

775 “Felix Cavalcanti, Muniz de Aragão, Luís Martins de Souza Dantas. Régis de Oliveira e vários outros, todos eles eram ofuscados pela lembrança do Barão...” Leitão da Cunha, V. – *Ibidem*, p. 40.

quando faleceu.<sup>776</sup> Por mais de 40 anos foi dono do Itamaraty e vestal da tradição, vale dizer, do imobilismo. Contudo, seja dito em seu favor que foi funcionário altamente dedicado e que, mal ou bem, evitou que se perdesse o patrimônio de *know-how* amalhado ao longo do Império. Também teve seus dias de brilho – e certamente de reconhecimento – no longo ciclo em que tomou conta da *Casa*, no vácuo de autoridade de Ministros medíocres ou desinteressados. Com tudo isso, ao lado do mito maior do Barão, Cabo Frio também deixou seguidores, conscientes ou não. Sua influência é menos celebrada, mas tem certamente um poder subliminar. Como tem!

Sobre a influência do Barão sobre seus sucessores, o já citado Embaixador Marcos de Azambuja pondera que o resultado foi “um estilo em que o *self effacement* profissional era de rigor e mesmo um selo de qualidade”.<sup>777</sup> O juízo é perfeito: era essencial *manter a aparência*, na falta de condições para uma política externa mais afirmativa. Em termos de presença internacional, não é que o Brasil tivesse encolhido: a escala de poder mundial é que mudou, depois das duas Grandes Guerras. Foi-se o tempo em que o Barão se referia sem constrangimento à “nação irmã do Norte” – eram outras as medidas de igualdade.

No estilo pós-1912, havia discrição e modéstia, mas debaixo de ambas havia integridade e autenticidade. No que diz respeito aos dois diplomatas de que estamos tratando, sem dúvida o que os distingue é a personalidade – aquilo que os anglo-saxões preferem chamar de *character*, o que também é um talento. Em boa medida, ressalvadas as peculiaridades, eles desempenharam papel semelhante ao dos *maiores* romanos, em um período em que nosso prestígio estava em baixa. O que faltava de projeção efetiva ao Estado era compensado, nos dois casos, por uma individualidade poderosa. Afinal, se a capacidade negocial de nossa diplomacia era limitada, ela tinha pelo menos que ser presencial: *representar* tem uma inescapável conotação teatral.

---

776 Houve um breve intervalo de dois anos (1867-9), quando cumpriu missão na Argentina e no Uruguai. Ao voltar, recuperou a função que ocupava antes, prova de prestígio.

777 In Freitas-Valle, C. – *Ibidem*, p. 11 (“Apresentação”).

Acrescente-se que, nos moldes da época, o *ornamentalismo* não era um capricho – fazia parte do contexto. O amor ao ofício não se eximiu de um componente formalista. Mas havia também, quase que paralelamente, o antídoto da *gravidade*, “essa responsabilidade que os nossos pais ibéricos nos ensinaram a considerar a virtude suprema entre todas”.<sup>778</sup> Dantas e Cyro tinham em alto grau o que poderíamos chamar de orgulho nacional, admitido o predicamento realista que nosso poder era periférico. A altivez que manifestaram não era ostensiva. Não raro, contudo, assumiram atitudes de desassombro e de coragem. Souza Dantas, em particular, teve gestos de heroica humanidade, com risco profissional e pessoal.

Aqui voltamos ao nosso ponto central: em regra, os mais velhos transmitiram aos mais jovens o sentido da *devoção* – não há melhor forma de profissionalismo. No caso, tanto se pode falar em “espírito canônico”, como em capacidade de doação. Essa herança chegou naturalmente às primeiras levas de “empregados concursados” e, depois de 1945/1946, às primeiras fornadas do Instituto Rio Branco – vimos o testemunho do “jovem aprendiz” lotado na ONU e chamado afetuosamente de “Menino” pelo Chefe, tido com *Dragão*.

Assim, com o eventual emoliente do paternalismo, produziu-se um encadeamento de gerações. Note-se que eram gerações muito diferentes e não tardaria muito para que os mais jovens fizessem sentir sua influência, sem desmerecer a experiência dos mais velhos.<sup>779</sup> Não houve, significativamente, manifestações de rebeldia, exceto talvez um maior entusiasmo reformista no breve período em que San Tiago Dantas afirmou sua liderança na *Casa*.<sup>780</sup> Mesmo então não chegou a se configurar uma *querela entre*

---

778 Buarque de Holanda, Sergio – *Raízes do Brasil* (11ª ed.), p. 131.

779 O tema da reverência aos *maiores* transcende naturalmente o âmbito da história recente. O Barão teve seu modelo no venerado Visconde-pai, que por sua vez foi introduzido nas lides diplomáticas por Honório Herberto Carneiro Leão, futuro Visconde e depois Marquês de Paraná. O fenômeno é recorrente: mais tarde, como assinalado, os que ingressaram na carreira por volta de 1940 iriam receber o influxo mais ou menos direto de chefes que se julgavam, de alguma forma, herdeiros diretos do Barão.

780 Vale assinalar, como fato paralelo, que cresceu na época o número de candidatos ao Rio Branco, atraídos pela figura e pelas ideias de San Tiago, que – não obstante – não obteve aprovação do Congresso para sua postulação ao posto de Primeiro Ministro durante o interregno parlamentarista.

*antigos e modernos* – as transições no Itamaraty foram frequentes, quase permanentes, mas em geral vegetativas.

Embora cada Turma tenha desenvolvido uma afinidade própria, como é natural, as várias gerações mantiveram vasos comunicantes. Essa comunicação podia assumir formas sutis. Numa página memorável e comovente, em mais de um sentido, Rubens Ricupero recorda como ficou impressionado com a correção dos contínuos do MRE, que – “de luvas e uniformes brancos com botões dourados” – serviam café em “elegantes taças... de bordas de ouro com armas da República”.<sup>781</sup> Era a primeira vez que o futuro Embaixador (depois Ministro) entrava no Palácio da Rua Larga justamente para prestar o intimidante concurso. O *flash* de memória é simbólico. Naquele momento, ao tomar o café – dignamente servido – o temor natural do jovem candidato talvez tenha cedido lugar a uma sensação de respeito e a uma percepção ainda vaga, mas profunda: o ritual dos contínuos inspirava dedicação e evocava uma tradição a ser desvendada com o tempo e pelo tempo. A imagem não se diluiu.

Da mesma forma, não se apaga a imagem dos “velhos soldados”, que velam pelo espírito da instituição a que serviram. Por isso não morrem: permanecem no imaginário e indispensável banco de reservas.

\*

---

781 Ricupero, Rubens – “Guimarães Rosa, examinador de cultura” in *João Guimarães Rosa*, Edição especial (números 20 e 21, dezembro de 2006) dos *Cadernos de Literatura Brasileira*, do Instituto Moreira Salles; pp. 66 a 75.

## REFORMAS E MAIS REFORMAS

Na falta de vigor externo, o Itamaraty – morto Rio Branco – voltou-se sobre si mesmo numa faina interminável de *arrumar a casa*. Entre 1913 e 1947, houve pelo menos dez grandes reformas na organização do MRE; depois disso, sucederam-se as comissões destinadas a preparar novas revisões. Foram reformas e reformas – cada Ministro queria fazer a sua.<sup>783</sup>

Pretexto não faltava. A propósito, basta reiterar que – no tempo do Barão – a Secretaria de Estado contava na prática com não mais do que duas dezenas de funcionários, dos amanuenses ao Ministro de Estado. Rio Branco iniciou ele próprio um plano de reformas, primeiro no que diz respeito ao pessoal e depois em termos de espaço<sup>784</sup>. No aspecto

---

782 Referido na p. 149.

783 Citem-se, no período considerado, as seguintes reformas ou para-reformas, identificadas pelo nome do Ministro de turno: Lauro Müller (1913), Nilo Peçanha (1918), Domicio da Gama (1919), Azevedo Marques (1920), Afrânio de Mello Franco (1931), Félix Lacerda (1934), Oswaldo Aranha (1938), Leão Velloso (1945), João Neves da Fontoura (1946), Raul Fernandes (1947). Em 14 de julho de 1961, com base no relatório do “Grupo de Trabalho da Reforma” em função desde em 1958, foi elaborada a Lei 3.917 – Reorganização do MRE, a chamada Reforma Afonso Arinos, “sem dúvida a mais elaborada havida na organização do Itamaraty” (Cf. Oliveira Castro, F.M. de – *Ibidem*, p. 449). Mas a chama – ou sanha – reformista não se apagou. Mais recentemente foram feitos novos remendos.

784 Inicialmente, as cinco Seções em que se dividia a SE ficavam distribuídas no Palácio principal. Data de 1908 o projeto para a construção da bela Ala Direita interna, que passou a abrigar os escritórios. O casarão nobre foi reservado pelo Barão para atividades sociais.

arquitetônico, o engenheiro-Chanceler Octávio Mangabeira – já no final da década dos anos 20 – seria um continuador do Barão, havendo deixado sua marca no prédio do velho Itamaraty.<sup>785</sup>

Era natural que surgissem problemas, dadas as condições de despreparo funcional. Durante a gestão do Ministro Azevedo Marques (1919-1922), a imprensa chegou a falar em “acefalia do Itamaraty”.<sup>786</sup> Houve até queixas de representantes estrangeiros quanto à ineficiência da Chancelaria brasileira<sup>787</sup>, o que de resto refletia a fraqueza generalizada da burocracia estatal. No caso do Chanceler de Epitácio Pessoa, além da negligência, contava o fato de que o Presidente se reservava pessoalmente a iniciativa na área externa. Tinha o Ministro apagado que lhe convinha.

À posse de cada novo Chanceler, correspondia alguma mudança no regulamento ou na própria estruturação do Ministério. Dessas repetidas alterações administrativas, de maior ou menor relevância, resultou um benefício: um lento processo de aperfeiçoamento orgânico.<sup>788</sup> Foi quase um exercício permanente de *try and error*, ao longo de décadas. Sem que o conservadorismo seja excluído, a *Casa* não se mostrou imobilista.

Entre as reformas havidas, cabe singularizar sem dúvida uma grande operação cirúrgica ocorrida nos anos 30, em duas etapas. Seu objetivo foi a unificação da carreira, isto é, por fim à compartimentação entre os serviços da Secretaria de Estado propriamente dita e os agentes no exterior (os chamados Corpo Diplomático e Corpo Consular). Essa separação artificial – copiada do modelo britânico – vinha do Império; tendia, naturalmente, a gerar interesses renitentes. Pode-se imaginar a grita dos que estavam acostumados a viver longe do Brasil e, não obstante, eram

---

785 Em 1928, foi iniciada a construção do edifício com fachada de colunas gregas – destinado à Biblioteca, Arquivo e Mapoteca – no fundo do Palácio.

786 Matéria de *O Jornal* em 21 de abril de 1921.

787 Cf. Garcia, Vargas, Eugênio. *Entre America e Europa: a política externa brasileira na década de 1920* (2006), p.98.

788 Aqui, cabe uma ressalva. Como seria de esperar, as sucessivas reformas administrativas também provocaram reações adversas, muitas vezes justificadas, sobretudo ao afetar regras de promoção e de aposentadoria.



supostos representar o país. Em compensação, a SE vivia à míngua de funcionários: quando Vasco Leitão da Cunha passou no concurso, em 1927, a Chancelaria dispunha – segundo ele – de 18 terceiros-oficiais. Por essa conta, o número havia diminuído desde o tempo do Barão.

Os estudos para essa sadia e indispensável fusão e uniformização começaram no gabinete de Octavio Mangabeira, no crepúsculo da República Velha.<sup>789</sup> Não houve tempo, contudo, para concluir o projeto. A importante e abrangente medida foi ultimada em 1931 – logo no começo do Governo Provisório de Getúlio Vargas – pelo Ministro Afrânio de Mello Franco, que deu nome à Reforma, bem como ao respectivo Regulamento da Secretaria de Estado.<sup>790</sup> Quanto ao Corpo Consular, o processo só se completou com a Reforma Oswaldo Aranha, em 1938. A mesma recon-sagrou um princípio que vinha do Império: a admissão à carreira deveria começar pelo nível inferior (*Classe J*, na época), mediante concurso (por provas ou por títulos).<sup>791</sup>

Vale uma conclusão, com respeito a nosso tema central. Em conferência pronunciada em 1966, o Embaixador A. F. Azeredo da Silveira fez um histórico das reformas implantadas no Itamaraty até 1961, quando foi promulgada a Lei 3.917 (a já mencionada Reforma Afonso Arinos). Na introdução, ele destacou a especificidade do trabalho de uma Chancelaria, que “não presta serviço ao público” de forma direta (salvos os consulares); “seu único produto acabado é a política exterior”. Sustentou o palestrante que o MRE não é apenas um ministério político – todas suas atividades são

---

789 Segundo Dr. Vasco, os estudos para a fusão ficaram a cargo de Maurício Nabuco, como subchefe do gabinete de Mangabeira. Cf. Leitão da Cunha.– *Ibidem*, p. 26.

790 É o Decreto n° 19.592 (15 de fevereiro de 1931) – Reorganização do Ministério das Relações Exteriores, cujo organograma – uma novidade gráfica – incluía a Secretaria-Geral, sem prejuízo de serviços diretamente subordinados ao Gabinete do Ministro. O Regulamento pertinente foi objeto do Decreto n° 19.926 (28 de abril de 1931). Note-se que a figura do Secretário-Geral, como tal, já havia sido prevista desde 1918 [Cf. Oliveira Castro, F. M. de. *Ibidem*, pp. 261/262].

791 Decreto-Lei n° 791 (14 de outubro de 1938). Por sua vez, o Regulamento Oswaldo Aranha da Secretaria de Estado é bem posterior: Decreto n° 12.343, de 05 de maio de 1943. Era um estatuto compacto e omitiu as disposições do Regulamento de 1931 sobre concurso para o provimento de cargo de Cônsules de Terceira Classe e de outras categorias. Cf. Oliveira Castro, F. M. de. *Ibidem*, p. 372.

“políticas”.<sup>792</sup> Mais uma razão para que se desse à Academia diplomática uma consideração especial.

Ora, o que se nota, é que mesmo no caso da abrangente Reforma Afonso Arinos – de cuja longa gênese temos o registro fornecido por Silveira – a atenção dada ao IRBr é praticamente nula, a não ser sob o aspecto funcional, como supridor de mão de obra. O tema em si da formação do diplomata não é sequer mencionado.

\*

---

792 Embaixador A. F. Azeredo da Silveira. *Organização do Ministério das Relações Exteriores – Lições de uma Experiência*; MRE – Seção de Publicações (1966).

## Anexo D <sup>793</sup>

---

### LIÇÃO PARA NÃO ESQUECER

A lição de que se trata é a nossa experiência frustrada e frustrante com a pouco saudosa Liga das Nações. Tratemos da questão por partes ou por camadas.

#### – *Versão oficial*

Em 1917 – em Nota ao Departamento de Estado norte-americano, com a data significativa de 4 de julho – suspendemos nossa neutralidade na guerra contra o Império Alemão; em 1923, já estávamos reivindicando ostensivamente um lugar permanente no Conselho da Liga das Nações. Assim, em pouco mais de cinco anos, passamos de uma posição isenta em termos mundiais a uma atitude de decidido ativismo internacional. Não foi um salto; foi uma progressão.

Durante o Governo de Epitácio Pessoa (1919-22), o Brasil se contentou com um assento temporário na Sociedade das Nações (SDN), mandato honrosamente renovado em cinco anos sucessivos e exercido com zelo e dignidade<sup>794</sup>. No início, nosso envolvimento com a Liga foi comedido,

---

<sup>793</sup> Referido na p.149.

<sup>794</sup> É a opinião corrente, mas há quem levante dúvidas. Ver, a propósito, Leuchars, Chris – “Brazil and the League Council Crisis of 1926” in *Diplomacy & Statecraft*, Vol. 12, N.º 4 (December 2001), pp. 123-142.

embora a sedução da mosca azul já se fizesse sentir.<sup>795</sup> O país se sentiu importante com a honra de participar da Conferencia de Paz de 1919, o que se deveu na verdade a uma gestão do Presidente Wilson junto aos europeus. Seja como for, tivemos nossa parcela de responsabilidade (modesta, por certo) no Ditado de Versalhes.

As coisas foram mudando de figura à medida que os demais países sul-americanos passaram a cobiçar nossa vaga e insistiram cada vez mais em um critério para acesso ao Conselho na base de rodízio obrigatório, o que seria mais democrático, mas não estava previsto no Pacto.<sup>796</sup> Diante da ameaça de concorrência regional, ou o Brasil recuava ou tentava subir à categoria de membro permanente. O novo Governo – do Presidente Artur Bernardes (1922-26) – optou decididamente pela segunda via. O jornalista Assis Chateaubriand diria depois que ficamos “deslumbrados... com as lantejoulas de grande potência que nos deu Wilson em Versalhes”. O ferrenho adversário de Bernardes acertou no diagnóstico, mas talvez lhe tenham escapado os motivos.

Cabe aqui um comentário, com cuidado para não nos apartarmos do tema. Wilson não logrou seu objetivo declarado, mas atingiu outro que talvez não estivesse em suas prioridades: abriu uma janela para os países periféricos tivessem acesso à primeira classe no trem do poder mundial. Alguns se “deslumbraram”, como ironizou Chateaubriand; outros se frustraram – ninguém esqueceu a experiência, enganosa por certo. Poucos observadores se deram conta de que se tratava sobretudo de uma festa:

---

Diz esse autor, que se louva em documentos dos Arquivos americanos: “As for Brazil’s contribution to the League, there were further doubts. Whilst it had tried to cooperate and fulfill its obligations, it had been late with payments and slow to ratify conventions, and its delegate to the Permanent Court had not attended sessions”. (sic) Cabe acrescentar, no saldo devedor, o inegável apoio – contra decisão do Conselho – dado pelo Brasil a Mussolini, em 1923, na crise de Corfu. É verdade que, depois, tentamos apresentar como “um mal entendido” o que foi na verdade um erro crasso e uma atitude oportunista.

795 Em 1922, Domicio da Gama – então Ministro em Londres – sugeriu ao Presidente Epitácio Pessoa que o Brasil trabalhasse junto com a Espanha no sentido de obter um lugar permanente no Conselho. A ideia não teve seguimento na ocasião.

796 Dispositivo nesse sentido foi introduzido em julho de 1926, quando se fez a regulamentação do Art. IV, 2bis, como reação ao veto brasileiro.

celebrava-se a vitória. Havia os anfitriões e havia os convidados, mas todos se confraternizaram, fortes e fracos. Em Genebra, depois de Paris, passaram a conviver educadamente, mantendo a aparência de que estavam decidindo em comum os destinos da humanidade ou, pelo menos, alguns de seus problemas mais urgentes. Mas era de fato uma ocasião excepcional, como parte da cura para um trauma extraordinário. Por isso mesmo havia algo de congenitamente artificial no arranjo da Liga – como tal, não poderia resistir por muito tempo.

Depois de um conflito em que morreram milhões de pessoas, entre militares e civis, o mundo precisava de uma promessa de salvação. O Messias, no caso, foi Wilson, imbuído de uma convicção de que só os puros e os loucos são capazes. Ele também foi crucificado, por seu próprio povo, justamente pela obra generosa que fizera. Aliás, não se deu a devida atenção ao simbolismo de tal sacrifício, que não era um bom augúrio para a nascente instituição. O Congresso norte-americano foi impiedoso ao impor seu castigo ao visionário Chefe do Executivo. Não tardaria muito para que todos tivessem também que cumprir sua pena, pela má-fé ou mesmo pela boa-fé. O caso do Brasil foi exemplar e pioneiro.

O Brasil não era inocente em matéria de multilateralismo, mas as experiências regulares que havíamos tido foram regionais, de caráter mais jurídico do que propriamente político. A exceção extracontinental foi a II Conferência de Haia (1907), um encontro com características bem distintas das que marcaram a Conferência de Versalhes em 1919. Não se tratava também de um mecanismo institucionalizado, como foi o caso da Liga das Nações, sociedade de âmbito universal com vocação precipuamente política. Para o Brasil, era algo inteiramente novo.

Independentemente de seus méritos intrínsecos, a Sociedade de Genebra abriu uma perspectiva inédita: um campo para o exercício regular de uma diplomacia de âmbito mundial. Era um convite e uma oportunidade. O Brasil embarcou nessa expedição intercontinental, a ponto de não se conceber mais a política externa sem um assento permanente no “diretório do mundo”. Por quê? Gerou-se a convicção de que estaríamos privados

de presença internacional se não estivéssemos condignamente situados na Liga das Nações? Ou fomos levados simplesmente pelos acontecimentos, à revelia de nossos reais interesses? Os testemunhos da época são mais de natureza factual – em termos de justificação, as fontes são escassas.

Pensou-se a princípio que o Brasil obteria uma vitória fácil: acreditou-se (ou se pretendeu acreditar) que o acesso ao núcleo duro do clube exclusivo dos Grandes dependia apenas de argumentos jurídicos, além naturalmente do desempenho como um membro reconhecidamente atuante nos afazeres da Organização. Não faltou a retórica e não faltaram demonstrações de *bom-mocismo*. Além disso, o Brasil versava em dia uma contribuição relativamente importante para o orçamento da SDN. Há, contudo, quem ponha em dúvida esses títulos, como já assinalado.

A reputação brasileira, boa ou maculada, não teve a menor influência sobre os Grandes (e afiliados) quando chegou a hora de decidir sobre o que realmente importava: a repartição de poder. Nesse jogo, o Brasil não podia competir com a Alemanha, mas ousou fazê-lo para espanto do resto mundo. Ficou claro então que a Sociedade das Nações era uma entidade europeia, com o apêndice do Japão ocidentalizado. Sem o apoio dos EUA, os não europeus não tinham cacife – a situação era óbvia. Assim, há razões para conjecturar que, se houve equívoco na avaliação do Governo brasileiro, foi um equívoco desejado, pelo menos por parte da cúpula.

Logo se dissipou a ilusão de uma campanha livre de percalços. Em 1923, na condição de Chefe da delegação brasileira à Quarta Assembleia da Liga, Mello Franco ponderou que “o sacrifício de nossa presença na Liga das Nações” só se justificaria com um posto assegurado no órgão de comando da organização. Era o que Bernardes queria ouvir e logo deu instruções para criar uma Delegação Permanente, em Genebra, junto à Liga das Nações. Sintomaticamente, o Brasil foi primeiro país a tomar essa iniciativa. Isso foi feito, oportunamente, em março de 1924, com a devida publicidade interna.

Afrânio de Mello Franco foi escolhido para desempenhar a função de Embaixador Especial à frente da nova missão – era amigo e conterrâneo

do Presidente, além de já ter comprovado sua competência. É dele a expressão “diretório do mundo”, referindo-se justamente ao Conselho da Liga, onde – por princípio – as Grandes Potências deveriam ser sempre maioria. A expressão antecipa, em mais de quatro décadas, a essência do pensamento de Araujo Castro; é reveladora de um diagnóstico abrangente da conjuntura internacional pós-Versalhes: tudo continuava a depender dos Grandes, como nas negociações de paz de 1919.<sup>797</sup>

Afrânio encareceu a necessidade de um trabalho sistemático “junto às Chancelarias”; caso contrário, concluiu o enviado, nosso pleito não teria êxito. Sua recomendação foi atendida apenas em situações de emergência, com resultados duvidosos. No que diz respeito ao Chefe da Missão em Genebra, a intenção brasileira não era a de chegar a um confronto aberto. Mas foi o que aconteceu com o veto à entrada da Alemanha, desafiando os sócios do Acordo de Locarno. Ainda que a contragosto, fizemos uma denúncia objetivamente verdadeira – tínhamos o regulamento do nosso lado. Barrando o conluio dos Grandes, tivemos uma vitória – mas uma vitória de Pirro. É verdade que denunciemos uma realidade anacrônica – nem por isso essa realidade deixou de existir. Resolvemos esticar a corda e ela se rompeu do lado mais fraco: o Brasil foi empurrado para fora da Liga. A leitura corrente – menos a oficial, naturalmente – foi de que toda operação tinha sido um grande fiasco. Foi mesmo? O tema ainda dá margem a controvérsias.

---

<sup>797</sup> Bernard Badie lançou recentemente a expressão “diplomatie de conivence” para explicar a conjuntura internacional da atualidade, marcada por um policentrismo parcial. É uma categoria literariamente sedutora mas na verdade remanescente do conhecido conceito (para nós) do “condomínio do poder”, agora alargado, ou uma variante da figura do “concerto europeu” no período pós-napoleônico segundo a historiografia tradicional. Cf. Badie, Bertrand. *La Diplomatie de Conivence – les dérives oligarchiques du système international* (2011).

## DURA REALIDADE

O que os anos do período de entre-guerras têm em comum, se comparados aos “anos de apogeu” (1902 a 1918), é o fato de que o Brasil foi obrigado a cair em si: desfez-se a *aura* de bonomia herdada do Império e recuperada pelo Barão. Essa aura era uma espécie de garantia ilusória de que o Brasil não estava tão distante do resto mundo em termos de progresso e de cultura: presumia-se que era puramente quantitativa a diferença entre nós e eles.<sup>798</sup> Com ideias no lugar ou fora do lugar, a República herdou de Dom Pedro II um padrão de dignidade internacional. Havia, já se sabe, dificuldades financeiras recorrentes, mas eram problemas adiáveis ou remediáveis. Dava-se por descontado que sempre haveria espaço no mundo para um país eminentemente agrícola e que poderíamos, quando necessário, falar com voz alta e manter a cabeça alta no convívio das nações, como a *Águia de Haia* havia demonstrado para nosso grande orgulho.

Mal ou bem, nossa diplomacia articulava-se sobre essas premissas, que eram resistentes na medida em que permaneciam subjacentes; isso convinha à elite dominante, mas não se encaixava inteiramente na realidade histórica. Vivia-se sob a confiante ilusão (ou o engano deliberado) de que o país era rico ou, pelo menos, potencialmente rico, o que podia ser até metade da verdade. A outra metade – essa, sim, cruel – é que o povo era pobre, depois de séculos de escravidão; a obra abolicionista ficara criminosamente incompleta, como temiam os mais lúcidos.

A história não é desprovida de memória e o passado costuma se vingar do presente. Ao se tornar uma República, o Brasil agrário podia se considerar abastado, mas a sociedade civil era pouco organizada e o mercado interno era precário. Havia uma diferença qualitativa a nos separar dos países que já haviam se convertido à industrialização, não sem grandes

---

798 A rigor, foi preciso o “choque de realidade”, provocado pela II Guerra, para que desenvolvesse a consciência crítica – esboçada nos anos '20 e '30 – de que “o Brasil era muito mais ‘atrasado’ do que se acreditava no andar superior das elites.” – Oscar S. Lorenzo Fernandes, *Três séculos e uma geração* (2010), p. 22.



sacrifícios. Mesmo em comparação com a Argentina, firme supridora do Império Britânico, nossa posição era de inferioridade. Isso não quer dizer que a nação vizinha tivesse o futuro garantido, muito ao contrário, dada a maior dependência de um cliente tradicional, cuja supremacia tinha os dias contados. Desse ponto de vista, o Brasil estava melhor, porque – graças ao Barão – havíamos começado a diversificar nossa dependência. Mas a dependência não deixou de existir.

Em outras palavras, no século XX aumentou a distância entre o Brasil e as chamadas Grandes Potências, distância que se tornou mais visível depois da Guerra de 1914-18, na medida em que o sistema capitalista se tornava mais “robusto”, como dizem os economistas. As subseqüentes negociações de paz, em que estivemos presentes, deram a nossa diplomacia a súbita impressão de que podíamos compensar nosso relativo desnível de poder, ainda que como sócios menores do clube dos Grandes. Dessa forma, poderíamos influir nas grandes deliberações internacionais em condições mais estáveis e não apenas em instâncias episódicas, como foi a Conferência da Haia de 1907. Em outras palavras, nos deixamos embalar pela miragem de um poder internacional que nos seria concedido de forma institucional, ao preço de palavras e graças a fórmulas jurídicas encantatórias.

Como acima assinalado, a Liga das Nações criou esta perspectiva inédita. Para aproveitá-la, contávamos com a promissória política que nos foi dada por nossa modesta participação na I Guerra – o Presidente Bernardes resolveu descontá-la no caixa da SDN. A partir de 1923, obter um assento não temporário no Conselho da Liga passou a ser uma política de Estado com alta prioridade, sob a atenção direta do Chefe de Governo.

Nosso afã por um *status* diplomático mais alto iria receber mais tarde, já no aceso da batalha em Genebra, uma descrição curiosa do Chanceler argentino Angel Gallardo, reticente em empenhar o apoio que lhe foi insistentemente pedido: ele comparou o Brasil a “um homem que se joga na

frente de um trem para dar publicidade ao fato de sua existência”.<sup>799</sup> Em sendo maldosa, a imagem não deixa de ser acurada.

O legado do Barão não autorizava qualquer delírio de grandeza, mas esse acabou ocorrendo. Para tanto, bastou que fosse eleito um Presidente provinciano e obstinado, que manteve o estado de sítio por 42 meses e, no exterior, dilapidou a boa reputação que o Brasil ainda tinha quando iniciou seu mandato na Liga. Consistentemente, Artur Bernardes colocou à frente do Itamaraty um total amador em matéria de política externa. Felix Pacheco começou sua carreira de periodista como repórter policial e – havendo galgado a posição de Diretor do prestigioso *Jornal do Comércio* – era natural que confundisse diplomacia com jornalismo. O desastre não foi maior porque nessa hora o Brasil contou com bons profissionais que minimizaram o estrago, embora de alguma forma tenham sido coniventes, no ânimo de oferecer alternativas para um projeto irrealista.<sup>800</sup>

É difícil imaginar que nosso país pudesse entreter a ilusão de que iria *reformatar o mundo* no início da década dos '20, quando sua própria situação interna estava em frangalhos. O Brasil chegou a se atribuir – *pour les besoins de la casuse* – o papel de “porta-voz da consciência pan-americana” por “mandato implícito”. A ideia está na raiz da proposta brasileira *in extremis* de pleitear o lugar dos EUA no Conselho da Liga, enquanto o titular da vaga se mantivesse ausente. A solução – para mérito dos zelosos diplomatas brasileiros em Genebra – era artilosa, mas também especiosa: seria como fazer figuração com o chapéu alheio. Naturalmente, isso pareceu abusivo a terceiros – era como se o Brasil quisesse se aproveitar do vácuo deixado pelo neoisolacionismo dos EUA, embora essa ambição nunca tenha sido explicitada como tal.

---

799 Cf. Hilton, Stanley E. “Afrânio de Melo Franco e a Diplomacia Brasileira, 1917-1943” in *Revista Brasileira de Política Internacional...* p. 22. A citação consta de telegramas da Embaixada em Buenos Aires (fevereiro/março de 1926) do Emb. Pedro de Toledo.

800 Um exemplo foi a gestão encomendada ao Embaixador Souza Dantas – que iria se distinguir depois por suas ações humanitárias – junto a Mussolini, já então com o título de *Il Duce* como líder do fascismo italiano. O resultado positivo da gestão, certamente difícil, depõe a favor da qualidade profissional do agente, mas não contribui para nosso orgulho nacional.

A pretensão brasileira não mereceu consideração por parte dos poderosos, quando se reuniram em Locarno, um clube mais exclusivo, à margem da própria Liga. Descartado nosso pleito, teria sido o momento condigno para apresentarmos nossa declaração de renúncia. Prevaleceu a opção do veto à candidatura alemã: por um momento, o Brasil teve a sensação de Grande Potência! Mas agia em causa própria e não em defesa dos fracos, como Rui Barbosa – com apoio do Barão – timbrara em fazer na Conferência da Haia de 1907. Aliás, premonitoriamente, Rui recusou o convite para ser o primeiro representante do Brasil na Liga.

Com ou sem razão, o Governo de Artur Bernardes assumiu que tinha credenciais suficientes para aspirar a um posto permanente no órgão supremo da SDN. Não faltaram, é claro, alguns conselheiros<sup>801</sup> para ajudar a justificar o *desiderato*, que prescindiu de um juízo mais isento sobre a realidade internacional. Isenção não era o estilo do sucessor de Epitácio: “Bernardes mandou, jamais foi mandado”, opinou Gilberto Amado, que conviveu com o Presidente mineiro.<sup>802</sup>

Não há registro de uma reflexão mais madura sobre o que representava o foro de Genebra e sobre a súbita guinada de nossa política externa, a contrapé da correção de rumo operada pelo Barão a partir de 1905, quando abriu a Embaixada em Washington. Para o Catete tratava-se simplesmente de uma meta de prestígio, obviamente compensatória à luz dos desmandos domésticos e do progressivo “estado revolucionário” em que viveu o país durante aquele quadriênio. A Liga monopolizou o potencial diplomático do país, sem que a agenda da “augusta assembleia” contivesse qualquer tema de direta incidência sobre os interesses nacionais.<sup>803</sup>

---

801 Talvez ansioso para dar boas notícias, até o experiente Souza Dantas se deixou iludir por Aristide Briand, que – segundo o Embaixador em Paris – prometeu “apoio absoluto à nossa pretensão”, em 1925. Em Genebra, o comportamento francês era bem diferente, deixando o ônus da intransigência para a Grã-Bretanha. Em boa medida, ao longo de todo o processo, o Brasil foi vítima da malícia gaulesa, como de resto também foi a Alemanha.

802 Amado, Gilberto – *Presença na Política* (1958), p. 211.

803 Em momento de desânimo (ou de isenção), Mello Franco admitiu que – salvo “o devotamento aos ideais do Pacto” – a agenda da Liga não contemplava “interesse algum americano, nenhuma dificuldade continental...”

Ao longo de mais três anos, passamos por um processo desgastante e, em mais de uma ocasião, constrangedor. Quanto maior o virtuosismo diplomático, que não faltou, mais nos comprometíamos com uma causa perdida. O Brasil se superestimou diante dos contendores, que por sua vez foram subestimados por nossa diplomacia. Aproveitando o vácuo dos EUA pós-Wilson, insistimos até o último *round* na presunção de que éramos a presença hemisférica que faltava no Conselho. A tese havia sido formulada retoricamente por Gastão da Cunha em 1920, no exercício de nosso primeiro mandato no Conselho da Liga. Era a seguinte: sendo *parte* da América, tínhamos o direito de *representar* o que – por condomínio – também era nosso. “Que seria da soberania, com tal mandato implícito?” – Pandiá Calógeras se perguntou criticamente, com a autoridade de historiador e homem público.

O argumento do *condomínio* não mudou, independentemente das circunstâncias. Foi nossa peça de resistência no auge da crise em 1926: Mello Franco declarou que a “reivindicação” brasileira “*était d’une nature essentiellement continental, basée sur le co-imperium du territoire... sans nullement prétendre la représentation politique des autres États du continent*”.<sup>804</sup> Ainda segundo o delegado brasileiro, o exercício de tal “*droit privatif*” não exigiria uma delegação de mandato. Alternativamente, o mesmo raciocínio jurídico foi aplicado à reivindicação de que o Brasil dispunha de uma implícita credencial latino-americana.

Àquela altura, nossos “*frères d’Amérique*” – com os quais teríamos uma “*indissolubité d’intérêts*” – já nos tinham virado as costas publicamente, por não verem atendidas suas reiteradas demandas por um sistema de *roulement* regional na representação junto ao Conselho. No fatídico 10 de junho, o isolamento do Brasil era patético e mais isolado ainda devia se sentir o Embaixador Mello Franco, que hora antes apelara para o bom senso do Presidente. Esse reiterou as instruções de veto a qualquer custo, em nome da “dignidade nacional”; o Brasil não ia se deixar afetar pela demonstração de repulsa regional, embora unânime e explícita. O gesto de

---

804 As citações podem ser encontradas no “*Pocès-Verbal de la 40e. Session du Conseil*”, in “*Société des Nations*” – *Journal Officiel* (juillet, 1926).

inequívoca rejeição entrava na conta dos “manejos pérfidos” destinados a nos prejudicar, como Pacheco já havia sentenciado em ocasião anterior.

Internacionalmente, a indignação do Presidente era de nula serventia. Já que nos faltavam credenciais mais concretas, o que nos recusávamos a reconhecer, era natural que o delegado brasileiro se apegasse à teoria jurídica abstrata.<sup>805</sup> Não importa se essa retórica era de boa ou má fé; o resultado – desfavorável – era previsível. O foro de Genebra era bem distinto daquele, na Haia, em que Rui Barbosa fez valer sua sapiência sobre a igualdade entre nações grandes e não tão grandes. Fazíamos na Liga uma política voluntarista que não passava pelo teste da realidade, com a agravante de que se desviava do modelo comprovadamente exitoso traçado por Rio Branco. Vale notar que, em meio a esse *imbroglio*, pedimos o apoio político de Washington, que nos foi tranquilamente negado. Não obstante, finda nossa aventura na Europa, nos voltamos candidamente para o aprisco pan-americano.

Depois de um rosário de equívocos, tudo culminou com nossa tardia retirada da Liga, para evitar vexame maior. Não seguimos o exemplo da Espanha, que tinha pretensões idênticas às nossas, mas soube renunciar a tempo, mantendo uma posição honrosa: não negou apoio à Alemanha (com a qual tinha se comprometido), mas abandonou a Liga por não ter recebido tratamento idêntico ao que estava sendo reservado ao Governo de Berlim. Na ocasião, o Brasil nem cogitou de fazer o mesmo: insistiu e acabou logrando uma dupla derrota. Ao nos afastarmos, a cadeira que nos cabia no Conselho foi ocupada – logo depois, em setembro – pela mesma Alemanha, cuja entrada na Liga bloqueamos temporariamente.

---

805 *Res sua própria agitur* – foi o princípio invocado por Mello Franco.

## MEANDROS DA HISTÓRIA

Há uma versão dos fatos ligeiramente diferente.<sup>806</sup>

Em Locarno, foi prometido à República da Alemanha um assento entre os membros permanentes no Conselho da SDN. Em prol da reconciliação na Europa, a nação criada por Bismarck seria admitida no clube seletivo que, até então, Berlim abominava como a “liga dos inimigos”. Vale lembrar que o que estava em jogo era nada mais nada menos do que uma garantia de paz continental: pelos entendimentos de Locarno, o Tratado de Versalhes perderia o estigma de *ditado* e passaria a ser reconhecido pela Grande Potência perdedora, que assim se reintegraria de pleno direito no convívio internacional. No entender alemão, não foi contemplada qualquer alteração adicional no Conselho, embora isso não tenha ficado explícito.

O que os alemães não sabiam, nem pressentiram, é que se tramava algo mais. Ora, quando a delegação de Berlim chegou a Genebra para a Assembleia Extraordinária defrontou-se com algo inaceitável: a França – junto com a Inglaterra – haviam articulado a candidatura da Polônia ao Conselho, em condições iguais às da Alemanha. Aliado incondicional da França e subserviente às ordens de Paris, o Governo de Varsóvia seria um contrapeso para a presença da Alemanha no órgão máximo da Liga. O fato é que os vitoriosos de 1918 alimentavam o temor de que a Alemanha, uma vez no Conselho, reabrisse a questão das fronteiras do leste e das minorias germânicas.

Ao tomar conhecimento da trama de Briand, o Governo de Berlim deu um ultimato: ou a Alemanha ingressava sozinha no Conselho, ou fazia letra morta de Locarno. A França viu-se então diante de um beco sem saída, mas foi salva pelo nosso veto providencial. O Brasil – que nada tinha a ver seja com Locarno, seja com os conluios de poder na Europa – iria fazer o papel de inocente útil.

---

806 Para um relato vivo e franco do que se passou na Liga, ver Heitor Lyra. *Minha Vida Diplomática*, Tomo II, pp. 113-135. O autor (1893-1977), como Secretário em Genebra, pode observar de perto o processo político acima resumido. Para um relato que usa também fontes não brasileiras, ver por exemplo Leuchars, Chris – texto já citado, pp. 123-142.

Diante das inflexíveis instruções recebidas do Rio de Janeiro, Mello Franco empenhou-se para modificá-las: considerava que ao se opor a um compromisso de paz, como era o de Locarno, o Brasil estaria fazendo um *papelão*. Até o último momento, o Embaixador tentou evitar o que chamou de gesto “odioso”. É um desses casos dramáticos em que o diplomata enfrenta uma situação-limite, entre a consciência e a fidelidade. Os apelos do Embaixador não tiveram êxito e aconteceu o inadmissível aos olhos dos cidadãos europeus: o pigmeu tropical barrou o caminho do gigante germânico. Mas não era o fim da guerra parlamentar – na verdade, era apenas o começo do fim da Liga.

Supostamente, o momentoso veto foi dado para lavar a honra nacional, mas o pretendido brio brasileiro em nada afetou as Grandes Potências, que continuaram grandes. Ganhamos, em compensação, uma notoriedade inesperada – e negativa – na imprensa internacional: o Brasil foi responsabilizado pelo fracasso da Assembleia Extraordinária que, na prática, consagraria os acordos de Locarno, considerados vitais para a segurança europeia pelo menos naquele momento de relativa euforia da opinião pública. O pior é que, com seu gesto suicida (ou heroico), o Brasil serviu apenas de marionete para as artimanhas do astuto Aristide Briand, principal articulador e – ao mesmo tempo – sabotador dos entendimentos com a Alemanha. Como já assinalado, O Chanceler francês foi o único – entre os Grandes – que sempre incentivou o Brasil a levar adiante sua pretensão, que ele sabia inviável melhor do que ninguém. Não lhe custou muito fazer um jogo duplo.

A decisão sobre a ampliação do Conselho ficou adiada, apelando-se para o fator tempo, aliado tradicional da diplomacia. Os sócios de Locarno minimizaram ironicamente o episódio como “dificuldades de procedimento”. De fato, o impasse foi contornado, sem maior rubor de faces, mesmo porque todo o ônus ficou nas costas do emergente Brasil. Segundo Mello Franco, a Assembleia Extraordinária foi “uma ridícula comédia, em que cada participante era um Tartufo”. Briand lavou as mãos. Tudo somado, o realismo político europeu havia dado uma dura lição a nosso idealismo (ou ingenuidade) jurisdicista.

Ainda assim, o Brasil não se desligou imediatamente da Liga – nossa agonia diplomática prolongou-se de 17 de março (data do veto) a 10 de junho de 1926 (data da renúncia do delegado brasileiro a seu posto no Conselho). Formalmente, a retirada formal da Liga por parte do Governo Brasileiro deu-se um par de dias depois.<sup>807</sup> Sintomaticamente, foi às vésperas de uma decisão do Conselho que barraria nossa reeleição.<sup>808</sup> Nessas condições, configurava-se para nós uma humilhação formal e completa, pois não era segredo para ninguém que o dispositivo regulamentar foi concebido como um castigo ao Brasil, por se haver metido – como se costuma dizer nesses casos – em uma briga de cachorro grande. Nossa permanência na Liga tornou-se insustentável, mas o desfecho atendia aos desígnios ambíguos do Presidente Bernardes.

No intervalo de praticamente três meses entre o veto e a renúncia, houve tempo para “um verdadeiro duelo” entre o midiático Felix Pacheco e o discreto Mello Franco, que não concordou com os termos veementes da declaração que deveria ler no momento crítico do desligamento. O documento partia abertamente para a confrontação ao sistema, afirmando que a Liga havia traído a si própria, a mesma Liga à qual – na véspera – queríamos nos aliar de forma permanente. Mais uma vez, as ponderações do Embaixador encontraram ouvidos moucos, mesmo porque – para completar o *script* do Catete distante – faltava sair de Genebra batendo a porta com toda estridência, de modo que o ruído fosse bem ouvido no Rio de Janeiro. Em outras palavras, o delegado brasileiro precisava fazer o papel de vítima ou de mártir.

A esta altura, Mello Franco apresentou seu pedido de renúncia: recusava-se a participar do final da farsa.<sup>809</sup> Nesse momento deve ter compreendido que havia sido usado: era o agente destinado ao sacrifício. Tarde demais? Não, o Embaixador não leu a declaração jornalística que havia

---

807 O Ministro Pacheco comunicou a decisão diretamente ao Secretário-Geral da Sociedade das Nações (*Sir Eric Drummond*), procedimento que mais uma vez agastou Melo Franco, que não foi previamente informado como seria normal.

808 A decisão, que formalizaria a regra do rodízio, estava pronta para ser aprovada pelo Conselho.

809 Em sua biografia do pai, Afonso Arinos reúne muitos elementos para justificar essa conjectura, mas não chega a formulá-la. Cf. *Um Estadista da República* (1976, volume único), Terceira Parte, Capítulo XXVIII.



sido redigida por Felix Pacheco; o próprio Ministro fez isso no Itamaraty, convocando os Embaixadores sul-americanos. Assim, o *grand finale* acabou tendo um palco periférico, sem maior capacidade de irradiação.

Em seu discurso de 10 de junho, Mello Franco fez apenas menção ao documento que estava encaminhando ao Secretariado por instruções do Presidente da República. Note-se, a propósito, que o ilustre Embaixador não recebeu qualquer censura por seu ato de rebeldia às ordens inicialmente recebidas da Chancelaria e confirmadas pelo Chefe de Governo; uma medida punitiva teria aberto certamente uma caixa de Pandora, invalidando toda a armação. Nem por isso deixa de ser menos dramática a crônica da passagem por Genebra daquele que seria, depois de 1930, o “Chanceler da Revolução”.

## ENIGMA

Fica a pergunta: por que o Brasil perseguiu tão insistentemente a rota do desastre nesta questão? Quando indagado a respeito pelo então Ministro Octavio Mangabeira, Gilberto Amado – que não recuava diante de uma dúvida – admitiu que “era impossível fornecer qualquer explicação”. A conversa foi por ocasião da visita ao Brasil de Lloyd George, empenhado em obter a volta do Brasil à Liga.<sup>810</sup>

Não basta dizer que houve um erro de diagnóstico e, em consequência de prognóstico. Se houve *misperception*, foi intencional. É verdade, sim, que houve falsas promessas, que contribuíram sem dúvida para alimentar infundados sonhos de grandeza. A partir de certo ponto, porém, ficou claro

---

810 Amado, Gilberto. *Presença na política* (1958), p. 317. Algumas linhas depois, para não fugir a seus hábitos, Gilberto Amado fornece uma explicação genérica: “Bernardes, a esperteza, a madureza em política interna, em política internacional tornava-se um menino. Seus argumentos, em todo o episódio, baixavam ao nível da mais inocente puerilidade.” – Ibidem, p. 318. Afonso Arinos diz algo semelhante: “Bernardes e Félix, que tinham da luta diplomática uma concepção fanfarrona e estudantil, consideravam a ação ponderada e sutil de Melo Franco como tímida e frouxa.” – Ibidem, p. 950.

que o Brasil era carta fora do baralho – depois de Locarno, a inesperada candidatura da Polônia (bloqueada de fora da Liga pela Alemanha) passou a ser o eixo da questão. O jogo nos transcendia inteiramente. Ainda assim insistimos, como se o contexto fosse o mesmo de 1923, quando começamos a explicitar nossa pretensão, desde logo recusada pela Grã-Bretanha.

Se pusermos de lado a dialética diplomática e quisermos resgatar a racionalidade da política oficial, resta uma interpretação: a candidatura brasileira ao Conselho foi um *bluff* – não era para valer. Quer dizer: Bernardes contava com a derrota – pior, procurou a derrota. Em 1927, ainda na ressaca dos acontecimentos, José Carlos de Macedo Soares escreveu: “O governo brasileiro dirigiu um *ultimatum* às nações”.<sup>811</sup> Conclui que o Presidente – sempre aparentando o contrário – jamais teve “a intenção de manter o Brasil no interior da SDN”: o que lhe convinha era uma saída dramática. Para armar o “coup de force” final, não hesitou em ludibriar o país, começando por enganar seu representante em Genebra, que estava coibido pelo dever de lealdade.

Macedo Soares – refugiado voluntário na Europa para escapar à perseguição de Bernardes – foi um ferrenho opositor ao regime discricionário. Ele interpreta a controversa passagem do Brasil pela Liga das Nações como reflexo direto da “hipertrofia criminoso do poder pessoal” do Chefe de Estado brasileiro. O futuro Chanceler condena veementemente o uso da política externa como “un vil instrument”<sup>812</sup> da política interna. No caso concreto da Liga, denuncia a “atitude destrutiva” do Brasil, que não manifestou qualquer disposição para negociar e menos ainda para transigir, malgrado os apelos recebidos e as advertências do Embaixador *in loco*. De resto, não havia muito o que negociar, dada a hegemonia europeia.

---

811 Macedo Soares, J. C. de.– *Le Brésil et la Société des Nations* (Paris, 1927), p. 11. O precioso livro foi publicado originalmente em francês. No exemplar que consultei (da rica Biblioteca da Câmara dos Deputados) a etiqueta de empréstimos não era nova mas estava imaculadamente virgem. Aparentemente fui o primeiro leitor do volume, pois tive que separar as páginas, ainda presas nas bordas, como acontecia nas edições antigas. Faço o registro, que não chega a ser surpreendente, em tributo à memória nacional.

812 Id. *Ibidem*, p.14.

O livro de Macedo Soares é um verdadeiro libelo contra Bernardes – o fato de ser um escrito apaixonado não retira a validade da análise sobre a candidatura brasileira ao Conselho. A condenação é inequívoca, mas fica-se com a impressão de que o futuro Chanceler compartilhava a opinião de que um país ausente de Genebra era o mesmo que um país *sem vida social*. Não estar presente na Liga, equivalia a não ter voz nos negócios do mundo.<sup>813</sup> Para tanto, o preço a pagar seria compactuar com as práticas do jogo internacional, que parece aceitar sem contestação. É uma visão que coincide com o *realismo* político – ela se ajusta mal ao romantismo de Wilson, a quem Macedo Soares devotava uma admiração aparentemente sincera.<sup>814</sup>

Podemos discordar da ilação, mas concordar com o diagnóstico: para um Governo que recorreu sistematicamente a medidas de exceção, uma vitória na Liga seria um endosso internacional, mas uma derrota poderia ser igualmente absorvida, desde que assumíssemos a posição de “injustiçados”, por não sermos europeus. Nas duas hipóteses, o risco era assumido, mas com total alheamento ao fato de que a vida internacional é semeada de imprevistos. Ora, para nós, Locarno foi um total imprevisto: o Brasil se viu, de repente, como árbitro da candidatura alemã. A credibilidade de nossa diplomacia foi colocada em cheque e Bernardes não hesitou em sacrificá-la. Sua decisão foi fria e irreversível – era um “homem abstrato e duro”, no dizer de Gilberto Amado. O Embaixador inglês no Rio (Beilby Alston) foi mais explícito: Bernardes era “estreito, obstinado e vingativo”.

O *bluff* ficou exposto – o Brasil chegou a ser acusado de fazer “chantagem”. Só restava mesmo fugir para a frente, condenando a Liga que não merecia mais nosso concurso. A moderação aconselhada pela Delegação em Genebra simplesmente não casava com a estratégia do Governo, que queria de fato um desfecho barulhento. Nas circunstâncias, o “vencer ou

---

813 Veja-se a seguinte passagem: “Nous retournerons forcément à la Société internationale de Genève... Racheons notre malheureuse manœuvre du veto, geste d'incomprehension diplomatique sans parallèle dans l'histoire du monde.” – Macedo Soares, J.C. de – *Ibidem*, pp.194-5. Ou ainda: “Les nations porteront de plus en plus leurs différends devant le tribunal de Genève” – p. 192.

814 O primeiro capítulo do livro é um verdadeiro panegírico do Presidente Wilson e, através dele, de “l'idéal américain de la paix.”

não perder” não era uma bravata – era uma *rationale*. Para Bernardes, o aforismo improvisado nada tinha a ver com a equação internacional: valia para a política interna.

Por tudo isso, o *show case* da Liga merece alguma consideração adicional, mesmo porque não houve ainda um julgamento convincente sobre a questão. A leitura objetiva do episódio de 1926 – como vimos acima – conduz à conclusão generalizada de um grande *fiasco*: o Brasil sofreu uma derrota, não há como negar. Foi talvez a maior derrota de nossa diplomacia, não habituada a tais acidentes. Por um mecanismo natural de racionalização em tais situações, a tendência é antes a de atribuir culpas e não propriamente a de atentar para o contexto.<sup>815</sup> Embora o Presidente Bernardes seja o vilão mais votado, as interpretações têm variado quanto ao balanço final de nossa passageira aparição no centro da cena internacional. Fomos irresponsáveis – como tudo leva a crer – ou fomos injustiçados?

O todo, como sempre, é maior que a soma das partes. No caso, o contexto não confere isenção de responsabilidade, mas socializa a culpa; em certa medida, também inverte o sinal: o bandido aparente passa a ser mocinho oculto, cujo mérito foi o de proclamar que o rei estava nu. Certo ou errado, o Brasil agiu com desassombro e de forma autônoma. Na segunda Conferência da Haia, Rui Barbosa fez o mesmo e até hoje é lembrado por um epíteto altaneiro.

Com ou sem mandato, em 1907, o Brasil falou em nome das “potências com interesses limitados”, que mais tarde seriam chamadas de *have-nots*, “Terceiro Mundo”, países subdesenvolvidos ou Grupo dos 77. O conceito, então, estava longe de ser claro, mas a intuição era a mesma. Quanto ao nosso apregoado “fiasco” na SDN, ele pode ser visto também como uma

---

815 Atentar para o contexto é justamente o ponto levantado, com razão, pela Professora Norma Breda, invocando E. H. Carr: “Trata-se, na verdade, de um fiasco mais amplo, que tem a ver com a tentativa frustrada de criar, no período pós-Versalhes, uma nova ordem internacional”. – “Diplomacia e Fiasco. Repensando a participação brasileira na Liga das Nações: elementos para nova interpretação” in *Rev. Bras. Polit. Int.* 46 (1); 87-112 [2003].

expressão de independência, precursora da PEI.<sup>816</sup> Essa seria uma outra leitura, menos negativa para a diplomacia brasileira, dos eventos que precederam o histórico veto, que de resto não foi dirigido à Alemanha *per se*, mas ao próprio fundamento do edifício montado sob a inspiração do slogan wilsoniano da “paz para assegurar a paz”. Na prática, como sempre aconteceu na história da humanidade, entendeu-se por paz o *status quo post-bellum*.

A interpretação acima não elimina o fato de que o Brasil se embrenhou em uma missão temerária, para não dizer impossível. Era uma morte anunciada – uma aventura suicida. Ou será que – como muita gente na época – fomos vítimas da doença infantil do idealismo? As duas hipóteses não se excluem, mas a motivação não esgota o problema.

Objetivamente falando, o fiasco brasileiro não está propriamente na evidência de ter sido rejeitado – o que era previsível, ou pelo menos provável. O fiasco maior foi não ter percebido que estávamos tomando – em termos históricos – o *bonde errado*, que além do mais estava totalmente fora de nossa geografia e de nossa modesta influência.<sup>817</sup> Genebra, em 1926, não era a Haia de 1907 – vale insistir. O direito e a lógica – por nós invocados com tanta insistência e candura – só prevalecem sobre o poder quando podem servir ao poder ou quando o poder é forçado a admitir tais interferências. O Congresso dos EUA evitou esse equívoco graças ao

---

816 A renúncia brasileira em 1926 faz lembrar outra renúncia, em 1961, que não era para valer, mas acabou valendo. A analogia se justifica também porque Janio Quadros usou a política externa como uma tática para desviar a atenção dos problemas domésticos (também uma conjuntura pré-revolucionária) e de sua política econômica conservadora. Foi até o limite nesse jogo duplo. De resto, entre Janio e Bernardes há muitos traços em comum em termos de personalidade: o abuso da autoridade, o vezo messiânico, o talento para a política do truque; em suma, a obstinação e ao mesmo tempo a imprevisibilidade. Para um curioso (e benigno) perfil psicológico de Bernardes, ver Gilberto Amado, *Presença na Política* (1958): “... a verdade é que Bernardes, aquela coluna de impassibilidade, sofria de angústia.” (p. 210). Ao menos, ele transmitiu o mando presidencial sem solução de continuidade.

817 Basta lembrar alguns dos temas de que nos ocupamos prioritariamente logo no início dos trabalhos da Organização, que contava com Comissões especializadas: disputas bilaterais (Polônia-Alemanha, Suécia/Finlândia), tráfico de mulheres e crianças, problemas de saúde envolvendo a comunidade internacional, mandatos, minorias. Sobre esse último tema, Afrânio de Mello Franco se tornaria uma reconhecida autoridade.

congênito pragmatismo do povo americano – melhor dizendo, graças a sua autossuficiência narcisista.

Os diplomatas não podem se dar ao luxo de ser ingênuos. No nosso caso, paradoxalmente, a ingenuidade foi escamoteada pela indiscutível habilidade profissional de Afrânio de Mello Franco e de seus colaboradores diretos, o que de melhor tinha o Itamaraty na época. É um bom exemplo de um fenômeno, não tão raro, em que o talento prejudica a arte. Não se faz política com murros em faca de ponta. De resto, todo o esforço era inútil – a Liga, sem os EUA, era um clube destinado à falência. Com efeito, a rejeição do pacote de Versalhes por Washington foi um vício de origem que perseguiu de forma fatal a entidade concebida pelo ex-presidente norte-americano. Mal comparando, a Liga das Nações acabou se tornando uma precursora da atual União Europeia, embora o ensaio tenha sido decepcionante.

Por esdrúxulo que isso tenha parecido na época, a decisão do Congresso norte-americano foi um sinal de alerta: era melhor ficar de fora! O Brasil fez a leitura exatamente contrária – e sabemos por quê. Houve má-fé e houve deslumbramento: afinal tínhamos ou não tínhamos sido convidados à mesa de Versalhes? Daí foi um passo em antever a oportunidade de fazer do Brasil o “representante” da América no Conselho da Liga. No desdobrar desse processo, houve vozes discordantes, mas foram poucas e suspeitas, por serem em geral da oposição, particularmente durante o Governo Bernardes.<sup>818</sup>

Considere-se também que, para a opinião pública em geral, a Liga gerou expectativa e otimismo, como uma onda de pensamento positivo, preparado e alimentado por vários movimentos pacifistas, sobretudo na Inglaterra e nos EUA. Ian Smuts escreveu em 1919: “... a unique opportunity in history, it [The League of Nations] may well be a new era in the government of man...– the embodiment and living expression of the moral and spiritual unity of the human race”. O utopismo estava em alta, como

---

818 Desde 1925, a campanha de *O Jornal*, de Assis Chateaubriand, foi a mais consistente, mas não foi a única. A imprensa comparou o Brasil a um “pivete” que se intrometeu no convívio seletivo dos “Grandes”.

E. H. Carr iria constatar duas décadas depois, com o benefício e a lucidez da visão retrospectiva.<sup>819</sup>

A princípio não houve crise – ao contrário, havia uma inusitada euforia. Nunca antes a diplomacia havia sido depositária de tanta confiança e, ao mesmo tempo, de insuspeitada responsabilidade.<sup>820</sup> Tanto assim que se chegou a negociar em 1924, o chamado Protocolo de Genebra, com vistas ao controle de armamentos – foi um feito absolutamente inédito, pois o Pacto constitutivo Tratado de Versalhes não foi além de generalidades (Art. VIII) nesse particular.<sup>821</sup> Se o Protocolo tivesse vingado, teria sido a grande obra da recém-criada Sociedade. Não vingou – na hora decisiva, o Parlamento britânico negou sua aprovação ao acordo, inicialmente proposto pela própria Grã-Bretanha.<sup>822</sup> Por uma reviravolta da política interna inglesa, perdeu-se uma oportunidade única, com consequências funestas.<sup>823</sup> Em Londres, Austin Chamberlain – o novo chefe do Gabinete – deixou claro que não estava disposto a compromissos multilaterais nessa matéria, o que condenava o foro de Genebra a um esvaziamento virtual. Mais uma vez, o Brasil não interpretou bem o aviso, mesmo porque o mito de Genebra ainda permanecia vivo.

Afonso Arinos lembrou o que havia visto aos vinte anos na companhia de seu pai: “A sala da Reforma [em Genebra] era... uma reunião de cavalheiros de colarinho duro e paletó-saco, nascidos entre Londres e

---

819 Carr, E.H. – *The Twenty Years of Crisis, 1919-1939* (1939).

820 A propósito, Abba Eban fez o seguinte comentário: “The practitioners of diplomacy have never spoken of themselves *in such inflated tones*.” – *The New Diplomacy* (1983), p. 238.

821 Como representante brasileiro, o jurista Raul Fernandes – futuro Chanceler – participou da Comissão encarregada de rever a proposta inicial de Robert Cecil para um Tratado de Assistência Recíproca.

822 O importante Protocolo pretendia criar um mecanismo jurídico eficaz para coibir a guerra através da redução de armamentos a mínimos compatíveis com a segurança nacional e o cumprimento de obrigações internacionais. A reviravolta da posição inglesa se deveu à queda do gabinete trabalhista e ascensão dos conservadores, sendo *Foreign Secretary* Austin Chamberlain, interlocutor de Mello Franco no Conselho da Liga.

823 Confirmou-se o juízo avisado de Salvador de Madariaga: “O problema do desarmamento não é o problema do desarmamento. É, na realidade, o problema da organização da comunidade mundial”.

Atenas e entregues a debates jurídicos e argúcias diplomáticas”.<sup>824</sup> Cerca de quatro décadas depois, a descrição não causa espanto, mas – quando se armou o revés brasileiro – a SDN gozava de muito prestígio, apesar dos percalços. Àquela altura, ainda não se podia prever que “a crise dos vinte anos” já estava em curso. O estado de espírito dominante era de que a era vitoriana estava intacta: o orgulhoso Império Britânico – viga-mestra da ordem mundial – ainda se julgava inabalável. Na Europa, persistia a presunção de que o século XX seria a natural continuação do século XIX – os costumes ainda eram os da *belle époque*. Nos EUA, novamente decididos a se manterem afastados das mazelas do Velho Mundo, começavam os *roaring twenties* (ou “anos loucos”) – foram anos turbulentos mas prósperos, enquanto duraram. No Brasil, também tivemos nessa década um período de euforia, de que a Semana de Arte Moderna (1922) foi símbolo e marco.

Não se pode dizer, portanto, que houvesse consciência de que a Grande Guerra fora o resultado doloroso de problemas estruturais. O juízo convencional e oficial fazia crer que tudo não passara de um acidente de percurso – de grandes proporções, é verdade – mas um desastre imputável basicamente à nefanda diplomacia secreta. Mas o mal era remediável, desde que houvesse maior transparência na política. Não foi outra a mensagem de Wilson.

A Liga deveria se encaixar nessa perspectiva, fazendo crer também que não estar presente em Genebra equivalia à marginalidade internacional. A crise de 1929 iria liquidar de vez com essa ilusão. Em 1931, depois da ocupação da Manchúria, o Japão se encarregou de mostrar acintosamente a impotência da Liga. Em 1938, Hitler completaria o estrago. Em pouco tempo, o dique do pacifismo iria desmoronar, com o epitáfio graciosamente oferecido por Neville Chamberlain – filho do citado Austin; depois da “rendição” de Munique, ele proclamou: “Peace in our time!”. Tudo somado, os anos de entre guerras acabaram sendo um “longo armistício”, longo o

---

824 Arinos, A. – *Ibidem*, p. 184.



suficiente para que os mesmos protagonistas recuperassem suas forças e pudessem se lançar em novo embate, desta feita mais radical.

A evicção brasileira, ainda que sem maiores conseqüências para a Liga, foi um sinal precursor de uma evidência que não convinha proclamar sob pena de marginalização: a SDN iria sobreviver enquanto os Grandes se entendessem. Não era a Sociedade das Nações dos sonhos de Wilson – era, de fato, a Sociedade de *poucas* Nações. Nisso não deveria haver surpresa porque o Pacto foi uma construção dos vencedores da guerra, desejosos de que não se repetisse a má administração da política mundial que havia desencadeado o conflito de 1914. A SDN já nasceu anacrônica, como seu irmão gêmeo, o Tratado de 1919. Nos dois casos, a despeito da retórica, não se tratava de preparar o futuro mas antes de evitar que o passado se repetisse. Basta ler o testemunho de um observador isento: John Maynard Keynes.<sup>825</sup>

Quando se chegou ao texto final do *Covenant* da SDN, a concepção inicial de Wilson – refletida no anteprojeto redigido pelo indefectível Coronel House – já tinha sido desvirtuada pelas propostas e emendas do General Smuts e de Lord Robert Cecil. Foi desse último a ideia de um Conselho com membros permanentes e limitado a pequeno número de participantes. “Até então, havia se cogitado apenas de uma Assembleia Geral das Nações”.<sup>826</sup> Wilson se deixou convencer de que *alguns eram mais iguais do que os outros*, sendo *alguns* os Estados que dispunham de meios (isto é, armamentos) para assegurar a paz (ou fazer a guerra). Com isso, o Conselho da Liga passou a ser uma reprodução do Conselho da Europa de 1815, sem deixar de levar em conta – em nome das aparências – que um século de liberalismo e de experiências democráticas havia decorrido entre uma data e outra.<sup>827</sup> Esse conservadorismo revestido de modernidade iria gerar situações ambíguas: ao estabelecer a regra de

825 Keynes, J. M. – *The Economic Consequences of Peace* (1919).

826 Macedo Soares, J. C. de – *Ibidem*, p. 57/58. O autor acrescenta que as sugestões de Lord Cecil deveriam imprimir à SDN o caráter de uma “organization oligarqchique”; “par la force des choses”, a Liga seria confiada ao “pouvoir discrétionnaire des grandes puissances”.

827 “The Council of the League was a new edition of the Concert of Europe; but it was a significantly revised edition...” Claude Jr., Inis L. – *Swords into Plowshares* (1956), p. 45.

unanimidade para as decisões do Conselho, o Pacto prevê indiretamente o direito de veto (art.V, I).

Assim, ao modelo pós-napoleônico, foram acrescentados dispositivos recomendados pela diferença de épocas, o que não desfigurou a natureza essencial da Liga “as custodian of the architecture of the settlement imposed by victors upon vanquished”.<sup>828</sup> Certamente não era essa a ideia inicial de Wilson, mas foi o que acabou prevalecendo: os altos ideais passam sempre pelo crivo dos baixos interesses. Da utopia dos 14 Princípios restou o papel colorido e atraente que embrulhou o pacote.

Aceita essa interpretação, a Liga tinha prazo de validade. Sendo assim, o desafio brasileiro foi infeliz no varejo, mas certo no atacado. O “fiasco” do país periférico seria seguido pelo inevitável fiasco da própria Liga, tragada pela convulsão generalizada do mundo que sobreviveu à Primeira Grande Guerra. Mas, no momento do veto brasileiro à candidatura alemã, a tragédia da II Guerra ainda não estava no horizonte dos políticos, embora já se configurasse na percepção desinteressada – e mais lúcida – dos artistas. À primeira vista, nosso gesto de renúncia não significou mais do que uma rendição ao fato consumado. Em retrospectiva, foi um ato de redenção sem o sabermos: o Brasil prestou um serviço à comunidade internacional quando se atreveu a proclamar que continuava intacto o velho e perigoso esquema do equilíbrio de poder.

Ao justificar o veto à Alemanha, Mello Franco encontrou uma fórmula terapêutica para fazer a denúncia: “...a obra admirável de Locarno deve entrar no quadro da Liga das Nações e não a Liga das Nações na construção política de Locarno”. A advertência colocava em tela de juízo a diferença entre a velha diplomacia e a “nova”. Mas o testemunho brasileiro não era para ser entendido – ele incomodava por tocar no nervo da questão. Havia, no Pacto da SDN, uma distância entre a letra e o espírito. O pior é que o problema era prático e não teórico. A brecha foi se alargando nos anos que se seguiram. Antes que a década terminasse, o Pacto era letra morta.

---

828 Id. *Ibidem*, p. 53.

Quanto ao Brasil, o que nos sobrou desses três anos de inglória faina diplomática? A alternativa simplista do “vencer ou não perder” – o prodígio retórico atribuído a Bernardes – indica que o Brasil dos anos vinte não tinha nem maturidade, nem malícia. Invocando as regras do jogo, um país altamente oligárquico se arvorou em juiz da sociedade internacional por considerá-la... oligárquica! De resto, pondo de lado a própria questão da Liga, o Brasil enveredou por um caminho doutrinário vicioso. Mas tivemos sorte, ao sermos prematuramente expelidos.

Descontado o natural arranhão na vaidade nacional, mais uma vez a história nos concedeu uma bênção disfarçada. O país logo se recuperaria do sacrifício, mesmo porque a esponja do tempo é infalível. A Liga – na verdade – não nos fazia a menor falta e não iria durar muito. Não é o caso da ONU. Uma nova sociedade internacional se puder ser construída, será sob os escombros da ordem atual. Guardada a diferença entre ontem e hoje, o “fiasco” de 1926 permanece como lição.

\*



## SOBRE A CAOPA E O PROFA-I

Em 1992, por Portaria ministerial (20 de setembro), o então Chanceler Fernando Henrique Cardoso criou a *Comissão de Aperfeiçoamento da Organização e das Práticas Administrativas do Itamaraty (CAOPA)*.<sup>830</sup> O nome é longo e a agenda de trabalho também foi: tratava-se de submeter o MRE a um completo exame de consciência e, eventualmente, de penitência.<sup>831</sup> Depois de “pouco mais de um mês” à frente da Casa, o experiente Ministro concluiu que era preciso “ajustar” o Itamaraty aos “novos tempos”. Em outras palavras, nossa diplomacia estava defasada.<sup>832</sup>

---

829 Referido na p. 223.

830 Menção genérica à CAOPA é feita no Volume 2 (1979-1008) do estudo de F. Mendes de Oliveira Castro – *1808-2008 – Itamaraty: Dois Séculos de História* (2009): “Desde que assumiu a pasta”, o Chanceler Cardoso encareceu a “necessidade de aperfeiçoamento da máquina administrativa do Itamaraty para adaptar-se à era de mudanças”. (p. 159). O conceito (aqui em destaque) parece saído diretamente da trilogia de Manuel Castells (*The Information Age*, 1998), cuja tradução brasileira (1999) recebeu prefácio de F. H. Cardoso.

831 Note-se que a preposição *de* (e não *para*) trai a presunção de que o diagnóstico já está aceito. Assim o papel da Comissão seria executivo, isto é, o de definir meios e não propriamente de avaliar os fins.

832 Na época, o MRE promoveu vários encontros e seminários para debater o tema da atualidade internacional – nunca a Academia foi tão prestigiada pelo Itamaraty. O que sobrou desta grande mobilização teórica? Na perspectiva de hoje, as sábias exposições então ouvidas ficam reduzidas a registros conjunturais. Quanto à diplomacia como tal – tema que poderia render frutos mais duradouros para a instituição – falou-se apenas de forma casual e indireta.

No ato, havia um pito implícito, mas o dever de casa era claro e com prazo de entrega. Naturalmente, os alunos-subordinados obedeceram ao comando do Chanceler-catedrático e dedicaram muitas manhãs de sábado para refletir em equipe sobre a provocação: havia *algo de podre* no reino do Itamaraty? No fundo era a questão, mas faltou dizer. O enxuto *Relatório* de 88 páginas – depois de exaustivos debates – evitou abordar de frente a questão essencial (a própria atividade diplomática) e resvalou para as discussões tópicas. Aliás, o nome da Comissão já definia seu objeto e induzia a um enfoque neutro, aplicável a qualquer repartição pública. Ora, nunca faltam problemas na área de “organização e de “práticas administrativas”, problemas que servem para distrair a atenção do que seria “a reforma duradoura e real do Itamaraty”, título pomposo do Capítulo IX do mencionado *Relatório* de conclusão.<sup>833</sup> O tratamento desse tema ficou praticamente reduzido ao título. A especificidade do MRE não constituiu uma premissa para o exercício.

No discurso de instalação da Comissão, o Ministro-Senador não escondeu a suspeita de que o Itamaraty padecia de introversão e, assim, estava pouco adaptado a “uma administração verdadeiramente democrática”.<sup>834</sup> O Secretário-Geral, Embaixador Luiz Felipe Lampreia se encarregou de explicitar o mandato da denominada CAOPA, sublinhando o duplo desafio – interno e externo – que a “atualidade” impunha ao Itamaraty.<sup>835</sup> A ênfase foi posta na necessidade genérica de “uma maior integração com outras áreas do Governo, com a sociedade civil, com os sindicatos com os em-

---

833 Cópia Xerox do documento (88 páginas), datado de 30 de setembro de 1993, pode ser encontrada na Biblioteca A. F. Azere do da Silveira no MRE. Curiosamente, o texto não foi editado em livro, como seria normal e desejável.

834 *Política Externa em Tempos de Mudança – A gestão do Ministro Fernando Henrique Cardoso no Itamaraty* (MRE / Funag – 1994), pp. 57-61.

835 Em seu livro *O Brasil e os Ventos do Mundo – Memórias de cinco décadas na cena internacional* (2010), o ex-Chanceler L. F. Lampreia – ao tratar de sua atuação como Secretário Geral do Ministro Fernando Henrique – não faz referência à CAOPA. Lampreia presidiu os trabalhos da concorrida Comissão e o fez com prudência e paciência. Seu testemunho a essa altura teria sido precioso para esclarecer – além do discurso oficial – a gênese do ambicioso exercício. Tendo em vista os comentários desta seção, cabe desde logo ressaltar que está fora de qualquer dúvida a devoção do Embaixador Lampreia ao Itamaraty.

presários...”. Essa preocupação “liberal” de corresponder ao público e ao mercado era dominante naquele momento e vinha, aliás, da gestão anterior.

De cambulhada, reintroduziu-se o tema da *especialização*, sob o pretexto de formar o “funcionário ideal”.<sup>836</sup> Aliás, no topo da pauta indicada pelo Ministro, em seu discurso, figura justamente o seguinte: “Formação, aperfeiçoamento e especialização de recursos humanos, a começar pelo Rio Branco”. Apesar de ser uma expressão corrente, não deixa de surpreender que um humanista equipare gente a *recurso*. A letra correspondia ao espírito da proposta.

“A Comissão não apresentará por certo uma solução global e única...” – antecipou realisticamente o Chanceler, no discurso citado. Seria o caso de perguntar: solução para *quê*? A simples conjectura de uma fórmula teórica abrangente e unívoca já a desmerece. Ouviu-se a voz do político junto com a do acadêmico: a instituição foi colocada *sub judice* não a partir de casos concretos, mas de uma avaliação abstrata. O Ministro proclamou: “... cuidarei de evitar tanto a arbitrariedade como o corporativismo, que são faces da mesma moeda”. A promessa traía o preconceito.

Assim, o colegiado da Comissão – integrada pelos chefes da *Casa* até o nível departamental – foi chamado a encontrar solução para um problema mais pressentido do que real: a personagem buscava um autor, o que de resto não é novidade no ofício diplomático. Não estava claro se o principal era reafirmar uma identidade ou se era o caso de correr atrás do prejuízo. Havia, sim, uma clara vontade política: algo precisava *mudar* no Itamaraty pela simples razão de que o Brasil (supostamente) havia mudado.

---

836 “A evolução das relações internacionais torna cada vez mais premente a necessidade de, em nossa política de pessoal, reforçar a idéia de especialização...” – *Reflexões sobre a Política Externa Brasileira* (brochura s/data), p. 33; esse valioso documento foi elaborado pela então Subsecretaria-Geral de Planejamento Político e Econômico, em paralelo ao *Relatório* da CAOPA, menos incisivo quanto ao ponto em tela. Há de fato uma certa superposição e concorrência entre os dois exercícios, com premissas distintas: por onde começar? Um exemplo: o documento da SGPL alinha sob o título “Algumas Questões Específicas”, “o problema do funcionário ideal” (sic). É uma boa ilustração das dificuldades metodológicas envolvidas: nem o problema é específico, nem pode ser tratado sob uma ótica ideal ou abstrata, como o texto acaba por reconhecer. O que poderia ser um dos eixos da discussão – ou mesmo seu foco principal – mereceu, também aqui, um tratamento sumário e superficial.

Não se atentou para o fato de que o Itamaraty estava sempre mudando, sem dar a aparência de mudança – o que o acadêmico Fernando Henrique certamente não ignorava. Era natural que o Ministro de passagem estivesse preocupado com a política interna.<sup>837</sup> Ao mesmo tempo, ele afirmava: “... precisamos examinar o que garantiu ao Itamaraty, ao longo dos anos, condições de excelência.” Disso a CAOPA não iria se ocupar, salvo por vagas menções ao passado.

Para ganhar legitimidade, o procedimento da Comissão foi domesticamente democrático, sempre sob o olhar sisudo e policialesco do secretário particular do Chanceler. De alguma forma, tratava-se de submeter um santuário da República ao teste da transparência, o que não faria mal à reputação do político, dono temporário do feudo. Não importa o procedimento – o método era convencional; a perspectiva, imediatista.

Um exercício em moldes psicanalíticos envolve riscos, mesmo para uma instituição de boa família.<sup>838</sup> Afortunadamente, o *processo de intenções* foi conduzido com ritual e com cautela, no melhor estilo da Casa, que passou por mais essa prova de credibilidade. Na sequência, o surto revisionista seria superado pelos fatos, em outra esfera. Em meio a viagem de retorno do Japão, o Chanceler recebeu no avião a notícia de que o Presidente Itamar Franco o havia deslocado para o perigoso cargo de Ministério da Fazenda, de onde sairia depois para ser chefe da nação, como se sabe. No universo da política, com frequência, os cálculos de organização e

---

837 “É difícil pensar em política externa sem pensar em política interna”, afirmou Fernando Henrique em Seminário no IPRI. Pode-se entender como uma verdade absoluta ou como um *under-statement*. Para uma comparação, em tese, lembre-se que o Barão do Rio Branco – e era o Barão – disse exatamente o contrário em 1909, reafirmando o que já dissera em 1902, em termos de perspectiva pessoal: “Há trinta e quatro anos separei-me das lides da política interna... Entreguei-me desde então [a] assuntos ou causas incontestavelmente nacionais...”. Cf. Lins, A. *Ibidem*, p. 410.

838 Como antecedente, recorde-se a *Comissão Leitão da Cunha* que se reuniu em 1953, na segunda gestão de João Neves da Fontoura. Como mencionado acima, a Comissão não teve consequências, mas a integridade de nosso Serviço Exterior poderia ter sido comprometida pelas sugestões de Roberto Campos, não fosse a resistência do Dr. Vasco, Presidente da Comissão. Cf. Leitão da Cunha, V. *Ibidem*, p. 169.



de aperfeiçoamento não resistem aos imprevistos. De imediato, foi nulo – ou quase – o resultado da portentosa Comissão.<sup>839</sup>

Não vem ao caso a esta altura as motivações profundas da CAOPA – em última análise, a iniciativa colocava em questão – talvez inadvertidamente – o próprio conceito de diplomacia. O exercício não poderia deixar de ser como foi, exceto naturalmente pela oportunidade da inédita reflexão. O fato é que não se aprimora a diplomacia por decreto, a não ser em aspectos instrumentais, que podem ser importantes, mas não são decisivos. A forma não serve de sucedâneo ao espírito, é o caso de repetir. Já foram tantos os ensaios de reforma que – se dependesse disso – a carreira teria atingido a perfeição. A diplomacia é uma arte e a arte, como a vida, evolui organicamente.

Tendo isso presente, não seria exagerado dizer que peca pela origem – ou por princípio – o diagnóstico sobre o IRBr que consta do *Relatório* da CAOPA, justamente no mencionado Capítulo IX: fala em *treinamento* de diplomatas, no título e subtítulo. Não é um mero deslize semântico – o *lapsus linguae* trai toda uma concepção funcionalista, o que se confirma em seguida pelas sugestões apresentadas, que são tópicas. Sem maiores reservas, o texto aborda a questão dos critérios de admissão e currículo do CPCD, mas toda a avaliação é comprometida por um certo equívoco filosófico que insiste em separar a prática da teoria (e vice-versa), bem como em separar o que chama de “vertente profissionalizante” e o que denomina formação acadêmica. Trata ainda a *especialização* como algo distinto – até em termos de *timing* – da preparação para o “desempenho generalista”, tido aparentemente como prioritário (p.73). Nem “generalista”, nem “especialista” são definidos com maior precisão.

Na sequência, o texto introduz uma ideia não inteiramente coerente: “transformar o CPCD em curso de pós-graduação”, junto com a exigência

---

839 O *Conselho de Política Externa*, uma das vagas sugestões embutidas no Relatório de 1993, foi criado na gestão do Ministro Luiz F. Lampreia, no bojo da primeira reforma promovida pelo Decreto nº 1.756, de 22 de dezembro de 1995. Não se tem notícia de decisões importantes tomadas pelo *Conselho*, que se extinguiu sem que ninguém notasse, como costuma acontecer com órgãos colegiados na cúpula das Chancelarias.

de diploma de curso superior. São apresentados argumentos pró e contra a inovação, mas o *Relatório* não fixa posição.<sup>840</sup> Curiosamente, o “balão de ensaio” teria uma seqüela dois anos depois da conclusão da CAOPA: em 14 de setembro de 1995, o CPCD foi extinto através de Decreto presidencial que criou o Programa de Formação e Aperfeiçoamento – Fase I (PROFA-I). O Decreto foi assinado pelo Vice-Presidente Marco Maciel no exercício da Presidência.

Levando em conta o que se discutiu na CAOPA, pode-se supor que a medida decorreu de “second thoughts” da alta chefia da Casa. Mal ou bem, o *Relatório* da Comissão reflete em vários pontos um consenso diverso no que diz respeito à formação do diplomata. Diz, por exemplo, com destaque, que “eventuais modificações no *Rio Branco*” deveriam consistir no “aperfeiçoamento do que existe, *sem mudanças artificiais ou radicais*” (p.64, com destaque). Afirma também, consistentemente: “No ensino das matérias acadêmicas, deve ficar claro que o *objetivo não é o de formar economistas ou juristas*” (p.68, destaque no original). Mais do que isso, com respeito ao “tema da especialização”, o *Relatório* conclui com muita pertinência que “a essência da diplomacia contemporânea ainda é o trabalho *generalista*” e que “a *especialidade* do diplomata é a capacidade de agir diplomaticamente” (p.73, com destaque; o parágrafo mereceu “transcrição” na Introdução, p. 7).

Curiosamente, também apontam para essa linha de pensamento as epígrafes que ornamentam o topo de alguns capítulos. Tudo somado, contudo, o diagnóstico permaneceu ambíguo e superficial, se tivermos em mente a construção de uma pedagogia adequada a uma academia diplomática renovada. O viés funcionalista ofuscou o foco de análise. Sendo assim, abriu-se espaço para uma decisão subsequente – que foi política – quanto à aposentadoria do quinquagenário CPCD.

---

840 Relatório da CAOPA, pp. 66-67. Infelizmente o documento disponível apresenta sequência truncada na passagem referida; aparentemente ficou faltando uma página. A pág. 67 começa pela palavra “salariais”, o que faz supor que considerações ligadas ao “efeito deletério dos atuais vencimentos” (p. 6) tenham motivado a discussão em tela.

Quais os argumentos invocados para a decisão tomada no início do Governo FHC?

A *Exposição de Motivos* (nº. 472, de 23 de agosto de 1995)<sup>841</sup>, que submeteu à Presidência a minuta do Decreto, usa linguagem idêntica à empregada no capítulo pertinente do Relatório da CAOPA: insiste no conceito de “treinamento” (inclusive na variante “treinamento contínuo”) de diplomatas e introduz, sob o nome de PROFA-I, a novidade do “curso profissionalizante”, sem maior precisão. Diz apenas que o novo curso “se deverá inter-relacionar com os demais estágios já contemplados em lei”.<sup>842</sup> O “concurso de provas” – o exame de ingresso – seria então “a primeira etapa” de “processo mais amplo [...] até pelo menos o nível de Conselheiro”.

O que não é dito com clareza é que, para ingresso na carreira, fica dispensada a aprovação do candidato pelo próprio IRBr, o que até então dependia de êxito no exigente – embora repetitivo – CPCD. Menciona-se de passagem na *Exposição de Motivos* que – de acordo com a nova sistemática a ser implantada – “o ingresso na classe inicial da carreira [se dará] após aprovação no concurso público”. Administrativamente, o PROFA-I é caracterizado como “estágio probatório”, sob pena de exoneração. O processo de avaliação se desloca do rigor da formação para um novo rigor na “confirmação”, sujeita a procedimento especificado no Decreto. Na prática, dado o investimento já feito no diplomata, a confirmação tende a ser mera formalidade, sem precedente de negativa.

Assim, ainda que isso não tenha sido explicitado, o Decreto proposto institucionaliza o “concurso direto”, que antes tinha caráter de excepcionalidade; foi justamente esta excepcionalidade que permitiu a longa sobrevivência do CPCD. Para que “a atualização da sistemática de ingresso” se tornasse mais palatável e o IRBr não perdesse sua razão de ser,

---

841 Agradeço ao Ministro João Pedro da Corrêa da Costa, Chefe do Departamento de Comunicações e Documentação (MRE / DCD) por haver recuperado cópia do referido expediente, não disponível nos Arquivos do Itamaraty.

842 A saber: o CAD (Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, no nível de Segundo e Primeiro-Secretário) e o CAE (Curso de Altos Estudos, no nível de Conselheiro).

aventou-se a fórmula irrealista de uma espécie de “concurso por etapas”, a longo prazo, começando por um indefinido PROFA-I. A bem da verdade, seria PROFA único, e não primeiro, pois não se chegou a cogitar de um PROFA-II; aliás, a Portaria N° 336 de 30 de maio de 2003, revogou a denominação PROFA e restabeleceu “Curso de Formação”.

Mas não é tudo. O mais grave é que uma medida dessa natureza foi tomada sem qualquer referência à própria natureza do Instituto Rio Branco como Academia diplomática, devendo portanto ter uma missão a cumprir com o devido processo de avaliação para o ingresso definitivo na carreira. A hipótese de reprovação no Curso não foi eliminada, mas se tornou inconsistente com a sistemática do “concurso de longo prazo”. Negligenciou-se uma reputação constituída ao longo de décadas, com a agravante de que o substitutivo não vingou. Acrescenta-se que, com a classificação definida pelo próprio Concurso, o Curso perdeu um de seus principais ingredientes, ou seja, a competição saudável dentro da Turma.

Não houve lamúrias nem protestos pela extinção do CPCD – a imprensa nem tomou conhecimento.<sup>843</sup> Segundo as boas normas legais, o respeitado Curso teria direito a alguns anos mais de atividade, por analogia pelo menos com a prática que rege a aposentadoria dos funcionários diplomáticos.

Quais as verdadeiras razões para uma reforma tão radical? A *Exposição de Motivos* não se apresenta como tal: o texto não reconhece que se trata de uma reforma estrutural. Ao superpor várias questões, perde o foco do ponto principal. Aparentemente, a medida foi ditada por razões “pragmáticas”.<sup>844</sup> Outros documentos internos mostram que havia na época uma grande preocupação da Chefia da Casa quanto à diminuição de candidatos para o concurso de ingresso. Além da própria dificuldade do exame, a explicação natural da queda de interesse pela carreira seria

---

843 Note-se o contraste com a reação mal informada que provocou anos depois a decisão a respeito do peso eliminatório do inglês no exame de ingresso. O tema já foi tratado em outro contexto.

844 Pragmatismo por pragmatismo, a efetividade do Curso poderia ter sido preservada por meio de uma ressalva expressa que atribuisse peso específico à classificação dele decorrente para efeitos da primeira promoção, que hoje obedece mecanicamente à lista de Antiguidade estabelecida segundo a ordem do Concurso de Admissão.

o custo da automanutenção dos alunos durante os dois anos do IRBr. A conjuntura econômica era então pouco favorável. Pensou-se assim em contornar esse óbice prevendo a posse imediata dos aprovados no Concurso, que se sentiriam assim mais protegidos financeiramente, sem necessidade de recorrer ao precário (e constrangedor) expediente de *bolsas*. Os números mostram que, só uma década depois, haveria um aumento significativo no índice de candidatos.

Figura, em seguida, cópia do original da Exposição de Motivos em questão.

00002.004098/95-34

Recebido no	DEE
às	11:40 horas
do dia	06/09/95
por	ABC

EM nº 472 /IRBr-MRE - AORG

Brasília, 23 de agosto de 1995.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

É facultado ao Ministério das Relações Exteriores estabelecer o ingresso à classe inicial da Carreira de Diplomata, mediante concurso público de provas, organizado pelo Instituto Rio Branco (IRBr), seja com habilitação posterior no Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD), seja com a dispensa desse Curso, pela via do chamado "concurso direto" (artigos 38 e 39, da Lei nº 7.051, de 27 de junho de 1986).

2. A experiência tem revelado que, sobretudo nos primeiros momentos da atividade profissional, é imprescindível contar-se com um programa estruturado de treinamento, razão pela qual, salvo raras exceções, se vem exigindo a habilitação no CPCD.

3. A dinâmica das relações internacionais e a necessidade de assegurar um treinamento contínuo do diplomata brasileiro favorecem, agora, no entanto, uma atualização da sistemática de ingresso.

4. O ponto central é o de que o concurso de provas seja, na verdade, uma primeira etapa de processo mais amplo de formação e aperfeiçoamento profissionais, que deverá estender até pelo menos o nível de Conselheiro.

(Fls. 2 da EM n° 472 /11.11.1995 - MRE - AORG, de 23 .08.95)

5. O Programa de Formação e Aperfeiçoamento, que proponho seja criado, permitirá, em sua primeira fase (PROFA-I), o ingresso na classe inicial da Carreira, após aprovação no concurso público, mas, ao mesmo tempo, estrutura, nos dois anos subsequentes, curso profissionalizante, que se deverá interrelacionar com os demais estágios já contemplados em lei (Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas, CAD, e Curso de Altos Estudos, CAE), dando fundamento efetivo ao propósito de treinamento contínuo do diplomata.

6. O PROFA-I possibilitará, ainda, maior latitude na avaliação da capacidade e das aptidões do funcionário para o exercício da Carreira, bem como maior precisão nos procedimentos relativos à confirmação dos que vierem a ser aprovados na primeira fase do Programa.

7. Caso Vossa Excelência haja por bem aceitar a presente proposta, submeto-lhe o anexo projeto de decreto.

Respeitosamente,

LUIZ FELIPE LAMPREIA  
Ministro de Estado das Relações Exteriores





## Anexo F<sup>845</sup>

---

### GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 701, DE 28 DE OUTUBRO DE 2009.

CRIA O NÚCLEO DE PESQUISA EM DIPLOMACIA DO INSTITUTO RIO BRANCO.

O MINISTRO DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, tendo em vista o disposto nos Decretos-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945 e nº 8.461, de 26 de dezembro de 1945, nos Decretos nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006 e nº 5.979, de 6 de dezembro de 2006, na Portaria Ministerial de 20 de novembro de 1998, que institui o Regulamento do Instituto Rio Branco, e na Portaria nº 212, de 30 de abril de 2008, no âmbito de suas atribuições,

CONSIDERANDO o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na educação superior, inscrito no artigo 207 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a importância de incentivar e apoiar o servidor público em suas iniciativas de capacitação voltadas para o desenvolvimento das competências institucionais e individuais, conforme a Política Nacional

---

845 Referido na p. 227 e 293.

de Desenvolvimento de Pessoal, instituída pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO que o Instituto Rio Branco foi criado como “centro de investigações e ensino”, nos termos do Decreto-Lei nº 7.473, de 18 de abril de 1945;

CONSIDERANDO a importância, para o Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco, da produção intelectual e da interação com instituições afins, como mecanismos de transferência e intercâmbio de conhecimento com a sociedade, em especial as instituições de ensino superior, nos termos da Portaria Normativa nº 7, de 23 de junho de 2009, do Ministro de Estado da Educação;

CONSIDERANDO o valioso patrimônio documental conservado nos arquivos do Ministério das Relações Exteriores, e a facilidade de acesso que tem o Instituto Rio Branco a fontes primárias e ao amplo acervo bibliográfico representado pelas teses do Curso de Altos Estudos (CAE);

CONSIDERANDO, ademais, o significativo número de mestres e doutores entre as novas turmas do Curso de Formação de Diplomatas, bem como o interesse em refletir, de forma prospectiva, suas preocupações e expectativas;

CONSIDERANDO, finalmente, recomendação da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no sentido de criar um centro de pesquisa em diplomacia no Instituto Rio Branco, e a conveniência de sistematizar e divulgar as atividades já desenvolvidas pelo Instituto Rio Branco; resolve:

Art. 1º Fica instituído o Núcleo de Pesquisa em Diplomacia do Instituto Rio Branco (NPD/IRBr), com sede em Brasília.

Art. 2º O NPD/IRBr tem por finalidades desenvolver a formação e aprofundar a capacitação dos servidores da carreira diplomática por meio de atividades de pesquisa e extensão.

Art. 3º O NPD/IRBr promoverá, entre outras, as seguintes atividades:

I – Definição e aprofundamento de linhas de pesquisa, em consonância com a vocação do Instituto Rio Branco e com patrimônio documental à disposição do Ministério das Relações Exteriores;

II – Formação de grupos de pesquisa, reunindo diplomatas, professores e alunos do Instituto Rio Branco;

III – Realização de seminários de caráter periódico, abertos aos alunos do Curso de Formação de Diplomatas e à comunidade acadêmica em geral;

IV – Organização de eventos relacionados aos temas adotados pelos grupos de pesquisa, reunindo especialistas nacionais e internacionais;

V – Apoio à participação de membros em eventos e seminários nacionais e internacionais vinculados aos temas de pesquisa;

VI – Interação com a comunidade científica no Brasil e no exterior, com vistas inclusive à realização de pesquisas conjuntas no contexto da extensão universitária;

VII – Divulgação do resultado das pesquisas efetuadas, por intermédio, entre outros, de revista eletrônica anual, reunindo artigos de autoria dos membros dos grupos de pesquisa e de conceituados acadêmicos nacionais e internacionais;

VIII – Elaboração, como referência, de boletim periódico e de resenhas informativas sobre matérias publicadas na imprensa especializada que sejam relevantes para suas atividades.

Art. 4º O NPD/IRBr, no campo de sua atuação, manterá intercâmbio e cooperação com órgãos e entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais.

Parágrafo único. O NPD/IRBr priorizará a interação com outros núcleos e centros de pesquisa no âmbito de convênios oferecidos pela CAPES, em especial no que tange às atividades previstas no inciso VI do artigo terceiro.

Art. 5º Poderão participar do NPD/IRBr os seguintes interessados:

I – Professores do quadro docente do Instituto Rio Branco;

- II – Servidores da Carreira de Diplomata em atividade ou aposentados;
- III – Professores e pesquisadores externos, como membros associados;
- IV – Alunos externos, como membros associados.

Parágrafo único: A participação nas atividades de pesquisa terá caráter voluntário e não prejudicará as atribuições funcionais de seus membros.

Art. 6º O Núcleo de Pesquisa em Diplomacia do Instituto Rio Branco disporá de Regulamento específico.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

*Celso Amorim*

\*

## NOTAS SOBRE A FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO

Há um denominador comum nas muitas ramificações da filosofia da educação?

Sem pretender formular uma resposta precisa, façamos apenas alguns comentários genéricos. Começemos então por lembrar que o verbo *educare* em latim transmite a ideia de alimentar, cuidar, assistir – não corresponde primariamente a instruir, ou seja, a transmitir conhecimento, que é hoje o sentido dominante. O verbo *educere*, esse sim, tem o sentido de guiar e ensinar. Entre os dois verbos há uma distância, que a filosofia da educação se empenhou em reduzir: é a distância entre autonomia e autoridade.

Para os antigos – e durante muitos séculos – educação era bem mais do que instrução. É o sentido que o conceito ainda conserva, quando se diz de forma impressionística: “– É uma pessoa bem educada!” Não significa que seja culta, mas simplesmente que tem bons modos. Por trás disso, está a concepção grega da *paideia*, que não tem um significado unívoco, mas que podemos traduzir genericamente por *formação*: a educação aspira a *modelar*, mas de forma integral. Ora, a integridade está na *pessoa* – não é um atributo necessário do agente profissional enquanto tal.

---

846 Referido na p. 202.

Ao recordar a rica história da educação, cabe uma ressalva: temos que nos precaver contra o fato de que, nas relações humanas, tudo pode ser visto sob o prisma da educação. O próprio Tucídides cedeu a essa tentação: ele escreveu que “a cidade é uma empresa educativa... [pois] tende a garantir aquela integração, aquela coesão, aquela homogeneidade de base que são requisitos essenciais para a segurança e a sobrevivência da cidade”.<sup>847</sup> Sem incorrer em reducionismo, podemos observar que a citação confere à educação um significado que hoje só é concebido utopicamente. Assim, na Atenas clássica, a *polis* inteira era “uma comunidade pedagógica”: a educação era exercitada não só na *agora* – na praça pública – mas também no teatro e nos jogos agonísticos.

Não espanta que Sócrates tenha surgido quando Atenas estava à beira de sua maior crise. Sua contribuição maior foi justamente no plano educacional: a prática da *maieutica*. Para o filósofo, o processo para chegar ao conhecimento é semelhante ao trabalho de parto. Mas se trata de um parto mental ou espiritual: consiste em ouvir o próprio *daimon*, ou gênio interior; daí nasce o *logos*, que é ao mesmo tempo a *palavra* e a *razão*.

Platão usará o mesmo método socrático em seus *Diálogos*, com um conceito adicional, a *anamnesis*: o conhecimento jaz no fundo da alma, como legado de um passado esquecido. A função do mestre não é outra senão a de conduzir o discípulo em um processo de *recuperação*: o aprender é um lembrar. Aristóteles – e depois Tomás de Aquino – dirão algo semelhante, mas em registro mais realista: a função do professor é a de “conduzir o discípulo ao conhecimento daquilo que desconhece a partir do que já conhece”.

Roma recebeu a herança grega através do helenismo, quando a *polis* já havia cedido lugar ao *cosmos* sob o efeito das conquistas de Alexandre. O estoicismo, filosofia dominante na aristocracia romana, combina várias influências para concluir que o homem está em casa no universo e o cosmos só pode ser compreendido como um todo único. O tema dominante –

---

847 Ver, a propósito, os comentários de Cambi, F. – *Ibidem*, p. 79.

também para os epicuristas e céticos – é a harmonia consigo mesmo. “Aborrecer-se é separar-se da natureza”, dirá Marco Aurélio.

Esse cosmopolitismo ou universalismo teve uma consequência duradoura: a ideia de que há uma justiça natural, o que moldou o direito romano. Essa perspectiva inédita – a de que existe uma igualdade fundamental entre os humanos – encontrará sua melhor expressão na *humanitas* de Cícero, versão latina da sabedoria grega, agora apresentada sob um modelo retórico-literário que conhecerá fortuna nos séculos seguintes. O *orator*, que domina a palavra e participa da vida pública, é o fruto acabado de uma educação exitosa.<sup>848</sup> É uma visão que mantém fidelidade à tradição da Roma arcaica, de base agrária, onde a educação era toda voltada para a preservação das virtudes cívicas, pela fidelidade aos costumes (*mos maiorum*) e sob a autoridade do *pater familias*.

Descontado o artifício da retórica, a *humanitas* de Cícero tem o mesmo fundamento da *paideia* clássica: o alvo principal é o caráter e não propriamente o conhecimento *per se*. Cícero sustenta que a filosofia deve ser “a guia da vida” – sendo assim, ela é primariamente filosofia da educação. No solo austero da cultura romana tradicional, o grande tribuno plantou a semente do *logos* grego, entendido como a razão que está conforme com a natureza. Cícero foi talvez o principal mediador entre a civilização grega e a latina; ele inspirou uma nova disciplina – a pedagogia, enquanto autor-reflexão sobre o ato de educar.

Sob o influxo do helenismo – que se fez sentir mesmo antes da chegada das legiões romanas à Grécia e à Ásia Menor<sup>849</sup> – um novo preceito se incutiu na cultura da Urbe: o “cuidado de si”, o autocontrole, respeitoso do equilíbrio íntimo e da harmonia com o cosmos. O preceito em si casava perfeitamente com as camadas mais profundas da tradição local. Tanto

---

848 A eloquência pública era complemento necessário da virtude privada. Segundo Plutarco, Catão (234-149 a. C.) já preconizava esse objetivo para a educação: formar o *vir bonus, peritus dicendi* (em *De liberis educandi*). Símbolo do varão austero, Catão considerava pernicioso a influência helênica.

849 A expansão romana atingiu diretamente a Grécia em meados do século II a. C. – Atenas foi conquistada em 146 a. C. O avanço chegou à Síria em 64 a. C.

assim que, depois de Cícero, essa raiz estoica se aprofundou no sentido de uma resignada sabedoria – é tanto o caso do desditoso Sêneca (4 a.C – 65 d.C) como do vitorioso Marco Aurélio (121-180 d.C.). O Imperador fez de suas *Meditações* um exercício de autovigilância.

Entre os dois grandes pensadores mencionados, aparece a figura original e contrastante de Epicteto (50-138 d.C.), contemporâneo de Nero e de São Paulo.<sup>850</sup> O ex-escravo recusa qualquer metafísica e ensina que o objeto da filosofia não é outro senão “a arte de viver” – nada mais pedagógico e moderno. Mas não é só – a prática voluntarista que ele sugere é inédita: “deseje que aconteça apenas o que (de fato) acontece”. É o conformismo levado a suas últimas consequências: *ataraxia* ou invulnerabilidade.<sup>851</sup> Para tanto, em face do real, Epicteto propõe uma “retirada”, ou seja, concentrar toda a atenção no ato de impressionar-se e não no conteúdo da reprodução mental. A consciência seria um último refúgio, o recuo máximo, intuição que seria retomada séculos mais tarde pela fenomenologia de Husserl.

Sobre a herança do mundo clássico, a interpretação contemporânea afastou a visão unívoca e linear antes prevalecente. Nietzsche vai contrastar a concepção socrático-platônica com o predicamento do homem trágico, vulnerável em sua condição vital às paixões e ao niilismo. Vale aqui uma outra tentativa de síntese:

*À razão metafísica o mundo antigo já contrapôs três modelos de razão: o cético (ou crítico-radical), o antimetafísico e problemático; o técnico, ligado ao “verdadeiro como fato”, à produção e à eficiência; o da metis (intuição-abdução que põe o particular e o universal em contato direto e colhe o universal no particular), típica das estratégias*

---

850 Hannah Arendt traça um paralelo entre o apóstolo cristão e o filósofo estoico em *The Life of the Mind – Willing* (“Epictetus and the omnipotence of the Will”). Arendt considera Epicteto como “the most acute mind, possibly, among the late Stoics”. (Ibidem, *Thinking* – “The Roman Experience”). A autora aponta o parentesco da epistemologia de Epicteto com as construções muito posteriores de Husserl e do próprio Hegel, no que diz respeito ao papel da consciência.

851 Ser apático, para Epicteto, era simplesmente o contrário de ser patético.



*de pensamentos frágeis, como o médico, ligados ao fazer, estreitamente conjugados à urgência da ação.*<sup>852</sup>

Diante de uma dura realidade, o cristianismo ofereceu uma rota de fuga e, com o tempo, trouxe o impulso para uma revolução pedagógica, baseada nas Escrituras. Foi, contudo, uma revolução branca, pois para instaurá-la a Igreja recorreu ao modelo político do Império Romano. Além disso, incorporou a linguagem da filosofia clássica: o *verbum* de que fala São João é o *logos* grego. Essa simbiose se aprofunda na passagem entre os séculos II e III justamente em Alexandria, capital cultural do helenismo. Conhecedor de Platão, Orígenes (185-253) dirá que o cristianismo é a “*paideia* do gênero humano”, devendo o educador ser um guia para a “sapiência”.<sup>853</sup>

Em meio à derrocada romana, Santo Agostinho escreve – em 389 – uma obra pioneira: o *De Magistro* (Sobre o Mestre). Em última análise, é também de educação que ele trata nas *Confissões*, onde dá o exemplo autobiográfico da educação como formação da alma. No caso, a descoberta de si mesmo é a descoberta de Deus: “... in interiore homine habitat veritas”.<sup>854</sup> O Mestre está dentro de nós. Agostinho substitui a *rememoração* platônica pela *inspiração* divina, mas mantém a concepção de que cabe ao *magister* indicar o caminho para o conhecimento latente na alma do discípulo. Com isso, o primeiro grande filósofo cristão consolidou a simbiose entre a herança helenista e a revelação cristã: é a *paideia christiana*. Esse conceito vai sofrer uma longa evolução e, finalmente, transitar para o Humanismo renascentista, que recupera o passado clássico mas com a marca indelével do Cristianismo.

Em torno do Quatrocentos, o Humanismo italiano – e depois europeu – promove um retorno à Antiguidade e, assim, uma nova *paideia*, inspirada na afirmação do indivíduo e também no engajamento político. É obviamente uma *paideia* mais complexa, que culminará na explosão do Renascimento, onde os artistas têm voz dominante. Até o Estado se torna uma obra de

---

852 Cambi, F. – *Ibidem*, p. 54.

853 *Id.* *Ibidem*, p. 129.

854 A citação completa é: “... volte para dentro de ti mesmo; a verdade mora dentro do homem”.

arte, para não falar da autorrealização pessoal.<sup>855</sup> Em uma civilização estética, a forma – o modo de fazer – tem um peso preponderante.

Pouco de mais de mil anos depois de Santo Agostinho, o Humanismo renascentista retoma a veia confessional – a *conversão* para o interior. O homem recupera sua intimidade e cria uma renovada confiança: sem isso não teria havido a revolução científica e, em consequência, a modernidade. Sem Maquiavel (1496-1527), Hobbes (1588-1679) tardaria um pouco mais a chegar ou teríamos um outro Hobbes. Da mesma forma, sem a liberdade interior de Montaigne (1533-92), dificilmente haveria espaço para a criatividade de Galileu Galilei (1564-1642) ou para a dúvida de Descartes (1596-1650). Novamente, o homem ousou pensar por conta própria, com reflexos decisivos sobre a educação. A contraditória época moderna começou, de fato, por obra das poucas gerações que viveram “em torno de Galileu”, ou seja, entre 1550 e 1650.<sup>856</sup> Do ponto de vista político, foi uma época de crise intensa, que abriu um novo ciclo histórico, cujos efeitos ainda sentimos.

No apagar das luzes do Renascimento e como farol para os novos tempos, *O Príncipe* (1517) de Maquiavel é primariamente um ensaio sobre educação política, em que a cidade real toma o lugar da *civitas dei* agostiniana. É a antecipação filosófica da visão burguesa do mundo, que reduz drasticamente a perspectiva clássica. O método ganha primazia: “andare dritto allà verità effettuale de la cosa”.<sup>857</sup> A partir daí, podemos estabelecer uma sequência na área da educação.

No século XVII, em meio à ebulição da Guerra dos 30 Anos, o exilado Comenius (1592-1670) esboça pela primeira vez os fundamentos de uma ciência da pedagogia, com espaço reservado para a especialização, que será

---

855 A interpretação clássica a esse respeito foi elaborada por Jacob Burckhardt em 1860 – *A Civilização da Renascença na Itália*. Para outro ângulo de análise, ver Alfred Von Martin, *Sociologia do Renascimento* (1932), com tradução publicada em 1946 pelo Fondo de Cultura Economica (México).

856 O tema das gerações é elaborado com a habitual mestria por Ortega y Gasset no ensaio *En torno a Galileu* (1929) – Vol.V das Obras Completas.

857 Maquiavel, N. – *Il Príncipe*, Cap. XV, já citado.

logo exigida pela sociedade capitalista.<sup>858</sup> Nascia assim uma política, modelando o sistema escolar nos moldes em que o conhecemos hoje. Pouco depois, no limiar do século XVIII<sup>859</sup>, Locke (1632-1704) indica uma técnica consistente com a nova perspectiva. Ele dirá que – sendo o cérebro um músculo – o homem livre, através da *ginástica* do intelecto, pode desenvolver ao infinito sua potencialidade. A educação toma um novo rumo, mais próximo da experiência concreta.

Adicionalmente, o filósofo inglês traça um perfil atualizado do *phronimos* de Aristóteles – é o *gentleman*, com as virtudes próprias da elite dominante. Com outras palavras, no começo da Idade Moderna, Locke confirmou a velha sabedoria: a tarefa da educação é preparar o aluno para o uso de seu *entendimento* pois ele só aprenderá através dessa autodisciplina. Mas cabe uma ressalva: para o *sage* Locke<sup>860</sup>, prudência era sobretudo cautela. A Revolução Gloriosa, em 1689, já havia assegurado a vitória da burguesia na Inglaterra – não havia por que arriscar-se com as incertezas da maiêutica. Mas a situação na Europa continental era distinta: a revolução ainda estava por acontecer. Ela viria por etapas: o ano de 1789 marcou um começo espetacular, mas sua gestação foi lenta e sua sequela sinuosa.

Talvez sem o pretender, Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) foi quem mais contribuiu para o caldo cultural que precipitou a Revolução Francesa. Ele proclamou com absoluta clareza o que seus antecessores imediatos não haviam dito: “O homem nasce livre e, em todas as partes, é mantido sob grilhões”.<sup>861</sup> São de fato subversivas as ideias do filósofo genebrino, mas há um contraste característico entre seu pensamento político e sua doutrina pedagógica. O *Emílio ou da Educação* é libertário e, portanto,

---

858 Entre outras muitas inovações didáticas, Comenius (Komensky) concebeu o primeiro livro – com figuras – para ensino de língua estrangeira. Criou, assim, com o *Orbis pictus*, um método de aprendizado visual, explicando que “as palavras sem as coisas são cascas sem frutos”.

859 É de 1693 o escrito *Some Thoughts concerning Education*, embora Locke tenha afluído o tema também em obras anteriores, como *A Letter concerning Toleration* (1689).

860 *Sábio* – assim Voltaire se referia a Locke, não sem ironia.

861 Rousseau, J.-J. *Du Contrat Social*, (1762), Livro Primeiro, Capítulo Primeiro: “L’homme est né libre, et partout il est dans les fers”.

individualista; *Do Contrato Social* é coletivista e, em consequência, disciplinador. Ambos foram pensados juntos e publicados no mesmo ano de 1762 – formam um par. Os dois textos são complementares, como verso e reverso da mesma moeda. Pode-se concluir que as injunções políticas, por importantes que fossem, não deslocaram a proposta pedagógica.

Rousseau terá, no campo da educação, uma influência duradoura, que chegará ao século XX. Não por acaso, ele é tido como “pai” da pedagogia contemporânea. Por um lado, o genebrino transferiu copernicanamente o foco da educação do professor para o aluno e, particularmente, para a criança; o homem integral – e não o profissional – é o alvo e fundamento de sua pedagogia. Por outro lado, as muitas contradições pessoais de Rousseau fazem dele um ícone-precursor: Jean-Jacques anuncia os novos tempos. O solitário e andarilho pensador é – ele próprio – uma síntese da Modernidade, uma época ambígua, marcada pela ânsia de liberdade individual e, concomitantemente, por crescente controle social.

Por suas ideias – e também por seu comportamento quase marginal – Rousseau vai estabelecer a pauta do debate pedagógico subsequente. Ele subverte os termos da equação tradicional, simplesmente por afirmar o óbvio esquecido: a criança não é a miniatura do adulto; o menino é o pai do homem. De Kant a Dewey, todos os protagonistas importantes dessa rica teorização devem algo ao autor de uma obra que – curiosamente – não se apresenta sob a forma de uma exposição teórica, mas como a ilustração de uma práxis. Isso não tira do *Emílio* o valor de manifesto, mas como tal tem um sentido utópico e romântico. Infelizmente, o jovem Emílio tinha tudo para ser um desajustado quando adulto. Para ilustrar este ponto, vale uma referência: claramente inspirada em Rousseau, teve um sentido pré-revolucionário, senão anárquico, a malograda experiência pedagógica do pacifista Leon Tolstói na Rússia conservadora do final do século XIX.

A educação espontânea e ideal – que faz da criança um rei – é compatível com o realismo de uma sociedade competitiva e impiedosa? O *Emílio* é o anti-Maquiavel em potencial. Daí a necessidade natural de conceber um novo contato social, em contraponto a uma pedagogia assumidamente in-

conformista. Na verdade, a proposta de Rousseau é revolucionária porque é extremamente simples e, por isso, complexa: “Viver é o que lhe quero ensinar. Saindo das minhas mãos, [ele] será antes de tudo um homem...”, declara o preceptor-expositor.<sup>862</sup> Ora, não há uma teoria da vida, uma receita pronta e definitiva. É esse o enigma que o filósofo propõe e que a ciência não pode ter a presunção de querer responder. O que resta? “Nenhum outro livro a não ser o mundo, nenhuma outra instrução a não ser os fatos...”.<sup>863</sup>

*Do Contrato Social* busca uma nova legitimidade política numa época de carência a esse respeito. Em compensação, no caso do *Emílio*, a legitimidade do educador vem da *naturalidade*, que não é dada *a priori*. Nessa perspectiva inédita, a experiência concreta – não a teoria abstrata – deveria ser a pedra de toque de uma nova dialética entre os polos até então opostos do “espontaneísmo” e da disciplina. John Dewey dirá depois que “a escola foi a instituição que exibiu com maior clareza a assumida antítese entre [...] a liberdade e o controle social”.<sup>864</sup> O pedagogo americano dirá também – a exemplo de Rousseau – que “educação é vida, não preparação para a vida”.<sup>865</sup>

Esse equilíbrio precário encontrou no *Emílio* uma expressão adequada, dramática antes de ser discursiva – Rousseau, o artista, foi feliz ao optar por uma ficção documental. Cerca de duzentos anos antes<sup>866</sup>, Rabelais havia concebido algo semelhante: “Faça o que quiser” era o lema da Abadia de Thélème, que cultivava igualmente regras de pedagogia negativa, mas para uso do educador. Rabelais foi um notório antissorbonista; o mesmo se pode dizer do preceptor no *Emílio*.

---

862 Rousseau, J.-J. *Émile (Oeuvres Complètes, tomo 4, Gallimard, 1969 – Bibliothèque de la Pléiade, p. 252)*.

863 Id. *Ibidem*, Livro III.

864 Dewey, J. *Democracy and Education* (1916), Capítulo 22.

865 Teixeira, A. – “A Pedagogia de Dewey” (Esboço da teoria da educação de John Dewey) in Dewey, John. *Vida e Educação* (1930); tradução de dois ensaios de Dewey prefaciados por A. Teixeira (Cf. Clarice Nunes. *Anísio Teixeira*, Coleção EDUCADORES MEC, 2010, p.40).

866 O primeiro volume de *Gargantua e Pantagruel* foi escrito em 1532; a série de cinco livros se completou postumamente em 1562. O *Emílio* – que custou oito anos de trabalho – começou a ser redigido em 1753-54.

Os dois casos marcam momentos heroicos em que a educação lutou por preservar seu espaço – como autores contestatários, Rabelais e Rousseau não tiveram a aprovação da sociedade da época. Mas resta o fato de que o equilíbrio que eles pretendiam – entre as necessidades do homem e as contingências da cidadania – permanece uma questão em aberto, cuja solução talvez seja uma miragem. O próprio Rousseau, em alguns momentos, dá a impressão de que duvida da autenticidade de suas convicções naturalistas: a liberdade de Emílio seria uma mera ilusão, graças à arte do preceptor que induz o educando a escolher o que *deve* escolher.<sup>867</sup> Mas talvez ele estivesse sendo apenas cândido em sua presunção de que mantinha o controle.

A crônica da pedagogia depois de Rousseau confirma a antinomia entre sujeito e norma, indivíduo e sociedade, autenticidade e conformidade.

Kant (1724-1804) acolhe, para começar, a visão de Rousseau sobre a infância e sobre a importância da educação. Ele fará também a apologia do pensar por si mesmo (*sapere aude*, ouse saber), isto é, seguir suas próprias regras (*autos+nomos* = autonomia). Nisso está a essência do Iluminismo: “O que são as Luzes? A saída do homem de sua minoridade, pela qual ele próprio é responsável”.<sup>868</sup> Para o mestre de Königsberg, o fim da educação é a emancipação, cognitiva e moral, o que equivale à maioridade.<sup>869</sup> Contudo, dentro de seu rigoroso modelo de moralidade, o filósofo prusiano termina por privilegiar a disciplina e a autoridade. O que ele deixou de assinalar foi o reverso da medalha: junto com a emancipação, veio o

---

867 O preceptor chega a afirmar, não sem certa crueldade: “Não existe sujeição tão perfeita quanto aquela que conserva a aparência de liberdade.” (Livro II). De resto, a relação entre o mestre e o aluno não é inteiramente pacífica. Com ou sem atritos, o que Rousseau sinaliza é que a pedagogia ideal é uma relação frente a frente, individualizada. O livro é concebido nesses termos.

868 É a sentença inicial do célebre ensaio escrito por Kant em 1784 – *Resposta à pergunta: o que são as “Luzes”?*

869 Para o mestre de Königsberg, o fim da educação é a emancipação, cognitiva e moral, ou seja, a maioridade. Acontece que maioridade em alemão é *Mündigkeit*, que tem o radical *boca*. Assim, atingir a maioridade é “falar com a própria boca”, o que – em sentido figurado – significa ser responsável por suas palavras. Em termos práticos, a educação confere uma *licença* para pensar, em contraste com as licenças para matar.

conformismo imposto pelo Estado, que conduz por sua vez a um novo movimento de emancipação. Os fatos subsequentes à Revolução Francesa viriam por à mostra o outro lado das Luzes.

Em contraste com esse ideal de racionalidade universal – e antes do genebrino e do prussiano – o italiano Gianbattista Vico (1688-1744) se ateve ao contexto histórico-social. De forma independente e original, contra o cartesianismo, ele sustentou que a verdade se vincula à ação (*verum ipsum factum*): “a ciência é o conhecimento do modo e da regra segundo o qual a coisa se faz”. Ao lado da “lição da história”, Vico traz a poesia e a fantasia para o âmbito do aprendizado – a “lógica da metonímia e da sinédoque”.<sup>870</sup> A “Ciência Nova” do isolado professor da Universidade de Nápoles aponta paradoxalmente para um retorno ao modelo humanístico-retórico, com respeito pelas individualidades culturais e a negação do progresso linear.

O filão apontado por Vico – com ênfase inclusive no estudo das línguas – vai ser aprofundado no fim do século XVIII e início do XIX pela chamada pedagogia romântica. Ressalvados os matizes, Schiller, Goethe e Humboldt concorrem para restaurar o ideal formativo da *paideia* sob o conceito de *Bildung*, o desenvolvimento espiritual do homem integral através da cultura. Para Schiller, que iniciou a corrente, a “educação do sentimento” é o caminho adequado. Em *Os Anos de aprendizado de Wilhelm Meister* (1795-6), Goethe – mais cerebral – estabelece o modelo para o depois consagrado “romance de formação”, dignamente cultivado por Thomas Mann no começo do século passado.

Em 1813, Schleiermacher (1768-1834) lança suas *Lições de Pedagogia*, em que propõe uma nova epistemologia (a hermenêutica), segundo a qual a teoria nasce da práxis e a ela deve retornar através da interpretação, em um processo sem ponto final. Graças a Dilthey e a Hans-George Gadamer, Schleiermacher voltou ao foco de atenção no século XX.

---

870 Cf. Gambi, F. – Ibidem, p. 360. Sobre Vico, ver os excelentes estudos de Isaiah Berlin in *Against Current. Essay in the History of Ideas* (1955).

Numa época de romantismo e de idealismo, Johan Friedrich Herbart (1776-1841) remou contra a maré. Ficou fiel a Kant e se perguntou, criticamente, como era possível assegurar a cientificidade da pedagogia. Foi buscar a resposta no estudo do cérebro e, para tanto, recorreu à nascente psicologia experimental. Foi inovador: concentrou-se no aparato intelectual com vistas à aprendizagem, isto é, ao “governo” da criança. Considerava o pensamento como o motor da educação, que diz respeito ao homem e, portanto, não pode ser reduzida às ciências naturais; sua vinculação é com a reflexão filosófica. Sem o rigorismo da abstração kantiana, mas mantendo sua filiação, Herbart sustentou que o objetivo da educação é a formação do caráter, através de uma vontade esclarecida. Vale dizer que a educação é ciência, mas ciência prática, como a política de Aristóteles. Nessa perspectiva, o professor tem uma tarefa semelhante à do construtor ou do arquiteto.

Herbart deu especial atenção aos métodos de ensino e, em sua didática, a estética tem papel fundamental. Nesse ponto, ele coincide em cheio com correntes filosóficas contemporâneas que fazem da arte um antídoto à razão instrumentalizada. Com efeito, depois de um período de olvido, Herbart teve sua contribuição reconhecida no início do século passado – exerceu influência por exemplo sobre o jovem Dewey, embora este tenha tomado depois outra direção.

Precedendo de pouco o trabalho de Herbart, destaca-se no campo prático e teórico outro pioneiro: o suíço-alemão Johan Heirinch Pestalozzi (1746-1827). Preocupado com a ordem social de seu tempo, ele postulou que a educação devia cuidar tanto do homem como do cidadão – a escola de todos para todos. Concebeu uma pedagogia que trabalha harmonicamente com o “coração, a mente e a mão”. Na mesma linha, em 1839, Friedrich Fröbel (1782-1852), partindo de convicções religiosas (a criança é a voz de Deus), realiza na prática o sonho de Rousseau: inaugura o primeiro “jardim de infância”, concebido como um paraíso de liberdade.

A despeito desses rumos naturalistas, o pêndulo das teorias pedagógicas não se manteve estável. Em ritmo quase concomitante, Hegel apresenta para a *Bildung* uma receita própria, que é decididamente antiespontaneista.



O indivíduo singular só ganha identidade ao sair de si mesmo e ascender a uma “segunda natureza”, dada pela consciência histórica através da dialética. Com isso, o debate se diversifica, girando em torno da polarização entre o liberalismo e o conservadorismo: a pedagogia vai adquirir a partir de então um viés crescentemente ideológico.

Com efeito, ao longo do século XIX, com o incremento da economia capitalista e industrial, a escola laica e oficial é chamada a prestar serviços políticos à triunfante sociedade burguesa, que precisa difundir seus valores e assim promover o consenso social, abalado por sucessivos surtos revolucionários. Para tanto, o *status quo* recorre à autoridade da ciência, exaltada pelo positivismo de Augusto Comte (1798-1857). A ciência é a garante do progresso, objeto ademais de uma verdadeira mística, juntamente com a triunfante noção de *sociedade*, agora objeto de uma disciplina de estudo própria. O “social” passa a ser o grande termo de referência e, na sequência, Émile Durkheim (1855-1917) se empenhará em tornar a pedagogia uma simples tributária da sociologia.

Com variações, o positivismo logo angariará seguidores, como Herbert Spencer (1820-1903) na Inglaterra. No Brasil, o reflexo foi duradouro: o lema “ordem e progresso” ficou marcado anacronicamente na bandeira nacional, sem que o brasileiro de hoje saiba exatamente o que significa essa escolha. A rigor, ninguém é contra a ordem e menos ainda contra o progresso – resta saber como os dois termos da equação se combinam.

De forma inicialmente utópica e invocando depois sua própria legitimidade científica, o socialismo inspirou uma pedagogia antitética ao positivismo dominante. A rigor, Marx e Engels não trataram de educação de forma extensiva; em geral, as referências mais específicas ao tema aparecem em textos programáticos. Para o jovem Marx, mais próximo de Hegel, educar era combater a alienação. À medida que amadurece a teoria sobre a luta de classes, a questão se reduz ao postulado de que a *escola burguesa* é um instrumento de dominação a ser desmascarado pelo socialismo. Quanto ao próprio socialismo, de acordo com seus promotores, fica isento da suspeita de contaminação – e goza mesmo de indulgência

plenária – porque foi vacinado (ou redimido) pela crítica prévia da ideologia. O foco positivo passa a ser então a defesa do proletariado e de seu trabalho. Nessa perspectiva, a pedagogia – como de resto a política – foi colocada sob a tutela da economia.

Como se vê, tanto no marxismo como no positivismo, estamos bem longe de Rousseau: a figura concreta do educando se tornou secundária, se é que não perdeu qualquer relevância. O eixo dominante é teórico, seja com a noção de sociedade, seja pela primazia de forças materiais. O fundamento é uma confiança cega no saber dito científico ou na variante da “consciência crítica”.

Uma sequela sadia desse cientificismo, foi o desenvolvimento da pedagogia experimental, ao lado da chamada pedagogia científica, aliada à também nascente psicologia experimental. Nas últimas décadas do século XIX, surgiram técnicas novas de pesquisa e – em 1896 – o Professor John Dewey fundou uma “escola-laboratório” na Universidade de Chicago. Também tiveram destaque os estudos sobre a criança (pedologia), que teve sua primeira revista especializada em 1899. O experimentalismo entrou pelo século XX e representou de certa forma uma sobrevivência da filosofia positivista – o *behaviorismo* (ou psicologia do comportamento) é um bom exemplo. A escola – com as limitações inerentes à matriz positivista – teve grande prestígio nos EUA, com reflexos diretos sobre a pedagogia. Nos anos 60, o *comportativismo* projetou-se sobre o estudo das relações internacionais.

Mas voltemos ao fim do Oitocentos e começo do Novecentos. Ocorre então que a própria ciência – junto com a filosofia – vai se encarregar de desmistificar a pretendida onipotência da razão, já comprometida de certa forma pela denúncia marxista da ideologia. Não foi só. Darwin (1809-82) desfez impiedosamente o mito de que o homem foi criado à imagem e semelhança de Deus – muito ao contrário. Em seguida, Sigmund Freud (1856-1939) proclamou que o homem não é dono nem mesmo de sua própria casa, pois é vítima de forças interiores que ele próprio desconhece. Faltava o golpe de misericórdia, que foi dado por Nietzsche

(1844-1900): já em 1872, ele investe contra a educação utilitária e profissionalizante em *Sobre o futuro de nossas escolas*.

Em rejeição ao “filistinismo” da sociedade burguesa e diretamente contra o “jugo” positivista, Nietzsche lavrou pateticamente o atestado de óbito da cultura europeia de raízes greco-cristãs: “não há fatos, só interpretações”. Assim, ele coloca sob suspeita toda uma tradição que remonta ao *logos* socrático – desmistifica valores e denuncia ilusões. Ele se compara à toupeira, que perfura as galerias subterrâneas do pensamento e faz desabar os falsos mitos. Do desmonte, escapa a tragédia como forma de catarse e como exaltação do “espírito dionisíaco”, tomado como modelo de liberdade e de nobreza. Quanto ao resto, voltamos ao ponto zero – é o que se chama de *niilismo*. Depois disso, a filosofia teria que buscar um novo modo de pensar, missão assumida explicitamente pela fenomenologia de Edmund Husserl (1859-1938), que propôs inicialmente uma “volta às coisas”.<sup>871</sup>

Ainda em meio à “crise da cultura” que marcou a passagem para o Novecentos, inicia-se um trabalho de renovação da pedagogia. Limitemo-nos a dois protagonistas: Wilhelm Dilthey (1833-1911) procura recompor a autonomia das ciências humanas (ou do espírito), respeitando os particularismos (“tipos de vida”); Henri Bergson (1859-1941) rejeita o intelectualismo e confia na intuição (o “impulso vital”). Nos dois casos, a educação recupera o prestígio perdido. Ademais, o que esses autores têm em comum é uma certa humildade – a recusa instintiva de certezas *a priori*. Não há mais a arrogância da posse da verdade. Como advertiu Nietzsche, a busca do saber exige “leveza”, e não rigidez; é um jogo com aposta, mas não é um jogo de cartas marcadas. Consistentemente, o sujeito/educando volta ao centro do cenário e com ele a liberdade.

Guardadas as proporções, o mesmo acontece na seara socialista: Antonio Gramsci (1891-1937) elabora uma “filosofia da práxis” original, que aspira à “consciência plena das contradições” da história. Mantida a fidelidade ao comunismo, alguns dogmas foram questionados pelo autor

---

871 Para um estudo introdutório, Lauer, Quentin – *Phénoménologie de Husserl – Essai sur la genèse de l'intentionnalité* (1955).

dos *Cadernos do Cárcere*. Revisionista ou não, há amplo reconhecimento de que ele trouxe oxigênio ao pensamento marxista. Isolado na prisão desde 1928, arriscou-se a propor um desvio da ortodoxia partidária e, a rigor, uma inversão de seus termos. Ao qualificar o determinismo da economia, o pensador sardenho reavaliou o papel da sociedade civil em um sentido que hoje podemos confirmar como premonitório.<sup>872</sup> A palavra de ordem passaria a ser: promover uma “revolução da mentalidade”, ou seja, atuar prioritariamente sobre a superestrutura e, dessa forma, construir uma “hegemonia” política através da cultura e não da violência. A isso, figurativamente, Gramsci chamou de “guerra de posição”, distinta da “guerra de movimento”.

Nessa correção de rumo, a educação recupera seus títulos nobres. Embora Gramsci não dê margem a espontaneidades de índole rousseauiana, sua doutrina – só conhecida postumamente – supõe um respeito inédito pela autonomia do agente, a ponto de reabilitar o Príncipe de Maquiavel como um precursor do “Partido novo”. Com isso, também se revaloriza a arte da política, antes desqualificada – junto com o Estado burguês – por Marx.

Algumas das referências anteriores já nos colocam no limiar da contemporaneidade, cujo dinamismo é sem comparação com épocas anteriores, o que não representa necessariamente um juízo positivo. Nessas condições, a síntese é mais difícil e mesmo precária; de qualquer forma, vamos procurar isolar o que parece essencial para nossa pesquisa.

A história da filosofia da educação tem dois conceitos prioritários: liberdade e verdade. Em tese, a esquerda se inclina para o primeiro, enquanto a direita tende a invocar o segundo. O século XX – mais do que dramático, convulsivo – ilustra essa oscilação entre os dois polos, culminando talvez com um retorno à tônica libertária.

---

872 A propósito, ver Bobbio, Norberto – *Saggi su Gramsci* (1990); tradução brasileira sob o título *Ensaio sobre Gramsci e a o conceito de sociedade civil* (1999). Para uma síntese crítica da contribuição de Gramsci ao marxismo, ver Merquior, J. G. *Western Marxism* (1986), pp. 93-109.

Nietzsche morre em 1900, como a sinalizar o fim de uma época. Deixou como legado um choque cultural. A ele se seguiriam outros choques, neste caso com dimensões tragicamente tangíveis: a política e a ideologia tomaram o lugar que tinha a religião no século XVII, como geradora de conflitos. Em breve intervalo, por duas vezes, o mundo retrocedeu à carnificina da Guerra dos 30 Anos. De frente para a barbárie, Theodor Adorno (1903-69) tirou uma conclusão chocante, mas inescapável: depois de Auschwitz, a educação teria que ser toda repensada.<sup>873</sup>

Essa referência serve como introdução para uma das fontes principais da filosofia da educação no nosso tempo – a *Escola de Frankfurt*, que produziu a chamada Teoria Crítica, é em boa medida uma resposta (e uma retomada) do desafio de Nietzsche ao colocar novamente a razão no banco dos réus. O veredicto não é benigno: a razão não é condenada, mas não se livra da suspeita de autofagia. Adorno pertence à geração fundadora da *Escola*, juntamente com Max Horkheimer (1895-1973); ambos assinaram um livro fundamental – *A Dialética do Iluminismo* (1947) – que mostra como a razão pode ser vítima de si própria e vítima do autoritarismo.<sup>874</sup> Diante disso, Adorno irá propor o que chamou de *razão negativa*, com implicações óbvias para a pedagogia. A filosofia adota um estilo de autorrefutação – daí o rótulo de *teoria crítica*. Naturalmente, essas ideias iriam ter um desdobramento, com a valorização da *razão comunicativa* (Habermas) e a recuperação do diálogo.

A cronologia ficou um pouco tumultuada com a última digressão; restabelecendo a sequência histórica, cabe dizer que – no meio século que vai de Nietzsche aos frankfurtianos – o pensamento filosófico em matéria de educação se diversificou: do neoidealismo ao neomarxismo, do existencialismo à “descolarização”, do personalismo cristão à epistemologia

---

873 Adorno, T. – *Educação e Emancipação* (ed. Paz e Terra, 2000).

874 A tese desenvolvida por Adorno, junto com Horkheimer, é a de que Razão devora seus rebentos, o que torna o *Esclarecimento* ainda mais indispensável, com a grave ressalva de que ele contém “um germe de regressão”. Daí a necessidade de uma “dialética negativa” – *Mínima Moralía* (1957) é uma exemplificação desse método.

genética, etc.<sup>875</sup> Não é o caso de nos determos nessas ramificações, o que fugiria a nosso propósito central. Caberia apenas registrar que a pedagogia se tornou tributária de outras disciplinas e assumiu assim um caráter enciclopédico, mas anódino.

Há duas figuras cujo pensamento permite escapar dessa dependência e ambos, aliás, foram alvos de críticas dos frankfurtianos. São Martin Heidegger (1889-1976) e John Dewey (1859-1952) – aparentemente eles estão em polos opostos, mas guardam muitos pontos em comum.<sup>876</sup> O controvertido mestre alemão foi o primeiro, entre outras coisas, a reconhecer em seus cursos a importância filosófica de Nietzsche, até então considerado apenas como um escritor original e mesmo esdrúxulo. Heidegger não escreveu especificamente sobre educação, mas seu pensamento teve irradiações várias, de Sartre a Rorty, passando por Foucault e Derrida, para citar as referências mais conhecidas. No caso do discípulo Hans-Georg Gadamer, a influência de Heidegger foi direta.

Dewey é um ponto de referência obrigatório na história da pedagogia contemporânea. Nele se inspirou a chamada *Escola Nova*<sup>877</sup>, que fez com que o pensamento sobre educação retornasse a seu leito clássico, com a ressalva de que o professor de Harvard preferia falar em *crescimento* em vez de *paideia*. Significativamente, ele volta à temática da *República* de Platão em seu principal escrito – o já citado *Democracy and Education, an introduction to the philosophy of education* (1916). O sinal programático é invertido mas a preocupação filosófica é a mesma.<sup>878</sup> Não é preciso endossar necessariamente as premissas do pragmatismo para valorizar as ideias

---

875 As classificações variam. A título ilustrativo, para Georg F. Kneller (*Introduction to the Philosophy of Education*, 1964), as principais correntes seriam: Perennialismo (formalismo), Progressismo; Essencialismo; Recontrutivismo; Existencialismo; Análise lógica e lingüística. Para Franco Cambi (1995), os modelos dominantes seriam: Analítico; Estruturalista-Crítico; Dialético; Hermenêutico; Metafísico.

876 Ver Rorty, Richard – “Overcoming the Tradition: Heidegger and Dewey” in *Consequences of Pragmatism [Essays: 1972-1980]* (1982), pp. 37-59.

877 Embora haja diferenças técnicas, *ativismo*, *progressismo* e *instrumentalismo* foram usados como sinônimos da *Escola Nova*.

878 Dewey trata especificamente das teorias educacionais de Platão – e em particular da *República* – no Capítulo 7 de *Democracy and Education*.

renovadoras de Dewey, para quem o respeito à criança é uma premissa fundamental. Contudo, diferentemente de Rousseau, Dewey acreditava que o crescimento não é espontâneo e por isso exige ajuda, sem prejuízo da consideração básica de que o aprendizado frutífero passa necessariamente pela experiência do educando.

Foi exatamente dentro do contexto acima que começou a modernização da educação brasileira, através de um movimento de “reconstrução”.<sup>879</sup> Talvez se possa dizer que o processo foi deflagrado pela reforma promovida em 1927/1928 no sistema de instrução pública do então Distrito Federal, iniciativa que provocou “uma tempestade de protestos e aplausos”.<sup>880</sup> Na esteira dessa polêmica e de outros eventos paralelos, gerou-se o *Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova* (1932), um verdadeiro marco.

O *Manifesto* formulou uma proposta orgânica e abrangente: defendia basicamente a igualdade de oportunidades e o princípio da escola ativa com vistas à democratização da sociedade. O texto contou com 26 signatários, mas foi articulado sobretudo por Fernando de Azevedo (redator), Anísio Teixeira e Lourenço Filho.

O debate que se seguiu foi um reflexo do anacronismo da sociedade brasileira de então e de uma crise de proporções muito maiores: ao problema nacional se acrescentava toda a perplexidade de uma época em ebulição. Ao lançar um olhar retrospectivo, um dos protagonistas do movimento assinalou:

*O advento das universidades no Brasil [no final dos anos '30] coincidiu, de fato, com a maior crise do espírito que registra a história do pensamento humano, com a crise das universidades ocidentais e da própria ideia universitária...*<sup>881</sup>

---

879 Limite-me neste anexo a uma simples referência, pois o tema foi tratado no texto principal.

880 Azevedo, Fernando de. – *A Cultura Brasileira* (1943); a edição original foi sob os auspícios do IBGE.

881 Azevedo, F. de. – *Ibidem*, Capítulo IV, “A Renovação e Unificação do Sistema Educativo”. A citação é da 4ª. ed. (1963), p. 680.

Essa crise ficou para trás. Vieram outras, de fabricação doméstica.<sup>882</sup> Sem delongas, vale citar o diagnóstico recente de um observador qualificado:

*Carregando ainda a herança do regime militar a partir de 1964, a educação brasileira se tornou refém de um sistema disciplinar que nomeia como “grade” o currículo, como disciplina os conteúdos, como “prova” o dispositivo de avaliação, e que eliminou a filosofia e os saberes reflexivos e críticos em prol de um modelo fundado na passividade e na repetição...*<sup>883</sup>

Conviria concluir, contudo, com a nota de otimismo que nos deixou Anísio Teixeira, vítima ele próprio de tempos difíceis:

*...na medida em que nos fizermos autenticamente nacionais e tomarmos plena consciência de nossa experiência, iremos elaborando a mentalidade brasileira e com ela a nossa filosofia e a nossa educação.*<sup>884</sup>

Essa *mentalidade brasileira*, por força de suas raízes, aponta para o diálogo, para a abertura e para a compreensão madura. Uma educação autenticamente diplomática deve contribuir para tanto.

\*\*\*

---

882 Para uma análise circunstanciada da evolução recente da educação no Brasil, ver Ghiraldelli Jr., Paulo – *Filosofia e História da Educação Brasileira* (2009), já citado.

883 Freire, Jurandir – “Ensaio” in revista *Coleção Guias da Filosofia – Nietzsche*, Ed. Escala s/d.

884 Teixeira, A. – “Filosofia e Educação” in *Educação e o mundo moderno*, p. 45.





Formato	15,5 x 23 cm
Mancha gráfica	11,5 x 17cm
Papel	pólen soft 80g (miolo), cartão supremo 250g (capa)
Fontes	BlackJack 20/24 (títulos), Gill Sans 12/15 (textos)

O RIO BRANCO – criado em 1945 para selecionar e preparar os diplomatas brasileiros – é uma Academia ou um Instituto? É, de fato, um curso indispensável de formação ou um mero *anexo* da Chancelaria? Aspira a ser uma escola de excelência ou cumpre apenas uma formalidade administrativa? Sendo, reconhecidamente, um “cartão de visita” da diplomacia brasileira, presume-se que a diplomacia – enquanto tal, como modo de fazer política – consta prioritariamente de seu currículo. Na verdade, no IRBr, estuda-se Direito, Economia, línguas, temas da atualidade, etc. Tudo isso é básico, mas melhor seria se este currículo fosse construído a partir do *fazer diplomático*. Não tem sido assim, talvez por recorrente vício bacharelesco: o aprendizado se torna passivo. Além do apelo à tradição, a filosofia pedagógica de nossa escola diplomática só foi colocada em pauta de forma tangencial: o artesanato, que é o dia a dia da profissão, é subentendido. Para situar o problema, o autor recorre à experiência histórica e à filosofia da educação. Nesse sentido, o perfil do Barão do Rio Branco é rediscutido em contraste com outros diplomatas. Da mesma forma, são lembradas as lições de nossos principais pedagogos, como Anísio Teixeira e Paulo Freire, bem como de outros educadores. Como conclusão, o livro retoma o debatido problema da profissionalização e esboça proposta – por uma Academia renovada –, de modo a sintonizar o Curso do IRBr com a concomitante experiência de trabalho dos novos diplomatas.



[www.funag.gov.br](http://www.funag.gov.br)

